DEMOGRAFIA HISTÓRICA E HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES NA ERA DAS HUMANIDADES DIGITAIS



Organização de:
Ana Silvia Volpi Scott
Thiago Fernando Bonatti
Tathiane Mayumi Anazawa

OIKOS EDITORA

O GT População e História da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) tem como objetivo criar um espaço para a discussão de estudos retrospectivos da população brasileira, que se utilizem de fontes seriais, estatísticas ou não, e de fontes qualitativas. Prioriza os estudos de Demografia Histórica que discutam as variáveis e a dinâmica demográfica, e suas relações com os processos sócio-econômicos. São também bem-vindos pesquisadores de História da População e História da Família, que também utilizem dados demográficos para estudar as condições de vida de segmentos populacionais do passado.



Ana Silvia Volpi Scott é graduada em História, Mestre em História Social, Doutora em História e Civilização e Livre Docente em Teoria e Métodos Demográficos. É professora do Departamento de Demografia e dos Programas de Pós-Graduação em Demografia e em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



Thiago Fernando Bonatti é Sociólogo, Mestre e Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio no Centro de Estudios Demográficos (CED) – Universidad Autónoma de Barcelona, Pós-Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Projeto Temático "Dinâmicas de incorporação, mobilidade social e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950" (FAPESP).



Tathiane Mayumi Anazawa é Bióloga, formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Doutora do Departamento de Demografia (IFCH/UNICAMP) e pesquisadora (NEPO/UNICAMP) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/UNICAMP).

Demografia Histórica e História das Populações na era das Humanidades Digitais

Ana Silvia Volpi Scott
Thiago Fernando Bonatti
Tathiane Mayumi Anazawa
(Organizadores)

Demografia Histórica e História das Populações na era das Humanidades Digitais

E-book

OIKOS EDITORA
São Leopoldo
2026

© Dos autores – 2026

Editoração: Oikos

Revisão: Rui Bender

Capa: Tathiane Mayumi Anazawa

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:
Avelino da Rosa Oliveira (Pesquisador UFPel)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (Bolsista CNPq)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Pesquisador Ciências Sociais)
Marluza Marques Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

D383 Demografia histórica e história das populações na era das humanidades digitais. [E-book]. / Organizadores: Ana Silvia Volpi Scott, Thiago Fernando Bonatti e Tathiane Mayumi Anazawa. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2026.

304 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-347-6

1. Demografia histórica. 2. População – Historiografia. 3. Tecnologias digitais – Demografia histórica. 4. História Social – Populações – Humanidades digitais. 5.Novas tecnologias – Humanidades Digitais. I. Scott, Ana Silvia Volpi. II. Bonatti, Thiago Fernando. III. Anazawa, Tathiane Mayumi.

CDU 314.148

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184



Fonte: Foto de Ana Bacellar, 2019.

Para Carlos de Almeida Prado Bacellar,
amigo, colega e grande historiador,
cujo importante legado para a História
das Populações e da Família permanecerá.

Sumário

Apresentação 9
Ana Silvia Volpi Scott
Thiago Bonatti
Tathiane Mayumi Anazawa

O legado da escravidão e da liberdade: reconstruindo a população do Suriname colonial 17
Jan Kok
Coen W. Van Galen

Micro-história e História Quantitativa: condições para um novo encontro ... 49
Simona Cerutti

Espacializando a comunidade: aldeias, bens comuns e *comune* no noroeste da Itália da Época Moderna 65
Angelo Torre

A representação espacial do passado através da utilização de fontes geo-históricas 81
Antero Ferreira
Filipe Salgado

El uso de herramientas de IA para la recopilación, organización y análisis de datos administrativos basados en registros históricos: ejemplo de práctico de uso 96
Dariya Ordanovich
Diego Ramiro Fariñas
Francisco Viciana Fernández

Bases de Dados Colaborativas em Demografia Histórica: Metodologias, Ferramentas e Potencialidades 107
Dario Scott

Das demografias *camponesas* da escravidão e da liberdade no Brasil – exercícios metodológicos para possibilidades digitais (primeiras incursões) 133
Flávio Gomes

O comércio nacional de escravizados no Império do Brasil (1850-1885): uma história digital 152
Felipe Giovanni Campos de Souza
Jonis Freire

Do desaparecimento ao reconhecimento: fontes para uma demografia histórica dos povos indígenas no Brasil no século XX 171
Alessandra Traldi Simoni

Política migratória subsidiada e seus efeitos sobre o perfil de imigrantes recrutados para São Paulo 196
Oswaldo Truzzi
Paulo Cesar Gonçalves

Os chefes de domicílios de proprietários e não proprietários de escravizados no Sertão do Rio Pardo (1801-1820) 216
Lelio Luiz de Oliveira
Maísa Faleiros Cunha
Marina Costa Oliveira

No rio-mar de Oxum: família e escravidão no Grão-Pará do século XIX ... 238
Daniel Souza Barroso

Entre "dados" e "informações": os desafios e possibilidades no campo da história das populações na era das Humanidades Digitais 265
Thiago Fernando Bonatti
Tathiane Mayumi Anazawa
Ana Silvia Volpi Scott

Registros das Missões: subsídios para a História Demográfica das Populações Indígenas da América Colonial 274
Massimo Livi Bacci

Sobre as autoras e os autores 299

Apresentação

Ana Silvia Volpi Scott (Unicamp)
Thiago Fernando Bonatti (UFSCar)
Tathiane Mayumi Anazawa (Unicamp)

O volume que os leitores têm em mãos foi organizado tendo como eixo principal a proposição de uma reflexão sobre os impactos que as novas tecnologias digitais podem trazer ao campo de estudos da Demografia Histórica, da História Social e da História das Populações. Os estudiosos que atuam nessas áreas e que estão atentos às transformações e aos desafios que essas mudanças trazem, encontrarão subsídios para analisar os diálogos e ganhos possíveis a partir do uso dessas ferramentas, considerando as fontes, os métodos, os objetos e as abordagens que estão no horizonte de interesse dos historiadores demógrafos, assim como entre aqueles que atuam no campo da história social.

Os avanços recentes no campo das Humanidades Digitais vêm seduzindo e desafiando os pesquisadores a explorarem um amplo espectro de temas, com acesso a volumosa agregação de dados quantitativos, que podem ser cruzados com fontes de caráter variado, prestando-se também a abordagens qualitativas e as que exploram as possibilidades dos seguimentos nominativos e a reconstrução de trajetórias individuais e familiares.

Como será possível observar por meio da leitura dos capítulos que integram esta coletânea, a abertura que as novas tecnologias e as Humanidades Digitais disponibilizam permite ainda revisitar e questionar paradigmas tradicionais. Exemplo disso é o que os profissionais do campo da Ciência Histórica têm testemunhado nos últimos anos a partir das inúmeras experiências que apostam na implementação de novos sistemas de reconhecimento digital de documentação manuscrita, digitalização e disponibilização *on-line* de fontes, armazenamento de dados demográficos (históricos e contemporâneos), cartográficos, entre outros. Tais inovações vêm alavancando um rico potencial de reinterpretação e redescoberta das estruturas e dinâmicas das sociedades do passado, inclusive ampliando o escopo investigativo às populações que impõem maiores dificuldades para seu estudo, especialmente no caso do Brasil, quando temos como objeto de estudo as populações indígenas e afrodescendentes bem como as populações imigrantes.

Os capítulos que integram este volume têm como base os textos apresentados em conferências, mesas-redondas e simpósios temáticos que tiveram

lugar no IX Simpósio Nacional de História das Populações, organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) População & História, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, que ocorreu na Unicamp, entre 17 e 19 de setembro de 2025.

Naquele momento, esperava-se oportunizar o debate entre pesquisadores que têm trajetórias já consolidadas nos vários eixos temáticos do campo da história das populações, da demografia histórica e da história social, que se valem de metodologias variadas (abordagens macro e micro), e os profissionais que atuam de forma mais direta no campo das Humanidades Digitais. Apostava-se numa abordagem abrangente que estimulava o rompimento dos limites disciplinares, fronteiras geográficas e campos analíticos, abrindo-se a múltiplas colaborações entre convidados brasileiros e estrangeiros. O leque de convidados reuniu especialistas com trajetória já consolidada, vinculados a universidades e instituições da França, da Holanda, de Portugal e da Espanha, bem como pesquisadores de renome de instituições brasileiras, situadas de norte a sul do país.

Entre as motivações que estimularam os coordenadores do GT População & História, estava a intenção de fomentar e consolidar grupos de pesquisa regionais, disseminados pelo território nacional, uma vez que os processos de povoamento e dinâmicas populacionais do passado brasileiro apresentam grande diversidade, que justificam e explicam o interesse pelas análises comparadas sobre as variáveis demográficas, as estruturas familiares e sociais dos distintos segmentos populacionais (por condição jurídica, raça/cor, etc.), dentre outros temas.

Considerando as rápidas transformações na produção de conhecimento, que têm se beneficiado das inovações tecnológicas, a intenção era alargar as fronteiras nacionais, trazendo pesquisadores europeus de reconhecida atuação no campo da História e da Demografia Histórica, que abordaram vários temas do campo da história social da população, com foco na discussão relativa às novas tecnologias e abordagens propiciadas pelas Humanidades Digitais.

As contribuições dos especialistas (nacionais e internacionais) a esse eixo temático, e que estão reunidas neste volume, certamente levarão os leitores e leitoras interessados a refletir sobre a reconstrução de populações históricas de sociedades escravistas, o estudo das populações indígenas e afrodescendentes, o uso de ferramentas para processos de automação de leitura e reconhecimento de textos manuscritos ou impressos, os desafios metodológicos para o diálogo entre as diferentes escalas de estudo em História (abordagens macro e micro), entre outras temáticas de grande interesse.

A coletânea é composta por 14 capítulos, assinados por mais de duas dezenas de autores de instituições brasileiras e europeias. Os textos reunidos

foram apresentados pelos convidados ao longo do evento, nas conferências, mesas-redondas, somados a alguns trabalhos de autores que trabalham com temas e metodologias correlatas e que foram convidados a contribuir com capítulos que dialogam com o eixo do livro.

Assim, o capítulo de abertura, de autoria dos holandeses Jan Kok e Coen van Galen, apresenta o projeto *Historical Database of Suriname and the Caribbean* (HDSC), que visa reconstruir a população do Suriname colonial desde 1830, avançando até 1950, a partir da integração de registros de escravos, registros civis e outras fontes arquivísticas, utilizando a abordagem do curso de vida. A sublinhar ainda que o capítulo faz uso da *ciência cidadã* e de tecnologias de Reconhecimento de Texto Manuscrito (HTR) para digitalizar e estruturar grandes volumes documentais. Apostando no acesso aberto aos dados, fica evidente o potencial da base de dados para ampliar o conhecimento no campo da demografia histórica e aprofundar o estudo dos legados sociais e intergeracionais da escravidão em sociedades coloniais.

O segundo capítulo, assinado pela historiadora italiana Simona Cerutti, tece considerações sobre a pretensa oposição entre micro-história e história quantitativa, defendendo sua convergência metodológica. Cerutti mostra que, desde suas origens, a micro-história utilizou dados quantitativos de forma crítica e contextualizada. Defende o uso cruzado de fontes quantitativas e qualitativas para questionar categorias analíticas externas aos atores sociais. O texto enfatiza que as fontes históricas são construções intencionais, muitas vezes de caráter jurídico ou administrativo, e propõe a "desnaturalização" das categorias e a análise da gênese das fontes. Sua perspectiva valoriza a combinação de metodologias e análises em múltiplas escalas, inclusive espaciais, ressaltando o potencial empírico e crítico dessa combinação para a pesquisa histórica.

O historiador italiano Angelo Torre analisa, no terceiro capítulo, analisa criticamente o conceito de comunidade camponesa, problematizando e questionando a imagem homogênea e igualitária que lhe é atribuída. A partir da história social e da micro-história, o autor destaca a importância da análise espacial para compreender conflitos, hierarquias e práticas sociais locais. As aldeias (*villas*) são apresentadas como unidades centrais da vida rural, com personalidade jurídica própria e papel ativo em disputas políticas, fiscais e territoriais. O capítulo mostra, entre outras questões, que as comunidades eram fragmentadas e policêntricas, marcadas por jurisdições sobrepostas, sublinhando que a comunidade deve ser entendida como um processo histórico dinâmico, atravessado por conflitos e negociações.

Os investigadores portugueses Antero Ferreira e Filipe Salgado analisam no capítulo quatro a transformação urbana da chamada "vila alta" de

Guimarães (noroeste de Portugal) ao longo do século XX, com especial atenção às intervenções realizadas no entorno do Castelo de Guimarães. O eixo da análise desenvolve-se a partir do cruzamento entre cartografia histórica e fontes seriais, como matrizes prediais e listas de habitantes, e os autores buscam reconstruir a organização espacial e social de uma área que foi profundamente modificada por políticas de restauro patrimonial. O estudo mostra que o uso de sistemas de informação geográfica (SIG) permite representar visualmente uma realidade urbana desaparecida, ao mesmo tempo em que destaca o potencial das humanidades digitais na análise histórica do espaço urbano.

O quinto capítulo, de autoria de um trio de pesquisadores ligados ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC/Espanha) – Dariya Ordanovich, Diego Ramiro Fariñas e Francisco Viciana Fernández –, discute o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) para a digitalização, organização e análise de dados administrativos históricos espanhóis. Os autores chamam a atenção para o potencial da IA a fim de superar limitações do Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR – *Optical Character Recognition*) tradicional na transcrição de documentos manuscritos. O estudo tem como foco inicial dados da província espanhola de Huelva, do Censo de População de 1970. No capítulo são descritas as fontes usadas para extrair e reconhecer textos manuscritos, que incluem digitalização, correção geométrica, anonimização e transcrição automatizada dos registros. Para os autores, os resultados mostram ganhos significativos de eficiência e precisão em relação a métodos tradicionais e, por fim, apontam perspectivas futuras para o uso escalável de registros históricos em estudos longitudinais multigeracionais.

Dario Scott traz, no sexto capítulo, um depoimento e uma reflexão calcados em sua trajetória acadêmica, onde procura discutir o impacto da digitalização de acervos históricos e o uso de bases de dados colaborativas na demografia histórica. O autor apresenta sua experiência com redes de pesquisa e ferramentas computacionais voltadas à reconstituição de famílias do passado. Destacam-se as fontes compostas pelos eventos vitais (registros paroquiais e civis) como base fundamental para os estudos de população em perspectiva histórica. São analisados dois programas principais, o NACAOB e o PORGENER, que com metodologias distintas buscam atingir objetivos semelhantes. O texto aborda a importância da padronização das variáveis para o cruzamento de dados. São apresentadas a evolução técnica do NACAOB e sua transformação em plataforma web colaborativa. O autor destaca as vantagens do trabalho coletivo e discute, com base em exemplos de projetos, o potencial analítico das bases colaborativas em estudos longitudinais e que abrangem espacialidades distintas. Para o autor, a integração entre tecnologia, colaboração e rigor me-

todológico é essencial para o avanço da demografia histórica, sem dispensar o papel fundamental dos pesquisadores e sua *expertise* para lidar com as fontes, o seu contexto histórico e de sua produção.

Os sete capítulos seguintes reúnem contribuições de outros pesquisadores brasileiros que discutem uma gama de temas, experiências e resultados de pesquisa sobre os diferentes segmentos populacionais brasileiros, a partir do uso de várias fontes documentais, buscando, quando possível, o diálogo com as novas tecnologias. Populações afrodescendentes, indígenas e imigrantes são os protagonistas dos capítulos que seguem.

O historiador Flávio Gomes aborda, no capítulo sete, as transformações das formas camponesas negras no Brasil na escravidão e no pós-emancipação, com foco nos deslocamentos, migrações e rearranjos sociais após 1888. A partir do caso do liberto Sebastião Rufino, discute-se como a liberdade foi marcada por conflitos, repressões e disputas jurídicas. Para mais, quilombos são apresentados como experiências dinâmicas, conectadas à formação de um campesinato negro. O capítulo destaca a continuidade dessas experiências ao longo dos séculos XIX e XX, articulando memória, parentesco e territorialidade. A partir do uso dos dados do Censo de 2022, Gomes procurou evidenciar a dimensão atual das comunidades quilombolas no país. O texto, por fim, defende o uso das humanidades digitais e da cartografia como ferramentas para compreender e divulgar essa história, reforçando sua importância para a cidadania e as políticas públicas.

Jonis Freire e Felipe Souza analisam, no capítulo oito, o interessante e desafiador tema do comércio nacional de pessoas escravizadas no Brasil entre 1850 e 1885, portanto, tratando do período posterior ao fim do tráfico transatlântico. Freire e Souza apontam como o mercado interno de escravizados se tornou fundamental para sustentar a economia imperial, sobretudo a expansão da cafeicultura no Centro-Sul. A partir daí, os autores mostram como a intensificação dos deslocamentos internos afetou profundamente a vida dos escravizados, rompendo laços familiares e sociais, ao mesmo tempo em que o comércio interno garantiu estabilidade econômica e política ao Império, ao atender os interesses das elites cafeeiras. Os autores ainda abordam questões interessantes, como os desequilíbrios regionais e mudanças na demografia da população escravizada, a restrição do acesso à propriedade escrava, devido ao encarecimento do preço dos cativos, repercutindo inclusive no perfil dos proprietários. De outra parte, apontam ainda os desdobramentos relativos às vendas forçadas de escravizados, que estimularam resistências, fugas e revoltas, reforçando a agência dos escravizados e como esses conflitos contribuíram para o fortalecimento do movimento abolicionista. Por fim, apresentam um

projeto de história digital baseado em ampla documentação histórica, que tem como objetivo democratizar o acesso aos dados e ampliar o debate sobre escravidão, desigualdade e justiça social.

Deixando as populações escravizadas negras e afrodescendentes, Alessandra Traldi Simoni, no capítulo nove, conduz-nos ao tema das populações indígenas brasileiras e à desafiadora análise da produção de dados demográficos sobre os povos indígenas no Brasil ao longo do século XX. A autora mostra como os censos e as políticas estatais contribuíram para a invisibilização indígena ao adotar categorias que favoreciam a assimilação e o apagamento identitário. O capítulo discute o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos órgãos indigenistas na construção dessas "narrativas" estatísticas. Simoni destaca a influência de disputas políticas e conceituais na definição de quem era contado como indígena; segundo a autora, a Constituição de 1988 marcou uma virada ao reconhecer direitos e a autodeterminação indígena. A inclusão da categoria "indígena" no Censo de 1991 consolida esse processo. Por fim, o texto aponta desafios e caminhos para integrar o século XX à Demografia Histórica indígena.

No capítulo dez, Oswaldo Truzzi e Paulo Cesar Gonçalves analisam a política de imigração subsidiada em São Paulo e seus efeitos sobre o perfil dos imigrantes entre o final do século XIX e o início do XX. Os autores mostram que o subsídio às passagens transatlânticas foi uma característica singular da política paulista, voltada a suprir a demanda de mão de obra da cafeicultura. Essa política favoreceu o recrutamento de imigrantes pobres e pouco qualificados, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Ao contrário da imigração espontânea, a imigração subsidiada reduziu a autonomia dos imigrantes e tornou-os mais dependentes dos fazendeiros. O texto contrapõe, numa abordagem comparativa, o caso paulista com a Argentina, destacando diferenças nos perfis sociais e regionais dos migrantes. Evidencia-se que os subsídios influenciaram a origem regional, o nível de instrução e as possibilidades de mobilidade social dos imigrantes. O capítulo sustenta ainda que essa estratégia ajudou a manter baixos os salários e reforçou mecanismos de controle do trabalho livre. Como conclusão, os autores argumentam que a imigração subsidiada foi central na formação da força de trabalho cafeeira paulista, reproduzindo práticas herdadas do regime escravista.

Lelio Luiz de Oliveira, Maísa Faleiros Cunha e Marina Costa Oliveira, estudam no capítulo onze, a dinâmica social e econômica do Sertão do Rio Pardo (região do interior paulista), entre 1801 e 1820, com foco nos chefes de domicílio proprietários e não proprietários de escravizados. A partir das Listas Nominativas de Habitantes, fonte cara à Demografia Histórica brasileira, o

estudo demonstra o intenso crescimento populacional naquele território, impulsionado principalmente pela migração oriunda de Minas Gerais. Embora a maioria dos domicílios não possuísse escravizados, observa-se a expansão gradual da escravidão ao longo do período. Os proprietários de escravizados eram majoritariamente homens brancos, casados e vinculados à agricultura e à pecuária. A posse de cativos funcionava como importante marcador de distinção social e econômica. O trabalho evidencia também mobilidade social, com indivíduos adquirindo ou perdendo escravizados ao longo do ciclo de vida. Por fim, o estudo destaca a relevância das fontes censitárias para compreender a formação social do Brasil oitocentista.

No capítulo doze, Daniel de Souza Barroso leva-nos ao extremo norte do Brasil. Em sua contribuição, Barroso analisa a dinâmica da escravidão no Grão-Pará no século XIX com foco na família escravizada, tendo como eixo central a discussão sobre a reprodução endógena da população cativa, um dos temas que estão na pauta da demografia histórica brasileira. Conforme argumenta o autor, diante do declínio precoce do tráfico atlântico para a Amazônia a manutenção do sistema escravista passou a depender fortemente do crescimento natural dos escravizados. A partir da análise de inventários *post mortem* do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, demonstra-se que uma parcela significativa dos cativos vivia em arranjos familiares diversos, sobretudo famílias monoparentais femininas. Observa-se uma relação direta entre o tamanho das escravarias e a incidência de famílias, sendo que elas seriam mais frequentes e complexas nas grandes propriedades. A nupcialidade formal foi baixa ao longo de todo o período, mas isso não impediu a formação de vínculos familiares duradouros. A maternidade escrava revelou-se central para a reprodução demográfica, especialmente após 1850. Como menciona o autor, a família foi simultaneamente um espaço de resistência e um elemento fundamental para a sustentação do escravismo no Pará até o final do Oitocentos.

No capítulo treze, Thiago Bonatti, Tathiane Anazawa e Ana Scott discutem as transformações na Demografia Histórica e na História das Populações a partir da incorporação das Humanidades Digitais. Os autores destacam a diferença conceitual entre "dados" e "informações", ressaltando que os dados são registros brutos, enquanto a informação resulta de sua interpretação contextualizada. As tecnologias digitais ampliam as possibilidades analíticas, mas não substituem o trabalho crítico e interpretativo do pesquisador, e os novos tempos exigem cada vez mais que se invista na discussão dos métodos, considerando os aspectos teóricos e a avaliação da qualidade das fontes históricas utilizadas pelos pesquisadores, ainda que se lide com fontes consideradas problemáticas e lacunares. O texto enfatiza o uso de bancos de dados,

geotecnologias, SIG, análise de redes e técnicas de cruzamento de registros e as possibilidades de uso de diversas fontes históricas. O capítulo também aborda experiências de projetos colaborativos e bases de dados em larga escala. Por fim, reforça que as Humanidades Digitais ampliam as formas de interrogar o passado e abrem novas agendas de pesquisa.

Fechando o conjunto de capítulos, temos o texto que teve como base a conferência do demógrafo italiano Massimo Livi Bacci, que é uma referência fundamental no campo da Demografia Histórica. A partir da transcrição da conferência e de sua revisão pelo autor, não poderíamos privar os leitores da contribuição de Livi Bacci sobre a documentação produzida pelas missões, sobre as populações indígenas da Amazônia colonial. O autor parte da grande controvérsia em torno das estimativas populacionais indígenas no momento do contato europeu, destacando que o colapso demográfico indígena foi resultado de múltiplas causas e não apenas das epidemias, que trouxeram doenças como a varíola. A diminuição das populações nativas foi também resultado de guerras, do trabalho forçado, dos deslocamentos das populações, assim como a destruição social causada pela conquista.

A partir de conjunto variado de fontes, produzidas no âmbito das missões jesuíticas, o autor revela como é possível recompor, ao menos parcialmente, informações de caráter demográfico, histórico e antropológico. Ao comparar as missões do Paraguai com as da região amazônica, mostrou as condições distintas enfrentadas pelas populações nativas e os desdobramentos para cada região, concluindo que a demografia indígena variou conforme as condições sociais, ambientais e coloniais locais.

O conjunto dos capítulos apresenta aos leitores um panorama amplo de temas, fontes, métodos e experiências relativas ao "enfrentamento" dos desafios postos pelas novas tecnologias e pelas Humanidades Digitais. Será, acreditamos, uma leitura estimulante para todos os interessados na história e na demografia em suas mais distintas vertentes.

Por fim, cabe um agradecimento especial aos autores e autores que atenderam o convite dos organizadores para contribuir com os capítulos que compõem esta coletânea. Os organizadores também agradecem o apoio financeiro da FAPESP, da Capes e do CNPq, que, além de oportunizar a vinda dos convidados para o IX Simpósio Nacional de História das Populações na UNICAMP/Campinas, permitiram a publicação deste volume.

Campinas, outono de 2026
Os Organizadores

DOI 10.29327/5844403.1-1

O legado da escravidão e da liberdade: reconstruindo a população do Suriname colonial

Jan Kok
Coen W. Van Galen

Introdução

O Banco de Dados Histórico do Suriname e do Caribe (Historical Database of Suriname and the Caribbean – HDSC) está trabalhando em uma reconstrução de toda a população do Suriname colonial entre 1830 e 1950. Neste artigo, discutimos o contexto do projeto e as maneiras pelas quais processamos grandes volumes de material de arquivo em nossa infraestrutura de dados por meio do uso de ciência cidadã e Reconhecimento de Texto Manuscrito (Handwritten Text Recognition – HTR). Ao combinar dados de diversas fontes arquivísticas e estruturá-las de acordo com uma abordagem de curso de vida, torna-se possível realizar pesquisas em múltiplos níveis – indivíduos, grupos e a população como um todo – conforme os interesses específicos dos pesquisadores. Por fim, apresentamos os primeiros resultados de pesquisa baseados nessa infraestrutura de dados, os quais já revelam resultados surpreendentes. Os dados que produzimos estão disponíveis em acesso aberto, e incentivamos outros a utilizá-los e a vincular seus projetos aos nossos, a fim de criar uma infraestrutura mais ampla para a pesquisa demográfica histórica em sociedades tropicais e coloniais nos próximos anos.

A reconstrução de toda a população do Suriname, entre o início do século XIX e 1950, é o objetivo do *Historical Database of Suriname and the Caribbean* (HDSC). O HDSC persegue esse objetivo criando uma infraestrutura de dados composta por bancos de dados interligados provenientes dos mais importantes arquivos populacionais do Suriname. Essa infraestrutura de dados torna possível rastrear indivíduos em diferentes fontes arquivísticas e reconstruir suas trajetórias de vida. Assim, os pesquisadores podem realizar pesquisas em todos os níveis, abrangendo desde pessoas e famílias individualmente até a população inteira do Suriname colonial.

Neste capítulo, apresentamos o projeto HDSC e convidamos os leitores a colaborar conosco. O texto está dividido em cinco seções. Primeiramente,

discutimos o delineamento e a estrutura do próprio projeto. Na segunda e terceira seções, fornecemos informações de contexto sobre o Suriname e sobre as fontes arquivísticas que utilizamos. Na quarta seção, abordamos a aplicação da ciência cidadã e de técnicas de Reconhecimento de Texto Manuscrito (*Handwritten Text Recognition* – HTR) para a digitalização em larga escala e a acessibilidade de registros populacionais. Por fim, na quinta seção, apresentamos resultados preliminares de nossa pesquisa com base na infraestrutura de dados do HDSC e discutimos perspectivas de pesquisas futuras.

1. O Projeto HDSC

O *Historical Database of Suriname and the Caribbean* (HDSC) teve origem em um incômodo que dizia respeito à disponibilidade desigual de bancos de dados populacionais. Nas últimas décadas, um corpus crescente de bancos de dados populacionais tem viabilizado pesquisas demográficas em larga escala por meio da reconstrução dos cursos de vida de grandes grupos de pessoas nos séculos XIX e XX. Esses bancos de dados estão quase todos concentrados na Europa, América do Norte e Leste Asiático (para uma visão recente, ver Mandemakers, 2023). Quase nenhum banco de dados foi produzido para sociedades coloniais. Nos anos 1970 e 1980 foram realizadas pesquisas sobre a demografia de populações escravizadas (Ruggles, 2021). Coletaram-se estatísticas, frequentemente agregadas em nível nacional, o que resultou em várias publicações quantitativas sobre a escravidão no Caribe (por exemplo, Higman, 1976, 1995; Klein; Engerman, 1978; Johansen, 1981; Koplan, 1983; John, 1988a). Também para o Suriname foram coletadas estatísticas amostrais (Lamur, 1977, 1981; Van Stipriaan, 1993; Everaert, 1999, 2013).

Esses estudos tinham natureza demográfica, mas foram criticados por seu forte foco em fatores econômicos. A guinada cultural na pesquisa histórica durante o final da década de 1990 desviou o campo dos dados quantitativos e resultou em uma abordagem muito mais narrativa (Ruggles, 2021). Isso também fica evidente em grandes bases de dados recentes criadas sobre escravidão e o tráfico de escravos, que tendem a enfocar experiências ou eventos específicos e não os cursos de vida dos indivíduos envolvidos (Eltis, 2021; Lovejoy, 2015; Enslaved.org, 2018; Hall; Draper, 2019; Midlo Hall *et al.*, 2019). O HDSC é uma tentativa de conciliar esses diferentes tipos de bases de dados, viabilizando pesquisas populacionais de larga escala por meio da reconstrução dos cursos de vida das populações tanto livres quanto escravizadas do Suriname em um longo período do início do século XIX até 1950.

Partimos do pressuposto de que o enfoque exclusivamente econômico e a perspectiva colonial de cima para baixo no uso de grandes bases de dados podem ser evitados. Embora todos os registros utilizem a lente colonial, acreditamos que um banco de dados pode ajudar a desconstruir essas fontes. Ao rastrear aqueles que foram registrados segundo a abordagem de curso de vida, é possível realizar pesquisas em nível individual e de grupo. A abordagem de curso de vida é essencialmente um instrumento heurístico para estudar a interação entre vidas individuais e a mudança social. É uma maneira de conceituar as vidas no contexto das famílias, da sociedade e do tempo histórico. O curso de vida pode ser definido como a sequência de posições de uma determinada pessoa ao longo do tempo. Uma posição pode ser o estado civil, a parentalidade, a ocupação, a venda ou a liberdade (no caso de pessoas escravizadas), etc., informações que podem ser reconstruídas a partir de fontes arquivísticas (Kok, 2007). Questões de pesquisa potenciais incluem, por exemplo, quem decidiu resistir à escravidão tentando fugir, quantos filhos as mães decidiram ter e se a separação de mãe e filho resultou em morte precoce. Frequentemente, o papel dos indivíduos só se torna visível quando combinamos múltiplas fontes (Van Galen; Quanjer, 2024); por conseguinte, buscamos enriquecer as narrativas construídas nas últimas décadas.

A infraestrutura de dados do Suriname é criada por uma organização denominada *Historical Database of Suriname and the Caribbean* (HDSC), com uma equipe técnica inserida na Radboud University em Nijmegen, Países Baixos. Os membros do Conselho são historiadores e arquivistas do Suriname, de Curaçao e dos Países Baixos. O HDSC é uma organização em rede que participa com diferentes parceiros em subprojetos. Entre os parceiros do HDSC estão, entre outros, os Arquivos Nacionais do Suriname, de Curaçao e dos Países Baixos, e a Universidade Anton de Kom do Suriname.

Um grupo particularmente importante de parceiros dentro da rede do HDSC são os chamados "cientistas cidadãos", participantes que trabalham voluntariamente em nosso projeto para transcrever as fontes arquivísticas *on-line*. Ao longo dos anos, mais de mil pessoas no Suriname, nos Países Baixos e em outros lugares participaram do projeto do HDSC. O apoio delas é importante não apenas para as transcrições *on-line* (ver seção 4), mas também porque atuam como "embaixadores" do projeto, tornando-o muito mais visível.

O princípio fundamental do HDSC é a disponibilidade plena e aberta dos dados tanto para a pesquisa acadêmica quanto para o público em geral. Esse princípio aborda a disparidade na acessibilidade dos dados entre pesquisadores neerlandeses e surinameses. Também reconhece que os dados não são propriedade do HDSC, mas um patrimônio compartilhado pelos povos do

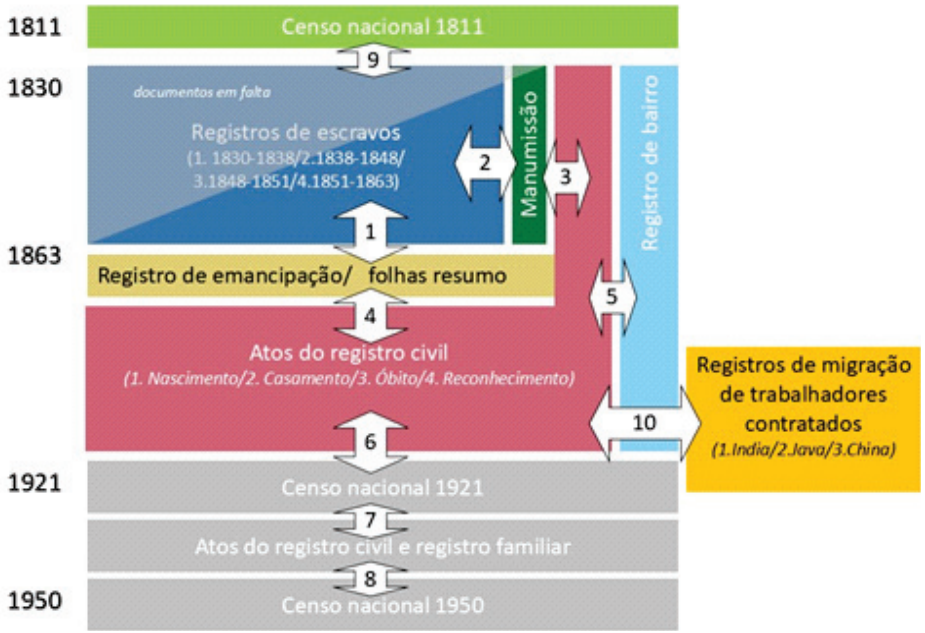
Suriname e dos Países Baixos. Isso é alcançado mediante a criação de uma infraestrutura de dados de acesso aberto que:

- Permite ao público realizar pesquisas de história familiar;
- Pode ser utilizada em projetos educacionais e culturais;
- Responde à alta demanda por pesquisa acadêmica sobre as populações que viveram em sociedades coloniais e pós-escravidão nos séculos XIX e XX.

O objetivo do HDSC é reconstruir os cursos de vida completos de todos os indivíduos livres e escravizados que viveram nas antigas colônias holandesas do Suriname e das Antilhas Holandesas (compostas pelas ilhas caribenhas de Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, St. Eustatius e a parte holandesa de Saint Martin) entre o início do século XIX e 1950. O HDSC começou em 2017 com a campanha combinada de financiamento coletivo e *crowdsourcing* (atualmente chamado de ciência cidadã) intitulada *Make the Suriname Slave Registers Public* (Van Galen, 2019). Após o sucesso dessa campanha, a colaboração foi formalizada com o estabelecimento da *Historical Database of Suriname Foundation* em 2018. Desde 2021, o HDSC vem trabalhando na transcrição dos registros civis do Suriname e de fontes adicionais.

Conforme será discutido na seção 3, a reconstrução da população do Suriname no século XIX e na primeira metade do século XX é possível graças à alta qualidade dos arquivos com fontes populacionais disponíveis. É possível conectar as fontes principais – os registros de escravos e os registros civis – para criar a espinha dorsal da reconstrução populacional do Suriname. O projeto começa com o início dos registros civis e dos registros de escravos no Suriname por volta de 1830 (embora planejemos recuá-lo ainda mais até o início do século XIX). Devido a regulamentações sobre privacidade dos dados, por enquanto o limite foi estabelecido em 1950. Ainda assim, processos de longo prazo, que se estendem por cinco gerações, podem ser visualizados. Além do registro civil, essa ampla infraestrutura de dados também inclui outras fontes arquivísticas, tais como os registros de alforria e os registros de trabalhadores contratados da China, Índia, Indonésia e Caribe, que vieram para o Suriname para substituir a mão de obra escravizada nas plantações. Coletivamente, essas fontes proporcionarão um conhecimento maior sobre a sociedade colonial multicultural em transformação que foi o Suriname (ver Figura 1).

Figura 1 – Modelo de reconstrução da população do Suriname. As setas brancas mostram as conexões que podem ser estabelecidas entre diferentes registros populacionais. Como todas as fontes estão interconectadas, é possível reconstruir cursos de vida mesmo quando parte das fontes está ausente. A espinha dorsal da reconstrução são os registros civis e os registros de escravos. As fontes coloridas estão transcritas ou em processo de transcrição.



Todos os conjuntos de dados gerados são totalmente de acesso aberto, de modo que pesquisadores e o público do mundo inteiro tenham o mesmo acesso. O público pode usar uma interface para buscar indivíduos, como, por exemplo, o *site* dos Arquivos Nacionais do Suriname (https://nationaalarchief.sr), no qual os resultados também estão vinculados às digitalizações. Os conjuntos de dados são armazenados em arquivos separados por vírgulas (.csv) para garantir que possam ser abertos na maioria dos *softwares* (ver, por exemplo, Rosenbaum-Feldbrügge *et al.*, 2023, para os registros de escravos do Suriname e Van Oort *et al.*, 2024, e Rosenbaum-Feldbrügge *et al.*, 2024, para partes dos registros civis do Suriname). Os conjuntos de dados científicos são publicados em acesso aberto no repositório Dataverse do Instituto Internacional de História Social (https://datasets.iisg.amsterdam/dataverse/HDSC), e todos possuem uma descrição de dados que funciona como um manual para o usuário. Por enquanto, os indivíduos têm números de iden-

tificação únicos para conectá-los entre e dentro das fontes. Esforçamo-nos para tornar todos os nossos dados FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*) e apresentá-los como *Linked Open Data* (Hasnain; Rebholz-Schuhmann, 2018).

2. Suriname

O Suriname é um país na costa norte da América do Sul. Com uma área de 163.270 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 640.000 pessoas é o menor país independente do continente. Assim como seus vizinhos, Guiana e Guiana Francesa, distingue-se do restante dos países sul-americanos pelo fato de não fazer parte da América Latina; o país nunca foi colonizado por Portugal nem pela Espanha. Em suas estruturas sociais assemelha-se mais às comunidades insulares do Caribe do que, por exemplo, a seu vizinho ao sul, o Brasil. O Suriname desenvolveu-se como uma colônia de *plantation* britânica a partir de 1650 e foi tomado pelos holandeses em 1657, que o transformaram em uma companhia privada chamada *Societeit van Suriname* (Sociedade do Suriname). Essa companhia só foi nacionalizada em 1795, após o que o Suriname tornou-se uma colônia da República Holandesa e foi ocupada pelos britânicos durante as Guerras Napoleônicas. Em 1816, o Suriname foi entregue ao *new Kingdom of the Netherlands*. Permaneceu parte dos Países Baixos até tornar-se uma república independente em 1975 (Buddingh', 2022).

O Suriname era e ainda é predominantemente coberto por floresta tropical. A parte norte do país é bastante plana, com grandes áreas alagadiças e manguezais ao longo do litoral. Em 1650, os britânicos construíram plantações em terrenos mais elevados ao longo do rio Suriname, a certa distância da foz. Após a tomada pelos holandeses, estes passaram a usar técnicas desenvolvidas para recuperar terras do mar nos Países Baixos, a fim de construir plantações nos férteis pântanos costeiros. Cada plantação era basicamente um *polder,* isto é, uma área protegida contra as marés altas por diques e com canais para regular o nível da água. Por muito tempo, a colônia de *plantation* ficou limitada às margens do rio Suriname e de seus afluentes, que também serviam como suas principais vias de transporte. Apenas a partir da última década do século XVIII os holandeses começaram a desenvolver novas áreas de plantação no oeste do Suriname, nos distritos de Saramacca, Nickerie e Coronie. O interior do país mal foi explorado até o século XX, e por muito tempo o Suriname teve apenas uma cidade, Paramaribo, que funcionava como seu porto e sede do governo colonial.

As *plantations* surinamesas produziam principalmente açúcar e, a partir do século XVIII, também café e algodão para o mercado europeu. A produção era realizada com mão de obra escravizada, principalmente por pessoas de

ascendência africana; embora, no período inicial, povos indígenas também tenham sido forçados à escravidão. Mais de 240.000 pessoas foram transportadas da África para o Suriname entre 1650 e 1822. Devido a uma elevada e persistente mortalidade, a população escravizada permaneceu limitada em tamanho: em 1775 havia 60.000 pessoas escravizadas na colônia, constituindo 96% da população total, sendo a parte restante composta por plantadores do norte da Europa e judeus, além de um pequeno grupo de pessoas negras e mestiças livres (Van Stipriaan, 1993).

No século XIX, a população passou por mudanças profundas. Sob pressão britânica, o tráfico transatlântico de escravizados foi proibido a partir de 1808. Entretanto o tráfico ilegal e semilegal continuou até o início da década de 1820, após o que a população escravizada declinou constantemente, enquanto a população livre negra e mestiça crescia. A escravidão foi finalmente abolida no Suriname em 1º de julho de 1863, quando 34.000 pessoas foram emancipadas, quase 70% da população da época.

A partir da década de 1850, buscaram-se novos trabalhadores para substituir a força de trabalho escravizada. Isso levou à imigração de trabalhadores contratados da China, do Caribe, da Índia Britânica e da Indonésia, que naquela época também era uma colônia holandesa. O influxo — particularmente de indianos e indonésios — continuou no século XX e fez com que a sociedade surinamesa se tornasse altamente diversa, moldada pelas influências culturais indianas e indonésias ao lado das dos *creoles*, dos povos indígenas e dos *maroons* (quilombolas), descendentes de escravizados fugitivos que estabeleceram suas próprias sociedades no interior. Apesar da migração, o número de habitantes permaneceu limitado. Em 1863, viviam cerca de 50.000 pessoas no Suriname colonial; esse número cresceu para 177.000 em 1950. Por volta da época da independência do Suriname, muitos habitantes mudaram-se para os Países Baixos. Hoje em dia, cerca de 640.000 pessoas vivem no Suriname, 300.000 pessoas de ascendência surinamesa vivem nos Países Baixos e cerca de 100.000 vivem nos Estados Unidos e em outros lugares.

3. Fontes: registros de escravos e registro civil (1828-1950)

O cerne de nosso projeto está em transformar as informações sobre populações históricas, provenientes da digitalização de documentos históricos, em dados pesquisáveis. Dois tipos de fontes são centrais no projeto de ciência cidadã do HDSC: os registros de escravos e os registros civis (certidões de nascimento, casamento e óbito de pessoas livres). Esses dois tipos de fontes possibilitam rastrear habitantes individuais ao longo do tempo e reconstruir

processos demográficos, pois são fontes muito ricas em informações. Juntos, eles formam a espinha dorsal à qual outros tipos de registros arquivísticos podem ser vinculados. Ambos os tipos de fontes foram introduzidos na década de 1820 para registrar as populações não livres e livres do Suriname.

Registros de escravos

Os registros de escravos eram um híbrido entre registros populacionais e patrimoniais, que listavam todas as pessoas escravizadas na colônia, organizadas por proprietário privado de escravos ou por plantação. Esses registros foram introduzidos no Suriname em 1826 para combater o tráfico transatlântico ilegal de escravos. Essa decisão foi tomada sob pressão do governo britânico (Van Galen; Hassankhan, 2018). Em 1815, o rei dos Países Baixos aceitou uma proibição do tráfico transatlântico de escravos, que já estava em vigor nas colônias britânicas (Buddingh', 2022). Como o contrabando continuou na década de 1820, os registros de escravos foram introduzidos para coibir o tráfico ilegal internacional de escravos por meio do registro de todas as pessoas escravizadas.

Os registros de escravos eram estruturados de acordo com a propriedade; para cada senhor de escravos era documentada uma lista dos indivíduos de sua propriedade. Os registros também documentavam o nascimento, a morte, a transferência de propriedade, a manumissão ou a fuga de pessoas escravizadas. Para cada pessoa escravizada eram registrados pelo menos os prenomes (não era permitido às pessoas escravizadas portarem sobrenome nas colônias holandesas) e o sexo, assim como o nome da mãe de cada criança nascida. A idade só foi mencionada no início da série 1, em 1830. Nas séries 3 e 4, a partir de 1848, o ano de nascimento e o nome da mãe foram registrados para todas as pessoas escravizadas.[1] Os nomes dos pais ou parceiros não foram registrados, porque a lei holandesa não reconhecia a paternidade de pessoas escravizadas, e pessoas escravizadas não tinham permissão para casar (Van Galen *et al.*, 2023).

Os registros de escravos surinameses listam as pessoas escravizadas que pertenciam às plantações de propriedade da *Societeit van Suriname* ou de senhores de escravos particulares. Indivíduos pertencentes ao governo colonial só foram registrados após 1850. Os livros fornecem informações sobre a vida de aproximadamente 70.000 indivíduos escravizados, 375 plantações e mais de 3.500 proprietários particulares de escravos. Mudanças na propriedade e eventos vitais foram devidamente anotados, de modo que, pelo menos em tese, o número de pessoas escravizadas por proprietário era conhecido para cada

[1] Ver tabela 1, que discrimina as séries por período de produção.

momento entre 1830 e 1863. Isso contrasta com os registros de escravos britânicos na região, que registravam as populações escravizadas por meio de um censo a cada três anos (Higman, 1995, p. 6-15).

Aproximadamente 85% de todos os escravizados faziam parte de uma plantação. No Suriname, isso significava que a força de trabalho tinha de permanecer unida. Os proprietários de plantações podiam comprar e vender plantações, incluindo a mão de obra escravizada, mas não tinham permissão para vender indivíduos escravizados de suas plantações sem a autorização do governo. Devido a esse status jurídico especial, manteve-se uma distinção rígida entre plantações e proprietários particulares de escravos, que eram registrados em livros separados. Os restantes 15% da população escravizada, que eram de propriedade privada, podiam ser comprados e vendidos livremente dentro da colônia, desde que mães e seus filhos não fossem vendidos separadamente. Pessoas escravizadas de propriedade particular que eram vendidas para plantações mudavam de status jurídico.

Os registros de escravos do Suriname eram mantidos atualizados por um funcionário civil especial em Paramaribo, que registrava as informações pessoais de cada indivíduo escravizado e as mudanças de propriedade. Periodicamente, as informações que ainda eram relevantes eram transcritas em novos livros de registro para manter a organização. No total, surgiram cinco séries de registro de escravos surinameses: 1826-1830, 1830-1838, 1838-1848, 1848-1851, 1851-1863, aqui referidas como séries 1 a 4 (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Número de livros de registros de escravos de plantações e de proprietários particulares

Série	Período	Proprietários particulares			Plantações		
		Nro. original	Preservados	Perdidos	Nro. original	Preservados	Perdidos
0	1826-1830	6	0	6	6	0	6
1	1830-1838	9	6	3	5	1	4
2	1838-1848	9	7	2	5	3	2
3	1848-1851	6	5	1	6	4	2
4	1851-1863	8	7	1	8	8	0
Total	–	38	25	13	30	16	14

Fonte: Van Galen; Hassankhan (2018).

O registro de pessoas escravizadas era feito pelos administradores das plantações e pelos senhores de escravos. Os proprietários de escravos em Paramaribo tinham um prazo de duas semanas e os administradores de plantações um mês para registrar quaisquer mudanças. No entanto, o governo era bastan-

te leniente: mesmo na década de 1850, algumas plantações registravam mudanças apenas duas vezes ao ano. Como os proprietários só eram obrigados a registrar as pessoas escravizadas vivas, há uma forte subnotificação de bebês que faleceram antes do registro. A documentação de pessoas escravizadas com um ano de idade ou mais parece ter sido bastante completa, com uma leve tendência a superestimativa (Van Galen *et al*., 2023).

Entre 1862 e 1863, quando a abolição da escravidão era iminente no Suriname, dois novos tipos de registro foram criados. No segundo semestre de 1862, os proprietários de escravos ou seus representantes tiveram de entregar uma lista das pessoas que possuíam, para reivindicar uma indenização de 300 florins por pessoa escravizada, junto ao governo holandês. Essas listas, chamadas *Borderellen*, eram estruturadas exatamente da mesma forma que os registros de escravos, mas adicionavam informações sobre a religião e a ocupação de cada pessoa escravizada.

Além disso, em maio e junho de 1863 foi criado um "registro de nomes" para cada distrito. Como os escravizados se tornaram pessoas livres, eles precisavam de um sobrenome para ser registrados no registro civil. Nesse registro, os ex-escravizados emancipados foram inscritos com seu novo sobrenome, prenomes, ano de nascimento, o prenome que tinham antes de 1863, residência e, às vezes, informações sobre relações familiares. As informações dos *Borderellen* e do registro de nomes foram combinadas por Lamur (2004) em um único conjunto de dados de emancipação. Essas informações são necessárias para conectar os registros de escravos ao registro civil. Os registros de aproximadamente 34.000 indivíduos emancipados estão vinculados à série 4 dos registros de escravos com a permissão do autor.

Registro civil

Em 1828, o registro civil foi introduzido pelo governo colonial do Suriname, substituindo o registro de batismos, sepultamentos e casamentos, que era feito por diferentes denominações religiosas, como as Igrejas Reformada Holandesa, Luterana, Judaica e Católica. O novo registro civil no Suriname foi organizado de acordo com o modelo holandês, que, por sua vez, baseava-se no modelo introduzido durante a Primeira República Francesa (1792-1804). Os registros civis documentavam os eventos vitais: principalmente nascimento, óbito e casamento. Os registros não apenas indicavam o evento e os nomes da(s) pessoa(s) envolvida(s), mas também, em muitos casos, sua idade, estado civil, profissão e local de residência. Além disso, registravam os nomes e informações adicionais dos pais da pessoa, bem como do declarante e das testemunhas. O registro consistente das pessoas envolvidas e de seus pais facilita para

os pesquisadores a conexão de registros referentes às mesmas pessoas e a reconstrução de linhas familiares.

Apenas pessoas livres foram incluídas nos registros civis. Assim, eles excluíram as pessoas em situação de escravidão até a abolição em 1863 e, no Suriname, também excluíram a população indígena e os *maroons* (comunidades de descendentes de escravizados fugidos), que viviam fora da sociedade colonial, no interior. Os habitantes livres do Suriname colonial eram legalmente obrigados a declarar a um registrador todo nascimento, óbito, casamento, reconhecimento e divórcio. Antes de 1864, essas declarações eram quase exclusivamente registradas na cidade principal de Paramaribo. Isso só era viável enquanto quase todas as pessoas livres viviam na cidade ou em seus arredores. Uma vez abolida a escravidão, o número de registros aumentou drasticamente, e logo todos os distritos passaram a ter seus próprios registradores.

Como o registro civil assentava eventos vitais, o número de registros é muito maior do que o dos registros de escravos. Desde o início do registro civil, em 1828, até 1950, há mais de meio milhão de certidões de nascimento, óbito e casamento disponíveis para o Suriname.

O sistema de registro civil era um tipo de fonte muito diferente dos registros de escravos. Os registros de escravos eram uma espécie de "contabilidade" de pessoas, destinados a acompanhar os indivíduos ao longo do tempo, de proprietário em proprietário. Uma desvantagem desse sistema é que as pessoas escravizadas não se registravam por si mesmas e que apenas as informações relevantes para os direitos de propriedade sobre essas pessoas eram registradas. No sistema de registro civil, os eventos vitais eram registrados pelas próprias pessoas envolvidas, e as informações por pessoa são mais detalhadas. A consequência, porém, é que o registro civil não fornece uma visão geral de toda a população livre. Apenas pessoas que passaram por eventos vitais no Suriname (e seus pais) aparecem no registro civil. Também faltam informações sobre migrantes que chegavam ou saíam do país.

Um inconveniente adicional do registro civil é que um sistema desenvolvido para uma sociedade europeia foi copiado para uma sociedade com uma estrutura social muito diferente. Uma das consequências disso foi a suposição de que quase todas as crianças nasciam dentro de um casamento formalmente registrado. Assim, se uma criança nascia fora do casamento, a paternidade não era registrada, a menos que o pai reconhecesse oficialmente a criança. No Suriname, onde existiam muitos relacionamentos informais e casamentos religiosos entre trabalhadores contratados que não eram reconhecidos pelo governo colonial, isso significou que, para muitas crianças nascidas livres, o pai permaneceu desconhecido.

Outra diferença marcante em relação à Europa é que muitas pessoas no Suriname não tinham sobrenome, embora isso fosse um requisito para o registro civil. Isso se aplicava, como mencionado, às pessoas escravizadas, que foram coletivamente designadas com sobrenomes na Emancipação de 1863. Também se aplicava aos povos indígenas e aos *maroons*, assim como à maioria dos trabalhadores contratados. No caso dos trabalhadores contratados, isso foi temporariamente resolvido usando o número do contrato como sobrenome. Até que os descendentes de trabalhadores contratados começassem a adotar nomes de família na década de 1930, a maioria deles tinha, portanto, uma combinação alfanumérica como sobrenome.

Apesar das limitações mencionadas acima, a qualidade geral dos registros era boa em termos gerais. O governo colonial surinamês envidou um esforço consciente para melhorar continuamente os registros em ambos os tipos de fontes e assegurar que todos os grupos que viviam no contexto colonial fossem registrados. Como resultado, é possível rastrear indivíduos ao longo do tempo tanto durante a escravidão quanto após sua abolição, reconstruir seus cursos de vida e vinculá-los aos de seus descendentes e familiares.

4. Ciência cidadã e Reconhecimento de Texto Manuscrito (*Handwritten Text Recognition* – HTR)

Para viabilizar a transcrição de centenas de milhares de registros históricos, nós convidamos – e recebemos – a ajuda de mais de mil voluntários, os chamados "cientistas cidadãos". Em janeiro de 2017, uma campanha de financiamento coletivo, seguida de uma iniciativa *on-line* de ciência cidadã, foi realizada, resultando na publicação de um banco de dados *on-line* pesquisável dos registros de escravos do Suriname (Van Galen *et al*., 2019). Em setembro de 2021, foi lançada a continuação do projeto, no qual cientistas cidadãos começaram a transcrever a vasta coleção de registros civis do Suriname. Optou-se por um projeto de ciência cidadã em vez de trabalhar com estudantes remunerados, a fim de envolver um público amplo e criar consciência pública sobre a história colonial holandesa. Além disso, a ciência cidadã limita os custos de transcrição tanto em tempo quanto em recursos financeiros e, consequentemente, torna os dados disponíveis mais rapidamente (Irwin, 1995; Cohn, 2008; Bonney *et al*., 2009; Franzoni; Sauermann, 2014).

Fez-se um esforço considerável para envolver um público amplo no projeto, com a intenção de recrutar muitos voluntários de modo que o ritmo de processamento dos dados se mantivesse elevado. Dessa forma, esperávamos evitar as armadilhas usuais da ciência cidadã, como a dificuldade de atrair

voluntários, o interesse decrescente ao longo do projeto ou preocupações com a qualidade dos voluntários (Bone *et al.*, 2012; Sauermann; Franzoni, 2015; Crall *et al.*, 2017; Van Galen, 2019).

Os participantes são convidados a transcrever os dados textuais dos documentos digitalizados para um formulário *on-line*. Utilizamos as plataformas holandesas de ciência cidadã *on-line* Vele Handen (https://velehanden.nl) e Het Volk (https://hetvolk.org), que são comparáveis à plataforma internacional Zooniverse (https://www.zooniverse.org/). Os participantes transcrevem apenas as entidades do texto que são relevantes para um banco de dados e as inserem em campos selecionados. Assim, eles também estruturam os dados. Para garantir uma transcrição de alta qualidade, cada digitalização é transcrita de forma independente por dois cientistas cidadãos e verificada por um terceiro cientista cidadão mais experiente, sendo corrigida se necessário. Em seguida, a equipe técnica do HDSC realiza uma verificação final e integra as transcrições em um conjunto de dados antes de vinculá-lo internamente e com outras informações.

Nos sucessivos projetos de ciência cidadã que juntos formam o HDSC, mais de 1.000 pessoas participaram voluntariamente das atividades de transcrição. Os participantes foram recrutados de várias maneiras: por meio de parcerias com organizações relevantes, como a Fundação de Genealogia do Suriname (*Stichting Surinaamse Genealogie*); por ampla divulgação na mídia holandesa e surinamesa e nas redes sociais; e promoção de uma série de eventos *on-line* e presenciais. Em média, os participantes têm mais de cinquenta anos de idade, e a maioria deles são mulheres. Cerca de metade dos participantes possui raízes familiares no Suriname. A maioria deles vive nos Países Baixos. Os participantes no Suriname formam um grupo menor, mas se deve ter em mente que o Suriname tem apenas cerca de 640.000 habitantes, em comparação aos 18 milhões dos Países Baixos (Van Galen, 2019; Prats López *et al.*, 2025).

O que motiva os participantes a ingressar no projeto? Isso naturalmente varia, mas especialmente as comunidades da diáspora são valiosas para projetos como este. Muitos participantes nos Países Baixos têm vínculos com o Suriname e juntaram-se devido a um interesse pessoal em sua história familiar. No entanto, outra parcela considerável de participantes admite ter tido pouco conhecimento prévio sobre o Suriname antes de ingressar na iniciativa e que não tinha qualquer vínculo familiar com a conturbada história daquelas pessoas. Em vez disso, eles se juntaram ao projeto por seu interesse em genealogia ou por necessidade de realizar um trabalho voluntário significativo ou ainda pelo desejo de reparar uma injustiça histórica (Van Galen, 2019; Van Oort *et al.*, 2025).

Não foram oferecidas recompensas financeiras pela participação, porque percebemos desde cedo que elas, na verdade, agiam de forma contraproducente: participantes intrinsecamente motivados trabalham muito mais arduamente do que estudantes remunerados. Em vez disso, apoiamos os cientistas cidadãos com treinamento *on-line*, manuais, boletins informativos regulares, encontros e palestras *on-line* e presenciais e um fórum *on-line*. O fórum é um espaço comunitário fundamental que desempenha dupla função na geração de engajamento dos participantes. No sentido prático, é um repositório de conhecimento em que os participantes trocam informações e ajudam-se mutuamente com questões práticas, por exemplo sobre como ler ou interpretar certidões, muitas vezes dispensando a necessidade de intervenção da equipe do projeto. Essa troca de conhecimento cria um senso de comunidade que é reforçado pela segunda função do fórum: o compartilhamento de histórias e experiências pessoais relacionadas às fontes (Prats López *et al.*, 2025; Van Oort *et al.*, 2025).

Para que um projeto de ciência cidadã como este tenha sucesso, é necessário um grande investimento de tempo e cuidado para recrutar e manter o envolvimento dos cientistas cidadãos, o que significa que também é preciso estar ciente das várias motivações dos participantes para colaborar. É essencial estar atento às necessidades dos participantes e reagir rapidamente a quaisquer perguntas, sugestões e reclamações. Tomamos cuidado para não politizar o projeto e apresentá-lo consequentemente como um esforço conjunto para criar um acesso aberto e igualitário a um passado compartilhado (Van Galen, 2019; Van Oort *et al.*, 2025). Não obstante o tema delicado da história colonial, conseguimos manter uma atmosfera construtiva e de apoio em que não ocorreram conflitos entre os participantes nem com os coordenadores do projeto.

Reconhecimento de Texto Manuscrito (*Handwritten Text Recognition* – HTR) e transcrição híbrida

Devido à enorme quantidade de trabalho de transcrição ainda pela frente, recentemente começamos a investigar o potencial do uso de métodos computacionais com o objetivo de criar um fluxo de trabalho híbrido que combine o esforço dos cientistas cidadãos com a contribuição do computador, na forma de algoritmos e aprendizado de máquina. Os métodos que atualmente estamos aplicando às certidões do registro civil do Suriname são chamados de reconhecimento de texto manuscrito (HTR) e reconhecimento de entidades. Para o HTR, usamos o *software* Transkribus (https://www.transkribus.org/).

Durante muito tempo, os arquivos eram descritos e acessíveis apenas por meio de índices muito formais. Com a "googlificação" da informação, as últimas duas décadas testemunharam uma abordagem completamente nova das fontes arquivísticas. Jornais mantidos por arquivos ocidentais foram as primeiras fontes a serem transcritas digitalmente, usando reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Como resultado, esse tipo de fonte também foi o primeiro a ser usado para extrair automaticamente certas entidades, como nomes ou locais (por exemplo, Ehrmann *et al.*, 2023; Abadie *et al.*, 2022). Mais recentemente, os arquivos foram transformados com o desenvolvimento do HTR, que possibilita a transcrição de quase todos os documentos manuscritos mantidos por arquivos (Muehlberger *et al.*, 2019).

Essa abordagem é promissora para o nosso projeto, pois pode aumentar a velocidade com que os documentos se tornam acessíveis e pesquisáveis. Para transformar as digitalizações em um banco de dados, seguimos uma série de etapas. Em resumo, essas etapas podem ser divididas em duas ações principais: a primeira é o processo de HTR, de transcrição da imagem digitalizada; a segunda é o reconhecimento de entidades, no qual extraímos automaticamente datas, nomes e locais da transcrição e os armazenamos como valores em um banco de dados (Quanjer *et al.*, 2025). O principal desafio é que erros cometidos nas etapas iniciais afetam todos os resultados nas etapas subsequentes do processo (Luthra *et al.*, 2024; Monroc *et al.*, 2022).

O primeiro passo no processo de HTR é detectar corretamente o *layout* das digitalizações. O Transkribus oferece esquemas predefinidos de detecção de regiões de texto, mas nós treinamos nosso próprio modelo de detecção de *layout* dentro do Transkribus, já que os modelos-padrão apresentavam vários erros. Como essa etapa ocorre no início do processo, é crucial melhorar a detecção de *layout*. Treinar um modelo de *layout* em vez de usar o padrão do Transkribus gera resultados melhores (ver Dahl *et al.*, 2023 para a abordagem padrão). O segundo passo no processo de HTR é transcrever automaticamente o texto dentro das regiões com base nas linhas de base reconhecidas. Enquanto o OCR se baseia em um número finito de fontes tipográficas, o HTR baseia-se em aprender novos caracteres, em nosso caso aqueles dos funcionários civis que redigiram as certidões.

O modelo do Transkribus é treinado nas formas e características dos nossos dados, fornecendo-lhe mais de 100 certidões completamente transcritas (*ground truth*). As chamadas taxas de erro de caractere (*character error rates* – CER), que correspondem à proporção de caracteres incorretos em relação ao total de caracteres, são tipicamente usadas para avaliar transcrições HTR. Estudos anteriores mostraram que é necessária uma taxa de erro de caractere

abaixo de 5% para obter bons resultados nas etapas posteriores do processo (Monroc *et al.*, 2022). No projeto de HTR para Curaçao, conseguimos obter um CER de 3,9%.

Depois que os documentos foram transcritos com HTR, usando o Transkribus, o segundo passo do processo é extrair as entidades relevantes dos documentos transcritos e armazená-las em um banco de dados. Em outras palavras, a partir de uma longa sequência de texto, extraímos automaticamente um nome, data, ocupação, local de nascimento e assim por diante. Para a extração de entidades, exploramos tanto o uso de expressões regulares quanto de modelos de linguagem de grande porte (ChatGPT). O ChatGPT superou as expressões regulares na extração de entidades como datas e nomes. Embora a proporção de datas corretamente identificadas seja razoável para o ChatGPT (>80%), o ChatGPT conseguiu extrair nomes corretamente em apenas cerca de um terço dos casos. A principal razão para a baixa precisão na identificação de nomes foi que o HTR produziu muitos erros de caracteres para nomes. Isso tem a ver com o modelo de linguagem do Transkribus, que tem dificuldades para levar em conta os vários prenomes e sobrenomes derivados das múltiplas línguas faladas no contexto surinamês.

Como consequência, a qualidade atual do HTR e da extração de nomes não atende as necessidades de qualidade do nosso projeto. Portanto, começamos a integrar a transcrição automática em nosso fluxo de trabalho atual de *crowdsourcing* (ciência cidadã). Aos transcritores humanos são exibidas entidades pré-preenchidas, geradas automaticamente que eles precisam verificar (datas, nomes, ocupações, etc.). Isso acelera o processo de transcrição porque os cientistas cidadãos trabalham com mais eficiência e porque nos permite substituir um dos dois transcritores humanos por nossa cadeia de transcrição auxiliada por computador. Assim, obtemos o melhor de ambos os métodos: uma transcrição mais rápida das fontes, combinada com a maior precisão e envolvimento dos cientistas cidadãos (Quanjer *et al.*, 2025). (Ver Figura 2.)

Figura 2 – Fluxo de trabalho híbrido combinando HTR e ciência cidadã



5. Resultados preliminares e perspectivas de pesquisa

A despeito da ajuda de muitos voluntários, a criação do banco de dados tem consumido muito tempo. O financiamento para nosso projeto foi generoso, mas direcionado principalmente à construção da infraestrutura e das ferramentas de acesso para o público em geral. Em outras palavras, a pesquisa acadêmica utilizando o banco de dados ainda é relativamente limitada. Convidamos pesquisadores interessados em todo o mundo para fazer uso de nossos dados! Até agora, a maior parte das novas pesquisas tem se dedicado ao estudo da mortalidade e da sobrevivência. Por um lado, isso reflete o renovado interesse da comunidade internacional de demógrafos historiadores nos ambientes onde se disseminavam as doenças, bem como nas condições socioeconômicas e familiares benéficas à sobrevivência (por exemplo, Puschmann *et al.*, 2025). Mas, o estudo (comparativo) da mortalidade de escravizados também contribui para o debate sobre o regime escravista holandês no Suriname. Observadores coevos, como Stedman (1796, 1988), sugeriram que esse era um dos sistemas mais brutais existentes. Nesta seção, resumimos estudos recentes, alguns dos quais ainda não foram publicados.

5.1 Novas descobertas sobre a mortalidade de escravizados no Suriname

Taxas de mortalidade

Estudos anteriores sobre taxas de mortalidade e expectativa de vida basearam-se na reconstrução de um pequeno número de plantações (Lamur, 1977; Oostindie, 1989; Van Stipriaan, 1993) e, em grande medida, confirmaram que

a mortalidade entre os escravizados do Suriname era muito alta. As taxas de mortalidade sempre superavam as taxas de natalidade, levando a um declínio natural da população escravizada – algo que também ocorreu em outras colônias produtoras de açúcar no Caribe (Higman, 1995). O HDSC permite-nos gerar um quadro completo, incluindo todos os escravizados nas plantações, bem como aqueles de propriedade privada. As taxas brutas de mortalidade oscilaram em torno de 30 por mil na década de 1830, depois dispararam no início da década de 1840 para 45-50 por mil, estabilizando-se no período de 1847-1863 em um nível entre 30 e 40 (Rosenbaum-Feldbrügge; Quanjer, no prelo). Para a década de 1830, taxas semelhantes foram encontradas entre escravizados em regiões vizinhas. Lamur (1996) estimou taxas brutas de mortalidade de 34 na Guiana Francesa (1831-1838) e de 31 em Berbice e Demerara, parte da Guiana Britânica (1817-1832).

Surpreendentemente, as taxas de mortalidade pouco diferiam entre os escravizados de propriedade privada e os das plantações. Isso indica que os padrões de vida na cidade de Paramaribo, onde a maioria dos senhores de escravos particulares vivia com sua criadagem, não eram superiores aos das plantações com suas severas condições de trabalho. No entanto, os proprietários privados ocasionalmente alugavam seus escravizados domésticos para trabalhar em plantações durante a época da colheita, o que significa que as condições de trabalho entre escravizados de propriedade privada e escravizados das plantações talvez não fossem tão diferentes quanto sugerido pela distinção legal. Os picos na década de 1840 foram provavelmente causados por epidemias. Na década de 1840, a população surinamesa foi atingida por graves epidemias de gripe e disenteria, seguidas por um surto de varíola na segunda metade da década de 1850 (Van Stipriaan, 1993).

Análise de regressão

Nosso banco de dados permite-nos ir além das estatísticas agregadas. Podemos estudar padrões demográficos na forma de probabilidades de que determinado evento vital ocorra. A escravidão pode terminar em morte, mas também em manumissão ou fuga. Com regressão logística multinomial podemos analisar como o status de propriedade, o sexo e a idade aumentaram ou diminuíram a probabilidade de cada desfecho em relação a ainda estar presente no fechamento dos registros de escravos na Emancipação. Os cálculos de Rosenbaum-Feldbrügge e Quanjer (no prelo) para o Suriname no período de 1848-1863 mostram que todas as três variáveis independentes (idade, sexo e condição de propriedade) tiveram um impacto significativo na mortalidade, fuga e manumissão no Suriname.

Os homens geralmente apresentavam riscos de mortalidade mais altos, o que pode estar relacionado à divisão sexual do trabalho imposta pelos senhores de escravos (retomaremos o tema adiante). Além dos idosos com mais de 55 anos, as crianças com menos de 15 anos apresentavam um risco significativamente maior de morrer, em comparação com os grupos etários entre 15 e 55 anos, do que de estar presentes no fim de uma série (isto é, ainda vivas até o final do período). Nesse cálculo, os escravizados de propriedade privada apresentaram até mesmo um risco de mortalidade maior do que os das plantações, o que requer mais investigação. As mulheres tinham muito menos probabilidade de fugir da escravidão no Suriname; isso se aplica também às crianças menores de 15 anos, enquanto o status de propriedade não afetou a fuga. Contraditoriamente, os resultados sugerem que idosos acima de 55 anos foram os mais propensos a fugir. No entanto, isso pode indicar um registro tardio das fugas nos registros de escravos.

No que diz respeito à manumissão, os resultados apontam na direção esperada. Crianças, mulheres e – especialmente – escravizados de propriedade privada tinham mais probabilidade de ser manumitidos antes de 1863 do que de estar presentes na Emancipação.

Tábuas de vida

O estudo da mortalidade dos escravizados no Suriname é dificultado pela acentuada subnotificação da mortalidade infantil. Evidências dispersas do Suriname e a literatura sobre plantações em ilhas caribenhas sugerem que a mortalidade infantil e na primeira infância era muito alta, provavelmente causada pela desnutrição da mãe (grávida) e da criança (Van Hoëvell, 1854; Oostindie, 1989, p. 135, 258; Van Stipriaan, 1993, p. 330). Kiple argumentou que graves deficiências de cálcio e vitaminas na mãe levavam a natimortos, baixo peso ao nascer e alta mortalidade infantil, chegando ao ponto de tornar a amamentação perigosa para a criança (Kiple, 1984, p. 129). Variações regionais nos níveis de mortalidade desempenham um papel no debate em curso sobre os custos humanos da escravidão em plantações. Nesse debate, obviamente, também são feitas comparações com as populações livres da época.

De preferência, as comparações são feitas com dados e cálculos semelhantes. O "padrão-ouro" da pesquisa sobre mortalidade é a tábua de vida, amplamente utilizada para estudar tendências globais e variações em saúde, bem-estar e expectativa de vida. MacDonald *et al*. (no prelo) calcularam tábuas de vida para toda a população escravizada do Suriname, cobrindo o período de 1853-1862.

Na elaboração dessas tábuas de vida, MacDonald *et al*. utilizaram o sistema MORTPAK, desenvolvido pelas Nações Unidas, para construir e corrigir tábuas de vida para países com dados incompletos. Esse procedimento compara simultaneamente a tábua de vida com nove possíveis modelos de tábuas de vida, produzindo índices de similaridade para faixas etárias específicas em cada comparação e selecionando o modelo mais apropriado com base nos menores valores desses índices (United Nations, 2003). Utilizando os dados de óbitos por sexo e idade nos períodos de 1853-1857 e 1858-1862 e os dados populacionais de 1855 e 1860, foram calculados dados de mortalidade específicos por idade para as faixas etárias de 1-4 anos e grupos quinquenais de idade até 85+, enquanto para a faixa etária 0 foi calculada a taxa de mortalidade infantil.

As tábuas de vida iniciais resultantes foram comparadas com as tábuas-modelo, e com base nos menores valores dos índices de similaridade, a tábua-modelo "Ásia do Sul" foi selecionada para todas as quatro tábuas de vida. Isso resultou em um ajuste considerável para baixo dos valores da expectativa de vida para os dois grupos etários mais baixos, 0 e 1-4 anos, e, em menor medida, para os dois grupos etários mais altos, 80-84 e 85+. No período de 1853-1857, a expectativa de vida ao nascer é agora estimada em 14,6 anos para os homens e 22,3 anos para as mulheres. Os números correspondentes para 1858-1862 são 14,7 e 21,2.

Infelizmente, não existem tábuas de vida comparáveis para escravizados no período de 1853-1862, porque nenhum dos países que ainda praticavam a escravidão – a saber, Brasil, Cuba, Porto Rico e os Estados Unidos – publicou uma tábua de vida nacional. Para o Suriname, Humphrey Lamur estimou a expectativa de vida em 1852-1861 na plantação governamental Catharina Sophia em 21,7 anos (ambos os sexos combinados) (Lamur, 1977). Para a vizinha Guiana Britânica, George W. Roberts publicou uma tábua de vida abreviada para ambos os sexos, cobrindo os anos de 1820-1832, e obteve uma expectativa de vida ao nascer (ambos os sexos combinados) de 22,8 anos (Roberts, 1952).

Para a ilha caribenha de Granada, em 1818, Jeffrey P. Koplan calculou uma expectativa de 25,9 anos, mas, de acordo com o próprio autor, provavelmente esse dado estava superestimado (Koplan, 1983). Uma análise detalhada foi realizada para a população escravizada de Trinidad no início do século XIX. A. Meredith John utilizou os dados dos registros de 1813, 1815 e 1816 para calcular as taxas de sobrevivência e construir uma função de sobrevivência que lhe permitiu construir uma tábua de vida (John, 1988a; 1988b). Quando se consideram os padrões de mortalidade dos escravizados trinitários como

africanos, dois grupos de tábuas-modelo de Coale-Demeny, as do Norte e do Oeste, mostraram-se os mais adequados com base em sua estreita correspondência com a mortalidade infantil e com a mortalidade adulta, respectivamente.

Suspeitando de que a mortalidade da população escravizada trinitária era maior do que a implícita na tábua de vida com a menor expectativa de vida, de 20 anos, ela desenvolveu duas tábuas-modelo adicionais para expectativas de vida de 17,5 e 15,0 anos, respectivamente. Ela estabeleceu um nível superior e um inferior de mortalidade e construiu três tábuas de vida para cada sexo com base nos níveis alto, médio e baixo de mortalidade. A expectativa de vida ao nascer resultante para mulheres escravizadas, de acordo com os níveis de mortalidade, foi de 20,6, 17,3 e 13,9 anos, respectivamente. Para homens escravizados, os valores correspondentes foram de 19,5, 17,3 e 15,2 anos, respectivamente.

Para a região cafeeira no Brasil em 1872, de Mello (1977, p. 235-239) estimou a expectativa de vida para escravos do sexo masculino em 18,3 anos (estimativa inferior) e 23,3 anos (estimativa superior). Para as mulheres, os números correspondentes são 20,4 e 25,5 anos. Na costa sul do Brasil, as condições parecem ter sido ligeiramente melhores. Dario Scott (2021, p. 233) calculou a expectativa de vida ao nascer de escravos homens em Porto Alegre, 1859-1872, como 24,4 anos e de mulheres como 28,4 anos (usando *o General Growth Balance*).

Podemos concluir que a mortalidade de escravos no Suriname em 1853-1862 estava entre as piores taxas registradas para populações escravizadas no Caribe e áreas circundantes durante o século XIX. Devemos estar cientes, entretanto, de que a população livre muitas vezes tinha apenas um desempenho ligeiramente melhor. Por exemplo, no Brasil em 1872, a população total tinha uma expectativa média de vida de apenas 27 anos para ambos os sexos, o que foi apenas 3,7 anos mais do que para os escravos do sexo masculino nesse ano e apenas 2,3 anos mais do que a expectativa de vida das escravas (Klein; Vidal Luna, 2010, p. 171). Infelizmente, neste momento ainda não podemos calcular a expectativa de vida da população livre do Suriname.

Mortalidade por tipo de *plantation*

A diferenciação da mortalidade por tipo de plantação permite-nos ampliar o foco sobre o impacto da exploração do trabalho na saúde. No Suriname dos meados do século XIX, os proprietários de plantações responderam à crescente demanda por mão de obra nas plantações de açúcar em modernização fundindo comunidades escravizadas por meio da consolidação de planta-

ções. As transferências de força de trabalho escravizada fizeram parte de uma mudança econômica mais ampla: o declínio das plantações de café e algodão menos lucrativas e o surgimento da produção centralizada de açúcar (Van Oort e Van Galen, no prelo). Usando modelos de riscos proporcionais de Cox, Rosenbaum *et al*. (no prelo), encontraram-se evidências claras de que condições mais duras, particularmente no que se refere à carga de trabalho, resultaram em riscos aumentados de morte entre as pessoas escravizadas no Suriname nos últimos anos antes da abolição da escravidão.

Em particular, eles mostram que os riscos de mortalidade em plantações de açúcar eram significativamente mais altos, de modo geral, do que em plantações de algodão e madeira. Surpreendentemente, não houve diferenças nos riscos de mortalidade entre plantações de café e de açúcar, indicando que as plantações dessas culturas tinham condições de trabalho e doenças relacionadas ao meio semelhantes. Os autores também demonstram que o ambiente onde circulavam as doenças importava menos do que as condições de trabalho. Ou seja, as diferenças nos produtos cultivados nas plantações estavam relacionadas a diferenças na mortalidade adulta e não na mortalidade infantil.

No que diz respeito ao processo de produção agrícola e às condições de trabalho, as plantações de açúcar eram geralmente consideradas os ambientes mais prejudiciais para as pessoas escravizadas (Bosma, 2023; Higman, 1995). A cana-de-açúcar precisava ser replantada todos os anos, o que exigia uma preparação extensiva do solo (Beigelman, 2024), e o corte da cana-de-açúcar com lâminas afiadas era considerado uma tarefa mais árdua e perigosa do que colher grãos de café e algodão (Van Stipriaan, 1993). Além disso, durante a época da colheita, as pessoas escravizadas enfrentavam condições de trabalho extenuantes com jornadas de dezoito horas ou mais, porque a cana recém-colhida precisava ser processada muito rapidamente (Bosma, 2023; Follett, 2010). Nas plantações de café, o trabalho noturno também era comum durante a colheita, porque os grãos de café precisavam ser debulhados e lavados imediatamente após a colheita (Van Stipriaan, 1993), enquanto a produção de algodão e madeira geralmente não exigia trabalho noturno.

Conforme explicado acima, a maioria das plantações possuía seu próprio sistema de diques e canais, semelhante aos pôlderes holandeses. Os canais serviam como rotas de transporte e sistemas de drenagem para garantir níveis adequados de água para as lavouras. Esses sistemas exigiam uma extensiva e árdua manutenção durante certos períodos do ano, pois anualmente tinham de ser dragados para evitar o assoreamento, o que era considerado uma das tarefas mais extenuantes para os homens escravizados (Van Stipriaan, 2021; Van Galen *et al.*, 2021). Como os trabalhadores escravizados não tinham permissão para

usar sapatos, eles tinham de trabalhar com os pés descalços na água, o que aumentava o risco de contrair doenças como a ancilostomíase. No século XIX, tanto as plantações de açúcar quanto as de café dependiam fortemente desses canais de transporte, enquanto as plantações de algodão utilizavam predominantemente caminhos sobre os diques dos pôlderes, exigindo muito menos manutenção. Consequentemente, as plantações de açúcar e de café exigiam consideravelmente mais trabalho de manutenção do que aquelas de algodão (Van Stipriaan, 1993). As plantações de madeira não exigiam a construção de canais e diques, e os trabalhadores nessas plantações, portanto, ficavam menos expostos a doenças transmitidas pela água e àquelas transmitidas por mosquitos. O excesso de mortalidade masculina no Suriname pode ser amplamente atribuído às condições de trabalho nas plantações de açúcar e café.

O papel do parentesco na sobrevivência infantil

Como descrevemos em seções anteriores, os registros de escravos mencionavam apenas o nome da mãe, já que a paternidade não era reconhecida. Ainda assim, isso nos permite reconstruir a rede de parentesco materno e verificar a proximidade de parentes pelo lado materno. A mortalidade infantil e de crianças nas plantações do Suriname era muito alta, mas será que a presença de mães, avós maternas ou irmãos da mãe poderia oferecer ao menos alguma proteção? Essa questão é respondida por Rosenbaum-Feldbrügge, Quanjer e Thompson (no prelo). Ao longo da infância, a perda da mãe aumentava o risco de morte das crianças, em particular no período subsequente à sua morte, e principalmente para crianças menores. Isso sugere que alternativas ao leite materno (papas à base de farinha, banana-da-terra ou milho) eram nutricionalmente deficientes e prejudiciais à saúde infantil. Dadas as atividades exigentes em termos de energia e as condições de vida duras nas plantações, é improvável que escravizadas amamentassem os filhos de outras mães. Esse resultado contradiz a sugestão de Kiple (1984, p. 129) de que as mães escravizadas estavam tão exauridas, que o valor nutricional do leite materno era baixo demais para proteger as crianças contra uma morte prematura. Se esse fosse o caso, provavelmente teria sido encontrada uma correlação mais fraca entre a morte materna e a sobrevivência na infância.

A morte de uma avó (materna) aumentava a probabilidade de que uma criança entre 1 e 5 anos também morresse, ao passo que a sobrevivência de crianças mais novas e mais velhas não era afetada. Crianças mais velhas, entre 5 e 12 anos, beneficiavam-se da presença de tias e tios. O risco de morte delas era menor (HR: 0,68, IC 95%: 0,49-0,95) em comparação a de não ter tios ou tias vivos.

5.2 Perspectivas de pesquisa

O Banco de Dados Histórico do Suriname e do Caribe (*Historical Database of Suriname and the Caribbean*), certamente quando enriquecido com novas fontes das gerações sucessivas e com novas variáveis, permitirá aos pesquisadores reescreverem não apenas a história demográfica do Suriname, mas também levantar uma série de novas questões sobre padrões e processos demográficos em sociedades coloniais tropicais em geral. Mencionaremos apenas algumas dessas perspectivas de pesquisa relacionadas à fertilidade, aos efeitos intergeracionais da escravidão, à demografia urbana e ao surgimento de uma sociedade multiétnica.

Fecundidade

Embora o registro dos nascimentos (e de seu momento) nos registros de escravos esteja longe de ser perfeito, a natureza longitudinal dos dados permite-nos reconstruir taxas de fecundidade por idade e a taxa de fecundidade total, embora provavelmente seja necessário fazer correções para fecundidade não registrada (Van Galen e Hassankhan, 2018, p. 510). Em estimativas da taxa de fecundidade (1850-1860) surgiu o baixo valor de três (Lamur, 1981, p. 100); a questão é saber se taxas tão baixas foram encontradas também em outros períodos e em todo o país. Taxas tão baixas teriam sido causadas por nutrição inadequada e pela intensa exaustão física das mulheres?

Possivelmente, dependendo do tipo de trabalho e dos regimes das plantações, ocorreram formas de cuidado compartilhado que poderiam afetar a fecundidade. Mais uma vez, a presença de parentes pode ser importante. A infecundidade (ausência de filhos) também costuma ser elevada entre mulheres escravizadas, o que muitas vezes é interpretado como uma forma de resistência (Cowling *et al.*, 2017). Em quais contextos as mulheres tinham maior probabilidade de permanecer sem filhos? Acompanhando os cursos de vida após a emancipação, também poderemos ver as consequências de não ter filhos em termos de co-residência, cuidado e riscos de mortalidade. A composição por sexo da prole pode estar relacionada a uma maior ou menor relutância em interromper a chegada de um próximo filho – mas, pelo que sabemos, pouco se sabe sobre preferências de sexo por crianças entre os escravizados.

Efeitos intergeracionais da escravidão

A construção de cursos de vida completos de pessoas escravizadas – inclusive após a manumissão ou emancipação – bem como de seus filhos e netos nos permitirá estudar a complexa questão dos efeitos intergeracionais de

longo prazo da escravidão. Os mecanismos de transmissão intergeracional podem ser diversos. Primeiro, as experiências de desenraizamento, violência e dependência poderiam influenciar a parentalidade (ver Beigelman, 2024) e, portanto, ter impacto na socialização da geração mais jovem. Em segundo lugar, a discriminação e o racismo, bem como as desvantagens socioeconômicas enfrentadas pelos ex-escravizados, foram transmitidos às gerações subsequentes. Há um debate de longa data sobre a matrifocalidade em famílias afro-americanas e caribenhas contemporâneas e se ela pode ser explicada por raízes africanas ou pela escravidão. De fato, pesquisas recentes sugerem que a pobreza no pós-Emancipação e a migração seletiva por sexo são mais importantes do que as tradições (Bertocci; Dimico, 2020).

Por fim, experiências de trauma ou desnutrição podem ter efeitos físicos duradouros, que também podem ser transmitidos à prole. Os efeitos intergeracionais da escravidão na saúde têm sido amplamente discutidos no debate sobre as causas da hipertensão e do baixo peso ao nascer entre afro-americanos (por exemplo, Jasienska, 2009).

Demografia urbana

Um dos legados notáveis do governo colonial holandês são os chamados registros de bairros de Paramaribo. Trata-se de listas anuais de pessoas por endereço na cidade, cobrindo o período de 1828-1847. Essas fontes já foram digitalizadas e estão agora sendo transformadas em conjuntos de dados que podem ser analisados com ferramentas de SIG (Van Oort, 2025). Os registros mostram a segregação social e étnica na cidade. A parte mais antiga e abastada da cidade, localizada a leste, perto do Forte Zeelandia, abrigava a maioria dos europeus brancos que viviam em Paramaribo. A nova expansão a sudoeste da cidade, chamada *Frimangron* ("terra dos libertos"), era predominantemente habitada por pessoas de ascendência africana.

Nessa parte da cidade, durante a segunda metade do século XVIII, terras foram concedidas a ex-escravizados que haviam servido no exército colonial. Foi também a área onde se estabeleceram muitas pessoas que foram alforriadas no século XIX. Por exemplo, pode-se observar que o tamanho médio dos domicílios era menor em Frimangron (Van Oort, 2025, p. 116-117). Obviamente, as perspectivas de pesquisa desses registros aumentam quando eles podem ser vinculados aos registros de escravos, registros de alforria, registros civis, valores de aluguel de imóveis, etc. Um desenvolvimento novo e empolgante na demografia é o estudo dos efeitos da vizinhança sobre os resultados na vida daquelas pessoas, como mortalidade, fecundidade e mobilidade social, em particular quando informações sobre vizinhos de fato são conhecidas em vez de

usar informações agregadas sobre determinados quarteirões ou bairros.

A possibilidade de usar dados dinâmicos sobre vizinhos individuais para estudar efeitos ao longo do curso de vida dificilmente é possível em contextos históricos (mas veja, por exemplo, um caso do século XX na Suécia: Souza Maia, 2025). Assim, os registros de bairros, uma vez totalmente integrados ao HDSC, oferecem uma oportunidade rara de estudar os efeitos da vizinhança em combinação com a rede de parentesco no contexto de uma cidade colonial.

Rumo a uma sociedade multiétnica

Assim como em outros lugares, a escassez de mão de obra após a abolição da escravidão foi solucionada com a importação de trabalhadores contratados (*indentured workers*) do sul e sudeste da Ásia. Esses registros detalhados de migração também estão sendo integrados ao HDSC, vinculados, por exemplo, aos registros civis. Na seção 3, já aludimos aos consideráveis desafios para o cruzamento de registros, dado que os imigrantes muitas vezes recebiam sobrenomes temporários. Inicialmente, os diferentes grupos étnicos mantiveram distância uns dos outros tanto social como geograficamente. Gradualmente, porém, os grupos étnicos começaram a se misturar, embora mantendo vivas suas culturas e tradições. O banco de dados do Suriname possibilita estudar como, no decorrer de várias gerações, os padrões de casamentos interétnicos, migração interna e mobilidade social interagiram para forjar uma sociedade multiétnica relativamente harmoniosa (ver também Hassankhan *et al.*, 2017).

Conclusão

O Banco de Dados Histórico do Suriname e do Caribe (HDSC) reconstrói a população do Suriname colonial entre 1830 e 1950. Essa base de dados de acesso aberto permite o estudo integrado de uma sociedade colonial tropical. Ao empregar uma abordagem de curso de vida, a pesquisa pode ser conduzida em todos os níveis de análise à medida que dados em nível micro podem ser combinados e analisados para indivíduos, grupos, localidades ou a sociedade como um todo.

Esperamos que outros pesquisadores possam conhecer e usar esses dados, que estão disponíveis em acesso aberto, em suas próprias pesquisas. Também esperamos que o projeto HDSC sirva como modelo para iniciativas em outras regiões, possibilitando assim pesquisas comparativas sobre os efeitos de sociedades coloniais, do trabalho forçado e dos regimes de doenças tropicais nos cursos de vida das pessoas. Durante muito tempo, a demografia histórica tem sido dominada por pesquisas sobre sociedades europeias e norte-america-

nas. É hora de as experiências de sociedades tropicais e multiculturais desempenharem um papel mais proeminente na pesquisa demográfica histórica.

Referências

ABADIE, Nathalie; CARLINET, Edwin; CHAZALON, Joseph; DUMÉNIEU, Bertrand. A Benchmark of Named Entity Recognition Approaches in Historical Documents. In: UCHIDA, Seiichi; BARNEY, Elisa; EGLIN, Véronique (orgs.) *Document Analysis Systems.* DAS 2022. Lecture Notes in Computer Science. Berlin: Springer, 2022. p. 445-60.

BEIGELMAN, Marie. *Essays on violence, health and family dynamics*. Doctoral thesis – University of Barcelona, 2024.

BERTOCCHI, Graziella; DIMICO, Arcangelo. *Bitter Sugar:* Slavery and the Black Family, GLO Discussion Paper, No. 564, Global Labor Organization, 2020.

BONE, James; ARCHER, Michael; BARRACLOUGH, Declan; EGGLETON, Paul; FLIGHT, Dee; HEAD, Martin; JONES, David T.; SCHEIB, Catherine; VOULVOULIS, Nikolaos. Public participation in soil surveys: Lessons from a pilot study in England. *Environmental Science & Technology*, v. 46, n. 7, p. 3.687-96, 2012.

BONNEY, Rick; BALLARD, Heidi; JORDAN, Rebecca; MCCALLIE, Ellen; PHILLIPS, Tina; SHIRK, Jennifer; WILDERMAN, Candie. *Public participation in scientific research:* Defining the field and assessing its potential for informal science education. Washington, DC: CAISE, 2009.

BOSMA, Ulbe. *The World of Sugar.* How the Sweet Stuff Transformed Our Politics, Health and Environment over 2.000 years. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 2023.

BUDDINGH', Hans. *A history of Suriname*. Leiden: Sidestone Press, 2022.

COHN, Jeffrey. Citizen science: Can volunteers do real research? *BioScience,* v. 58, n. 3, p. 192-197, 2008.

COWLING, Camillia; PEREIRA TOLEDO MACHADO, Maria H.; PATON, Diana; WEST, Emily. Mothering slaves: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies, *Slavery and Abolition*, v. 38, n. 2, p. 223-231, 2017.

CRALL, Alycia; KOSMALA, Margaret; CHENG, Rebecca; BRIER, Jonathan; CAVALIER, Darlene; HENDERSON, Sandra; RICHARDSON, Andrew. Volunteer recruitment and retention in online citizen science projects using marketing strategies: Lessons from Season Spotter. *Journal of Science Communication*, v. 16, n. 1, p. 1-29, 2017.

DAHL, Christian M.; JOHANSEN, Torben S. D., SøRENSEN, Emil N.; WESTERMANN, Christian E.; WITTROCK, Simon. Applications of machine learning in tabular document digitisation. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, v. 56, n. 1, p. 34-48, 2023.

EHRMANN, Maud; HAMDI, Ahmed; PONTES, Elvys Linhares; ROMANELLO, Matteo; DOUCET, Antoine. Named entity recognition and classification in historical documents: A survey. *ACM Computing Surveys*, v. 56, n. 2, p. 1-47. 2023

ELTIS, David. The Trans-Atlantic Slave Trade Database: Origins, Development, Content. *Journal of Slavery and Data Preservation*, v. 2, n. 3, 2021.

ENSLAVED.ORG. Enslaved. Peoples of the Historical Slave Trade. 2018. Available at: https://enslaved.org/.

EVERAERT, Huub. *Een zoektocht naar de aard van man-vrouw relaties onder Surinaamse slaven:* De suikerplantages Fairfield, Breukelerwaard, Cannewapibo en La Jalousie in de periode voorafgaande aan de emancipatie. Tese (Doutorado em História) – University of Amsterdam, Amsterdam, 1999, 223 p.

EVERAERT, Huub. Mogelijkheden en moeilijkheden van de levensloopbenadering in de historische demografie van Suriname. In: HASSANKHAN, Maurits; EGGER, Jerome; JAGDEW, Eric (orgs.). *Verkenningen in de historiografie van Suriname:* Van koloniale geschiedenis tot geschiedenis van het volk. Paramaribo: Anton de Kom University, 2013. p. 207-228.

FOLLETT, Richard. The Demography of Slavery. In: HEUMAN, Gad; BURNARD, Trevor (orgs.). *The Routledge History of Slavery.* London: Routledge, 2010. p. 119-137.

FRANZONI, Chiara; SAUERMANN, Henry. Crowd science: The organization of scientific research in open collaborative projects. *Research Policy*, v. 43, n. 1, p. 1-20, 2014.

HALL, Catherine; DRAPER, Nicholas. *Legacies of British Slaveownership*, 2019. Available at: https://www.ucl.ac.uk/lbs/.

HASNAIN, Ali; REBHOLZ-SCHUHMANN, Dietrich. Assessing FAIR Data Principles Against the 5-Star Open Data Principles. In: GANGEMI, Aldo; GENTILE, Anna Lisa; NUZZOLESE, Andrea Giovanni; RUDOLPH, Sebastian; MALESHKOVA, Maria; PAULHEIM, Heiko; PAN, Jeff Z.; ALAM, Mehwish (orgs.). *The Semantic Web:* ESWC 2018 Satellite Events. ESWC 2018. Lecture Notes in Computer Science. Berlin: Springer.

HASSANKHAN, Mourits S.; ROOPNARINE, Lomarsh; WHITE, Cheryl; MAHASE, Radica (orgs.). *Legacy of slavery and indentured labour.* Historical and Contemporary Issues in Suriname and the Caribbean. Routledge, 2017.

HIGMAN, Barry W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

HIGMAN, Barry W., *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834.* Kingston: University of West Indies Press, 1995.

IRWIN, Allen. *Citizen science.* A study of people, expertise and sustainable development. London: Routledge, 1995.

JASIENSKA, Grazyna. Low birth weight of contemporary African Americans: an intergenerational effect of slavery? *American Journal of Human Biology,* v. 21, n. 1, p. 16-24, 2009.

JOHANSEN, Hans C. Slave demography of the Danish West Indian islands. *Scandinavian Economic History Review*, v. 29, p. 1-20, 1981.

JOHN, A. Meredith. Plantation Slave Mortality in Trinidad. *Population Studies*, v. 42, n. 2, p. 161-182, 1988b.

JOHN, A. Meredith. *The plantation slaves of Trinidad 1793-1816*. A mathematical and demographic enquiry. Cambridge: Cambridge University Press, 1988a.

KLEIN, Herbert S.; VIDAL LUNA, Francisco. *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Fertility differentials between slaves in the United States and the British West Indies: a note on lactation practices and their possible implications. *The William and Mary Quarterly:* A Magazine of Early American History, v. 35, n. 2, p. 357-374, 1978.

KOK, Jan. Principles and prospects of the life course paradigm. *Annales de demographie historique*, v. 113, n. 1, p. 203-230, 2007.

KOPLAN, Jeffrey P. Slave Mortality in Nineteenth-Century Grenada. *Social Science History*, v. 7, n. 3, p. 311-320, 1983.

LAMUR, Humphrey E. Demographic performance of two slave populations in the Dutch speaking Caribbean. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe,* v. 30, p. 87-102, 1981.

LAMUR, Humphrey E. Demography of Surinam Plantation Slaves in the Last Decade before Emancipation: The Case of Catharina Sophia. In: RUBIN Vera D.; TUDEN, Arthur (orgs.). *Comparative perspectives on slavery in New World plantation societies*. New York: New York Academy of Sciences, 1977. p. 161-173.

LAMUR, Humphrey E. *Family name and kinship of emancipated slaves in Suriname*. Tracing ancestors. Amsterdam: KIT, 2004.

LAMUR, Humphrey E. The Natural Decrease of the Coastal Guiana Slave Societies in the Nineteenth Century. *Journal of Social Sciences* – University of Suriname, v. 3, n. 1+2, p. 136-146, 1996.

LOVEJOY, Henry. *Liberated Africans*, 2015. Available at: www.liberatedafricans.org.

LUTHRA, Mrinalini; TODOROV, Konstantin; JEURGENS, Charles; COLAVIZZA, Giovanni. Unsilencing colonial archives via automated entity recognition. *Journal of Documentation*, v. 80, n. 5, p. 1.080-1.105, 2024.

MACDONALD, Alphonse L.; MOURITS, Rick J.; KOK, J. "Until death sets them free". Mortality and life expectancy of the enslaved of Suriname, 1853-1862. In: ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn; GROENEWOUD, Margo; VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. (orgs.). *Lives in Slavery. Exploring the Slave Registers of Suriname and the Dutch Caribbean, 1826-1863.* Leiden: Brill, forthcoming.

MANDEMAKERS, Kees (2023). *'You really got me':* Ontwikkeling en toekomst van historische databestanden met microdata. Rotterdam: Erasmus University Rotterdam, 2023.

MELLO, Pedro Carvalho de. *The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-1888*. Dissertation – University of Chicago, 1977.

MIDLO HALL, Gwendolyn; HAWTHORNE, Walter; MITCHELL, Brian. *Slave Biographies:* The Atlantic Database Network. 2019. Available at: https://slavebiographies.org.

MONROC, Claire Bizon; MIRET, Blanche; BONHOMME, Marie-Laurence; KERMORVANT, Christopher. A comprehensive study of open-source libraries for named entity recognition on handwritten historical documents. In: *International Workshop on Document Analysis Systems*. Berlin: Springer, 2022. p. 429-444.

MUEHLBERGER, Guenter; SEAWARD, Louise; TERRAS, Melissa; OLIVEIRA, Sofia Ares; BOSCH, Vicente; BRYAN, Maximilian ... & ZAGORIS, Konstantinos. Transforming scholarship in the archives through handwritten text recognition: Transkribus as a case study. *Journal of documentation*, v. 75, n. 5, p. 954-976, 2019.

OOSTINDIE, G. *Roosenburg en Mon Bijou.* Twee Surinaamse plantages, 1720-1870. Dordrecht: Foris, 1989.

PRATS LÓPEZ, Montserrat; VAN OORT, Thunnis; GANZEVOORT, Wessel; VAN GALEN, Coen W.; MOURITS, Rick J. Understanding patterns of engagement in the citizen humanities: The civil records of Suriname. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, v. 58, n. 1, p. 1-6, 2025.

PUSCHMANN, Paul; MUURLING, Sanne; RISWICK, Tim; KOK, Jan (orgs.). *Histories of health, ca 1750-1950*. Nijmegen: Radboud University Press, 2025. Available at: https://books.radbouduniversitypress.nl/index.php/rup/catalog/view/histories-of-health/522/336.

QUANJER, Björn; ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; VAN GALEN, Coen W.; HOEK, Lisa; TJONG KIM SANG, Erik. An Invitation to a Trans-Caribbean Data Project: A Pipeline for Historical Caribbean Population Databases. *Archipelagos. A journal of Caribbean digital praxis,* v. 8, 2025.

ROBERTS, George W. 1952. A Life Table for a West Indian Slave Population. *Population Studies*, v. 5(3), p. 238-243, 1952. https://doi.org/10.2307/2172428.

ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; MOURITS, Rick J.; A.B., Maartje; JANSSEN, Jasmijn; QUANJER, Björn; VAN OORT, Thunnis; KOK, Jan; VAN GALEN, Coen W. *Suriname Slave and Emancipation Registers Dataset Version 1.1*. 2023. Available at: https://hdl.handle.net/10622/CSPBHO.

ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; MOURITS, Rick J.; VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. *Paramaribo Birth Certificates 1828-1921 Version 1.0*. 2024. Available at: https://hdl.handle.net/10622/F2RB4S.

ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; ODINOT, Imke; KRAIJO, Matthijs; QUANJER, Björn; THOMPSON, Kristina. The bitter taste of sugar and coffee: How plantation crop affected survival among the enslaved population of Suriname, 1848-1863 In: ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn; GROE-

NEWOUD, Margo; VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. (orgs). *Lives in Slavery.* Exploring the Slave Registers of Suriname and the Dutch Caribbean, 1826-1863. Leiden: Brill, forthcoming.

ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn. Chained in context. Demographic patterns among the enslaved populations of Suriname and Curaçao. In: ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn; GROENEWOUD, Margo; VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. (orgs). *Lives in Slavery.* Exploring the Slave Registers of Suriname and the Dutch Caribbean, 1826-1863. Leiden: Brill, forthcoming.

ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn; THOMPSON, Kristina. *Mothers and Maternal Grandmothers Kept Children Alive During Slavery*. Evidence from the Surinamese Slave Registers, 1830-1863. Demography, forthcoming.

RUGGLES, Steven. The revival of quantification: Reflections on old new histories. *Social Science History*, v. 45 n. 1, p. 1-25, 2021.

SAUERMANN, Henry; FRANZONI, Chiara. Crowd science user contribution patterns and their implications. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 112, n. 3, p. 679-684, 2015.

SCOTT, Dario. *Livres e escravizados.* População e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872). São Leopoldo: Oikos, 2021.

SOUZA MAIA, Vinicius. *Familiar territory.* Neighborhood effects on union formation and fertility in Sweden, 1905-2022. Dissertation – Lund University, 2025.

STEDMAN, John Gabriel. *Narrative of a Five Years Expedition Against the Revolted Negroes of Suriname,* New York: John Hopkins UP, 1988.

UNITED NATIONS. *MORTPAK for Windows*. Version 4.0. New York: United Nations, 2003.

VAN GALEN, Coen W. Creating an audience: Experiences from the Surinamese slave registers crowdsourcing project. *Historical Methods*, v. 52, n. 3, p. 178-194, 2019.

VAN GALEN, Coen W.; A.B., Maartje; MOURITS, Rick J.; ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias. *Suriname:* Slavenregisters Dataset 1830-1863. 2019. Available at: https://www.nationaalarchief.nl/onderzoeken/index/nt00461

VAN GALEN, Coen W.; HASSANKHAN, Maurits. S. A research-note on the slave registers of Suriname, 1830-1865. *The History of the Family*, v. 23, n. 3, p. 503-520, 2018.

VAN GALEN, Coen W.; MOURITS, Rick J.; ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; A.B., Maartje; JANSSEN, Jasmijn; QUANJER, Björn; VAN OORT, Thunnis; KOK, Jan. Slavery in Suriname. A Reconstruction of Life Courses, 1830-1863. *Historical Life Course Studies*, v. 13, p. 191-211, 2023.

VAN GALEN, Coen W.; QUANJER, Björn (2024). 'The Wolf, the island and the sea: truancy and escaping slavery in Curacao (1837-1863)'. *The History of the Family*, v. 29, n. 2, p. 262-279, 2024.

VAN HOËVELL, Wolter R. *Slaven en vrijen onder de Nederlandsche wet*. Eerste deel. Zaltbommel: Joh. Noman en Zoon, 1854.

VAN OORT, Thunnis. The Paramaribo Ward Register Database: A Fine-grained View of an Urban Slave Society (1828-1847). *TSEG – The Low Countries Journal of Social and Economic History*, v. 22(3), p. 97-122, 2025. https://doi.org/10.52024/x5vgg810.

VAN OORT, Thunnis; PRATS LÓPEZ, Montserrat, GANZEVOORT, Wessel; VAN GALEN, Coen W. Citizen Science and Participatory Engagement with a Contentious Past'. In: SALOUL, Ihab; BAILLIE, Britt (dirs.). *The Palgrave Encyclopedia of Cultural Heritage and Conflict*. London: Palgrave Macmillan, 2025. p. 1-7.

VAN OORT, Thunnis; ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; VAN GALEN, Coen W. *Suriname Death Certificates 1845-1915 Version 1.0*. 2024. Available at: https://hdl.handle.net/10622/OIFNO1.

VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. Forced to Move. A Historical Network Analysis of Enslaved Labour Transfers and the Modernisation of Surinamese Sugar Plantations (1851-1863). In: ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, Matthias; QUANJER, Björn; GROENEWOUD, Margo; VAN OORT, Thunnis; VAN GALEN, Coen W. (orgs.). *Lives in Slavery*. Exploring the Slave Registers of Suriname and the Dutch Caribbean, 1826-1863. Leiden: Brill, forthcoming.

VAN STIPRIAAN, Alex. *Surinaams contrast.* Roofbouw en overleden in een Caraïbische plantagekolonie, 1750-1863. Leiden: KITLV Uitgeverij, 1993.

DOI 10.29327/5844403.1-2

Micro-história e História Quantitativa: condições para um novo encontro

Simona Cerutti (EHESS)

Micro-história e História Quantitativa: a justaposição dos dois termos que parece um oximoro, já que o estudo detalhado de estudos de caso, de situações circunscritas, das trajetórias de indivíduos ou grupos que caracterizam os métodos propostos pela micro-história parecem opor-se à coleta, ao processamento e à análise de conjuntos massivos de dados.

Nestas reflexões, gostaria de demonstrar, em primeiro lugar, que de fato não há oposição alguma entre micro-história e história quantitativa, e como esses dois métodos têm sido frequentemente combinados em muitos estudos clássicos da micro-história.

Acima de tudo, gostaria de demonstrar até que ponto essa convergência se tornou mais pronunciada nas últimas décadas, certamente porque novas conformações de dados permitiram reconstruções mais refinadas dos próprios métodos da micro-história (biografias, análise de redes, etc.); mais ainda porque muitos expoentes da micro-história e muitos pesquisadores que praticam uma certa história quantitativa se encontraram unidos por uma crítica às categorias "externas" de análise (demográficas, econômicas, sociológicas, etc.) e, portanto, uniram-se em uma reflexão sobre a necessidade de trabalhar categorias ligadas à experiência dos atores sociais. Essa reflexão sobre as categorias de análise produziu outras, intimamente relacionadas à natureza das fontes que os pesquisadores utilizam, aos processos de sua construção e aos processos que influenciam ou determinam nossas possibilidades de conhecer o passado. A reflexão que uniu historiadores "quantitativos" e "micro-historiadores" foi, ao mesmo tempo, crítica ao uso positivista de dados praticado pela historiografia (especialmente a historiografia francesa) durante as décadas de 1960 e 1970, assim como foi crítica à guinada relativista da historiografia subsequente e ao ceticismo cínico em relação a qualquer tentativa de conhecimento do passado.

I

Em primeiro lugar, é útil lembrar que muitos micro-historiadores italianos tiveram uma formação de demógrafos e fizeram amplo uso de fontes quan-

titativas em suas pesquisas. Certamente de maneira diferente dos métodos positivistas cumulativos que caracterizaram a história quantitativa e serial promovida pelos *Annales* e pela história econômica e social francesa, particularmente durante a década de 1970. O mote então vigente – *não há história que não seja quantitativa* – traduziu-se, como sabemos, na construção de séries de preços, contagens populacionais e sua inserção em categorias sociológicas e socioprofissionais, assim como na construção de curvas de desenvolvimento demográfico ou econômico.[1] A inserção forçada de materiais históricos em modelos preestabelecidos visava claramente a realização de um sonho: o de finalmente tornar a historiografia uma disciplina científica, comparável às ciências "duras". Por "positivista" refiro-me a essa maneira de tratar as informações preservadas em fontes históricas como "dados objetivos", representações diretas de realidades passadas que poderiam ser acumuladas para traçar tendências e evoluções.

Não era esse o uso que os micro-historiadores faziam de fontes quantitativas como censos, séries de preços ou escrituras notariais. Cruzadas com documentos biográficos ou mesmo simplesmente contextualizadas e "localizadas" com precisão, essas fontes eram usadas para enriquecer o campo de perguntas a serem feitas sobre o passado, para questionar a validade e o fundamento das categorias – econômicas ou sociológicas – que os historiadores empregam, muitas vezes de forma irrefletida, em suas pesquisas. Vejamos alguns exemplos.

Giovanni Levi, um dos pais da micro-história e demógrafo por formação, utilizou precocemente tanto fontes sobre a mobilidade populacional no Piemonte na era moderna quanto fontes seriais sobre os preços do mercado de terras. Isso não visava acumular dados para servir a processos já conhecidos, mas sim destacar fenômenos mal compreendidos ou negligenciados. Muitos anos antes dos desenvolvimentos recentes, já na década de 1980 suas análises quantitativas (estudos seriais de censos, escrituras notariais e contratos, altamente contextualizados e enraizados no contexto em que foram produzidos) desafiaram o que pareciam pressupostos sólidos: essas sociedades não eram imóveis, mas sim caracterizadas pela grande mobilidade de pessoas e bens; e, além disso, suas trocas econômicas e comerciais, longe de serem moldadas pela imagem do mercado impessoal, ideia cara à economia liberal, eram regi-

[1] A formulação que François Furet apresentou sobre o procedimento de pesquisa histórica foi significativa para o que foi denominado de "virada quantitativa": "le document, 'les faits', n'existent plus pour eux-mêmes, mais par rapport à la série qui les précède et les suit; c'est leur valeur relative qui devient objective, et non pas leur rapport à une 'insaissable substance réele'": F. Furet, "Histoire et Ethnologie". Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel. Paris: Privat éditions,1973. p. 232.

das por princípios de proximidade social, onde as relações de parentesco ou vizinhança eram variáveis fundamentais[2].

Por outro lado, Raul Merzario, um dos primeiros autores da série Microstorie (seu livro *Il paese stretto. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como, sec. XVI-XVIII* foi publicado em 1981)[3], utilizou fontes demográficas de forma bastante original. Em vez de mapear tendências populacionais, propôs um cruzamento dessas fontes com as dispensas matrimoniais e contratos de dote, contratos de compra e venda, etc., o que lhe permitiu "descobrir" a existência de padrões matrimoniais "locais" que não correspondiam de forma alguma às normativas eclesiásticas. O que emergiu de seus estudos foi uma demografia regida por lógicas de troca e reprodução social muito específicas – e altamente interessantes.

Por fim, um exemplo mais recente é o de outro micro-historiador, Maurizio Gribaudi. Em seu livro *Paris Ville ouvrière: une histoire occultée, 1789-1848*[4], Gribaudi fez uso generalizado de sofisticadas ferramentas para determinar em Paris, entre os séculos XVIII e XIX, lugares de produção, lugares de moradia e sociabilidades e, finalmente, espaços de luta política. Milhares de dados extraídos de censos (de indivíduos e oficinas/negócios), de escrituras notariais de imóveis e mercadorias, de registros prediais permitiram reconstruir a existência de um "sistema" econômico e social oculto pela Paris burguesa e progressista, caro à literatura "oficial" da época e ainda à historiografia atual. As lutas políticas de 1830 e 1848 só podem ser explicadas pela reconstrução do tecido residencial e produtivo original, que pudesse alimentar demandas por democracia direta, antagônicas às da burguesia.

Assim, em todos os casos citados, as fontes demográficas ou de preços – em suma, o tratamento de "grandes números" – não serviram para sustentar e mensurar fenômenos já conhecidos; em vez disso construíram novos campos de análise, desafiando suposições e preconceitos, levantando novas questões. Esses usos cruzados, analíticos e não cumulativos, de dados seriais "nos fa-

---

[2] Vejam-se especialmente: "Famiglie contadine nella Liguria del Settecento", in Miscellanea Storica Ligure, 5, e1973, p. 207-290, e depois reimpresso (juntamente com outros ensaios, aos quais me refiro), em Giovanni Levi, Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985; Giovanni Levi, Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del Settecento", Quaderni Storici, 11, 1976, p. 1095-121; Giovanni Levi, "Strutture familiari e rapporti sociali in una comunità piemontese fra Settecento e Ottocento", in Storia d'Italia. Annali I. Dal Feudalesimo al capitalismo, Einaudi, Torino 1978, p. 615-50; Giovanni Levi. L'eredità immateriale. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento, Einaudi, Torino, 1985 (nova edição: Il Saggiatore, Milão, 2000).

[3] *Il paese stretto. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como, secoli XVI-XVIII*, Einaudi, Torino 1981.

[4] *Paris Ville ouvrière: une histoire occultée, 1789-184. Paris:* La Découverte, 2014.

zem ver" coisas que antes eram invisíveis; constroem objetos que não se encaixavam nas categorias de análise "externa", um patrimônio dos historiadores.

Essas operações eram consistentes com as propostas da micro-história, que talvez mereça menção aqui. Como se sabe, a proposta de estreitar o campo de observação e proceder precisamente à identificação dos protagonistas dos processos sociais surgiu da insatisfação com o caráter externo e anacrônico da maioria das categorias comumente utilizadas pelos historiadores. Estado, classe, modernização, industrialização, etc. eram categorias muitas vezes sobrepostas às experiências dos atores sociais, cujo efeito era organizá-las para torná-las compreensíveis ao pesquisador, mas não para apreender seu significado. Em vez disso tratava-se, em primeiro lugar, de retornar a essas experiências e a partir delas reformular problemas e relevâncias, repensar cronologias. Contra os anacronismos ditados pelo "senso comum historiográfico"[5] e também contra os não menos perigosos ditados pela aplicação desenfreada de categorias das Ciências Sociais (pense nas críticas fundamentais de E.P. Thompson ao uso abusivo de categorias antropológicas)[6], tratava-se, portanto, de identificar contextos analíticos "pertinentes", não pré-noções (preconceitos), ditados e definidos não pelo arbítrio do pesquisador, mas construídos "no terreno" a partir de análises *localizadas* e centradas em trajetórias sociais dos protagonistas dos eventos. Aliás, a metáfora antropológica do terreno foi oportuna, já que a referência à antropologia da escola de Manchester foi, por alguns anos, constante.[7]

O segundo objetivo era mais interno, mas não menos importante, e estava ligado à natureza das relações e dos laços sociais que se pretendia reconstruir. Considerava-se que relacionamentos e vínculos proporcionavam acesso não apenas ao contexto da troca mais imediata (de bens ou informações), mas também a contextos normativos e culturais. Nessa perspectiva, normas e modelos culturais eram produzidos por meio da rede de obrigações, expectativas, reciprocidade e recursos que se apresentavam no horizonte dos atores. O percurso biográfico era, portanto, concebido como um contexto pertinente (não anacrônico), social e cultural ao mesmo tempo. Nessa operação, o "nome e o como" de Carlo Ginzburg e Carlo Poni[8] propunham a análise das redes de

---

[5] Edoardo Grendi. "Del senso comune storiografico". *Quaderni Storici*, 14 (3), 41, p. 698-707, 1979.

[6] Edward P. Thompson. "Anthropology and the Discipline of Historical Context". *Midland History*,1(3), 1972.

[7] Começando com os trabalhos de seu fundador, Max Gluckman, focados em estudos de caso, passando pelos estudos de Victor Tuner, Friedrich Barth e James Mitchell, até reflexões sobre análise de redes. Nesse percurso, veja Maurizio Gribaudi, *Espaces, temporalités, stratifications: Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris: Editions EHESS, 2009.

[8] Carlo Ginzburg e Carlo Poni. "Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico". *Quaderni Storici*, v. 14, n. 40(1), p. 181-90, 1979.

relacionamentos que cruzavam e confundiam as fronteiras de categorias e grupos preestabelecidos; eram procedimentos com enorme poder analítico. O fio de Ariadne permitia, portanto, reconstruir processos sociais por meio da reconstrução de configurações, trajetórias e inter-relações sociais.[9]

Desse modo, a crítica à natureza supostamente neutra e científica das categorias analíticas deveria apoiar-se em uma análise detalhada e cuidadosa de suas origens e dos processos que levaram à sua construção e validação. Em suma, tratava-se de prosseguir com um processo de "desnaturalização", que evidentemente implicava um retorno às fontes, uma releitura "lenta" e cuidadosa, abstraindo-as dos limites das categorias às quais haviam sido confinadas à força.

II

Essa proposta da micro-história havia encontrado, pelo menos desde a década de 1990, preocupações semelhantes que permeavam o terreno da demografia e das disciplinas que trabalhavam com os modos de produção de documentos demográficos e administrativos – tanto na era moderna quanto na contemporânea[10]. Isso abriu caminho para um encontro, uma genuína fertilização cruzada e um crescimento paralelo na reflexão metodológica sobre categorias, ferramentas para analisar e interpretar fontes; os processos que levaram à sua construção. Na França – o terreno que me é mais familiar –, os nomes de Alain Derosières e de seus colegas, colaboradores e estudantes são centrais.[11] Demógrafo, sociólogo e historiador, Derosières foi um dos membros fundadores do *Groupe de Sociologie Politique et Morale*, em torno do qual se reuniriam os pesquisadores mais interessantes do final do século XX, de Laurent Thévenot (autor com Desrosières de um livro fundamental sobre categorias socioprofissionais em 1988) a Luc Boltanski, autor, em 1992, da pesquisa sobre *Les Cadres*, livros que influenciaram gerações de acadêmicos.[12] Análises detalhadas das maneiras pelas quais "grandes números" são construídos, dos

[9] Simona Cerutti. "Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle". *Tracés*, 15, p. 147-168, 2008

[10] Simona Cerutti e Angelo Torre. "The Genesis of Sources: The Meeting Ground Between Microhistorians in Italy and France", in Sigurður Gylfi, Tomas V. Cohen et Deivy Carneiro (ed.), Bloomsbury Handbook for Microhistory, Routledge (previsto para publicação em 2026).

[11] Alain Desrosières. La Politique des grands nombres: Histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993; Alain Desrosières e Laurent Thévenot. Les Catégories socio-professionnelles. Paris: La Découverte, 1998; Alain Desrosières. Pour une sociologie historique de la quantification: L'Argument statistique. Paris: Presses de l'École des Mines, 2008; Alain Desrosières. Gouverner par les nombres: L'Argument statistique II. Páris: La Découverte, 2014.

[12] Luc Boltanski, Les cadres: la formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.

critérios usados para agregar e distinguir, dos procedimentos de "qualificação" subjacentes à produção de estatísticas, que levaram ao desenvolvimento de críticas fundamentais às suas pretensões de descrição objetiva.[13] *Gouverner par le nombre* (governar pelo número), como nos mostrou Desrosières, significa produzir "o social" (em vez de simplesmente descrevê-lo); e essa produção – de grupos, de corpos políticos, de fisionomias profissionais – que se dá por meio de grandes números torna essas fontes instrumentos de governo – *suas próprias instituições* – essenciais nas mãos de administradores e políticos.

Censos e estatísticas populacionais têm sido alguns dos campos mais frutíferos e ricos para esse processo de desnaturalização. Mas, em geral, essa ação abriu caminho para uma consciência compartilhada e muito importante: a da natureza reivindicativa, e não descritiva, da maioria das fontes que chegaram até nós.[14] Explico melhor.

A produção da maioria dos documentos de sociedades passadas não foi motivada por preocupações descritivas, ligadas a interesses sociológicos. Muito mais frequentemente são considerações legais, jurisdicionais ou judiciais que fundamentam a produção de um documento que posteriormente se torna uma "fonte". A própria existência dessa fonte – a produção do "vestígio" – pode então ser objeto de um estudo que esclareça sua forma e conteúdo. E isso se aplica a fontes muito diferentes: tanto documentos que os historiadores caracterizam como "quantitativos" quanto fontes narrativas que são chamadas a transmitir dimensões íntimas e privadas.

Assim, nas sociedades modernas, os censos populacionais – fontes cuja lógica nos parece óbvia – são, na maioria dos casos, atos de jurisdição sobre as populações pesquisadas e não simples inventários da situação. Por meio dessas operações, direitos são afirmados (direito à justiça, à tributação, ao recrutamento militar, etc.): as informações fornecidas pelos recenseamentos são, portanto, de uma ordem particular; e essa ordem é definida por propósitos que não são familiares aos pesquisadores, o que requer reconstrução cuidadosa sob pena de graves mal-entendidos e erros grosseiros. Configura-se, assim, um novo objeto de estudo, muitas vezes difícil de manusear, mas capaz de abrir caminho para interpretações precisas e não anacrônicas.[15]

---

[13] Ver em particular o importantíssimo artigo de Alain Blum e Maurizio Gribaudi, "Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social", Annales ESC, 45/6, 1990, p. 1365-1402.

[14] Essa definição foi proposta por Enrico Artifoni e Angelo Torre na sua introdução ao número monográfico dos *Quaderni Storici* em "Erudizioni e fonti", v. 31, n. 93 (3), 1996.

[15] Simona Cerutti, "À rebrousse-poil: dialogue sur la méthode". *Critique*, 769-770(6), p. 564-575, 2011. (https://doi.org/10.3917/criti.769.0564).

Um exemplo – extraordinário, mas não excepcional – pode ser encontrado em uma das fontes nominativas mais ricas sobre a América Latina na era colonial: o censo da população dos Andes peruanos no início do século XVI. Esse documento tem sido amplamente utilizado por demógrafos e historiadores como um retrato da população existente. Ele forneceu estimativas da composição da população por sexo e idade, seu *status* – servil ou não – e sua composição étnica, etc. Só recentemente essa suposta "imagem" da população foi reinterpretada por Carmen Beatriz Loza no contexto de seus estudos.[16] Esse censo não é a constatação de um dado de fato: é um documento produzido no contexto de uma disputa judicial entre uma bisneta de Inácio de Loyola e um membro da aristocracia espanhola sobre a jurisdição das populações indígenas. Seu número, a distribuição de homens, mulheres e crianças, as declarações sobre sua condição de escravos ou livres: todas essas informações devem ser interpretadas nesse contexto específico e só assim nos permitir avaliar as distorções. Longe de ser invalidada, a leitura do documento, uma vez retomado o contexto do conhecimento que nos oferece, pode apoiar-se em fundamentos reconhecidamente mais limitados, porém muito mais sólidos.

Mas reconstruir a intencionalidade que norteou a produção de fontes é igualmente importante no caso de fontes "qualitativas". Um bom exemplo disso é o debate suscitado pelas *ricordanze* – diários escritos por mercadores italianos entre os séculos XIV e XVI –, particularmente os de Florença, aos quais Christiane Klapisch dedicou análises notáveis.[17] Essas fontes contêm uma riqueza de informações sobre assuntos de família: o nascimento dos filhos, sua educação, casamentos, o pagamento de dotes, óbitos, despesas e créditos, etc. As *ricordanze*, que claramente pertencem à esfera privada, eram escritas exclusivamente por homens. Enquanto no mesmo período as mulheres podiam ser autoras e dedicar-se a um gênero literário tão prestigioso e público como as crônicas urbanas, as *ricordanze* de família não faziam parte de seu horizonte. Muitas hipóteses foram formuladas sobre esse assunto.

Contudo, uma análise parece decisiva: o uso que seus "redatores" fizeram das próprias *ricordanze*. Elas não foram concebidas para permanecer trancadas em gavetas das casas como uma memória reservada para uso exclusivo das famílias; pelo contrário, foram produzidas às centenas em tribunais civis

[16] Carmen Beatriz Loza, "De la classification des Indiens à sa réfutation en justice (Yucay, Andes Péruviennes, c. 1493-1574)". *Histoire & Mesure*, 12, n. 34, 1997, p. 361-386.

[17] Ver especialmente: Christiane Klapish, "'Parenti, amici e vicini'; il territorio urbano d'una famiglia mercantile nel XV secolo", *Quaderni Storici*, XI, 1976, p. 953-982; Christiane Klapish, La famiglia e le donne nel Rinascimento. Bari: Laterza, 1995.

para demonstrar o pagamento de dotes, atestar direitos de herança, certificar a existência de um crédito, etc. É essa "intenção" de uso no campo judicial que (provavelmente entre outras coisas) determinou sua produção, que também ajuda a explicar a ausência de mulheres entre seus redatores declarados. Simplificando, as palavras das mulheres gozavam de menos legitimidade na esfera judicial, a ponto de a presença de um homem como "guardião" (*mundualdus)* ser frequentemente considerada necessária para sustentar suas queixas ou simplesmente corroborar suas declarações.

O estatuto dessas fontes é, portanto, o de ações dotadas de uma intencionalidade que deixou de nos ser familiar e que, em vez disso, é abafada pelas designações atribuídas pelo historiador. Falar dessas fontes em termos de "vestígios" não recupera essa dimensão essencial e, sim, obscurece uma parte importante da experiência de atores passados: suas próprias ações, é claro, mas também suas estratégias destinadas a afirmar seus direitos, consolidar suas reivindicações e, em última análise, legitimar sua conduta e obter reconhecimento.[18] É precisamente esse nível de análise – que testemunha a grande distância que nos separa de nosso passado – que eu definiria de tipo êmico, referindo-me tanto aos comportamentos quanto à riqueza dos sistemas culturais.

É precisamente essa compreensão do estatuto "reivindicativo", em vez de descritivo, das fontes que fortaleceu o terreno comum entre pesquisadores aparentemente distantes em disciplinas e métodos: "historiadores qualitativos" e "historiadores quantitativos".

Grande parte da pesquisa produzida na França nos últimos anos sem surpresa reivindica um contexto duplo: um na demografia francesa da década de 1990 e outro na micro-história italiana. Essa justaposição é importante porque reconhece a proximidade das questões subjacentes às duas correntes de pesquisa. Além disso, dissipa a oposição fictícia entre escalas macro e micro, entre análises quantitativas e qualitativas – *le quanti et le quali*, segundo o jargão historiográfico francês –, ressaltando a atenção que muitos micro-historiadores têm dedicado às fontes demográficas e ao tratamento serial de fontes "qualitativas". Acima de tudo, rejeitar a oposição entre análises qualitativas e quantitativas significa enfatizar que as categorias e a linguagem de cada fonte – de diários e autobiografias a censos e estatísticas – devem ser objeto de igual atenção e análise histórica.

Um pequeno livro publicado na França em 2008 foi amplamente lido e citado. Intitula-se *Méthode quantitatives pour l'historien*[19]. Foi escrito por duas

[18] Joseph Morsel, "Traces? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste". *Revue historique*, 680(4), p. 813-868, 2016. https://doi.org/10.3917/rhis.164.0813.

[19] Claire Lermercier e Claire Zalc. *Méthode quantitatives pour l'historien*. Paris: La Découverte, 2008.

historiadoras, Claire Lemercier e Claire Zalc, formadas tanto em micro-história como nos métodos da história quantitativa, assim como na análise de grandes conjuntos de dados agregados. O livro é um pequeno manifesto que defende a necessidade de superar essa clivagem; a seção dedicada às fontes e sua análise é central. E as pesquisas das duas autoras fazem uma síntese de métodos e procedimentos de investigação em que os diferentes níveis de análise retroalimentam-se em um duplo movimento. De um lado, as tentativas de formalizar dados qualitativos (e, portanto, a produção de dados *quanti*, que, no entanto, levam em conta a possível diversidade dos resultados dos processos identificados); de outro, o constante questionamento sobre as maneiras pelas quais os "grandes números" são construídos (censos, estatísticas...), as razões para o "preenchimento" e "vazio" de informação que contêm para os ruídos e silêncios.

Quero aqui dar o exemplo específico da pesquisa de Claire Zalc, um projeto de larga escala na cidade polonesa de Lubartów, não muito longe de Lublin, com o objetivo de reconstruir as trajetórias completas de 3.411 judeus entre os anos 1920 e 1950, independentemente do fato deles terem escolhido partir (para os Estados Unidos, França, Israel, Rússia) ou permanecer, de terem sido exterminados ou sobrevivido ao Holocausto. Trata-se de "micro-história transnacional", que se baseia em registros populacionais ou pedidos de documentos de identidade para comparar as trajetórias e a discriminação antissemita em diferentes países.[20]

Ora, ao ler e analisar essas fontes, Zalc e seus colaboradores adotaram uma estratégia analítica que considero de grande interesse. Confrontados, inicialmente, com a parcialidade das informações contidas nos censos e, especialmente, com os inúmeros "vazios", em particular, quanto à confissão religiosa da população, decidiram distanciar-se da premissa positivista segundo a qual, mecanicamente, informações quantitativas mais ricas produzem necessariamente uma compreensão mais profunda dos fenômenos históricos. Em vez disso, decidiram "aproveitar da melhor maneira a incerteza e o silêncio para levantar questões gerais da história social" a respeito dos processos de identificação e da lógica de atribuição das identidades dos indivíduos por diferentes instituições e das maneiras como se apresentavam em diferentes situações. Isso implica necessariamente integrar na análise uma reflexão sobre as

[20] Uma primeira apresentação dos resultados dessa pesquisa pode ser encontrada em Claire Zalc, Anton Perdoncin e Gabrielle Escaich, "Mises à l'épreuve de l'attachement. Migrations et persécutions à Lubartów, 1939-1945 ". *Annales de Démographie Historique*, v. 145, n. 1, p. 73-116, 2023. É possível consultar os dados recolhidos até o presente no site: www.paris-tenement.eu; e https://lubartworld.cnrs.fr/.

maneiras como as fontes são construídas, os dados contidos nos censos, quem e como os coletou e transcreveu e onde. Isso significa reconhecer a natureza dinâmica do documento: "considerar os registros censitários não como uma estrutura fixa por meio da qual se estabelece a sociografia de uma população, mas como um observatório dinâmico de configurações locais" por meio do qual se analisam as diversas maneiras pelas quais os indivíduos confrontaram normas, oportunidades, escolhas e negociações.

A análise dos dados coletados deve, portanto, ser combinada com a do estudo da materialidade do documento; experimentar uma abordagem "mista" – qualitativa e quantitativa –, a fim de apreender os vínculos entre as informações registradas no documento e as configurações sociais (contextos residenciais, parentesco, formas de mobilidade, etc.).

Esse duplo tratamento da fonte permite a mensuração de fenômenos em microescala, assim levando plenamente em conta os indivíduos e permitindo a passagem entre as regularidades estatísticas e os casos individuais. "As modelagens – como regressões ou análise de redes – são utilizadas para capturar a ação individual e reforçar o que tem sido chamado de 'excepcional normal'"[21]: como podemos saber se um indivíduo é excepcional se não situando sua trajetória particular ou características sociais dentro de muitas trajetórias e características? A intenção não é tanto objetivar leis gerais, mas documentar a diversidade, identificar casos excepcionais e selecioná-los para um estudo aprofundado.

Voltando às questões que cercam os "vazios" de informação sobre confissão religiosa, essa abordagem "mista" entre histórias quantitativa e qualitativa produz resultados cruciais. Ela mostra como os processos de identificação, muitas vezes vistos pelos historiadores como essencialmente ligados ao crescimento burocrático dos governos centrais, estão intimamente ligados às configurações sociais locais; isto é, ao papel da família, do ambiente econômico e da vizinhança na definição dos limites e características da identidade individual.

A pesquisa de Claire Lemercier, outra historiadora e coautora de "Methodes quantitatives pour l'historien", adota a mesma perspectiva. Mesmo no caso da pesquisa sobre o aprendizado na França do século XIX, o ponto de partida é, se não a falta de informações, pelo menos uma notável escassez de registros sobre o número de aprendizes nas oficinas francesas ao longo do século XIX.[22] É dessa escassez (vazio) de informações que a análise parte; o

[21] As aspas referem-se à comunicação – inédita – apresentada no encontro "What is new in Social History", realizada em setembro de 2023.

[22] Os primeiros resultados da pesquisa, realizada em parte com outros autores, foram apresentados em Clare Crowston, Steven L. Kaplan, Claire Lemercier, "Les apprentissages parisiens aux XIXe et XXe siècles", Annales. *História, ciências sociais*, 73º ano (4), p. 849-889, 2018.

projeto de penetrar nas lógicas de sua classificação na época abre caminho para a análise das ambiguidades e conflitos inerentes aos vários procedimentos de qualificação; e paralelamente a ambiguidade de um *status* que combina capacidade profissional com incapacidade e menoridade legal no seio da família.[23]

Trabalhar dessa forma com dados agregados significa entrar no laboratório de construção de fontes, tornando esse processo parte integrante da análise em vez de seu pressuposto, mensurando as informações transmitidas em relação a ele.

Claire Lermercier e Claire Zalc foram formadas, pelo menos parcialmente, em contato com o trabalho do *Laboratoire de Démographie dell'Ecole des Hautes Etudes*, fundado em 1970 em torno de projetos quantitativos de grande escala propostos por Jacques Dupâquier. Na década de 1990, mudou de nome e foco, tornando-se o Laboratoire de Démographie *et d'Histoire sociale* (Laboratório de Demografia e *História Social*). A mudança de nome já é significativa; demografia e história social caminham juntas e, trabalhando em diferentes escalas e com diferentes métodos, dialogam em torno dos mesmos problemas. Também é significativo dessa sinergia o fato de eu – uma micro-historiadora – ter codirigido esse laboratório por dez anos e outra historiadora social ter me sucedido como diretora em 2024.[24] A contribuição do laboratório para a renovação da demografia deu-se justamente por meio do "desmascaramento" do caráter natural das populações e se traduziu em uma crítica às formas de classificação social adotadas por diversas instituições.[25] Isso significou uma colaboração estreita com historiadores interessados na história das instituições e das políticas de governo. Mais recentemente, no entanto, o trabalho do laboratório tem se concentrado principalmente na representação e análise de fenômenos espaciais, por meio do uso de sistemas de informação geográfica (SIG) e ferramentas digitais. Isso tem fomentado o diálogo e a colaboração com pesquisadores "geomáticos", reunidos em torno do *Institut National de l'Information Géographique et Forestière* (IGN). A pesquisa prossegue pelo cruzamento de

[23] Enquanto se aguarda o livro anunciado, os primeiros resultados da pesquisa são apresentados em Claire Crowston, Steven L. Kaplan, e Claire Lemerce Claire apprentissages parisiens aux XVIIIe et XIXe siècles", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 73e année (4), 2018, 849-889. https://doi.org/10.1017/ahss.2019.93; Claire Lemercier, "À qui l'apprentissage donne-t-il du pouvoir ? (France, XIXe siècle)". *Mélanges de l'Ecole Française de Rome*, 131-1, 2019, p. 99-113.

[24] Alice Ingold, diretora de estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris, é historiadora e geógrafa, especializada em história e política da natureza entre os séculos XIX e XX.

[25] As atividades e publicações do Laboratório estão disponíveis no site: https://ladehis.ehess.fr/index.php?326?

mapas e cartas antigas com os muitos vestígios documentais das diversas práticas (econômicas, políticas, demográficas, de assentamento, etc.) que ocorreram no espaço geográfico em um determinado momento: todas as fontes que registram endereços ou atividades econômicas – como almanaques profissionais – ou registros em centros administrativos, e assim por diante, tornam-se inestimáveis. Esses métodos permitem-nos seguir um número muito significativo de itinerários individuais ao longo do tempo e do espaço; portanto, nos permitem observar e raciocinar em múltiplos níveis de escala (do espaço metropolitano às unidades cadastrais, de indivíduos a grupos populacionais).

Essa abordagem espacial exige escolhas metodológicas robustas com o uso de modelagem e trabalho coletivo e colaborativo. Entre os projetos em andamento está a geolocalização do mapa mais importante da França, criado pelos irmãos Cassini no final do século XVIII; é um projeto de grande escala que permite reconstruir a evolução dos espaços em um longo período, as transformações dos centros administrativos, os assentamentos de população e a distribuição dos recursos naturais em municípios e paróquias. Ao mesmo tempo, está em andamento a geolocalização dos almanaques comerciais parisienses entre os anos oitocentos e novecentos. Essa abordagem, ao cruzar antigas fontes espaciais com dados de referência espacial indiretos (como endereços), torna-se um tema de pesquisa e experimentação metodológica crucial para o estudo da evolução social e espacial conjunta dos fenômenos ("coevolução"). Ela não apenas enriquece nosso conhecimento, mas também nos permite enxergar relações entre fenômenos, crescimentos paralelos ou discordantes. Em suma, ela enriquece enormemente, acredito, nossa perspectiva sobre o tecido social que desejamos analisar.

O espaço é, portanto, concebido como uma noção relativa, levando em consideração todos os processos inscritos em um lugar ao longo do tempo (espaço físico, práticas e representações sociais, interações socioespaciais, etc.), sua representação – por meio de mapas e cartas antigas –, os métodos de espacialização adotados pelos atores sociais, etc. O objetivo é, portanto, reconstruir a coevolução de todos esses elementos ao longo do tempo.

Além desses projetos, muitos outros estudos adotaram e estão adotando "metodologias mistas" entre microanálise e história quantitativa, como as que estou descrevendo. É o caso, por exemplo, de muitos trabalhos que, nos últimos anos, se dedicaram a reconstruções intensivas de trajetórias individuais, visando construir amplas "biografias coletivas". Em um trabalho recente, Fabrice Langrognet concentrou-se em um edifício localizado na *Avenue de Paris*, 96-102, em *La Plaine Saint-Denis*, para reconstruir minuciosamente a história

da migração na França de 1880 a 1930.[26] Dali emergiu um quadro complexo, combinando estatísticas de grupo e trajetórias individuais, sobre a vida em um bairro da classe trabalhadora. A abordagem baseada nessa construção permite-nos refletir sobre os motivos da migração, sobre a variedade dos percursos e origens, as solidariedades (particularmente as regionais), sobre o impacto da Primeira Guerra Mundial entre trabalhadores estrangeiros ou naturalizados, bem como sobre a natureza flutuante das categorias administrativas.

É interessante notar quantas histórias – e histórias sugestivas – existem hoje sobre propriedades em que a análise reconstrói, como num panóptico, os eventos entrelaçados de indivíduos e famílias que compartilharam o mesmo espaço. A escolha dessa escala de análise – na qual a influência de Georges Perec às vezes é explicitada – está, portanto, a serviço de uma reflexão sobre a relação entre escolhas individuais e experiências coletivas, sobre as maneiras pelas quais os processos de integração e as formas de solidariedade são criadas, sobre suas fragilidades e as forças que os ameaçam.[27]

III

A estreita colaboração entre historiadores sociais – e especialmente historiadores que praticam a microanálise do social – e demógrafos está produzindo uma interdisciplinaridade que é, antes de tudo, um encontro necessário que nasce da partilha das mesmas batalhas (contra o anacronismo de categorias que oculta uma visão linear e progressiva do tempo histórico) e da busca pelos mesmos objetivos: a construção de quadros analíticos que se aproximem o máximo possível da experiência dos atores sociais. Esta é a única maneira, parece-me, de ler o passado "a contrapelo", isto é, contra a tentação de inseri-lo na cadeia evolutiva que conduz ao nosso presente. O desafio é munir-nos das ferramentas necessárias para reconhecer a especificidade deste "país estrangeiro" que é o passado; não uma peça de um mosaico cujo desenho já é conhecido, mas um lugar onde se produziram experiências, conceberam-se pensamentos que se tornaram estranhos para nós e que, em vez disso, importa trazer à luz para melhor compreender o nosso presente.

---

[26] Fabrice Langrognet. *Voisins de passage. Une microhistoire des migrations*. Paris: La Découverte, 2024.

[27] Na esteira do trabalho pioneiro de Jerry White, 1980, Rothschield Buildings. Life in An East-End Tenement Block, 1887-1920. London: Pimlico, 1980, a literatura é agora muito extensa, ver por exemplo: Ruth Zylberman. Les Enfants du 209 rue Saint Maur. Paris: Paris Xe, 2020. Se seguiu ao filme dirigido pelo autor, Zadig Production/Arte, e Zylberman (2020), 209 rue Sant-Maur. Autobiographie d'un immeuble, Paris: Seuil/Arte. Ver também Eleonora Canepari. La longue histoire de l'hôtel des Deux Mondes, Belsunce-Marseille. Marseille: Editions De L'Aube, 2023.

O resultado desta reflexão foi traçar caminhos de pesquisa não positivistas, mas ao mesmo tempo fortemente empíricos e que acreditam no potencial de conhecimento oferecido pelos métodos utilizados. Esse é um caminho que, há alguns anos, o grande historiador E. P. Thompson esperava para o futuro da pesquisa histórica, quando argumentou que nós, historiadores, devemos nos recusar a escolher entre um positivismo raso e um ceticismo relativista.[28] Podemos e devemos ir além dessa falsa alternativa: como tentei demonstrar, a superação do positivismo – e, portanto, a atenção redobrada aos materiais analíticos – não se traduz, de forma alguma, em renúncia à pesquisa, mas sim em seu alargamento para novos objetos. Nesse projeto, a micro-história e a história quantitativa são aliadas fortíssimas.

Por fim, gostaria de enfatizar um ponto que me parece crucial. Considerar a construção das fontes não é apenas um chamado à adesão à realidade, contrariando o teleologismo das historiografias globalizantes dos últimos trinta anos; é um fator que garante o caráter experimental da pesquisa histórica. Experimental porque os resultados da pesquisa não podem ser conhecidos de antemão: eles são moldados ao longo do trabalho, por meio das categorias e cronologias que as fontes delineiam, e que muitas vezes forçam a pesquisa a transformar seu objeto ao longo do caminho. É nesse sentido que a pesquisa é uma operação aberta, cujo resultado não é conhecido desde o início, mas é, a rigor, uma "descoberta".

Referências

ARTIFONI, Enrico; TORRE, Angelo. Introduzione. *Quaderni Storici*. Numero monografico Erudizioni e fonti, v. 31, n. 93 (3), 1996.

BLUM, Alain; GRIBAUDI, Maurizio. Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social. *Annales ESC*, 45/6, p. 1.365-1.402, 1990.

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres:* la formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.

CANEPARI, Eleonora. *La longue histoire de l'hôtel des Deux Mondes,Belsunce-Marseille*. Marseille: Editions De L'Aube, 2023.

CERUTTI, Simona. Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle. *Tracés*, 15, p. 147-168, 2008.

CERUTTI, Simona. "À rebrousse-poil": dialogue sur la méthode. *Critique*, 769-770(6), p. 564-575, 2011. (https://doi.org/10.3917/criti.769.0564).

[28] Edward P. Thompson. Theory and Evidence. *History Workshop Journal*, 35(1), p. 274-75, 1993.

CERUTTI, Simona; TORRE, Angelo. The Genesis of Sources: The Meeting Ground Between Microhistorians in Italy and France. SIGURÐUR GYLFI, Tomas V. Cohen; CARNEIRO, Deuvy (ed.). *Bloomsbury Handbook for Microhistory*. Routledge (no prelo / previsão 2026).

CROWSTON, Claire; KAPLAN, Steven L.; LERMERCIER, Claire. Les apprentissages parisiens aux XVIIIe et XIXe siècles. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 73e année (4), 2018, 849-889. https://doi.org/10.1017/ahss.2019.93;

CROWSTON, Claire; KAPLAN, Steven L.; LERMERCIER, Claire. Les apprentissages parisiens aux XIXe et XXe siècles. *Annales. Histoire, sciences sociales*, 73e année (4), p. 849-889, 2018.

DESROSIERES, Alain. *La Politique des grands nombres:* Histoire de la raison statistique. Paris: La Découverte, 1993.

DESROSIERES, Alain. *Pour une sociologie historique de la quantification:* L'Argument statistique I. Paris: Presses de l'École des Mines, 2008.

DESROSIERES, Alain. *Gouverner par les nombres:* L'Argument statistique II. Paris: La Découverte, 2014.

DESROSIERES, Alain; THEVENOT, Laurent. *Les Catégories socio-professionnelles*. Paris: La Découverte, 1998.

FURET, François. *Histoire et Ethnologie*. Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel. Paris: Privat Éditions, 1973.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico. *Quaderni Storici*, v. 14, n. 40(1), p. 181-90, 1979.

GRENDI, Edoardo. Del senso comune storiografico. *Quaderni Storici*, 14 (3), 41, p. 698-707, 1979.

GRIBAUDI, Maurizio. *Espaces, temporalités, stratifications:* Exercices sur les réseaux sociaux. Paris: Editions EHESS, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. *Paris Ville ouvrière:* une histoire occultée, 1789-1848. Paris: La Découverte, 2014.

KLAPISH, Christiane. 'Parenti, amici e vicini'; il territorio urbano d'una famiglia mercantile nel XV secolo. *Quaderni Storici*, XI, p. 953-982, 1976.

KLAPISH, Christiane. *La famiglia e le donne nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 1995.

LANGROGNET, Fabrice. *Voisins de passage*. Une microhistoire des migrations. Paris: La Découverte, 2024.

LERMERCIER, Claire. À qui l'apprentissage donne-t-il du pouvoir? (France, XIXe siècle). *Mélanges de l'Ecole Française de Rome*, 131-1, p. 99-113, 2019.

LERMERCIER, Claire; ZALC, Claire. *Méthode quantitatives pour l'historien*. Paris: La Découverte, 2008.

LEVI, Giovanni. "Famiglie contadine nella Liguria del Settecento". *Miscellanea Storica Ligure*, 5, p. 207-290, 1973.

LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto*. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.

LEVI, Giovanni. *L'eredità immateriale*. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento. Torino: Einaudi, 1985.

LEVI, Giovanni. *L'eredità immateriale*. Carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento. Milano: Il Saggiatore, 2000.

LEVI, Giovanni. *Strutture familiari e rapporti sociali in una comunità piemontese fra Settecento e Ottocento*. Storia d'Italia. Annali I. Dal Feudalesimo al capitalismo. Torino: Einaudi, 1978. p. 615-50.

LEVI, Giovanni. Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del Settecento. *Quaderni Storici*, 11, p. 1095-121, 1976.

LOZA, Carmen Beatriz. De la classification des Indiens à sa réfutation en justice (Yucay, Andes Péruviennes, c. 1493-1574). *Histoire & Mesure*, 12, n. 34, p. 361-386, 1997.

MERZARIO, Raul. *Il paese stretto*. Strategie matrimoniali nella diocesi di Como, secoli XVI-XVIII. Torino: Einaudi, 1981.

MORSEL, Joseph. Traces ? Quelles traces? Réflexions pour une histoire non passéiste. *Revue Historique*, 680(4), p. 813-868, 2016. https://doi.org/10.3917/rhis.164.0813.

THOMPSON, Edward P. Theory and Evidence. *History Workshop Journal*, 35 (1), p. 274-75, 1993.

THOMPSON, Edward P. Anthropology and the Discipline of Historical Context. *Midland History*,1(3), 1972.

ZALC, Claire; PERDONCIN, Anton; ESCAICH, Gabrielle. Mises à l'épreuve de l'attachement. Migrations et persécutions à Lubartów, 1939-1945. *Annales de Démographie Historique*, v. 145, n. 1, p. 73-116, 2023.

ZYLBERMAN, Ruth. *Les Enfants du 209 rue Saint Maur*. Paris: Paris Xe, 2020.

DOI 10.29327/5844403.1-3

Espacializando a comunidade: aldeias, bens comuns e *comune* no noroeste da Itália da Época Moderna[1]

Angelo Torre

A comunidade camponesa foi um objeto privilegiado das ciências sociais nos séculos XIX e XX, que propagaram seus mitos de igualitarismo[2], a despeito de suas estratificações socioeconômicas internas[3]. Uma crítica antifuncionalista, surgida no final da década de 1960, enfatizou tanto os conflitos internos nas comunidades quanto as assimetrias em suas relações externas, juntamente com as tensões delas decorrentes.[4]

A história social adotou muitos desses modelos, mas falhou em criticar adequadamente as generalizações propostas pelas ciências sociais. Mesmo a micro-história italiana, que propôs modelos analíticos de comunidades mais refinados[5], desenvolveu apenas parcialmente uma crítica ao conceito de co-

---

[1] Nota da tradutora (NT). No título original em inglês (*Spatialising the community: Hamlets, commons and commune in Early Modern North-Western Italy*), o autor usa "hamlets", cujo significado remete a agrupamentos populacionais com dinâmicas próprias de vizinhança e jurisdição. Considera-se aqui *aldeia* ou *villa* (termo que aparece, ao longo do texto, de forma intercambiável com aldeia) como a melhor opção para "hamlet". Outra definição refere-se a esses pequenos aglomerados rurais, que na maioria das vezes não contavam nem como uma igreja paroquial própria. Por fim, termo "comuna" é a tradução do italiano *comune*, que se refere à instituição jurídica e política específica das cidades e comunidades italianas.

[2] Ver SUMMER MAINE, Henry. Village-communities in the East and West, six lectures delivered at Oxford. London: Murray, 1876; TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft, Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen*. Leipzig: R. Reisland, 1887 e DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1986 (1892).

[3] From COUTURIER, Jean. *Recherches sur les structures sociales de Châteaudun, 1525-1789*. Paris: SEVPEN, 1969 to BURGUIERE, André (Org). *Bretons de Plozevet*. Paris: Flammarion, 1975; RANKENBERG, Ronald. *Communities in Britain: Social Life in Town and Country*. London: Penguin, 1966

[4] Ver BARTH, Fredrik. *Process and form in social life.* Henley Routledge & Kegan Paul, 1981; DAVIS, John. *People of the mediterranean: an essay in comparative social anthropology*. Henley, Routledge & Kegan Paul, 1977; BAILEY, F. G. *Stratagems and spoils: a social anthropology of politics*. Oxford: Blackwell, 1970; BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford: Blackwell, 1974.

[5] LEVI, Giovanni. *Inheriting power: the story of an exorcist*. Chicago: University of Chicago Press, 1988; GRENDI, E. (org.), Famiglia e comunità. *Quaderni storici*, 32, 1975; MERZARIO, Raul. *Il paese stretto.* Turin: Einaudi, 1981.

munidade[6]. Esta empenhou-se em uma discussão metodológica de grande interesse, que vale a pena recordar brevemente. Edoardo Grendi observou a presença significativa de assentamentos periféricos (*villas*, ou aldeias) na vida política local da comunidade de Cervo[7], enquanto Giovanni Levi falou em coordenação econômica entre 'frentes' de parentela pertencentes a diferentes aldeias (*villas*) em Santena[8]. Gérard Delille propôs, em um ensaio perceptivo, interpretar as aldeias (*villas*) da zona rural de Salerno como formações sociais de parentesco (*quartiers de lignage*)[9]. Osvaldo Raggio buscou mapear os conflitos da Val Fontanabuona a partir da distribuição espacial dos sobrenomes envolvidos[10], revelando um padrão impressionante de agrupamentos (*clusters*) do mesmo sobrenome dentro de uma mesma aldeia (*villa*) – embora não se pudesse afirmar categoricamente que a aldeia própria possuísse uma fundação estritamente baseada no parentesco.[11]

Somente a partir da década de 1990 surgiram perspectivas para uma análise crítica do conceito de comunidade camponesa. Essas incluíram reflexões críticas impulsionadas pela chamada "virada linguística" (*linguistic turn*) e pela centralidade das práticas sociais na análise histórica.[12] Debates sobre a natureza das fontes históricas – que não podem ser detalhados integralmente aqui – conduziram a uma crítica nova e mais radical, que enfatizou as fontes não como descritivas, mas como reivindicativas: elas produzem e afirmam direitos e precedentes e, de modo geral, podem ser utilizadas em demandas jurídicas.[13] Como

---

[6] GRENDI, Edoardo. Sociologia storica o storia sociale? *Polis*, I, 1987, 189-194.

[7] GRENDI, Edoardo. Il sistema politico di una comunità ligure: Cervo fra Cinquecento e Seicento. *Quaderni storici*, 16, n. 46, 1, 1981 numero monografico su Villaggi: Studi di antropologia storica, p. 92-129.

[8] LEVI, Giovanni. *Inheriting Power*, cap. II.

[9] DELILLE, Gérard. L'ordine dei villaggi e l'ordine dei campi. Per uno studio antropologico del paesaggio agrario nel Regno di Napoli (secoli XV-XVII). *Storia d'Italia, Annali 8*. Torino: Einaudi, 1985. p. 491-560; DELILLE, Gérard. *Famiglia e comunità nel Regno di Napoli*. Torino: Einaudi, 1989, parte I; DEROUET, Bernard. Territoire et parenté, *Annales E.S.C.*, 1995.

[10] RAGGIO, Osvaldo. *Faide e parentele: lo Stato genovese visto dalla Fontanabuona*.Torino: Einaudi, 1990. p. 68-100 (Tradução inglesa de *Feuds and State Formation, 1550-1700*. The Backcountry of the Republic of Genoa. London: Springer, 2018).

[11] "La riproduzione della gerarchia interna [della villa], la trasmissione dello status, della proprietà e dell'autorità politica erano processi che si svolgevano all'interno del gruppo largo dei 'parenti', coresidenti o vicini", ivi, p. 90 Ital. Ed.

[12] LORIGA, Sabina; REVEL, Jacques. *Une histoire inquiète: les historiens et le tournant linguistique*. Paris: EHESS-Gallimard, 2022.

[13] TIGRINO, Vittorio; TORRE, Angelo. Des Historiographies connctées? Les Annales, Quaderni storici et l'épreuve de l'histoire sociale. *Annales H.S.S.,* 2020/3 75e; TIGRINO, Vittorio. Mezzo secolo di "Quaderni Storici": una storia redazionale a confronto. *Ricerche storiche*, 2021; CERUTTI, Simona; TORRE, Angelo. Italian and French Microhistory. CARNEIRO, Deivy; COHEN, Thomas; MAGNUSSON, Sigurdur Gwilfi (orgs.). *Handbook of Microhistory* (Forthcoming, London, Bloomsbury, 2026).

veremos, a partir da década de 1980 essa abordagem abriu novos caminhos para tratar fontes relacionadas às comunidades rurais em toda a Europa e além por meio de diversas vias, como a história jurídica, a ecologia histórica, a análise espacial da religião local e a reinterpretação de modelos de assentamento e de propriedade coletiva – um dos elementos característicos das comunidades aldeãs.

Uma via particularmente frutífera foram a retomada e a elaboração de uma análise espacial topográfica das fontes, originalmente propostas no período entreguerras pela *English Local History* de William Hoskins.[14] Essa abordagem desafiou a ideia da comunidade camponesa como um organismo autorregulado.[15] A leitura espacializada em escala topográfica[16] conduziu a revisões de categorias historiográficas consagradas. Proporcionou, outrossim, uma crítica à denominada 'virada espacial' (*spatial turn*) – que visava interpretar objetos históricos no espaço – ao enfatizar que a dimensão espacial não é absoluta (cartesiana), mas relativa[17]: uma projeção de categorias de atores e grupos sociais[18]. Essa reflexão, fundamental, orientou-se frequentemente para uma perspectiva culturalista, priorizando análises para além da escala topográfica, que se mostram indiferentes à dimensão espacial das aldeias.

Para além da análise espacial – seja em escala topográfica ou não –, outras inovações historiográficas concentraram-se na dimensão jurídica, em torno da qual se desenvolveu um importante debate internacional.[19] Este destacou a importância das jurisdições entrelaçadas – múltiplas instituições legais e jurisdicionais operando em um mesmo território –, permitindo conflitos

---

[14] HOSKINS, William G. *Local History in England*. London: Longman, 1959.

[15] TIGRINO, Vittorio. Storia di un seminario di storia locale. Edoardo Grendi e il Seminario Permanente di Genova (1989-1999). CEVASCO, Roberta (ed.). *La natura della Montagna. Studi in ricordo di Giuseppina Poggi*, Sestri Levante, 2013.

[16] N.T. Para Torre, a escala topográfica é um conceito-chave, pois a topografia não é apenas o relevo, mas o registro material das ações humanas em um espaço específico.

[17] COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. Totowa: Barnes and Noble: 1984; COSGROVE, Denis. *The Iconography of landscape:* essays on the symbolic representation, design, and use of past environments. Cambridge: Cambridge University Press, 1988; RAU, Susanne. *History, Space and Place*. London: Routledge, 2019.

[18] KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie (orgs.). At home and in the workplace: Domestic and Occupational Space in Western Europe from the Middle Ages. *History & Theory,* 52 (2013).

[19] Há uma vasta bibliografia. Ver: LE GOFF, Jacques. Histoire médiévale et histoire du droit: un dialogue difficile. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico*, 22, 1985, p. 23-64 (Special issue on "Storia sociale e dimensione giuridica"); HESPANHA Antonio. *A História do direito na história social.* Lisboa: Livros Horizonte, 1978; CLAVERO, Bartolomé. *Tantas personas como estados.* Por una antropologìa polìtica de la historia europea. Madrid: Tecnos, 1986; CONTE, Emanuele. *Diritto comune.* Storia e storiografia di un sistema dinamico. Bologna: Il Mulino, 2009; THOMAS, Yan. *Les opérations du droit*. Paris: Gallimard-Seuil, 2011; HERZOG, Tamar. *A short history of European Law.* The Last Two and a Half Millenia. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018.

prolongados como vendetas (*feuds*), faccionalismos e uma competição institucional mais ampla, que informaram lutas sociais e políticas disseminadas.[20] Tornou-se possível identificar modelos de governança por meio de vendetas, facções e da competição entre instituições emaranhadas, moldando conflitos sociais de vasta escala.[21]

Outra direção fundamental envolveu o repensar dos sistemas agrários pré-industriais sob a ótica da ecologia histórica, especialmente na tradição inglesa.[22] A partir da obra de Rackham, esses estudos ofereceram críticas empíricas e concretas ao conceito de natureza, focando nas práticas de gestão de recursos – incluindo o uso de florestas como pastagens. Essa análise foi crucial para deslocar o foco dos campos privados (e da cerealicultura) para as matas comuns, abrindo caminho para a arqueologia ambiental – estudando sistemas agro-silvo-pastoris *in situ* e sob uma perspectiva materialista.[23]

Essas considerações permitiram uma reinterpretação dos sistemas culturais do mundo camponês, conduzindo a reflexões sobre a construção de identidades locais dentro de sistemas políticos passados e presentes[24], bem como sobre a história rural europeia[25] e as localidades nas décadas subsequentes[26]. Todas essas perspectivas, e os trabalhos que estimularam, promoveram uma 'espacialização' da história – visualizando os objetos historicamente dentro do espaço e enfatizando que a dimensão espacial é relativa e não absoluta.[27]

---

[20] RAGGIO, Osvaldo. Feuds *cit*., TORRE, Angelo, *Il consumo di devozioni.* Religione e comunità nelle campagne dell'Ancien Régime. Venezia: Marsiliio, 1995.

[21] RAGGIO. *cit* Feuds and State Formation.

[22] Refiro-me aqui a RACKHAM, Oliver. *History of the Countryside*, 1980, e aos trabalhos de MORENO, Diego. *Dal documento al terreno, Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali*. Bologna: Il Mulino, 1990 (nova edição em Genoa: Genova University Press, 2018) e CEVASCO, Roberta. *Memoria verde:* nuovi spazi per la geografia. Reggio Emilia: Diabasis, 2007.

[23] STAGNO, Anna Maria. *Gli spazi dell'archeologia rurale:* risorse ambientali e insediamenti nell'Appennino ligure tra 15º e 21º Secolo. Firenze: All'insegna del Giglio, 2018; PANETTA, Alessandro; PESCINI, Valentina; PY-SARAGAGLIA, Vanessa (orgs.). Disassembling landscape. Applied environmental archaeology and historical ecology, *Quaderni storici*, v. 55, n. 164, 2020, n. 2.

[24] APPADURAI, Arjun. The production of locality, in R. FARDON (ed.). *Counterworks:* managing the diversity of knowledge. London – New York: Routledge, 1995. p. 204-226; para uma aplicação em pesquisa histórica veja-se GERRITSEN, Anne. *Ji'an Literati and the local in Song-Yuan-Ming China*. Leiden-Boston: Brill, 2007; GERRITSEN, Scales of a Local. The Place of Locality in a Globalizing World. In: NORTHROP D. (org.). *A Companion to World History*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012. p. 213-26; GERRITSEN, Anne; DE VITO, Christian (orgs.). *Micro-spatial history of the Global Labour*. London: Palgrave, 2017.

[25] TORRE, Angelo. *Production of Locality in the Early Modern and Modern Age Places.* London: Routledge, 2020.

[26] Vejam-se os estudos de Appadurai, Torre, Gerritsen, De Vito, citados nas notas 22 e 23.

[27] COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. Totowa: Barnes and Noble, 1984; COSGROVE, Denis. *The Iconography of landscape:* essays on the symbolic representation, design,

No caso piemontês, especificamente no que diz respeito ao Ducado de Saboia/Reino da Sardenha, a leitura espacializada em escala topográfica produziu diversas revisões de categorias historiográficas consagradas. Por exemplo, uma reinterpretação das propriedades coletivas das aldeias camponesas piemontesas e lombardas baseou-se em uma análise detalhada do processo tributário da *Perequazione*[28], conduzido pelo governo de Turim entre 1690 e 1730[29]. Em particular, a partir de uma leitura do material documental, atenta aos detalhes e aos conflitos culturais e sociais que os sistemas de classificação ocultam[30], emergiram interpretações contrastantes sobre os bens comuns (*commons*) por parte de funcionários e camponeses: enquanto os funcionários focavam na produção agrícola e na produtividade da terra, os camponeses classificavam as propriedades coletivas baseando-se principalmente em direitos de acesso. Essa classificação 'de baixo para cima' (*bottom-up*) distinguia quem tinha acesso aos bens comuns – se um único povoado (aldeia), os habitantes do povoado e da vila, os habitantes da vila ou toda a população indiscriminadamente.[31] Uma análise administrativa detalhada delineou, assim, o processo de longa duração da luta das autoridades de Turim contra as aldeias no final do século XVIII e início do XIX: as autoridades judiciais definiram os direitos dos povoados como direitos privados, identificando o 'público' exclusivamente com a municipalidade (*commune*)[32].

O estudo das antigas sobreposições jurisdicionais enfatizou a importância das jurisdições entrelaçadas – múltiplas instituições legais e jurisdicionais em um mesmo território –, facilitando conflitos prolongados, como vendetas e disputas faccionais, que refletiam as onipresentes tensões sociais e políticas.[33] De modo semelhante, a análise espacial de documentos eclesiásticos lançou

---

and use of past environments. Cambridge: Cambridge University Press, 1988; COSGROVE. 'Landscape and Landschaft', German Historical Institute Bulletin. T. Zeller (ed.). *The Spatial Turn in History*, 35, p. 57-71, 2004. RAU, Susanne. *History, space and place*. London: Routledge, 2019.

[28] N.T. *Perequazione* ou, em português, equalização. A perequação representava a tentativa do Estado (especialmente no Piemonte do século XVIII) de racionalizar a cobrança de impostos. O objetivo era corrigir as desigualdades: evitar que alguns pagassem demais enquanto outros, mais influentes, pagassem de menos.

[29] Sobre "Perequazione" ver LEVI, G. *Inheriting Power.* The story of an Exorcist. Chicago: Chicago University Press, 1988; BATTISTONI, Marco. *Abbazie e ordini religiosi nel Piemonte di antico regime:* patrimoni e giurisdizioni. Genoa: Sagep, 2017; TORRE, Angelo. Commons as Local Institutions. Hamlets and Municipalities between 18th and 19th Century in Piedmont. *Quaderni Storici*, 56, n. 168, p. 685-724, 2021/3.

[30] MORENO, DIEGO. Dal documento al terreno *cit*. exemplifica essa abordagem para as fontes administrativas do início do século XIX.

[31] Archivio di Stato di Torino, Sezioni Riunite, Intendenza di Ivrea, Paesi, Azeglio, 1828.

[32] TORRE, Commons as Local Institutions.

[33] RAGGIO, Feuds and State Formation; TORRE, Il consumo di devozioni.

luz sobre a dimensão política da vida religiosa e devocional nas zonas rurais da Europa do Antigo Regime, revelando dinâmicas territoriais e tensões entre grupos sociais localizados por meio de devoções coletivas geridas por associações leigas, tais como a confraria (do latim *confratria*) do Espírito Santo, irmandades penitenciais e sociedades paroquiais da Contra-Reforma.[34] Ao lado do mundo das irmandades, que foi privilegiado sobretudo pela historiografia católica, a leitura espacializada da religião local permitiu apreender dinâmicas e tensões entre grupos sociais localizados: das confrarias do Espírito Santo às irmandades de penitentes e sociedades de altar, das capelanias leigas e benefícios simples às colegiadas e canonicatos, até a própria paróquia rural, toda uma série de instituições e associações revelou-se imersa em tensões territoriais, das quais constituíam, de fato, um veículo de expressão.[35]

Essa fragmentação e a natureza policêntrica da paróquia rural também afetaram a comuna rural – um fenômeno bem conhecido, mas frequentemente reduzido a um fenômeno regional.[36] Por fim, as sociedades locais revelaram uma natureza fragmentada e policêntrica que foi muitas vezes ignorada – ou reduzida a um fenômeno regional, como na geografia rural francesa[37]. Esse modelo de análise do território do Antigo Regime como um lugar de tensões territoriais provou ser adequado para interpretar a formação dos municípios rurais durante um longo período, desde a emergência da documentação escrita até os dias atuais, como o desenrolar e a tentativa de controle das tensões entre segmentos espaciais das sociedades locais.[38] Sob essa perspectiva, a análise dos bens comuns (*commons*) constitui um terreno fértil para a pesquisa etnográfica histórica, buscando identificar as categorias internas das sociedades rurais europeias, que são, com frequência excessiva, marginalizadas pela pesquisa sociológica e antropo-histórica.[39] O estudo dos bens comuns é cen-

---

[34] Sobre a sociabilidade religiosa católica italiana, veja a síntese de BLACK, Christopher. *Italian confraternities in the sixteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

[35] TORRE. Il consumo di devozioni.

[36] O próprio Hoskins reconheceu a falta de estudos sobre o assunto na Inglaterra. Veja-se: HOSKINS, William. *The Making of the English Landscape*. London: Hodder and Stroughton, 1955. p. 49.

[37] DEMANGEON, Albert. *Troisième rapport de la commission de l'habitat rural, préparé pour le congrès international de géographie*. Paris, 1931, Florence. Florenc: Bureau du secrétariat Général, 1931; DEMANGEON, Albert. *Les Alpes:* l'économie alpestre. Paris: Sautry, 1935; FEL, André. Histoire d'un paysage pastoral: le Massif Central. *Revue de Géographie Alpine*, t. 72, n. 2-4, p. 253-264, 1984. TROCHET, Jean René. *Les maisons paysannes en France et leur environnement, XVe-XXe siècles*. Paris: Créaphis, 2006.

[38] BORDONE, Renato; GUGLIELMOTTI, Paola; LOMBARDINI, Sandro; TORRE, Angelo (orgs.). *Lo spazio politico locale in età medievale, moderna e contemporanea*. Atti del Convegno interna zionale di studi (Alessandria: 26-27 novembre 2004). Alessandria: Dell'Orso, 2007.

[39] TORRE, Angelo. *Commons as Local Institutions*.

tral para todas essas perspectivas críticas, mas é especialmente importante para a elaboração de uma abordagem etnográfica histórica que se concentre na investigação das categorias internas dos atores sociais.[40]

Os bens comuns foram, assim, vistos como instituições locais para a gestão de recursos vegetais[41], cujos protagonistas nem sempre eram os municípios, mas com maior frequência segmentos das comunidades locais: seções de municípios na tradição histórico-administrativa francesa; aldeias/povoados (*hamlets*), mas sobretudo *villas*, na tradição italiana[42].

É necessário, portanto, repensar a aldeia como um objeto historiográfico. O debate na história social das décadas de 1980 e 1990, mencionado acima, demonstra como essas perspectivas de pesquisa são extraordinariamente consistentes com as indicações que parte da historiografia social francesa desenvolvera nos anos 1990, a partir do estudo dos processos sucessórios e da gestão de recursos locais.[43] Examinemos os principais aspectos que emergem da documentação histórica.

O primeiro aspecto da vida na aldeia é sua dimensão jurídica: a documentação judicial do Antigo Regime, como ilustrado por uma análise histórica convincente[44], mostra como as *villas* possuíam personalidade jurídica e moviam ações judiciais contra senhores e municípios maiores pelos quais se sentiam – e de fato eram – ameaçados. Em uma obra que pode ser considerada um verdadeiro *bestseller*, o jurista piemontês Nicolò Losa (Losaeus)[45] demons-

---

[40] THOMPSON, Edward P. Whigs and Hunters. *The Origins of the Black Act*. London: Pantheon Books, 1975; GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la Repubblica.* Il modello ligure di antico regime. Turin: Einaudi, 1993. Sobre as categorias internas dos atores veja-se COTTEREAU, Alain; MARZOK, Makhtar M. *Une famille andalouse:* ethnocomptabilité d'une économie invisible. Saint-Denis: Duchène, 2012.

[41] MORENO, Diego; RAGGIO, Osvaldo (orgs.). Risorse collettive. *Quaderni storici*, v. 27, n. 81 (3), dicembre 1992.

[42] Vejam-se os debates entre micro-historiadores italianos citados nas notas 5 a 10.

[43] DEROUET, Bernard. Territoire et parenté. *Annales E.S.C.*, 1995; ZINK, Anne. *L'héritier de la maison:* géographie coutumière du Sud-Ouest de la France sous l'Ancien Régime. Paris: EHESS, 1993.

[44] MANNORI, Luca. *Il sovrano tutore [Texto impresso]:* pluralismo istituzionale e accentramento amministrativo nel principato dei Medici, secc. XVI-XVIII. Milan: Giuffré, 1994.

[45] LOSA (LOSAEUS), Niccolò. *De iure vniuersitatum tractatus omnibus legum studiosis, & in foro, & in scholis versantibus maxime vtilis, ac necessarius.* Authore Nicolao Losaeo Taurinensi I.C. et serenissimi Sabaudiae ducis consiliario status, referendario, ac senatore, Augustae Taurinorum: apud Pantaleonem e Goffis & Laurentium Vallinum socios, 1601. Sobre Losa, ver TORRE, Angelo. *Losa, Niccolò, Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Treccani, 66, p. 145-47, 2006; HUNZIKER, S. Die ländliche Gemeinde in der juristischen Literatur 1300-1800. BLICKLE, Peter; HOLENSTEIN, André (orgs.). *Gemeinde und Staat im Alten Europa*. Munchen: R. Oldenbourg, 1998. p. 426-33; TODESCAN, Franco. Dalla "persona ficta" alla "persona moralis". Individualismo e matematismo nelle teorie della persona giuridica del sec. XVII, in *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, XI/XII, p. 59-93, 1982-83, now in TODESCAN, *Etiamsi daremus. Studi sinfonici sul diritto naturale*. Cedam: Padova, 2003. p. 133-167.

trou como qualquer grupo de pelo menos cinco casas poderia ser considerado uma *villa* (aldeia) e gozar de personalidade jurídica, podendo, portanto, litigar em juízo e órgãos administrativos. Losaeus também apresentou uma proposta (não isenta de interesse próprio[46]) para conferir reconhecimento formal a esses assentamentos: entidades às quais se poderia dar crédito para pagamentos de impostos. A importância da *villa* na sociedade rural do Antigo Regime europeu é demonstrada, outrossim, pelo fato de os dicionários históricos do século XIX iniciarem cada entrada listando as aldeias que compunham o município.[47]

Essas perspectivas de pesquisa, aqui sintetizadas, permitiram, em todo caso, identificar um processo de longa duração envolvendo grupos extremamente localizados de parentes e vizinhos – ou parentes-vizinhos –, os quais propus identificar pelo termo *villa*, utilizado sistematicamente na documentação secular e eclesiástica.

Em resumo, a aldeia/povoado (*hamlet*) é ainda hoje um objeto científico subestimado, como evidencia a ausência de debate nas ciências sociais, que mantêm uma verdadeira obsessão pela 'comunidade camponesa'. Essa subestimação foi também incentivada pelo equívoco geográfico sobre o assentamento rural, visto principalmente em termos tipológicos e no contraste entre assentamentos dispersos e agrupados (nucleados). Como apontou Elisabeth Zadora-Rio, o erro de Albert Demangeon ao tentar calcular o coeficiente de dispersão dos assentamentos em vez de estudar suas características genéticas teve um peso considerável.[48] De modo semelhante, os estudos demo-antropológicos equivocaram-se gravemente sobre o problema do assentamento rural.[49] A dimensão negligenciada do assentamento policêntrico ou fragmentado foi, contudo, considerada em toda a sua importância pelo trabalho inicial de Clifford

---

[46] Archivio di Stato di Torino, Corte, Conventi soppressi, Gesuiti, mm. 540. A documentação referente a disputas, inventários e petições de Alessandro Losa Junior permite a reconstrução da desgraça e decadência de Losa. Agradeço a Simona Cerutti a indicação dessa fonte documental.

[47] Veja-se, por exemplo, CASALIS, Goffredo. *Dizionario geografico storico, statistico e commerciale degli Stati di Sua Maestà il Re di Sardegna*, Turin: Cassone, Marzorati, Vercellotti, (28 vols.), 1833-1856.

[48] ZADORA-RIO, Elisabeth. Les approches morphologiques des agglomérations: essai d'historiographie. In: GAUTHIEZ, Bertrand *et al*. (orgs.). *Village et ville au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires François-Rabelais, 2003. p. 13-27, v. 1.

[49] Veja-se, por exemplo, VIAZZO, Pier Paolo. *Upland Communities:* environment, population and social structure in the Alps, since the 16th century. Cambridge: Cambridge University Press, 1989; ALBERA, Dionigi. *Au fil des générations:* terre, pouvoir et parenté dans l'Europe alpine, XIVe-XXe siècles. Grenoble: PUG, 2011.

Geertz, que a tornou uma das variáveis da morfologia social da zona rural (*countryside*) indonésia[50].

No caso europeu do Antigo Regime, esses microassentamentos constituídos por parentes-vizinhos ou parentes e vizinhos – em alguns casos, apenas parentes – foram capazes de competir com aqueles que se estabeleciam como 'aldeias centrais' (*central villages*)[51]. Trata-se, portanto, de uma instituição de vizinhança, reconhecível sob os pontos de vista jurídico, ritual, caritativo e patrimonial: um microassentamento capaz de gerir recursos vegetais por meio de práticas de indivisibilidade do patrimônio familiar-parental, desenvolvidas através da transmissão entre gerações.

A 'villa' não se limita a uma instituição parental, mas envolve grupos de vizinhos na gestão dos recursos locais e desempenha um papel protagonista em processos históricos importantes que ainda não foram suficientemente analisados pelos historiadores. O exemplo mais relevante, sob esse prisma, é o do aspecto redistributivo da aldeia, a saber, os rituais de caridade. A documentação do Antigo Regime demonstra a onipresença desse aspecto redistributivo, especialmente para parentes mais próximos[52] ou para a paróquia: sal diante do cemitério; alimentos (pão, vinho, etc.); cera (ao clero); tamancos. Essas distribuições tenderam a mudar ao longo do tempo: por exemplo, a partir da segunda metade do século XVIII, difundiu-se a distribuição de recursos para jardins de infância e escolas primárias, o que por vezes levou a uma luta contra a municipalização das escolas no século XIX e, em alguns lugares, geriu a educação local até a década de 1960. Outros tipos de recursos poderiam ser redistribuídos na forma bolsas de estudo para estudantes do bairro ou parentes, para o pagamento de médicos (frequentemente para um certo número de *villas* ou municípios) e, posteriormente, nos séculos XIX e XX, seguros residenciais (*home insurance*)[53]. O significado político da redistribuição (caridade) era tal que, em alguns casos, houve uma luta dos bairros (*boroughs*) contra a municipalização da caridade imposta pelos prefeitos no final do século XIX.[54]

---

[50] GEERTZ, Clifford. Form and Variation in Balinese Village Structure. *American Anthropologist*, 1959.

[51] TORRE, Angelo. Hamlets: commons, communes and charity in the Western Alps (Biella and Ossola, 16th-19th centuries). *Proceedings of the Paris Institut of Advanced Studies*, 2024.

[52] A fórmula utilizada nos testamentos é: "proximioribus consanguineis ou consanguineis et vicinis". Archivio di Stato di Verbania, Notaio G. Ant. Marini, 1700-1739.

[53] Veja-se TORRE, Angelo. *Commons*. Etnografia e storia del comune nell'Italia Nord-Occidentale (XVI-XIX secolo). No prelo, Rome: Viella, 2026. cap. 4.

[54] O caso está excepcionalmente bem documentado na comuna de Rosazza (Biella). Ver TORRE, *Commons*, cap. 4.

Ao lado da caridade, a aldeia possui uma vida ritual importante que se expressa por meio da Irmandade do Espírito Santo. Trata-se de um ritual secular (ou seja, não devocional) amplamente difundido, geralmente identificado com o 'município', mas que é, na realidade, uma expressão das aldeias: podemos observar, por exemplo, a existência de diversos rituais em um mesmo município[55]. A Irmandade do Espírito Santo celebra o Pentecostes partilhando uma sopa de grão-de-bico, a ser distribuída a todas as pessoas que ali residem (mas, por vezes, também a transeuntes). O significado de comer juntos é assimilado à caridade[56], e certamente o ato de comer coletivamente constitui uma importante manifestação da 'produção de localidade'[57].

Ao longo do tempo, as *villas* buscaram reconhecimento tentando alcançar o *status* de paróquias – um processo que Edoardo Grendi chamou de *apparrocchiamento*[58] e Michel Lauwers denominou *inecclesiamento*[59]: a aspiração de pequenos assentamentos em adquirir a condição paroquial. As *villas* estabeleceram capelas por meio de legados piedosos e doações de grupos de parentesco localmente dominantes, reivindicando gradualmente a autonomia paroquial. Esse processo foi quantitativamente evidente no aumento significativo de paróquias nas áreas rurais italianas ao longo dos séculos e, de forma semelhante, na França.[60] Durante os séculos XV ao XVII, observou-se a proliferação de oratórios em aldeias[61] e, na Inglaterra, Alan Everitt identificou 'capelas não conformistas' (*non-conformist chapels* – ou *'chapels of ease'* nas zonas rurais católicas), geridas por grupos de parentesco nas periferias das aldeias.[62] A vida

---

[55] TORRE. Il Consumodi devozioni.

[56] BASCAPÉ, Carlo (Bishop). Nouaria seu De ecclesia Nouariensi libri duo primus de locis, alter de episcopis, Nouariae: apud Hieronymum Sessallum, 1612.

[57] APPADURAI, Arjun. The Production of Locality.

[58] N.T. Veja para mais detalhes Torre, Angelo. A produção histórica dos lugares. Vendrame & Karsburg (orgs.). *Micro-História um método em transformação*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2020. p. 85 e segs.

[59] GRENDI, Edoardo. *Introduzione alla storia moderna della Repubblica di Genova*. 2. ed. Genova: Bozzi, 1973; LAUWERS, Michel. *Naissance du cimetière:* lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident médiéval. Paris: Aubier, 2005.

[60] Tentei calcular para as dioceses do sul do Piemonte. Veja em TORRE. *Il consumo di devozioni*. Part 2 e em algumas áreas de Ossola (ver TORRE. *Commons.* Etnografia e storia del comune, cap. 4).

[61] Bispo Carlo Bascapè mencionou esse processo em Valsesia no final do século XVI. BASCAPE' Carlo. Nouaria seu De ecclesia Nouariensi libri duo primus de locis, alter de episcopis, Nouara, Merati, 1876 (1612), p. 122: the 37 parishes in Sesia valley in 1612 were seven at the end of 15th century. Torre, Production of Locality, p. 27.

[62] EVERITT, Alan. *Ways and means in local history.* London: National Council of Social Service for the Standing Conference for Local History, 1971; LAUWERS, Michel. Naissance du cimetière. DELLA MISERICORDIA, Massimo. *Divenire comunità:* comuni rurali, poteri signorili, identità sociali in Valtellina e nella montagna lombarda nel tardo medioevo. Milan: Unicopli, 2004.

religiosa da *villa* consistia primordialmente de missas celebradas por grupos de parentesco proeminentes, conforme evidenciado por inúmeros legados registrados nas visitas pastorais após as reformas tridentinas.[63]

Um movimento paralelo e tardio envolveu a 'municipalização' das aldeias – a obtenção de autonomia administrativa, especialmente fiscal – por meio do estabelecimento de novas paróquias rurais. No noroeste dos Alpes, a fundação de novas comunas pode ser interpretada como a resposta das comunidades locais aos objetivos fiscais do Estado central; 'de baixo', os aldeamentos (*hamlets*) utilizaram a criação de comunas para negociar a carga tributária, enquanto, 'do topo', as autoridades visavam simplificar a arrecadação de impostos ao desmantelar unidades medievais como os *mandamenti*[64], as comunidades de vale e as comunas jurisdicionais. Esse processo de longa duração culminou no estabelecimento formal dos municípios como entidades administrativas no final do século XVIII. Contudo, um problema crítico persistiu: a divisão dos bens comuns (*commons*) entre as aldeias ou sua integração nos bens comuns municipais. Essa integração frequentemente falhou, gerando tensões – particularmente no Piemonte e na Lombardia – entre as *villas* e a aldeia central dentro da comuna, tensões que persistiram durante o século XIX, manifestando-se especialmente nos conselhos municipais.

O processo de municipalização, conforme retratado por meio da espacialização em escala topográfica das comunidades aldeãs, é portanto algo muito distinto da função revolucionária que Peter Blickle atribuiu à emergência do município no final da Idade Média na Europa (especialmente na Alemanha).[65]

---

[63] TORRE, Angelo. Le temps de la messe. Legs et messes des défunts dans le Piémont d'Ancien Régime. GUZZI-HEEB Sandro; DUBUIS, Pierre (orgs.). Organisation et mesure du temps dans les campagnes européennes de l'époque moderne au XXe siècle. *Cahiers de Vallesia / Beihefte zu Vallesia*, 30, p. 101-115, 2019. TORRE, Le visite pastorali: altari, famiglie, devozioni. GALANTE GARRONE, Giovanna; LOMBARDINI, Sandro; TORRE, Angelo (orgs.). *Valli monregalesi:* arte, società, devozioni. Vicoforte (CN): Comunità montana Valli Monregalesi, 1985. p. 148-88; TORRE, Il consumo di devozioni, part 3.

[64] N.T. O termo *mandamenti* (plural de mandamento) refere-se a uma unidade de circunscrição administrativa e judiciária intermediária, situada entre o município (*comune*) e a província. Historicamente, no Reino da Sardenha (Piemonte) e posteriormente na Itália unificada, os *mandamenti* eram distritos que agrupavam vários municípios para fins de justiça de paz, coleta de impostos e recrutamento militar. Para mais informações ver: TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. Vendrame & Karsburg (orgs.). *Micro-História um método em transformação*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2020. p. 92 e segs.).

[65] BLICKLE, Peter. *Landgemeinde und Stadtgemeinde in Mitteleuropa.* Ein Struktureller Vergleich, Historische Zeitschrift Beihefte, Band 13, 1991. München: Oldenbourg, p. 5-38; BLICKLE, Peter. Communalism as an Organizational Principle between Medieval and Modern Times, in BLICKLE, Peter. *From Communal reformation to the revolution of the common man*. Leiden: Brill, 1998. Important reflections by A. Guerreau and MORSEL, Joseph (org.). *Communautés d'habitants au Moyen âge:* XIe-XVe siècles. Paris: Publications de la Sorbonne, 2018.

Ele é, antes, comparável à 'revolução silenciosa' que Martine De Moor identificou ao estudar as instituições locais de gestão de terras comuns no noroeste da Europa.[66]

Essas considerações são essenciais para uma compreensão nuançada da vida social rural sob o Antigo Regime. Grupos locais de vizinhos, parentes ou familiares próximos representam atores políticos territoriais, cujas dinâmicas – visíveis ou sutis – evidenciam a ambiguidade das populações locais em sua relação com as políticas fiscais superiores, que buscavam fontes estáveis de receita.[67]

Em conclusão, as aldeias do Antigo Regime, quando estudadas por meio da análise espacial em escala topográfica, revelam tensões em vez de homogeneidade interna. No centro dessas tensões estão as *villas*, frações ou seções de comunas que compartilham um objetivo comum: manter a continuidade da unidade doméstica (*household*) por meio de rituais de caridade, devoção e redistribuição de recursos. Tais objetivos geram conflitos sobre a divisão da propriedade, a gestão ritual, a posse dos bens comuns e a formação das comunas. De forma mais ampla, isso sublinha que a comunidade não é uma entidade estática, mas um processo construído — sua manutenção envolve instituições de caridade, devoção e redistribuição que criam tensões territoriais, frequentemente em atrito com o desejo de controle das autoridades centrais ou de poderes superiores, como a Igreja ou os senhores feudais.

Referências

ALBERA, Dionigi. *Au fil des générations:* terre, pouvoir et parenté dans l'Europe alpine, XIVe-XXe siècles. Grenoble: PUG, 2011.

APPADURAI, Arjun. The production of locality. In: R. FARDON (ed.). *Counterworks:* managing the diversity of knowledge. London-New York: Routledge, 1995. p. 204-226.

BAILEY, F. G. *Stratagems and spoils:* a social anthropology of politics. Oxford: Blackwell, 1970; BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends:* networks, manipulators and coalitions. Oxford: Blackwell, 1974.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Henley Routledge & Kegan Paul, 1981

BATTISTONI, Marco. *Abbazie e ordini religiosi nel Piemonte di antico regime:* patrimoni e giurisdizioni. Genoa: Sagep, 2017.

[66] DE MOOR, Martine. The Silent Revolution: A New Perspective on the Emergence of Commons, Guilds, and Other Forms of Corporate Collective Action in Western Europe. *International Review of Social History*, 53, p. 179-212, 2008.

[67] TORRE. Commons. *Etnografia e storia del comune*, Cap. 4 e Conclusione.

BLACK, Christopher. *Italian confraternities in the sixteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press: 1989.

BLICKLE, Peter. Communalism as an Organizational Principle between Medieval and Modern Times. In: BLICKLE, Peter. *From Communal reformation to the revolution of the common man*. Leiden: Brill, 1998.

BLICKLE, Peter. *Landgemeinde und Stadtgemeinde in Mitteleuropa*. Ein Struktureller Vergleich, Historische Zeitschrift Beihefte, Band 13, 1991. München: Oldenbourg, p. 5-38.

BORDONE, Renato; GUGLIELMOTTI, Paola; LOMBARDINI, Sandro; TORRE, Angelo (orgs.). *Lo spazio politico locale in età medievale, moderna e contemporanea*. Atti del Convegno interna zionale di studi (Alessandria: 26-27, novembre 2004), Alessandria: Dell'Orso, 2007.

BURGUIERE, André (org.). *Bretons de Plozevet*. Paris: Flammarion, 1975.

CASALIS, Goffredo. *Dizionario geografico storico, statistico e commerciale degli Stati di Sua Maestà il Re di Sardegna*. Turin: Cassone, Marzorati, Vercellotti (28 vols.), 1833-1856.

CERUTTI, Simona; TORRE, Angelo. Italian and French Microhistory. CARNEIRO, Deivy; COHEN, Thomas; MAGNUSSON, Sigurdur Gwilfi (orgs.). *Handbook of Microhistory* (Forthcoming, London, Bloomsbury, 2026).

COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. Totowa: Barnes and Noble, 1984.

COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. Totowa: Barnes and Noble, 1985.

COSGROVE, Denis. *The Iconography of landscape:* essays on the symbolic representation, design, and use of past environments. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

COSGROVE. 'Landscape and Landschaft', German Historical Institute Bulletin. T. Zeller (ed.). *The Spatial Turn in History*, 35, p. 57-71, 2004.

COTTEREAU, Alain; MARZOK, Makhtar M. *Une famille andalouse:* ethnocomptabilité d'une économie invisible. Saint-Denis: Duchène, 2012.

COUTURIER, Jean. *Recherches sur les structures sociales de Châteaudun, 1525-1789*. Paris: SEVPEN, 1969.

DAVIS, John. *People of the mediterranean:* an essay in comparative social anthropology. Henley: Routledge & Kegan Paul, 1977.

DE MOOR, Martine. The Silent Revolution: A New Perspective on the Emergence of Commons, Guilds, and Other Forms of Corporate Collective Action in Western Europe. *International Review of Social History*, 53, p. 179-212, 2008.

DELILLE, Gérard. *Famiglia e comunità nel Regno di Napoli*. Torino: Einaudi, 1989, parte I; DEROUET, Bernard. *Territoire et parenté*, Annales E.S.C., 1995.

DELILLE, Gérard. *L'ordine dei villaggi e l'ordine dei campi*. Per uno studio antropologico del paesaggio agrario nel Regno di Napoli (secoli XV-XVII). Storia d'Italia, Annali 8, Torino: Einaudi, 1985. p. 491-560.

DEMANGEON, Albert. *Les Alpes:* l'économie alpestre. Paris: Sautry, 1935.

DEMANGEON, Albert. *Troisième rapport de la commission de l'habitat rural, préparé pour le congrès international de géographie*. Paris, 1931, Florence, Florenc: Bureau du secrétariat Général, 1931.

DEROUET, Bernard. *Territoire et parenté*. Annales E.S.C., 1995; ZINK, Anne. *L'héritier de la maison:* géographie coutumière du Sud-Ouest de la France sous l'Ancien Régime. Paris: EHESS, 1993.

DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1986 (1892).

EVERITT, Alan. *Ways and means in local history.* London: National Council of Social Service for the Standing Conference for Local History, 1971.

FEL, André. Histoire d'un paysage pastoral: le Massif Central. *Revue de Géographie Alpine*, t. 72, n. 2-4, p. 253-264, 1984.

GEERTZ, Clifford. *Form and Variation in Balinese Village Structure*. American Anthropologist, 1959.

GERRITSEN, Anne. *Ji'an Literati and the local in Song-Yuan-Ming China*. Leiden-Boston: Brill, 2007; GERRITSEN, Scales of a Local. The Place of Locality in a Globalizing World. In: NORTHROP D. (org.). *A Companion to World History*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

GERRITSEN, Anne; DE VITO, Christian (orgs.). *Micro-spatial history of the Global Labour*. London: Palgrave, 2017.

GRENDI, E. (org.). Famiglia e comunità. *Quaderni storici*, 32, 1975; MERZARIO, Raul. *Il paese stretto*. Turin: Einaudi, 1981.

GRENDI, Edoardo. *Il Cervo e la Repubblica*. Il modello ligure di antico regime. Turin: Einaudi, 1993.

GRENDI, Edoardo. Il sistema politico di una comunità ligure: Cervo fra Cinquecento e Seicento. *Quaderni storici*, 16, n. 46, 1, p. 92-129, 1981.

GRENDI, Edoardo. *Introduzione alla storia moderna della Repubblica di Genova*. 2. ed. Genova: Bozzi, 1973; LAUWERS, Michel. *Naissance du cimetière:* lieux sacrés et terre des morts dans l'Occident médiéval. Paris: Aubier, 2005.

GRENDI, Edoardo. Sociologia storica o storia sociale? *Polis*, I, p. 189-194, 1987.

GUERREAU, A.; MORSEL, Joseph (org.). *Communautés d'habitants au Moyen âge:* XIe-XVe siècles. Paris: Publications de la Sorbonne, 2018.

HOSKINS, William G. *Local History in England*. London: Longman, 1959.

HOSKINS, William. *The Making of the English Landscape*. London: Hodder and Stroughton, 1955. p. 49.

HUNZIKER, S. Die ländliche Gemeinde in der juristischen Literatur 1300-1800. BLICKLE, Peter; HOLENSTEIN, André (orgs.). *Gemeinde und Staat im Alten Europa*. Munchen: R. Oldenbourg, 1998. p. 426-33.

KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie (orgs.). At home and in the workplace: Domestic and Occupational Space in Western Europe from the Middle Ages. *History & Theory,* 52, 2013.

LAUWERS, Michel. Naissance du cimetière. DELLA MISERICORDIA, Massimo. *Divenire comunità:* comuni rurali, poteri signorili, identità sociali in Valtellina e nella montagna lombarda nel tardo medioevo. Milan: Unicopli, 2004.

LEVI, Giovanni. *Inheriting power:* the story of an exorcist. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LORIGA, Sabina; REVEL, Jacques. *Une histoire inquiète:* les historiens et le tournant linguistique. Paris: EHESS-Gallimard, 2022.

LOSA (LOSAEUS), Niccolò. *De iure vniuersitatum tractatus omnibus legum studiosis, & in foro, & in scholis versantibus maxime vtilis, ac necessarius*. Authore Nicolao Losaeo Taurinensi I.C. et serenissimi Sabaudiae ducis consiliario status, referendario, ac senatore, Augustae Taurinorum: apud Pantaleonem e Goffis & Laurentium Vallinum socios, 1601.

MANNORI, Luca. *Il sovrano tutore* [texto impresso]: pluralismo istituzionale e accentramento amministrativo nel principato dei Medici, secc. XVI-XVIII. Milan: Giuffré, 1994.

MORENO, Diego; RAGGIO, Osvaldo (orgs.). Risorse collettive. *Quaderni storici*, v. 27, n. 81(3), dicembre 1992.

PANETTA, Alessandro; PESCINI, Valentina; PY-SARAGAGLIA, Vanessa (orgs.). Disassembling landscape. Applied environmental archaeology and historical ecology. *Quaderni storici*, v. 55, n. 164, 2020, n. 2.

RAGGIO, Osvaldo. *Faide e parentele:* lo Stato genovese visto dalla Fontanabuona. Torino: Einaudi, 1990. p. 68-100.

RANKENBERG, Ronald. *Communities in Britain:* Social Life in Town and Country. London: Penguin, 1966.

RAU, Susanne. *History, Space and Place*. London: Routledge, 2019.

STAGNO, Anna Maria. *Gli spazi dell'archeologia rurale:* risorse ambientali e insediamenti nell'Appennino ligure tra 15º e 21º Secolo. Firenze: All'insegna del Giglio, 2018.

SUMMER MAINE, Henry. *Village-communities in the East and West, six lectures delivered at Oxford*. London: Murray, 1876.

THOMPSON, Edward P. *Whigs and Hunters.* The Origins of the Black Act. London: Pantheon Books, 1975.

TIGRINO, Vittorio. Mezzo secolo di "Quaderni Storici": una storia redazionale a confronto. *Ricerche storiche*, 2021.

TIGRINO, Vittorio. *Storia di un seminario di storia locale*. Edoardo Grendi e il Seminario Permanente di Genova (1989-1999). CEVASCO, Roberta (ed.). *La natura della Montagna*. Studi in ricordo di Giuseppina Poggi, Sestri Levante, 2013.

TIGRINO, Vittorio; TORRE, Angelo. Des Historiographies connctées? Les Annales, Quaderni storici et l'épreuve de l'histoire sociale. *Annales H.S.S.*, 2020/3 75e.

TODESCAN, Franco. *Etiamsi daremus. Studi sinfonici sul diritto naturale*. Cedam: Padova, 2003. p. 133-167.

TODESCAN, Franco. Dalla "persona ficta" alla "persona moralis". Individualismo e matematismo nelle teorie della persona giuridica del sec. XVII. In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, XI/XII, p. 59-93, 1982-83.

TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft, Abhandlung des Communismus und des Socialismus als empirischer Culturformen*. Leipzig: R. Reisland, 1887.

TORRE, Angelo. Commons as Local Institutions. Hamlets and Municipalities between 18th and 19th Century in Piedmont. *Quaderni Storici*, 56, n. 168, p. 685-724, 2021/3.

TORRE, Angelo. *Commons.* Etnografia e storia del comune nell'Italia Nord-Occidentale (XVI-XIX secolo). No prelo. Rome: Viella, 2026. cap. 4.

TORRE, Angelo. *Hamlets:* commons, communes and charity in the Western Alps (Biella and Ossola, 16th-19th centuries). Proceedings of the Paris Institut of Advanced Studies, 2024.

TORRE, Angelo. Le temps de la messe. Legs et messes des défunts dans le Piémont d'Ancien Régime. GUZZI-HEEB, Sandro; DUBUIS, Pierre (orgs.). Organisation et mesure du temps dans les campagnes européennes de l'époque moderne au XXe siècle. *Cahiers de Vallesia/Beihefte zu Vallesia*, 30, p. 101-115, 2019.

TORRE, Angelo. *Le visite pastorali:* altari, famiglie, devozioni. GALANTE GARRONE, Giovanna; LOMBARDINI, Sandro; TORRE, Angelo (orgss). *Valli monregalesi:* arte, società, devozioni. Vicoforte (CN): Comunità montana Valli Monregalesi, 1985. p. 148-88.

TORRE, Angelo. *Losa, Niccolò, Dizionario Biografico degli Italian*i. Roma: Treccani, 66, p. 145-47, 2006.

TORRE, Angelo. *Production of Locality in Early Modern and Modern Age Places.* London: Routledge, 2020.

TROCHET, Jean René. *Les maisons paysannes en France et leur environnement, XVe-XXe siècles*. Paris: Créaphis, 2006.

VIAZZO, Pier Paolo. *Upland Communities:* environment, population and social structure in the Alps, since the 16th century. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ZADORA-RIO, Elisabeth. Les approches morphologiques des agglomérations: essai d'historiographie. In: GAUTHIEZ, Bertrand *et al*. (orgs.). *Village et ville au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires François-Rabelais, 2003. p. 13-27, v. 1.

DOI 10.29327/5844403.1-4

A representação espacial do passado através da utilização de fontes geo-históricas

Antero Ferreira
Filipe Salgado

1. Introdução

O palco onde se desenrola a ação humana é o espaço. Infelizmente, quando estudamos o passado, nem sempre temos acesso a fontes que representem diretamente essa dimensão: não existem fotografias, há poucas representações gráficas e, naturalmente, poucos mapas ou plantas.

Contudo, através de algumas fontes utilizadas tradicionalmente pelos historiadores, podemos tentar suprir essa lacuna, como é o caso das fontes seriais que disponibilizam referências a um espaço. Neste estudo, vamos partir dessa abordagem, demonstrando a utilização de registros fiscais da propriedade e listas de habitantes para recuperar as características de um espaço da cidade de Guimarães, que, no início do século XX, foi objeto de uma profunda transformação urbanística.

A cidade de Guimarães, situada na região do Minho, no noroeste do país, esteve sempre associada à fundação de Portugal, quer porque ali decorreram vários episódios marcantes do processo de independência, quer porque, tradicionalmente, se considera Guimarães o local de nascimento do primeiro rei português, D. Afonso Henriques.

Durante o período medieval, a cidade estava dividida em duas vilas: a "vila alta", ou do castelo, situada na elevação conhecida como Monte Latito, e a "vila baixa", que cresceu em volta do mosteiro fundado por Mumadona Dias. As duas vilas eram cercadas por muralhas, existindo um muro interior que as separava.[1]

A "vila alta" tinha uma área e população muito mais reduzidas. Era lá que se situava a principal estrutura defensiva, o castelo, bem com a igreja de S. Miguel. Foi nessa área que, no século XV, o Duque de Bragança, D. Afonso, mandou construir um paço para sua residência.

[1] Neste resumo da evolução dos monumentos da "vila alta" seguimos Maria José Queirós Meireles (2021), Maria da Conceição Falcão Ferreira (2010) e Fernando José Teixeira (2001).

Ao longo dos tempos, perdendo a sua utilidade, essas estruturas defensivas foram se arruinando e, principalmente no caso das muralhas, a sua pedra foi aproveitada para as mais variadas construções públicas e privadas. A partir do século XIX começam a surgir vozes defendendo a preservação dos monumentos nacionais, surgindo sempre como referências destacadas o conjunto monumental do Monte Latito e a Colegiada de Santa Maria de Guimarães pela sua associação à fundação da nacionalidade – o Castelo de Guimarães, como residência dos Condes Portucalenses e de seu filho, D. Afonso Henriques, e a capela de S. Miguel, como o local onde teria sido batizado o nosso primeiro rei[2]. Esse conjunto monumental integrou a lista dos imóveis considerados Monumentos Nacionais, constante do Decreto-Lei 136, de 16 de junho de 1910.

Em 1863, a Câmara de Guimarães contratou o Eng.º Manuel de Almeida Ribeiro para desenvolver um Plano de Melhoramentos para a cidade. Para a zona do Monte Latito foi previsto "um parque tão ao gosto dos finais do século. (…) É a primeira vez que encontramos a ideia de um parque nesta colina (…)" (Meireles, 2021, p. 53).

Após a implantação da República em 1910, as sucessivas vereações procuraram diligenciar para a concretização de um parque na colina do castelo, mas sem sucesso. Em 1932, iniciaram as obras de restauro do Castelo, que se concluíram em 1940, a tempo das Comemorações da Fundação e Restauração de Portugal. As obras de restauro do Paço dos Duques iniciaram na mesma altura, mas só ficaram concluídas em 1959.

Em 1952, foi apresentado pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais um plano de expropriações para a concretização da zona de proteção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques (Meireles, 2021, 275). O plano incidia num conjunto de ruas, cujas casas seriam expropriadas e demolidas: a Rua de Santa Cruz[3], ao longo do pano das muralhas; a Rua da Infesta, acima da Igreja do Carmo; a Rua do Sabugal; o Largo dos Quartéis; a Rua de Santa Bárbara e a Rua de Santa Bárbara. Previa-se ainda a construção de um novo bairro na Arcela, que acolheria as pessoas desalojadas dessas áreas.

Essa intervenção no Monte Latito como que esvaziou a antiga "vila alta", que ficou reduzida a quatro edificações: o Castelo, a Igreja de S. Miguel, o Paço dos Duques de Bragança e a Capela de Sta. Cruz. Realizada há mais de 80 anos, criou um novo espaço – simbolicamente designado como *Colina Sa-*

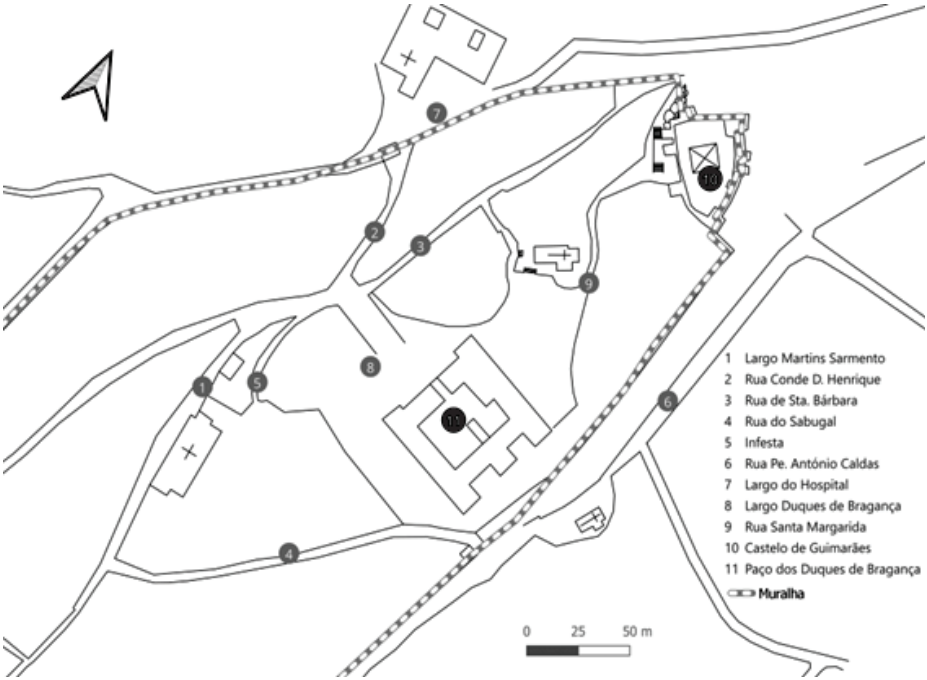
[2] Hoje sabemos que se trata de uma construção do século XIII (Fernandes, 2020).

[3] Que tinha sido renomeada em 16 de novembro de 1910 para Rua Padre António Caldas (Meireles, 2021, p. 214).

grada, na linha ideológica do Estado Novo –, que nos apresenta uma nova paisagem: de um burgo medieval que rodeava o Castelo de Guimarães passou-se para um parque onde somente se destacam os monumentos nacionais. Restam ainda alguns vestígios da muralha, mas amputada na sua ligação à "vila baixa" pela construção de novos arruamentos: Largo da Condessa Mumadona, Rua Serpa Pinto, Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira, a nascente; Rua dos Palheiros e Rua Dr. Joaquim de Meira, a poente.

O objetivo deste trabalho é resgatar a imagem da "vila alta" antes dessa intervenção. Através de fontes documentais, nomeadamente as descrições fiscais das casas expropriadas e demolidas, e dos mapas da época, vamos explorar a possibilidade de reconstruir a anterior organização espacial.

Figura 1 – Guimarães – Planta da zona da "vila alta"



Fonte: Elaboração própria.

2. Fontes e metodologias

Para a concretização desse projeto começamos por reunir um conjunto diversificado de fontes, que representam, em diversos períodos, o espaço que vamos analisar:

2.1. Plantas topográficas (imagens georreferenciadas na aplicação QGis):

- **Planta da cidade de Guimarães, da autoria de Manoel d'Almeida Ribeiro (1863)**[4] – Esta planta da cidade, que serviu de base a um projeto de melhoramento urbanístico, apresenta-nos o nome e o traçado das ruas existentes à data de sua produção. É, portanto, uma fonte fundamental para cruzarmos com fontes documentais do século XVIII e XIX, que tenham referência às ruas da cidade. Acresce que, durante muitos anos, essa foi a única planta da cidade, pelo que os serviços urbanísticos do município de Guimarães foram sobrepondo ao desenho original alguns desenhos e informações, que nos permitem identificar alguns edifícios e respetivos proprietários que não constavam na planta original.
- **Planta do projeto geral de melhoramentos (1923-1925)**[5] – Esta planta, da autoria de Luís de Pina, realizada no âmbito de um projeto de melhoramentos, apresenta-nos distintamente as zonas edificadas, sendo um importante elemento comparativo, que nos permite acompanhar as transformações ocorridas no espaço desde 1863.
- **Planta de conjunto antes do começo das obras no Castelo de Guimarães (1937)**[6] – Nesta planta ainda é possível identificar alguns edifícios da Rua de Santa Bárbara e Rua de Santa Margarida.
- **Carta topográfica de Guimarães (1942)**[7] – Composta por 26 plantas aerofotograméticas, foi o nosso ponto de partida. Nesta planta ainda são evidentes os traçados das Ruas de Santa Cruz, Sabugal e Largo Conde D. Henrique. Já não se podem observar os edifícios que formavam as Ruas de Santa Bárbara e Santa Margarida à volta do castelo.
- **Planta das expropriações a realizar para desafôgo do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (1953)**[8] – Produzida pela DGEMN, representa o plano de expropriações, indicando o que já foi demolido e o que se irá expropriar para demolir.

Através dessas plantas pudemos construir uma perspetiva da evolução do espaço em cerca de um século (1863-1953) para o espaço em análise – a

[4] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), *Planta da Cidade de Guimarães levantada pelo engenheiro Manoel de Almeida Ribeiro* (1867), AMAP-8-3-3-1.

[5] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), *Planta do projeto geral de melhoramentos* (1923-1925), FL351 ALA.

[6] *O Castelo de Guimarães*, Ministério das Obras Públicas 1937, n. 8, Fig. 1.

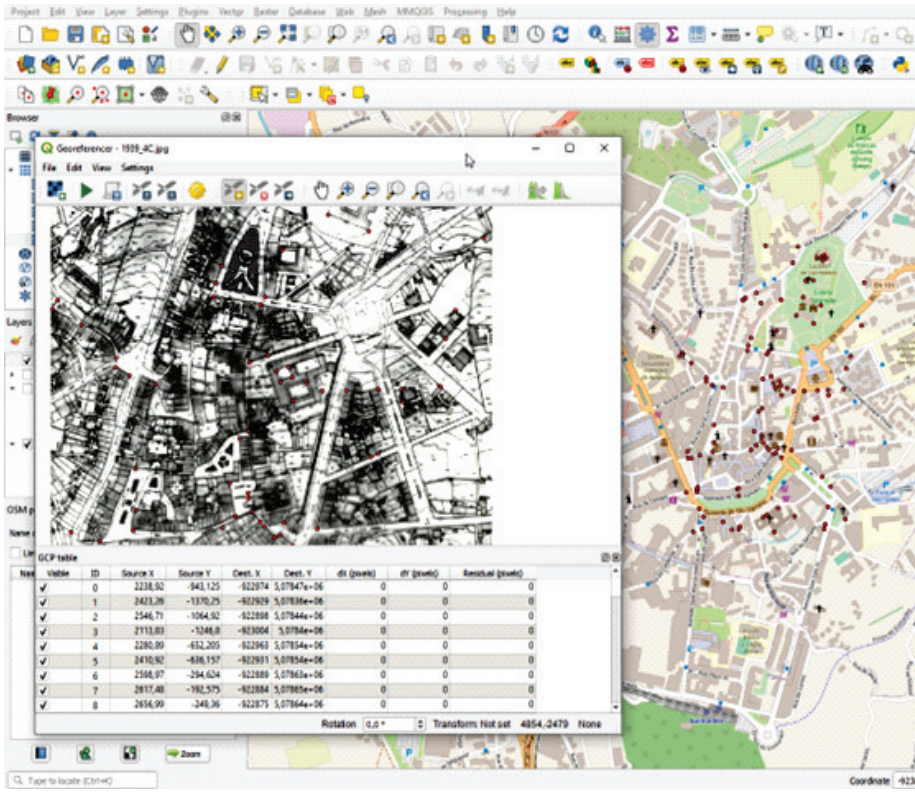
[7] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), Carta topográfica de Guimarães [1942 – processo fotogrametria aérea], PT/MGMR/ADP/CMGMR/L-ETP/001/0001.

[8] http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-do-monte-latito/ [consultado 25/01/2023].

colina do Monte Latito. Decidimos utilizar a Planta do Eng.º Almeida Ribeiro como base para o traçado das ruas na medida em que nos representava as vias históricas da cidade. As restantes plantas foram sendo utilizadas para reconhecer as características do espaço edificado.

O *software* utilizado foi o QGIS v 3.40, um sistema de informação gráfica *open source* e de utilização gratuita. O procedimento que utilizamos nessa fase foi a georreferenciação das imagens digitalizadas das plantas antigas, ou seja, a associação de cada uma dessas imagens a um sistema de coordenadas geográficas, conseguindo uma correspondência entre a planta antiga e a representação espacial do presente. Nesse caso, as nossas plantas foram sobrepostas sobre uma camada do *Open Street Map* usando a ferramenta *Georreferenciador*. O processo consiste em selecionar, sucessivamente, um ponto na imagem digitalizada e atribuir-lhe uma correspondência com o mesmo ponto no mapa-base. Quantos mais pontos conseguirmos associar, melhor será o posicionamento da imagem (ver Imagem 1).

Imagem 1 – Processo de georreferenciação



Na etapa seguinte, procede-se à transformação das imagens para o formato GeoTIFF, um formato *raster* que integra metadados geoespaciais, tais como o sistema de coordenadas, a projeção cartográfica e a extensão espacial. Esse formato é amplamente utilizado em aplicações SIG por permitir a correta localização e utilização de imagens georreferenciadas, incluindo cartografia histórica ou imagens de satélite. Após a conversão, as imagens GeoTIFF são carregadas e sobrepostas ao mapa-base, conforme ilustrado na Imagem 2.

Imagem 2 – Resultado do processo de georreferenciação



2.2. Fontes seriais:

- **Matriz Predial Urbana da Freguesia da Oliveira** (1943) – Livro de registo do serviço de finanças, que contém a identificação dos prédios pelo número de polícia, bem como a sua descrição, valor e nome do proprietário. Concluída em 1943, a sua realização decorre de legislação publicada em 1935. Como nos permite acompanhar a sucessão

dos proprietários dos prédios, é possível identificar os prédios que foram expropriados pela Câmara Municipal ou pela Fazenda Nacional e que, por terem sido demolidos, foram eliminados da matriz predial.

- **Rol de Confessados da Paróquia da Oliveira (1930)** – Lista de todos os paroquianos, organizada por ruas e fogos, contendo informação sobre o número de polícia, os nomes dos moradores, a idade, o sexo, a ocupação e a relação que possuem com o cabeça de fogo. Todas as ocupações referidas na fonte foram classificadas de acordo com a *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO) (Leeuwen *et al.*, 2002).
- **Periódicos de Guimarães (1939-1953)** – Consultamos dois periódicos de Guimarães, *O Comércio de Guimarães* e o *Notícias de Guimarães*, procurando informações sobre esse processo de expropriação e demolição dos prédios da zona do parque do Castelo de Guimarães.

Partindo-se do cruzamento da matriz predial com o rol de confessados, criamos uma base de dados que reúne toda a informação disponível sobre os prédios e os seus habitantes. Procuramos, em seguida, identificar os indivíduos no Repositório Genealógico Nacional[9], base de dados central que reúne as trajetórias individuais em encadeamento genealógico (Amorim, 1991), de modo a obter mais informações sobre o seu percurso de vida. Recorrendo a algumas plantas que representam essa parte da cidade, foi possível identificar, em alguns casos aproximadamente, a localização dos edifícios no espaço. Embora não exista uma correspondência cronológica exata entre as datas de demolição dos prédios e a data de referência da lista de habitantes, consideramos que a informação recolhida nos permite caracterizar essa população em termos demográficos e socioeconômicos.

3. Resultados

Hoje, quem visitar a "vila alta" da cidade de Guimarães vai encontrar um grandioso parque com uma área de 69.155 m^2, onde as únicas construções que existem são quatro monumentos: o Castelo de Guimarães, a Igreja de S. Miguel do Castelo (também conhecida como Capela de Santa Margarida), o Paço dos Duques de Bragança e a Capela de Santa Cruz. O visitante, bem como a maior parte da população vimaranense não têm a percepção de que aquele espaço foi outrora densamente povoado, possuindo inúmeras casas e

[9] https://doi.org/10.34622/datarepositorium/TZN6N6.

terrenos agrícolas. Mesmo quem conhece essa realidade tem muita dificuldade em visualizar a estrutura urbana da "vila alta". Através da combinação da informação contida nas fontes que apresentamos vamos tentar reconstruir uma imagem desse espaço nos inícios do século XX.

Figura 3 – Casas do Largo Martins Sarmento que foram demolidas



Fonte: Sistema de Informação para o Património (SIPA).

Começamos por organizar, a partir da Matriz Predial, o número de prédios que foram expropriados e demolidos naquela área. Numa primeira fase, entre 1939 e 1950, foram demolidos 18 prédios, na sua maioria na zona envolvente do Castelo. Numa segunda fase, entre 1951 e 1962, foram demolidas 66 construções, a maior parte correspondente à Rua de Santa Cruz, onde foram eliminados todos os edifícios, com exceção de uma capela (Figura 1 e 2). Há ainda referência a outros cinco prédios, sobre os quais não dispomos da data de demolição.

Tabela 1 – Prédios expropriados e demolidos por época

Ruas	Anos				Total
	1939-1940	1941-1950	1951-1962	Desc.	
Largo Martins Sarmento	1	0	8	0	9
Viela da Infesta	0	0	1	0	1
Rua Conde D. Henrique	0	4	0	1	5
Largo Duques de Bragança	3	0	0	0	3
Rua Santa Margarida	1	0	0	0	1
Rua Santa Bárbara	3	3	0	0	6
Largo do Castelo	0	0	0	1	1
Rua Padre António Caldas	0	3	55	3	61
Rua do Sabugal	0	0	2	0	2
Total	**8**	**10**	**66**	**5**	**89**

Fonte: Matriz Predial Urbana da Freguesia da Oliveira.

Figura 4 – Rua de Santa Margarida (1908)



Fonte: Coleção da Muralha – Associação de Defesa do Património, PTRMGMRCFM2118.

Em seguida, cruzamos a informação da matriz com a do rol de confessados de 1930, observando que, em algumas das ruas, existem diferenças significativas entre o número de prédios habitados e os que foram posteriormente demolidos. A consulta aos periódicos vimaranenses permitiu-nos estabelecer que essa diferença se devia ao fato de algumas demolições terem se realizadas em período anterior a 1939, pelo que a descrição desses prédios já não consta da matriz predial. As maiores discrepâncias verificam-se na Rua de Santa Margarida e Rua de Santa Bárbara e correspondem às primeiras intervenções que se realizaram no espaço envolvente do Castelo, que iniciaram no final da década de 20[10]. É o caso, por exemplo, da ilha[11] que existia na Rua de Santa Margarida, que está representada no rol de 1930, mas já não existe em 1931.

Tabela 2 – Distribuição de prédios, fogos e habitantes (1930)

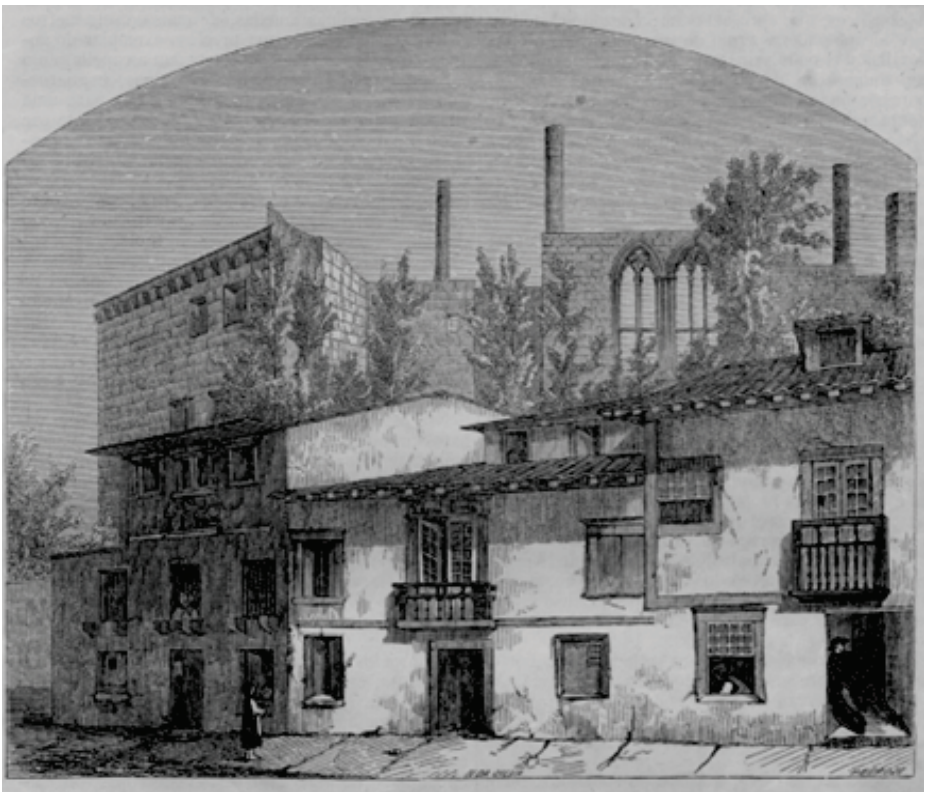
Ruas	**Prédios**	**Fogos**	**Habitantes**	**Prédios demolidos**
Largo Martins Sarmento	9	24	84	9
Viela da Infesta	1	1	3	1
Rua do Conde D. Henrique	6	8	28	5
Largo dos Duques de Bragança	3	3	17	3
Rua de Santa Margarida	12	12	50	6
Rua de Santa Bárbara	8	10	53	1
Largo do Castelo	1	1	4	1
Rua do Padre António Caldas	61	101	374	61
Rua do Sabugal	2	10	43	2
Total	**103**	**171**	**656**	**89**

Fonte: Rol de Confessados da Paróquia de N. Sra. da Oliveira (1930).

[10] Comércio de Guimarães, n. 4104, de 20/09/1927.

[11] Uma ilha é um conjunto de habitações simples em volta de um pátio interior ou corredor, por vezes nas traseiras de outras construções.

Figura 5 – Rua do Padre António Caldas (Santa Cruz)



Fonte: Arquivo Pitoresco, v. IV, 1861, p. 33.

Chegados a esse ponto, torna-se possível descrever cada um dos espaços da "vila alta", o número e tipologia dos edifícios, bem como as principais características das pessoas que ali habitavam. O nível de detalhe que conseguimos atingir permite-nos, na maior parte dos casos, chegar ao ponto de identificar em que casa vivia cada indivíduo, qual era a sua ocupação, com quem partilhava a residência.

4. Conclusões

Recuperando o objetivo inicial deste trabalho – recuperar as características de um espaço da cidade de Guimarães que, no início do século XX, foi objeto de uma profunda transformação urbanística –, a metodologia que apresentamos, baseada no cruzamento de diversas fontes seriais, permitiu-nos organizar uma base de dados que identifica todos os edifícios existentes no espa-

ço da "vila alta" no ano de 1930. Essas fontes, ao indicar o lugar onde se situam essas edificações, a sua sequência no espaço, bem como informações sobre a sua localização (lado direito, lado esquerdo, nascente, poente, etc.) dão pistas para podermos representá-las num sistema de informação geográfico. Para darmos este passo, é fundamental podermos recorrer à cartografia da época, que nos auxilie na determinação do local aproximado em que se situam as edificações que estamos a estudar.

Nesse caso concreto, partindo do presente, de uma imagem de uma área com características de um parque, onde somente existem quatro edifícios, recuamos a 1930, encontrando um espaço complexo, que reúne 103 casas, habitadas por 656 indivíduos. As Figuras 6 e 7 dão uma perspetiva dos resultados que conseguimos obter.

Figura 6 – Guimarães – foto aérea da zona da "vila alta"



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps.

Figura 7 – Guimarães – representação da "vila alta" em 1930



Fonte: Elaboração própria a partir de imagem do Google Maps.

A perspetiva que apresentamos das ruas e largos da "vila alta" de Guimarães é a de um espaço socialmente desfavorecido, em que, com exceção das casas do Largo Martins Sarmento e da Rua do Conde D. Henrique, predominam os edifícios com dois pisos (cerca de 75% do total). Apesar de sua reduzida dimensão, cerca de 25% das casas albergam mais do que um fogo. A forma como muitos desses prédios são designados na documentação – "ilha" ou "casas dentro do quintal" – reforça a descrição que acabamos de apresentar.

Por outro lado, a análise da ocupação laboral dos chefes de família dá-nos uma imagem que concorda com o cenário apresentado: 58% são trabalhadores manuais; cerca de 10% estão ligados ao serviço militar, o que se relaciona com a existência do quartel nesse espaço; 8% são mulheres referidas como cabeça do fogo, com a indicação de que são domésticas. Finalmente, os restantes 15% têm ocupações relacionados com os serviços pessoais e o pequeno comércio.

A transformação dessa área com a demolição desses edifícios ao longo de cerca de 20 anos não teve impacto somente no nível da construção ou da organização do espaço. Teve também um enorme impacto social ao provocar

a deslocação de um volume significativo da população da freguesia da Oliveira: na zona da "vila alta" residiam, em 1930, 16% da população (657/4095), que se distribuía por cerca de 18% dos fogos (171/979)[12].

O problema da habitação era um tema recorrente na imprensa local da época. Os jornais davam conta das más condições das casas, descrevendo espaços que se deveriam aproximar do que existia na "vila alta": "vivem famílias aos montões, sem ar, sem luz, sem conforto e sem limpeza"[13]. Ao mesmo tempo, insistiam na necessidade de construção de bairros operários que acolhessem, com dignidade, o grande número de pessoas que acorria a viver e trabalhar no importante centro industrial que era a cidade de Guimarães naquele período. As demolições no Parque do Castelo vieram agravar a situação:

> Guimarães que é, como se sabe, um centro fabril importante não tem um bairro operario, aonde se alberguem artistas que, pelo facto de serem pobres, teem direito a uma casinha, limpa, e confortavel. (…)
> Agora, com as novas obras do parque que circundam o Castello, obra que merece a aprovação de todos (…), mais casas foram sacrificadas.
> Para onde vae o povo?[14]

5. Notas finais

Este trabalho é um estudo preliminar, que procura, acima de tudo, explorar as possibilidades de representação de fontes históricas num sistema de informação geográfica. Os resultados obtidos demonstram, em nossa perspetiva, as potencialidades dessa abordagem ao conseguir reconstruir a representação espacial de uma realidade urbanística que desapareceu há mais de 80 anos. Fica para outro trabalho o desafio de comparar a estrutura sociodemográfica da população dessa área com as características globais da população da cidade nos anos 30, procurando avaliar a possibilidade de eventuais fenômenos de segregação espacial.

Referências

CASAS para os pobres. *Comércio de Guimarães*, n. 4.104, de 20/09/1927, p. 1.

AMORIM, M. N. Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registros portugueses. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, p. 7-26, 1991.

CENSO da População de Portugal – Dezembro de 1930. *Imprensa Nacional*, 1933.

[12] *Censo da População de Portugal – Dezembro de 1930*, 1933.
[13] Comércio de Guimarães, n. 4027, de 23/11/1926.
[14] Comércio de Guimarães, n. 4104, de 20/09/1927.

FERNANDES, I. M. *Igreja de S. Miguel do Castelo*. Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães, 2020.

FERREIRA, M. da C. F. *Guimarães "duas vilas um só povo".* Estudo de história urbana (1250-1389). CITCEM – UM, 2010.

LEEUWEN, M. H. D.; MAAS, I.; MILES, A. *HISCO: Historical international standard classification of occupations*. Leuven University Press, 2002. http://library.wur.nl/WebQuery/clc/1656817.

MEIRELES, M. J. M. de Q. *O Património urbano de Guimarães nos séculos XIX-XX*. Casa da Memória e Muralha, 2021.

MINISTÉRIO das Obras Públicas (ed.). *O Castelo de Guimarães*. Ministério das Obras Públicas, 1937.

TEIXEIRA, F. J. *O Castelo e as Muralhas de Guimarães (apontamento para a sua história)*. Editora Cidade Berço, 2001.

DOI 10.29327/5844403.1-5

El uso de herramientas de IA para la recopilación, organización y análisis de datos administrativos basados en registros históricos: ejemplo de práctico de uso

Daryia Ordanovich
Diego Ramiro Fariñas
Francisco Viciana Fernández

Introducción

Las fuentes administrativas históricas, como los censos, los registros civiles y los registros de mortalidad, constituyen materiales fundamentales para la investigación demográfica, permitiendo la reconstrucción de trayectorias vitales, el análisis de la movilidad social intergeneracional y el estudio de las dinámicas poblacionales a largo plazo (Ruggles, Fitch y Roberts, 2018; Alter y Mandemakers, 2014). Si bien el valor analítico y patrimonial de estas fuentes está bien establecido en la literatura científica, su reutilización a gran escala sigue viéndose severamente limitada por problemas de formato, legibilidad y estructura que dificultan su conversión a bases de datos legibles por máquina.

Dependiendo del período histórico, las fuentes varían desde formatos totalmente manuscritos y no estructurados -como los antiguos libros sacramentales y padrones continuos- hasta formularios semiestructurados con plantillas preimpresas que los agentes del censo completan manualmente. Incluso en este último caso, que a priori presenta mayor regularidad topológica, la variabilidad en la escritura, los distintos tipos de tinta, el deterioro físico del soporte y las constantes inconsistencias en el diseño topográfico introducen obstáculos significativos para el procesamiento automatizado mediante sistemas convencionales de reconocimiento óptico (Sánchez *et al.*, 2014; Muehlberger *et al.*, 2019).

En este trabajo se abordan estas limitaciones estructurales y técnicas mediante el desarrollo de herramientas escalables basadas en Inteligencia Artificial (IA) para la transcripción y estructuración de datos administrativos basados en registros, con el objetivo de facilitar tanto la reconstrucción histórica

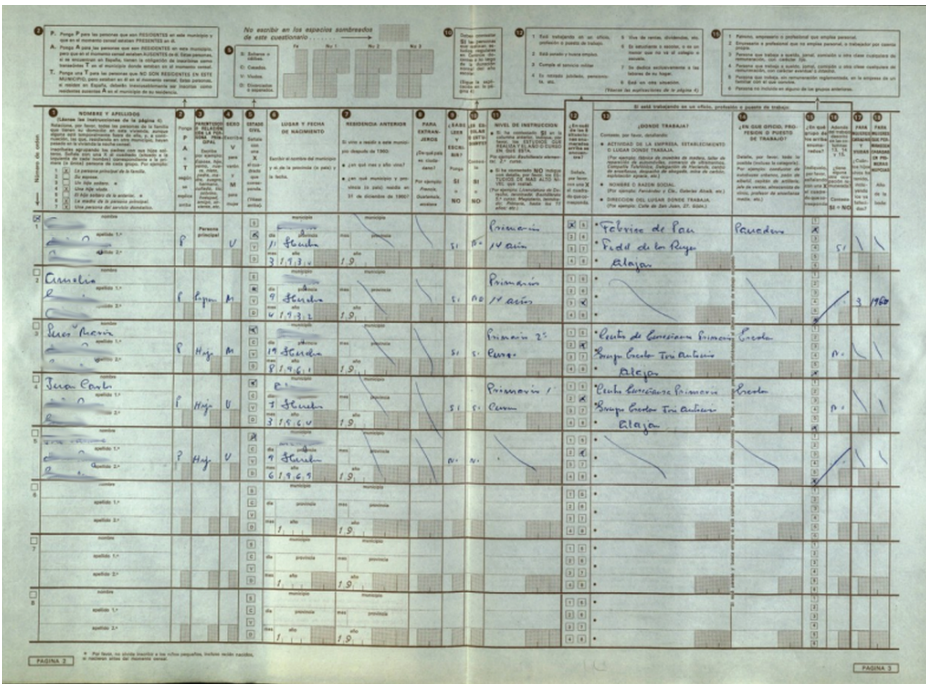
como la reutilización estadística. La aplicación de modelos de lenguaje y aprendizaje profundo permite superar el tradicional cuello de botella de la transcripción manual, garantizando la viabilidad de proyectos masivos de recuperación de datos. Como ejemplo piloto y banco de pruebas metodológico se ha usado el Censo de Población de la provincia de Huelva, España, de 1970, pero el enfoque está diseñado para una amplia reutilización y adaptación a otro tipo de fuentes y territorios.

La iniciativa que se plantea es similar a otras que están teniendo lugar en otros países a la vanguardia de la demografía y la estadística oficial. Estas estrategias de vinculación retrospectiva están siendo impulsadas desde Institutos de Estadística, como es el caso del Census Longitudinal Infrastructure Project (CLIP) del US Census Bureau (Massey, 2014), así como desde el mundo académico, en especial en países nórdicos. En estas regiones, la creación de registros de población históricos consolidados (como la Demographic Data Base en Suecia o el Historical Population Register en Noruega) ha demostrado el enorme potencial de integrar fuentes históricas con registros administrativos contemporáneos para la creación de infraestructuras de investigación verdaderamente longitudinales (Poulain y Herm, 2013; Thorvaldsen, 2018).

Fuente y metodología

El Censo de Población y Vivienda de España utilizó formularios preimpresos con campos designados (nombre, apellido, edad, ocupación, entre otros), cumplimentados manualmente por los agentes censales, frecuentemente con caligrafías y tipos de tinta muy variables. A diferencia de documentos estructurados en cuadrículas regulares, estos formularios requieren la detección de marcadores visuales y la alineación posicional para localizar cada campo de interés. Ello genera una entrada semiestructurada que exige un preprocesamiento significativo antes de poder ser interpretada por sistemas de inteligencia artificial.

Imagen 1 – Ejemplo de formulario de una hoja de hogares del Censo de Población y Vivienda de 1970



Los cuadernillos censales en papel han sido transformados a imágenes digitales mediante el escaneado llevado a cabo por el Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía. A partir de ese punto, el tratamiento de las imágenes se desarrolló en varias etapas sucesivas: clasificación documental, corrección geométrica, extracción de registros individuales, preparación para el reconocimiento automático, transcripción mediante inteligencia artificial y consolidación de los resultados.

Corrección geométrica y alineación de imágenes

Las imágenes digitalizadas presentan inevitablemente pequeñas variaciones de orientación, escala y perspectiva introducidas durante el proceso de escaneado. Para garantizar que los campos del formulario se encuentren en posiciones consistentes a lo largo de toda la colección, todas las imágenes fueron alineadas a una geometría de referencia común.

El proceso parte de la selección de una imagen de alta calidad como referencia geométrica. De ella se extraen pequeñas regiones situadas en sus cuatro

esquinas, que actúan como marcadores visuales o "anclas". Mediante técnicas de coincidencia de plantillas –que miden el grado de similitud entre una pequeña imagen de referencia y cada región de la imagen analizada–, estas marcas de esquina se localizan en cada uno de los documentos de la colección.

Una vez identificadas las cuatro esquinas tanto en la imagen de referencia como en cada documento, se calcula una transformación de perspectiva (homografía) que mapea las posiciones detectadas en el documento a las posiciones equivalentes en la referencia. Aplicada esta transformación al documento completo, el resultado es una imagen rectificada en la que las líneas del formulario, las columnas y las filas aparecen en las mismas coordenadas que en la referencia, independientemente de cómo fue posicionado el papel durante el escaneado.

Imagen 2 – Procesamiento de las imágenes del Censo de Población y Vivienda de 1970



Extracción de registros individuales y mejora del texto manuscrito

Cada ficha de personas recoge en filas horizontales los datos de los individuos. Con las imágenes ya alineadas, fue posible delimitar con precisión el panel de datos y subdividirlo en bandas horizontales, cada una correspondiente a un registro de persona. Una ligera superposición entre bandas adyacentes previene el recorte accidental de trazos situados en los bordes de cada fila.

Para distinguir la escritura manuscrita del fondo impreso del formulario, cada fila se analiza en el espacio de color HSV –una representación que separa la tonalidad del color de su luminosidad– lo que facilita la identificación de los diferentes tipos de tinta presentes: negro, azul y rojo, así como trazos a

lápiz. Estas máscaras de color se combinan en una imagen binaria que señala únicamente los píxeles con tinta, con independencia de su color original. Además de realzar la escritura, este procedimiento supone también una mejora de contraste y una simplificación de la profundidad de color. Antes de continuar, se realiza una comprobación automática de cada fila: si el campo del nombre no presenta una cantidad mínima de tinta, la fila se descarta por considerarse vacía, eliminando así las filas no utilizadas en el formulario.

Anonimización e identificación de campos

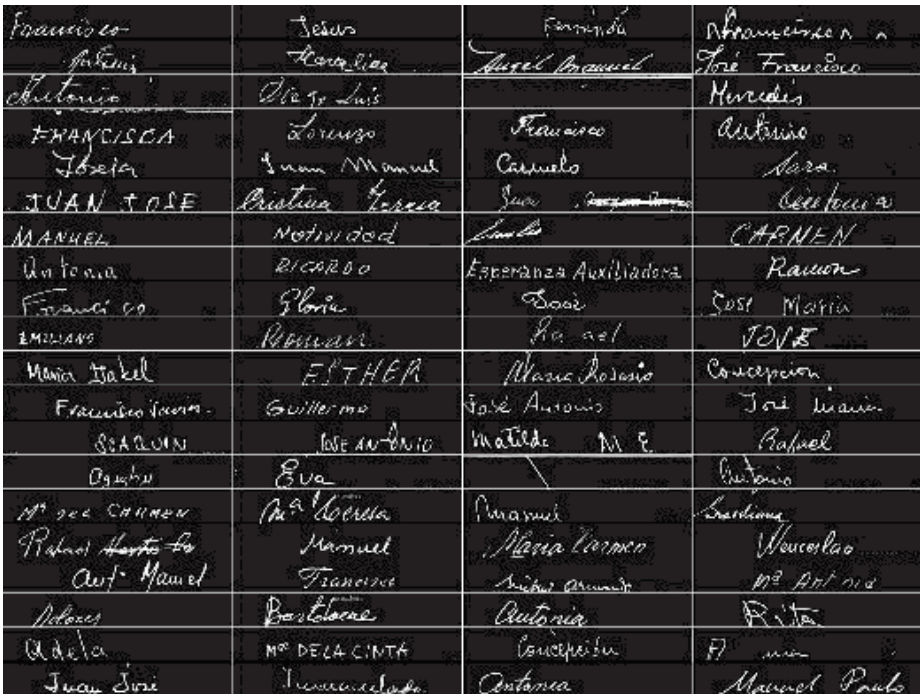
El posterior procesamiento de las imágenes requirió respetar la legislación vigente en materia de protección de datos. Para ello se adoptó un procedimiento de anonimización en dos fases. En primer lugar, cada bloque de información –cada celda de cada campo del formulario– fue identificado y asociado a una clave de identificación única (código hash), que establece su posición dentro de la jerarquía documental (formulario, fila, campo) sin revelar el contenido. En segundo lugar, las claves hash se reordenaron de forma aleatoria, desvinculando cada imagen de su contexto original. Dado que los ítems aislados carecen de información suficiente para identificar a ningún individuo, este procedimiento garantiza el secreto estadístico durante todas las fases del procesamiento automatizado.

Preparación de matrices de imágenes para el reconocimiento automático

Para optimizar la eficiencia del procesamiento por parte de los modelos de inteligencia artificial, los ítems anonimizados se agruparon por tipo de campo –nombre de pila, primer apellido, segundo apellido, nivel de estudios, lugar y fecha de nacimiento– en matrices de imágenes. Cada matriz presenta los recortes individuales ordenados en filas y columnas regulares, formando una sola imagen que agrupa decenas de celdas del mismo tipo. De este modo, en lugar de enviar al modelo de IA una imagen minúscula por cada celda, se le envía una imagen de mayor tamaño que contiene múltiples celdas a la vez, lo que reduce notablemente el número de llamadas a la API y proporciona al modelo un contexto visual más rico.

La estructura concreta de cada matriz varía según el campo: los campos de nombre y apellidos se organizan típicamente en cuatro columnas por veinte filas, mientras que los campos con contenido más complejo, como el lugar y la fecha de nacimiento, utilizan una disposición distinta adaptada a la mayor variabilidad de su contenido.

Imagen 3 – Matriz de ítems: nombres de pila de personas del Censo de 1970



Transcripción mediante inteligencia artificial

El proceso de transcripción se llevó a cabo a través de los servicios de Google Cloud Platform, concretamente mediante la plataforma Vertex AI y los modelos de la familia Gemini 2.5 en sus variantes Lite, Flash y Pro. Cada matriz de imágenes se envió al modelo acompañada de un "prompt" diseñado específicamente para el tipo de campo que contenía. El prompt instruye al modelo sobre la naturaleza del contenido (escritura manuscrita en caracteres latinos), la estructura de la imagen (número de filas y columnas), y el formato de salida esperado: un objeto JSON en el que cada clave identifica la posición de la celda en la matriz y el valor correspondiente contiene el texto transcrito. El prompt también establece convenciones para gestionar la incertidumbre: cuando el modelo considera plausibles varias lecturas alternativas, las enumera separadas por un marcador especial, ordenadas de mayor a menor probabilidad; y cuando una celda aparece vacía o resulta ilegible, lo indica mediante un marcador específico.

Para los campos con contenido estructurado, como el lugar y la fecha de nacimiento, el modelo no devuelve un simple texto sino un conjunto de subcampos diferenciados (municipio, provincia, día, mes y año). En estos casos

el prompt también contempla convenciones propias del documento histórico, como el uso de la expresión "ídem" o de las comillas de repetición para indicar que el valor es el mismo que en la fila anterior.

El proceso de transcripción de cada matriz se repitió un mínimo de cinco veces, combinando los distintos modelos disponibles, con el fin de obtener varias versiones independientes para cada ítem. Cuando la respuesta del modelo resultó incompleta o malformada, el sistema realizó automáticamente nuevos intentos, aumentando progresivamente el tiempo de espera entre intentos para adaptarse a las limitaciones de uso de la API.

Selección del término canónico y consolidación

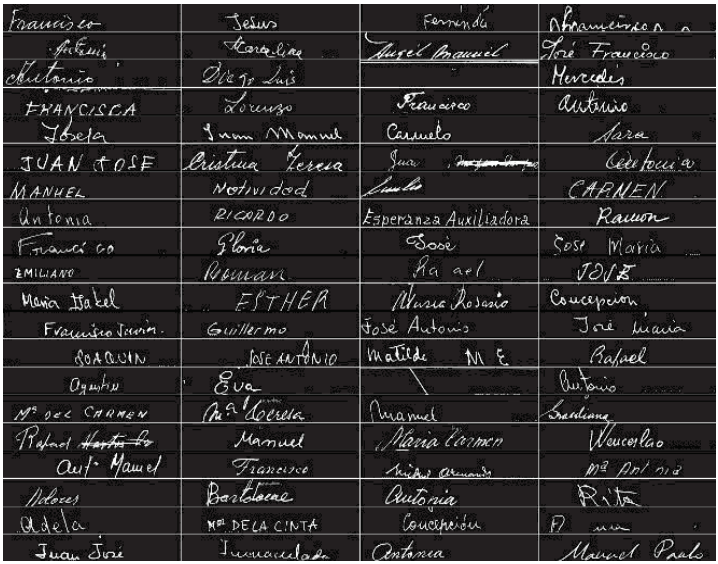
Dado que la transcripción automática no es perfecta y se obtuvieron múltiples versiones para cada imagen, fue necesario seleccionar una única lectura de referencia. Para ello se calculó una matriz de disimilitudes entre las distintas transcripciones de un mismo ítem, utilizando la distancia de edición como medida de diferencia entre cadenas de texto. Se seleccionó como "término canónico" la transcripción con la menor distancia media respecto al resto, considerándola la versión más representativa y fiable del conjunto. El término canónico fue reemparejado con la clave hash de la imagen original, permitiendo reconstruir la base de datos nominal a partir de los identificadores anónimos.

Toda la información resultante –tanto los términos canónicos como las transcripciones alternativas que pueden ser útiles para validación posterior– fue consolidada en una base de datos relacional. Esta base de datos mantiene de forma explícita la separación entre el resultado bruto generado por la IA y cualquier corrección humana posterior, preservando el trazado completo del proceso de transcripción con fines de auditoría y reproducibilidad.

Resultados

De nuestro primer lote de transcripciones usado como piloto de este estudio se deducen algunas conclusiones claras y esperables: La escritura clara y la buena calidad de imagen resultan en una alta precisión. Y cuando existe tinta descolorida, bajo contraste, trazos superpuestos, manchas de tinta, inconsistencia en la escritura a mano entre diferentes agentes del censo afectan negativamente al resultado de la IA. A pesar de esto, el sistema demuestra un rendimiento prometedor y ofrece un ahorro de tiempo significativo en comparación con el OCR tradicional o la transcripción manual completa. Un ejemplo de resultados se puede ver en la imagen 4.

Imagen 4. Transcripción con IA de una matriz de nombres de pila del Censo de Población de 1970



Text	permuta
Francisco	1
Jesus	2
Fernanda	3
Abrahánson*	4
Petronis	5
Marcelina	6
Ángel Manuel	7
José Francisco	8
Antonio	9
Diego Luis	10
< NONE >	11
Mercedes	12
FRANCISCA	13
Lorenzo	14
Francisco	15
Antonio	16
Isabela	17
Juan Manuel	18
Carmelo	19
Sara	20

Para la reconstrucción y la validación final de los datos, se ha procedido a la recomposición de los registros individuales de los cuadernillos censales de hogares del Censo de Población y Vivienda de 1970.Y se ha hecho a través de la utilización de las claves hash y sus relaciones jerárquicas, se reconstruyeron las cadenas de caracteres con la información individual de cada cuestionario en un entorno local y seguro. De esta manera, se obtuvo la información personal completa sin haber expuesto datos confidenciales a la plataforma de IA externa.

Para verificar la fiabilidad del método y asegurar que los identificadores transcritos no eran "alucinaciones" de la IA, se procedió a su validación. Para ello se realizó un cruce (enlace de registros) de los identificadores personales transcritos del censo de 1970 con la Base de Datos Longitudinal de Población de Andalucía (BDLPA), una fuente de datos actual y consolidada del Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía. El hallazgo de los identificadores en la BDLPA confirma que las personas transcritas existen realmente, validando la precisión del proceso.

Tras completar con éxito las fases de transcripción automatizada y la posterior verificación de las variables clave, el proyecto genera un conjunto de datos masivo y rigurosamente validado de pares de imagen y texto. Este corpus documental, conocido en el ámbito computacional como *ground truth*, resultará de un valor incalculable para las siguientes etapas de la investigación.

Específicamente, este conjunto de datos se utilizará para entrenar y perfeccionar modelos de reconocimiento de escritura a mano de código abierto, adaptándolos a las particularidades de los documentos históricos en español (Michael *et al*., 2019). El objetivo final de este proceso es tomar modelos de inteligencia artificial ya existentes, que han sido entrenados previamente con millones de ejemplos de escritura general, y ajustarlos para que sean capaces de interpretar las características visuales y lingüísticas únicas de los archivos históricos de los siglos XIX y XX. Esto implica enseñar al algoritmo a identificar correctamente nombres y apellidos de la época, a comprender las abreviaturas que los agentes censales utilizaban con frecuencia para ahorrar espacio, y a superar los numerosos obstáculos visuales provocados por el deterioro físico del papel, la superposición de trazos o la pérdida de intensidad en las tintas originales.

Para lograr este alto nivel de precisión, la investigación se centra de manera estratégica en el uso de arquitecturas de aprendizaje profundo que operan de forma independiente del idioma. En lugar de depender de diccionarios cerrados o de reglas gramaticales estrictas que podrían fallar ante variaciones ortográficas del pasado, estos modelos informáticos aprenden a reconocer patrones puramente visuales y secuenciales. Esta decisión metodológica garantiza la flexibilidad necesaria para trabajar con fuentes documentales muy diversas, que a menudo presentan fuertes variaciones regionales y formas de escritura no estandarizadas. En definitiva, el desarrollo y la consolidación de estos modelos propios de reconocimiento de texto reducirán significativamente la actual dependencia tecnológica e institucional respecto a herramientas comerciales externas y de pago. Al contar con tecnología de código abierto adaptada a nuestras necesidades, se abre la puerta a procesar archivos administrativos mucho más antiguos y con menor nivel de estructuración de una forma más precisa, económica y realmente escalable.

Finalmente, el éxito en la digitalización automatizada y a gran escala de estos registros demográficos adquiere su verdadera dimensión cuando se combina con la vinculación de datos. La capacidad de enlazar de manera automática los registros de censos históricos con registros civiles y bases de datos de mortalidad actuales (Abramitzky *et al.*, 2021) representa un avance extraordinario tanto para la estadística oficial como para la investigación social en general. Esta integración retrospectiva cumple un doble propósito de gran relevancia. En primer lugar, permite extender hacia el pasado la línea temporal de los registros longitudinales que se utilizan en la actualidad. Esta extensión temporal facilitará la creación de nuevos productos estadísticos diseñados para analizar el ciclo de vida completo de las personas, permitiendo además rastrear la evolución de las poblaciones, la movilidad social intergeneracional y los

factores que influyen en la salud y la longevidad a lo largo de varias generaciones (Bloothooft *et al.*, 2015).

En segundo lugar, todo este esfuerzo de recuperación documental fomenta la preservación y el uso continuo de un volumen de información sin precedentes bajo los principios de la ciencia abierta y transparente. Al transformar documentos físicos de difícil acceso en bases de datos estructuradas, se pone este conocimiento a disposición de la administración pública para una mejor toma de decisiones, así como de la comunidad científica internacional para el desarrollo de nuevas investigaciones interdisciplinares (Borgman, 2015).

La creación de una infraestructura de datos que sea a la vez sostenible y accesible para la investigación histórica digital contribuye, en conclusión, al objetivo estratégico a largo plazo del proyecto: consolidar métodos informáticos que sean plenamente reutilizables por otros archivos y escalables a grandes volúmenes de información. Estas herramientas serán la clave para lograr transformar el vasto patrimonio documental conservado en nuestros archivos en datos estadísticos estructurados de alto valor analítico para comprender el pasado y el presente de nuestras sociedades.

Referencias

ALTER, G.; MANDEMAKERS, K. (2014). The Intermediate Data Structure (IDS) for Longitudinal Historical Microdata, version 4. Historical Life Course Studies, 1, 1-26. https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6261464/.

MASSEY, C. G. (2014). Creating Linked Historical Data: An Assessment of the Census Bureau's Ability to Assign Protected Identification Keys to the 1960 Census. CARRA Working Papers, 2014-12. Center for Economic Studies, U.S. Census Bureau. https://ideas.repec.org//p/cen/cpaper/2014-12.html.

MUEHLBERGER, G.; SEAWARD, L.; TERRAS, M.; ARES OLIVEIRA, S.; BOSCH, V.; BRYAN, M.; VIDAL, E. (2019). Transforming scholarship in the archives through handwritten text recognition. Journal of Documentation, 75(5), 954-976. https://doi.org/10.1108/JD-07-2018-0114.

POULAIN, M.; HERM, A. (2013). Central Population Registers as a Source of Demographic Statistics in Europe. Population (English Edition), 68, 183. https://doi.org/10.3917/pope.1302.0183.

RUGGLES, S.; FITCH, C.; ROBERTS, E. (2018). Historical Census Record Linkage. Annual Review of Sociology, 44, 19-37. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041447.

SÁNCHEZ, J. A.; ROMERO, V.; TOSELLI, A. H.; VILLEGAS, M.; VIDAL, E. (2019). A set of benchmarks for Handwritten Text Recognition on historical documents. Pattern Recognition, 94, 122-134. https://doi.org/10.1016/j.patcog.2019.05.025.

THORVALDSEN, G. (2017). Censuses and Census Takers: A Global History. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315148502.

ABRAMITZKY, R.; BOUSTAN, L.; ERIKSSON, K.; FEIGENBAUM, J.; PÉREZ, S. (2021). Automated Linking of Historical Data. Journal of Economic Literature, 59(3), 865-918. https://doi.org/10.1257/jel.20201599.

BLOOTHOOFT, G.; CHRISTEN, P.; MANDEMAKERS, K.; SCHRAAGEN, M. (2015). Population Reconstruction. Springer-Verlag. https://doi.org/10.1007/978-3-319-19884-2.

LEMIEUX, T. M. (2017). Big Data, Little Data, No Data: Scholarship in the Networked World. Canadian Journal of Communication, 42(1), 148-150. https://doi.org/10.22230/cjc.2017v42n1a3152.

MICHAEL, J.; LABAHN, R.; GRÜNING, T.; ZÖLLNER, J. (2019). Evaluating Sequence-to-Sequence Models for Handwritten Text Recognition. arXiv. https://doi.org/10.48550/arXiv.1903.07377.

Financiación

Este trabajo ha sido posible gracias al proyecto de 4 años Momentum CSIC, financiado por Red.es y los proyectos LONGPOP project which has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Sklodowska-Curie grant agreement No 676060. The ERC Advanced Project ECHO. This project has received funding from the European Research Council (ERC) under the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme (grant agreement No 788582) and the project LONGHEALTH CSO2015-69834-R funded by the Spanish Ministry of Economy and Competitiveness and the project of the Ministry of Science and Innovation: SURVIVAL APC RTI2018-097812-B-I00. And the Harvested Cohorts: the short and long term impact of death and disease. H-Cohorts PID2022- 143242OB-I00, Ministry of Science, Innovation and Universities and the PTI+ GLOBAL HEALTH.

DOI 10.29327/5844403.1-6

Bases de Dados Colaborativas em Demografia Histórica: Metodologias, Ferramentas e Potencialidades[1]

Dario Scott

Introdução

A disponibilização de acervos arquivísticos em formato digital tem crescido exponencialmente, trazendo mudanças importantes na relação entre historiadores e o acesso às fontes documentais de natureza distinta.

Ao longo deste texto pretendo apresentar alguns programas que estão sendo utilizados para auxiliar historiadores e demógrafos historiadores a compreender melhor as populações do passado.

Este texto é a versão revisada do trabalho apresentado no IX Simpósio Nacional de História das Populações, em 17 de setembro de 2025, na UNICAMP, quando participei de mesa-redonda com os colegas Antero Ferreira e Diego Ramiro, disponível na internet.[2]

Este trabalho trata de minha vivência e experiência com redes colaborativas em demografia histórica, focando especialmente no desenvolvimento de ferramentas computacionais que auxiliam pesquisadores na reconstrução das famílias do passado e no estudo longitudinal dessas informações.

[1] Este trabalho foi desenvolvido no âmbito dos projetos de que participo: 1) Temático FAPESP "Dinâmicas de incorporação, mobilidade e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950", processo Nº 2023/11937-5; 2) CNPq/INCT: "Regiões: história das desigualdades sociais no Brasil", processo Nº 408400/2024-2.

[2] https://www.google.com/search?sca_esv=9a0f969563c68435&udm=7&sxsrf=ANbL-n6o8mJKoXA7BJkpMTrAZtUl3Hcwow:1773862444796&q=IX+Simp%C3%B3sio+Nacional+de+Hist%C3%B3ria+das+Popula%C3%A7%C3%B5es&sa=X&ved=2ahUKEwi_5ZvHmKqTAxVXqpUCHX6WC8MQ8ccDKAJ6BAgbEAQ&cshid=1773862665175&biw=2133&bih=1012&dpr=0.9#fpstate=ive&vld=cid:540a6611,vid:P2NUF7r8jTg,st:0.

Fontes e metodologias

As fontes paroquiais e civis

No campo da Demografia Histórica e da História das Populações, as fontes primárias para recompor as famílias do passado baseiam-se fundamentalmente nos registros paroquiais com registros de batizados, casamentos e óbitos ou registro civil, que acredito, seja de conhecimento de todos (Bassanezi, 2009). Temos também para algumas localidades as listas nominativas de habitantes ou maços de população (no caso luso-brasileiro, produzidas pela coroa portuguesa), além dos róis de confessados (produzidos no âmbito das populações católicas, sobretudo no período pós-tridentino), cada uma com suas especificidades, mas que, apesar disso, podemos utilizar para recompor a população de uma determinada localidade. Isso é importante, pois os registros civil e paroquial não captam toda a população; captam somente aquelas pessoas envolvidas em algum dos eventos que registram (Nascimento/Batizado, Casamento e Óbito).

De qualquer forma, essas fontes constituem a base documental para a reconstrução das trajetórias familiares ao longo do tempo.

Os programas: NACAOB e PORGENER

Estes dois programas trabalham com as mesmas fontes, mas de forma diferenciada. Contudo, ambos têm o mesmo objetivo: auxiliar os pesquisadores na organização de dados sobre as populações do passado, permitindo, além dos cálculos de indicadores demográficos, a reconstrução de famílias e o estudo longitudinal das populações a partir dessas informações.

NACAOB[3] *(**NA**scimento, **CA**samento e **ÓB**ito)*

O NACAOB foi desenvolvido por mim na década de 1990, baseado na metodologia de Louis Henry (Henry, 1977) para reconstituição de famílias. Fundamenta-se no levantamento individual das fichas (por ato: nascimento/batizado, casamento, óbito), fazendo depois um cruzamento dessas informações para permitir identificar os indivíduos e qual é sua participação em cada ato, possibilitando, assim, a reconstrução da família.

[3] https://www.nepo.unicamp.br/nacaob/app/.

PORGENER[4] *(**POR**tuguese **GENE**alogical **R**epository)*

O PORGENER é baseado na metodologia de Norberta Amorim (Amorim, 1991; Amorim *et al*., 2023; Ferreira *et al*., 2024), em que se faz a identificação dos indivíduos mencionados nos assentos paroquiais no momento do levantamento do documento. Não se faz um levantamento por atos, mas sim uma reconstituição da família no momento do levantamento. Por exemplo, ao arrolar um batizado, identificam-se quais são os pais e atribui-se o filho a um casal (se os pais já tiveram algum nascimento anterior identificado) ou, se não existir o casal, cria-se uma ficha com o casal se registra a criança.

O trabalho da equipe portuguesa já avança além da fase de reconstrução de famílias, montando o encadeamento genealógico e colocando-o espacialmente dentro de um determinado território. Esse é um desenvolvimento fantástico que demonstra as possibilidades de integração entre diferentes dimensões de análise.

A diferença fundamental entre os dois métodos reside no fato de que o NACAOB trabalha com uma transcrição fiel do documento original, enquanto o PORGENER trabalha com a reconstituição feita no momento do levantamento, já estruturando os dados em fichas de família e indivíduos.

É importante reforçar, como foi mencionado anteriormente, que de maneira diferente os dois buscam o mesmo objetivo e são ferramentas consistentes e consolidadas, utilizadas por diversos pesquisadores, brasileiros e portugueses.

Talvez o fator mais importante a ser sublinhado aqui é que a padronização das informações em um banco de dados é um grande facilitador para podermos realizar não apenas a reconstituição das famílias, como também e sobretudo viabilizar comparações entre diferentes localidades, como foi apontado em outras oportunidades (Scott, 2019; Nadalin; Scott, 2017).

O desafio dos nomes

Considerando as fontes que são as mais utilizadas no campo da Demografia Histórica, é relevante sublinhar que estamos nos referindo a documentos **nominativos**, e no caso português e brasileiro, a transmissão do sobrenome apresenta uma variação enorme de configurações, pois não há uma regra definida para a composição dos nomes de família.

Quando o PORGENER é o programa escolhido, cabe ao pesquisador, no momento do levantamento, identificar essa variação e atribuir os dados à ficha já existente. No caso do NACAOB, que efetua o levantamento individual

[4] https://porgener.csarmento.uminho.pt/.

por ato, foi criado um dicionário de padronização de nomes que será detalhado a seguir.

Essa questão é importante, pois é a partir do cruzamento nominativo que é possível reconstituir as famílias. Por isso, considero fundamental discutir a questão da padronização e seu papel no trabalho a ser desenvolvido pelos pesquisadores.

Sistema de padronização no NACAOB

Tentando minimizar o problema das mudanças da grafia do nome (pois o nome é uma chave importante para reconstituir as famílias), no NACAOB eles são cadastrados de duas formas, e isso de maneira automática. Transcrevemos e passamos para o banco de dados a *forma original* que está grafada no manuscrito, na reprodução digital da fonte ou outra forma qualquer de aceder os assentos. Se é a primeira vez que aquele nome aparece, o sistema pergunta: "você quer padronizar esse nome? Como você quer padronizar?" Se ele não perguntar nada, significa que esse nome já foi introduzido na base de dados e já está devidamente padronizado.

Atualmente, a base NACAOB conta com mais de 30.000 nomes padronizados (estamos falando de nomes e sobrenomes, cada sequência de caracteres separados por um espaço é considerada um nome). Exemplo: "José" é o nome padronizado para Joseph, Jozé, Hosé, Josepho, Jozef, Joze, Жозе, Josep. Existem várias formas diferentes de grafar "José" dentro da base. Por isso, é necessário realizar a etapa da "padronização", que manterá a uniformidade da grafia de cada nome e sobrenome para agilizar a fase posterior de cruzamento das informações nominativas para a reconstituição das famílias.

O banco de dados NACAOB foi utilizado para uma pesquisa realizada com algumas paróquias da comunidade russa, radicadas na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Nesse caso, optou-se por colocar o nome original em cirílico e fazer a padronização para o nome em português. Então, já temos um dicionário em cirílico: o nome está cadastrado em cirílico e padronizado em português.[5]

[5] As comunidades russas das paróquias ortodoxas de São Nicolau e da Santíssima Trindade foram inseridas no NACAOB pela pesquisadora Svetlana Ruseishvili, da UFSCar.

Evolução e funcionalidades do NACAOB

Histórico de desenvolvimento

O NACAOB foi concebido inicialmente para trabalhar com os dados dos registros paroquiais portugueses. A primeira versão foi desenvolvida com o objetivo de coletar informações de uma freguesia do noroeste português, entre os séculos XVIII e XIX (Scott, 1999; Scott, 2012). Ali, na ausência de populações escravizadas, o segmento não foi incluído nessa primeira versão.

Em 2009, o Grupo de Pesquisa CNPq (GP) Demografia & História[6], liderado por Sergio Nadalin, desenvolveu o projeto "Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América"[7]. Naquele momento, o grupo de pesquisadores envolvidos no projeto estava procurando um programa para trabalhar com os registros paroquiais. A proposta do NACAOB atendia, em princípio, os interesses do grupo e, no contexto do referido projeto, foi possível desenvolver uma nova versão do NACAOB, agora abarcando as populações escravizadas. Para atender a demanda dos pesquisadores envolvidos no projeto, vinculados a diversas instituições e que estavam interessados em trabalhar numa base de dados única, foi necessário introduzir mudanças estruturais no NACAOB, pois a primeira versão do banco de dados trabalhava com dBase (mesma opção adotada por Norberta Amorim nos trabalhos que desenvolveu na década de 1990). O dBase era o que estava disponível como plataforma de base de dados na época.

Entretanto, para atender a demanda coletiva dos pesquisadores do projeto "Além do Centro-Sul", optou-se por uma mudança técnica, que passou a trabalhar com uma base de dados SQL. Com essa alteração, visando atender a realidade de uma sociedade escravista, foram incorporadas à base as variáveis relativas aos proprietários e a seus respectivos escravizados para buscar identi-

---

[6] Grupo de Pesquisa Demografia & História (http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/24275, posteriormente reorganizado como GP CNPq História das Populações http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/639006, liderado por Ana Silvia Volpi Scott.

[7] O projeto recebeu apoio financeiro do CNPq através de vários editais (desde 2008), sendo que a última fase contou com o apoio obtido na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal (Processo nº 420977/2018-0). O projeto de abrangência nacional reunia pesquisadores de várias universidades brasileiras (Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita/Campus Marília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Paraná, além de colega vinculado à Universidade Nova de Lisboa, Portugal). Foram quase duas dezenas de pesquisadores que deram sua contribuição para o estudo da história da população brasileira, desde o período colonial até os meados do século XIX.

ficar esses indivíduos cativos dentro dessas fontes. Assim, a figura do "proprietário" passou a ser a chave de organização e busca dos dados sobre o segmento da população escravizada.

Acompanhando as demandas do mundo virtual: NACAOB versão Web

Ainda que a versão do NACAOB utilizada pelos pesquisadores do projeto "Além do Centro – Sul" tivesse sido reestruturada, ainda continuava a existir uma limitação importante: o programa deveria ser "baixado" no computador do usuário e só funcionava no ambiente Windows.

Assim, considerando a rápida evolução das tecnologias computacionais e da própria Internet, em 2024, foi realizada uma nova mudança estrutural no NACAOB. Hoje ele funciona como uma página web e permite acesso aberto para todos, em qualquer equipamento (computador, notebook, tablets, celulares). Basta cadastrar-se, e o usuário terá acesso à consulta de todas as bases que estão disponíveis. No entanto, vale dizer que, para cada localidade cadastrada que tem seus dados introduzidos no NACAOB, há um pesquisador responsável, atribuído pelo administrador do sistema, que faz a gestão das informações (inserir, consultar, alterar, excluir). Uma vez que se defina o pesquisador responsável pela localidade, ele tem total autonomia para compartilhar seu trabalho com alunos, orientandos, bolsistas e outros pesquisadores, bem como permitir que a base disponibilize o livre acesso às suas informações para qualquer usuário interessado.

Pode-se *consultar* individualmente um nome, uma localidade ou um período de qualquer localidade inserida no banco de dados. Entretanto, não é permitido a quem consulta a base, *editar* ou *alterar* sem autorização do pesquisador responsável. A consulta aberta, segue o mesmo procedimento adotado pelos colegas portugueses no PORGENER, que também permite fazer consultas à base de dados genealógica de diversas paróquias portuguesas.

A versão mais recente conta com novas funcionalidades e módulos, que ampliam a tipologia documental, podendo receber agora o lançamento de informações provenientes de listagens de população, nos moldes dos maços de população ou listas nominativas, como as disponíveis para a capitania de São Paulo (depositadas no APESP), bem como listagens de outros tipos, como os róis de confessados e comungados. Todas essas fontes têm como característica comum o fato de ser organizadas por domicílios (ou "fogos", na linguagem da época), permitindo estudar as pessoas que viviam nas mesmas casas ou propriedades para as localidades que disponham desse tipo de fonte. Também está sendo implementado um módulo para cadastrar os recenseamentos gerais

da população brasileira (portanto, outra tipologia documental, que não traz dados individualizados e nominativos, mas dados quantitativos agregados) desde o primeiro, que remonta ao ano de 1872, e os seguintes que foram disponibilizados, em formato texto, pelo IBGE, assim como censos e levantamentos locais e regionais produzidos para várias vilas e cidades no Brasil.[8] Assim, o NACAOB vai contar também com uma base de dados agregados do passado.

Potencialidades das bases de dados colaborativas

No campo da demografia histórica, é uma vantagem enorme trabalhar em bases colaborativas, uma vez que, na generalidade dos casos em que se usam os registros de eventos vitais (paroquiais ou civis) ou as listas nominativas de habitantes, essas fontes devem ser inseridas em bases de dados antes de poder ser efetivamente analisadas. Portanto, há um pesado investimento de tempo e recursos humanos e materiais para a construção das bases de dados, o que estimula (ou deveria estimular) o trabalho coletivo e colaborativo. Nesse sentido, elenco a seguir algumas das vantagens das redes colaborativas de pesquisa.

Vantagens do trabalho colaborativo

- **Redução do tempo de pesquisa:** Os pesquisadores sabem qual é o tempo que leva para construir uma base de dados. Por exemplo, trabalhei com a Madre de Deus de Porto Alegre e foram quase dez anos levantando dados para ter cem anos de reconstrução de uma paróquia. Hoje, essa base encontra-se aberta para quem quiser trabalhar com esses registros;
- **Padronização para facilitar comparações:** A padronização dos dados permite fazer comparações entre diversas localidades;
- **Múltiplos usos da mesma base:** Diversos pesquisadores trabalhando com a mesma fonte. Fiz minha tese de doutorado estudando a mortalidade de livres e escravizados (Scott, 2021), utilizando a base da Madre de Deus de Porto Alegre, mas inúmeros outros trabalhos foram feitos com a mesma base. Diversos estudantes e pesquisadores que ajudaram a alimentar a base também dela se utilizaram enquanto estava em construção (Freitas, 2011; Alberton, 2019; Scott *et al.*, 2015; Scott; Scott, 2017);

[8] Para o caso de São Paulo, por exemplo, vejam-se as informações dos censos nacionais e regionais, disponibilizados em tabelas PDF por Maria Silvia Bassanezi (São Paulo do passado), disponível no site NEPO/Unicamp.

- **Acesso aberto:** Hoje a base de Porto Alegre está aberta. Como os documentos foram transcritos integralmente, quem quiser trabalhar com a Madre de Deus de Porto Alegre, explorar a mesma fonte em diversas perspectivas. Os dados são extraídos em planilhas EXCEL para facilitar o trabalho dos pesquisadores;
- **Enriquecimento e correção contínua:** Quanto mais pesquisadores estiverem alimentando e usando essa base, mais rica ela se torna e mais informações podemos conseguir cruzar, assim como é possível também efetuar correções necessárias, pois a base é uma construção coletiva, sobretudo, sendo alimentada por bolsistas de Iniciação Científica, que têm diferentes níveis de conhecimento e treinamento em leitura paleográfica.

Limitações e requisitos

A única limitação é que é necessário ter acesso estável à internet e um equipamento que permita essa conexão. Obviamente, se estivermos utilizando um celular ou tablet, é possível a comunicação e navegação pelo aplicativo, mas as telas ficam com uma navegação dificultada pelo tamanho disponível para apresentar todas as informações do banco de dados.

Regras e funcionalidades

Levando em conta a característica de trabalho colaborativo, é fundamental que aqueles que se interessam pelo uso dessa ferramenta sigam determinados procedimentos para a inserção dos dados. Foi necessário, portanto, estabelecer várias regras para que os dados sejam inseridos de modo a preservar as possibilidades de comparação, por exemplo:

- **Padronização dos nomes:** procedimento já mencionado, que abre para outros interesses de pesquisa. Se tenho um linguista que quer saber de quantas formas diferentes foi escrito o nome "José" ou como evoluiu a grafia ao longo de um determinado período e em uma dada localidade, ele terá como analisar esse dado;
- **Possibilidade de relacionamentos:** como são levantamentos individuais, esses relacionamentos identificam qual é o "papel" de cada um naquele ato (pai, avô, irmão, padrinho, madrinha, proprietário, receptor de expostos, etc.);
- **Codificação das localidades:** fundamental para análises espaciais;

- **Coleta de "observação" para cada ato (registros de eventos vitais):** permite a inclusão de qualquer observação. Além de ter todos os campos pertinentes às fontes no cadastro do indivíduo (os três atos básicos paroquiais), pode-se inserir uma observação em qualquer um desses campos a qualquer momento e resgatar essa informação que pode ser importante lá na frente na identificação dos indivíduos envolvidos em cada evento.

Projetos de pesquisa

Projeto CITCEM: Construindo um mundo global – migrantes através do Atlântico – Local2Global

Um projeto de que pude participar, coordenado por Amélia Polónia e Antero Ferreira, estudou o fluxo de imigrantes das Ilhas dos Açores para Santa Catarina, Rio Grande do Sul (extremo meridional do Brasil) no século XVIII. O objetivo era identificar migrantes individuais e famílias, analisar as motivações dessas migrações.

Havia uma equipe trabalhando no lado português e outra equipe trabalhando no lado brasileiro. O trabalho conjunto permitiu identificar indivíduos que deixavam de ser registrados nas freguesias das ilhas açorianas e buscar identificá-los em freguesias no Brasil que receberam fluxos migratórios do arquipélago, especialmente em meados do século XVIII, atendendo o interesse da coroa portuguesa pela "migração por casais".

Conforme podemos verificar na Tabela 1, existem mais de 60.000 registros de indivíduos de origem portuguesa na base de dados do NACAOB.

Tabela 1 – Naturalidade dos indivíduos na base de dados do NACAOB

NATURALIDADE	TOTAL
BR - Brasil	142108
PT - Portugal	63965
ÁFRICA	13248
AO - Angola	4818
UY - Uruguai	3099
RO - Romênia	2661
DE - Alemanha	2558
MINA	1524
CG - Congo	1157
Indio	1155
FR - França	884
ES - Espanha	849
MZ - Moçambique	806
IT - Itália	608
AR - Argentina	457
RU - Federação Russa	293
GB - Grã-Bretanha (Reino Unido, UK)	211
PL - Polônia	148
IE - Irlanda	116
PY - Paraguai	86
EUROPA	77
CV - Cabo Verde	66
LT - Lituânia	59
ET - Etiópia	51
NL - Holanda	39
LV - Látvia	36
DK - Dinamarca	33
EE - Estônia	30
CH - Suíça	26
AT - Áustria	26
SE - Suécia	24

NATURALIDADE	TOTAL
US - Estados Unidos	22
Hispanoamérica	21
YU - Iugoslávia	21
BE - Bélgica	18
CL - Chile	18
PE - Peru	13
RS - Sérvia	9
NG - Nigéria	9
CU - Cuba	8
BG - Bulgária	7
CA - Canadá	6
CN - China	6
VE - Venezuela	5
IN - índia	5
MT - Malta	3
AU - Austrália	3
SY - Síria	3
GH - Gana	3
HU - Hungria	2
PA - Panamá	2
GM - Gâmbia	2
CZ - República Tcheca	2
MA - Marrocos	2
ST - São Tomé e Príncipe	1
OS - Territórios Palestinos Ocupados	1
MG - Madagascar	1
GR - Grécia	1
ZA - África do Sul	1
FI - Finlândia	1
LB - Líbano	1
Total Geral	**241415**

Fonte: Base de dados do NACAOB.

Tabela 2 – Naturalidade dos indivíduos de origem portuguesa no NACAOB

NATURALIDADE	TOTAL
Açores	16390
Minho	8211
Douro Litoral	2898
Estremadura	2620
Funchal	414
Trás-os-Montes e Alto Douro	302
Beira Litoral	250
Beira Alta	161
Porto	145
Centro	86
Alentejo	71
Braga	64
Beira Baixa	60
Lisboa	59
Ribatejo	42
Algarve	40
Norte	38
Alto Alentejo	29
Douro	19
Lamego	18
Norte de Portugal	15
Gondomar	13
Aveiro	9
Viseu	8
Coimbra	7
Bispado do Porto	7
Faro	6
Douro - Litoral	5
Conselho de Guimaraens	5
Evora	5
Distrito de Faro	5
Concelho de Vila Nova da Barquinha	4
Rila Real	4

NATURALIDADE	TOTAL
Santarem	4
bispado de Lamego	4
Arcebispado de Braga	4
Norte/ Alto Trás-os-Montes	4
Vila Nova de El'Rei	4
Leiria	4
Barcelos	3
Sul	3
Guimarães	3
Fouro Litoral	3
Litorânea	3
Vila das areas do Valdevez	3
Poto	3
Trás-os-Montes	2
Cabeça Santa	2
Freguesia de São Pedro	2
Douro-Litoral	2
arcebispado de Lisboa Oriental	2
Guarda	2
Lousada	2
Central	1
Milho	1
Viana do Castelo	1
centro-oeste	1
Tras-os-Montes	1
Santarém	1
Freg. de Santa Cristina de Matta	1
Silves	1
Bragança	1
Freguesia de Santa Maria de Assumpção	1
Celorico de Basto	1
Torre de Moncorvo	1
Fraguesia de São Victor	1
Total Geral	**32082**

Fonte: Base de dados do NACAOB.

Dos mais de 60.000 indivíduos identificados como portugueses, em pouco mais de 32.000 a fonte apontou a origem desse migrante, sendo que 16.390 eram dos Açores. Essas informações foram passadas aos colegas portugueses para eles identificarem esses indivíduos na base do PORGENER.

Essas trocas com pesquisadores de outros países enriquecem os bancos de dados, como o exemplo desse trabalho conjunto para estudar as imigrações transoceânicas dos séculos XVIII e XIX e que continuam até hoje.

Projeto temático FAPESP: Dinâmicas de incorporação, mobilidade social e dominação no Oeste Paulista entre 1850 e 1950

Trata-se de um projeto em andamento sob coordenação de Oswaldo Truzzi (UFSCar), que procura identificar e analisar a mobilidade social dos diferentes estratos dessa população ao longo desses cem anos.

O projeto está dividido em cinco clusters:

- Cluster 1: Distribuição da população e características demográficas regionais (do qual faço parte, além de ser apoio técnico de todos os clusters)
- Cluster 2: História econômica e oeste paulista
- Cluster 3: Elites, formação, reprodução e inovação
- Cluster 4: Formações étnicas raciais e regionais
- Cluster 5: Migrações internacionais e lacunas temáticas

Desafios do trabalho longitudinal espacial

Integrado ao Cluster 1, ligado efetivamente às questões relativas à população, suas características demográficas e sua distribuição espacial, o primeiro grande desafio desse projeto é fazer uma análise longitudinal em que estamos trabalhando a questão espacial. No caso em questão (província/estado de São Paulo), há mudanças nos municípios ao longo dos cem anos analisados: há municípios sendo criados, municípios que estão sendo desmembrados e municípios que desapareceram. Tais mudanças trazem enorme complexidade para fazer um estudo longitudinal trabalhando com a população e como ela se distribui dentro desse espaço.

Estamos realizando um estudo que visa à recomposição da malha paulista de acordo com a distribuição dos municípios, separados conforme as diferentes regiões paulistas da Tabela 3.

Tabela 3 – Municípios por região/ano de São Paulo

Região	Sub Região	1836	1854	1872	1886	1890	1900	1920	1934	1940	1950
Oeste paulista	Alta Sorocabana		1	3	11	11	18	29	39	41	58
	Araraquarense			2	3	6	16	24	39	43	62
	Central	8	9	15	16	17	19	19	20	21	25
	Mogiana	2	4	13	20	22	27	31	40	43	54
	Noroeste					1	1	5	15	22	47
	Paulista	1	3	8	10	11	17	21	22	25	32
	Sorocaba	4	5	9	12	12	13	13	14	13	14
Oeste paulista Total		**15**	**22**	**50**	**72**	**80**	**111**	**142**	**189**	**208**	**292**
Baixa Sorocabana		2	3	4	7	8	13	13	17	13	16
Capital		2	2	3	5	7	7	7	7	6	9
Santos e Litoral Sul		5	5	5	5	5	5	5	7	8	13
Vale do Paraíba e Litoral Norte		16	18	26	33	33	36	36	38	35	39
Total Estado de São Paulo		**40**	**50**	**88**	**122**	**133**	**172**	**203**	**258**	**270**	**369**

Fonte: São Paulo do Passado e os Censos de 1940 e 1950.

Embora o período do projeto fosse inicialmente 1850-1950, existe trabalho já publicado por Maria Silvia Bassanese, "São Paulo do Passado"[9], publicado no NEPO, que resgata inclusive essas informações entre 1836 e 1920. Por esse motivo, optamos por incorporar dados relativos ao ano de1836 no projeto e incluir os dados dos censos de 1940 e 1950, que não constam em "São Paulo do Passado".

De pronto, é preciso esclarecer que o Oeste Paulista na realidade não corresponde geograficamente à região oeste do estado de São Paulo. Interessa refletir sobre "o oeste paulista", da perspectiva da historiografia, entendendo que essa região se refere ao território onde a lavoura cafeeira se expandiu a partir do momento em que ela entrou em declínio no Vale do Paraíba, onde predominava o trabalho de escravizados. Portanto, essa região, Oeste Paulista, obedece a um recorte histórico-geográfico que exclui a capital, as regiões litorâneas do estado, o Vale do Paraíba, bem como a área correspondente à Baixa Sorocabana (onde a cultura cafeeira não se aclimatou) Figura 1.

Figura 1 – Oeste Paulista e regiões do Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pelo Cluster 1 a partir de Holloway (1980).

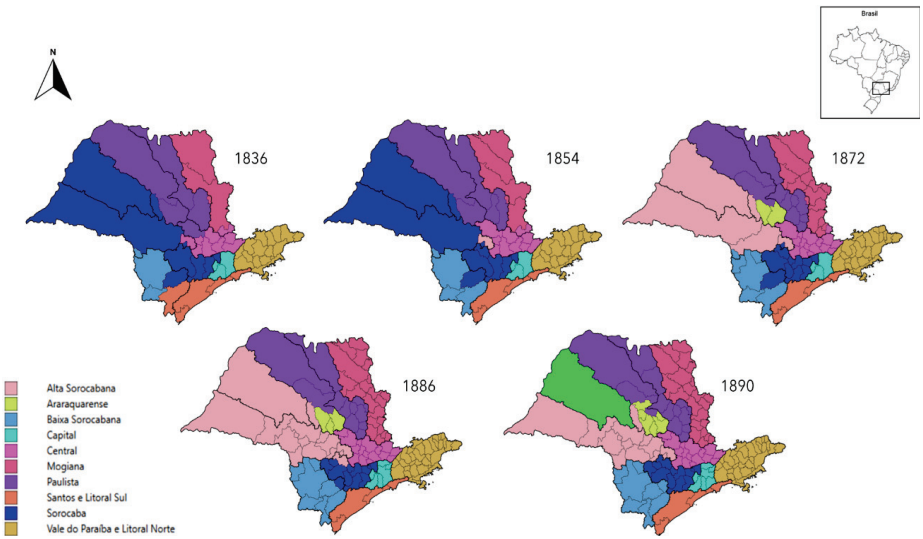
[9] https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/sao-paulo-do-passado-dados-demograficos-1836-1920/.

O Oeste Paulista e suas sub-regiões

O interesse do projeto é o "Oeste Paulista", subdividido em outras sub-regiões: central, mogiana, paulista, sorocabana, alta sorocabana, araraquarense e noroeste. Essa subdivisão acompanha o desenvolvimento das linhas férreas que foram se embrenhando no interior e que dinamizaram o Oeste Paulista ao longo desse período.

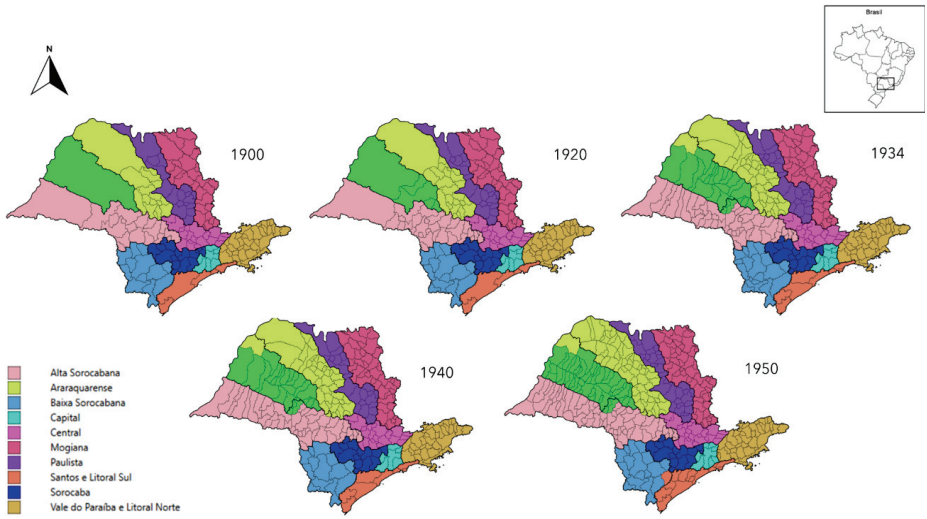
As Figuras 2 e 3 ilustram bem a fragmentação territorial de que estamos falando.

Figura 2 – Regionalização do estado de São Paulo de 1836 até 1890



Fonte: Elaborado pelo Cluster 1 a partir de Holloway (1980).

Figura 3 – Regionalização do estado de São Paulo de 1900 até 1950

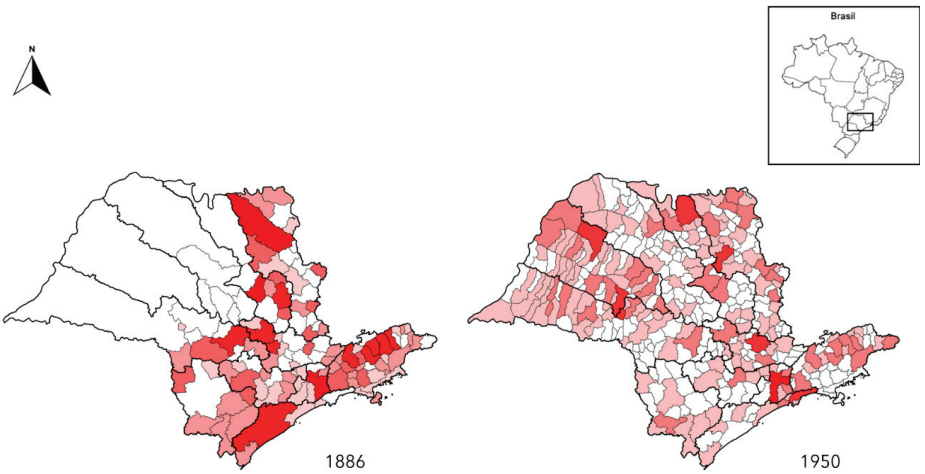


Fonte: Elaborado pelo Cluster 1 a partir de Holloway (1980).

Para termos uma ideia de como o território foi fragmentado ao longo de mais de um século, pode-se observar, por exemplo, que em 1836 Sorocaba era um município enorme (azul escuro na Figura 2). Em 1886, ele já é bem menor. Isso mostra a complexidade de trabalhar ao longo do tempo, porque estamos falando de uma área enorme que depois diminui, mas continuamos falando da mesma região (Sorocaba).

Uma análise interessante para ilustrar as possibilidades de trabalhar com a evolução da população no território paulista é verificar, por exemplo, a distribuição da população negra dentro do estado em dois momentos (1886 e 1950), identificando, assim, o deslocamento e a diferença na concentração da população negra no estado de São Paulo.

Figura 4 – Proporção da população negra na província/estado de São Paulo, 1886 e 1950



Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Commissão Central de Estatística (1886); IBGE (1950). Elaborado pelo Cluster 1.

Projeto INCT: Regiões – história social das desigualdades no Brasil

Este projeto foi iniciado recentemente, e fontes de interesse para o estudo da desigualdade no Brasil estão sendo introduzidas no NACAOB. Coordenado por João Fragoso (UFRJ), contemplado pelo edital do CNPq do INCT, o projeto tem como objetivo viabilizar uma rede de investigação conectada, com base em diversos grupos de pesquisas regionais, para análise das desigualdades sociais regionais, com ênfase comparativa numa perspectiva nacional.

O projeto conta com três bancos de dados: 1) Demografia; 2) Terras e 3) Escrituras públicas. O NACAOB está sendo utilizado no banco de dados de Demografia. A prioridade é cadastrar as listas e os maços de população que estão sendo trabalhados pelos pesquisadores. A construção de uma grande base de dados para resgatar toda essa documentação permitirá realizar trabalhos a níveis regionais, identificando alguns marcadores que identifiquem a desigualdade ao longo do tempo.

História social das populações no Brasil escravista

A partir do projeto "Além do Centro-Sul", anteriormente mencionado, foi publicado o livro "História Social das Populações no Brasil Escravista" (Scott; Nadalin, 2025). Vários dos capítulos do livro tiveram por base as in-

formações inseridas no banco de dados, e aqui destaco minha participação em dois capítulos dessa obra: 1) *Dinâmica demográfica e sistemas familiares na Porto Alegre escravista (1772-1872)*, em coautoria com Ana Silvia Volpi Scott; 2) *"Não aceitar o que se offereceo": uma abordagem quantitativa acerca das crianças expostas no Brasil Escravista*, que foi desenvolvido em parceria com Carlos Bacellar e André Cavazzani em capítulo no qual analisamos a questão da exposição de crianças.

Este é um exemplo concreto de trabalho colaborativo, pois, apesar de cada pesquisador desenvolver um tema específico para o livro, todo o grupo participou de discussões coletivas, em que foram discutidos os trabalhos individuais, tendo como eixo central o debate em torno dos regimes demográficos que coexistiram no passado brasileiro. Foi muito prazeroso esse trabalho e as trocas com o grupo a partir da visão individual de cada um dos pesquisadores que puderam dar contribuições a cada um dos capítulos que compõe o livro, que foi gestado durante a pandemia por meio de reuniões *on-line* entre os pesquisadores. Essa experiência está sendo replicada no projeto temático da FAPESP, onde temos regularmente reuniões em que se discutem textos previamente escolhidos, e todos os envolvidos têm oportunidade de discutir uma multiplicidade de temas e abordagens.

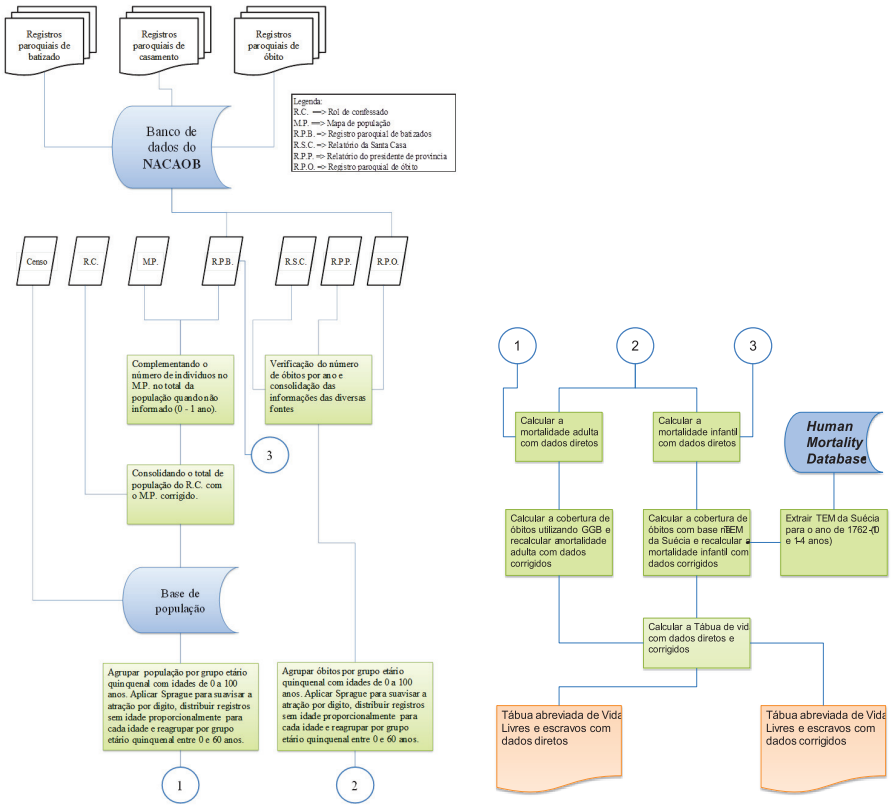
Aplicações e resultados do uso do NACAOB: o caso de Porto Alegre

Metodologia de cruzamento de fontes

Discutindo as potencialidades de trabalhos com bases de dados colaborativas, no doutorado trabalhei com os dados do NACAOB, cruzando esses dados com outras fontes, porque os registros paroquiais tinham lacunas. Vários estudos fizeram o uso combinado das listas nominativas com os assentos paroquiais (Scott *et al.*, 2015) e, eventualmente, cruzando com outras fontes nominativas, como testamentos, inventários ou outra fonte nominativa (Scott, 1999; Scott, 2012).

No período estudado, houve uma forte crise de mortalidade por cólera, que, curiosamente, não aparecia nos registros paroquiais. Só foi possível identificar a razão dessa lacuna a partir de uma informação que aparecia no relatório do presidente da província, que dizia que o pároco não se encontrava na freguesia exatamente para fugir da doença... Ou seja, morreram cerca de 1.700 pessoas em poucos meses, mas os óbitos não foram registrados pelo pároco. Nesse caso, a saída para contornar essa falha na série foi cruzar com informações de outras fontes, que, nesse caso, valer-se da lista elaborada por um médico que registrou o número daqueles óbitos, ainda que não fosse nominalmente.

Figura 5 – Esquema do cruzamento de fontes no doutorado (Scott, 2021)



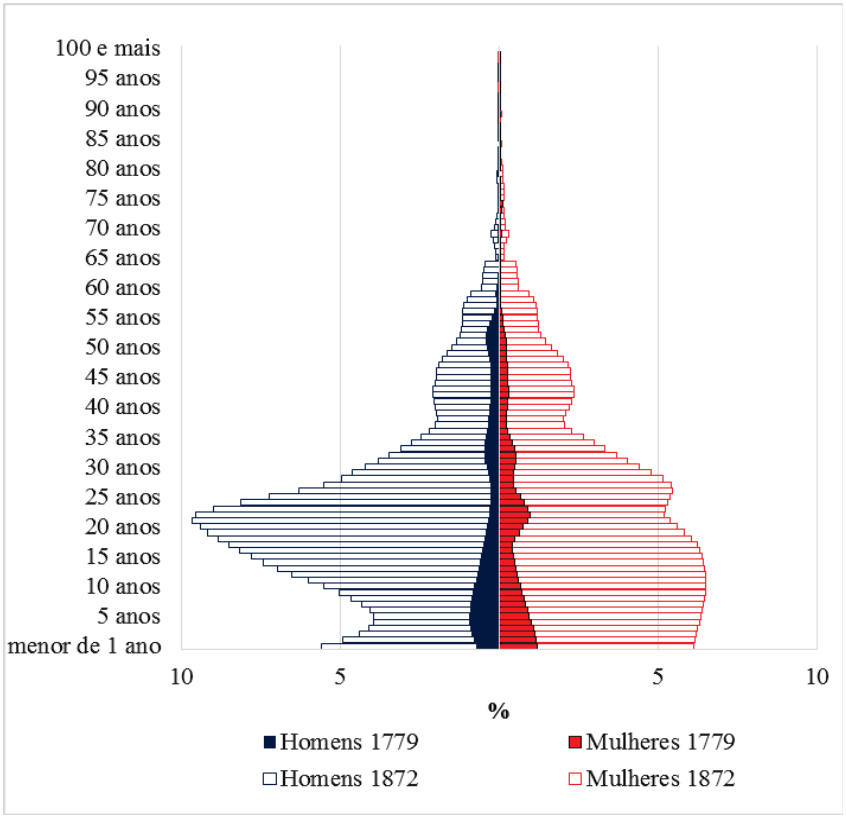
Fonte: Scott (2021).

Podemos cruzar uma fonte nominativa (os registros paroquiais) com outras fontes nominativas (ou não), mas somente essas informações não são suficientes para fazer uma análise da mortalidade do ponto de vista demográfico. Para isso, é necessário também conhecer o tamanho e a estrutura etária dessa população. Cruzando mapas de população, róis de confessados, registros paroquiais, relatório do presidente da província e um relatório da Santa Casa de Porto Alegre, foi possível calcular a diferença entre a esperança de vida ao nascer da população livre e da população cativa para esse período (Scott, 2021). A Figura 5 mostra o esquema de cruzamento de fontes utilizado na minha tese e a potencialidade de trabalhar com dados estruturados.

Construção de pirâmides etárias

Um exemplo interessante sobre o uso dos dados reunidos em fontes variadas é a construção de pirâmides etárias, um recurso analítico importante para os estudos de demografia e de população. Foi possível construir as pirâmides etárias da população da freguesia que deu origem à cidade de Porto Alegre (Nossa Senhora Madre de Deus), porque temos a estrutura etária da população em determinados anos. Isso foi possível cruzando dados dos róis de confessados, recenseamentos ou os mapas de populações, estes últimos elaborados por ordem da coroa portuguesa em vários momentos ao longo do tempo. Com os dados desse conjunto variado de fontes foram construídas as pirâmides, organizadas por grupos etários, por sexo e por condição jurídica.

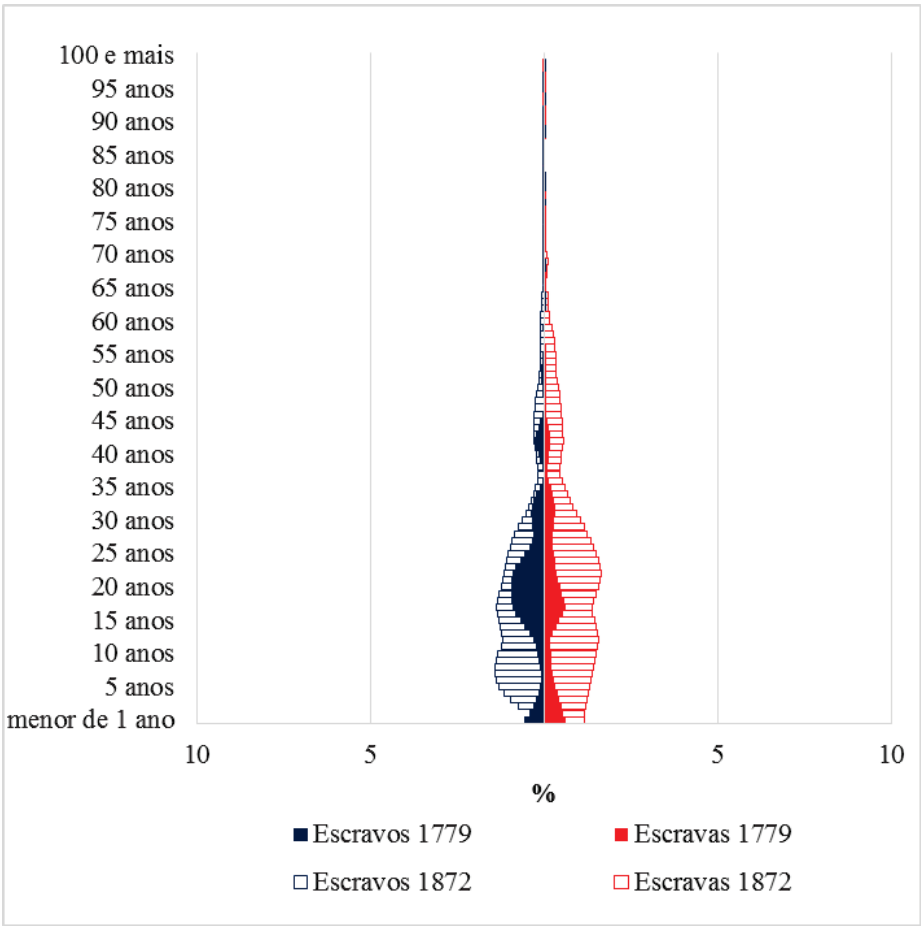
Figura 6 – Pirâmide etária da população livre da Madre de Deus de Porto Alegre 1779 e 1872



Fonte: AHCMPA – Róis de confessados de 1779 a 1814; Mapas de população de 1780 a 1810; Estatísticas dos Relatórios do presidente da província para os anos de 1846, 1847, 1848, 1858 e 1859; IBGE (Censo de 1872).

Foi construída a pirâmide da população livre para os anos de 1779 e 1872 (Figura 6) e da população escrava (Figura 7) nos mesmos anos, mostrando uma mudança significativa na estrutura da população no período.

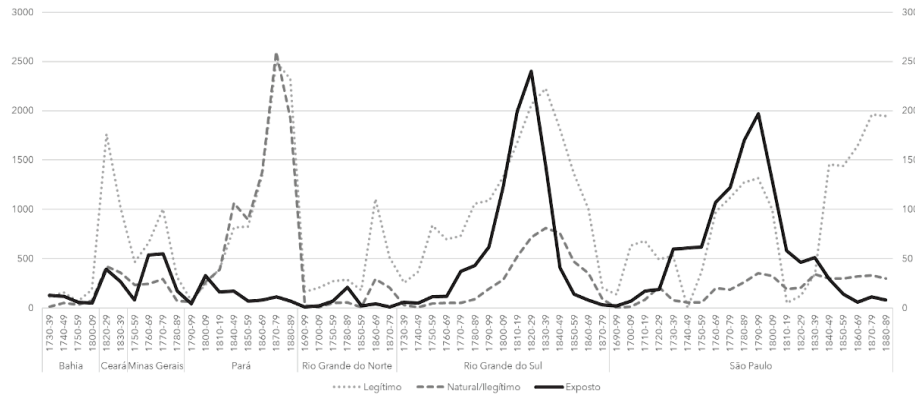
Figura 7 – Pirâmide etária da população escrava da Madre de Deus de Porto Alegre 1779 e 1872



Fonte: AHCMPA – Róis de confessados de 1779 a 1814; Mapas de população de 1780 a 1810; Estatísticas dos Relatórios do presidente de província para os anos de 1846, 1847, 1848, 1858 e 1859; IBGE (Censo de 1872).

Abrangência geográfica do NACAOB: algumas possibilidades de análise

Figura 8 – Trabalho sobre expostos com o NACAOB



Fonte: Base de dados do NACAOB.

Um banco de dados padronizado permite comparar diretamente diferentes espaços. No trabalho sobre expostos fizemos um ensaio mostrando o comportamento em diversas regiões, como pode ser verificado na Figura 8. Importante registrar que se trata de apenas algumas pequenas freguesias para cada região.

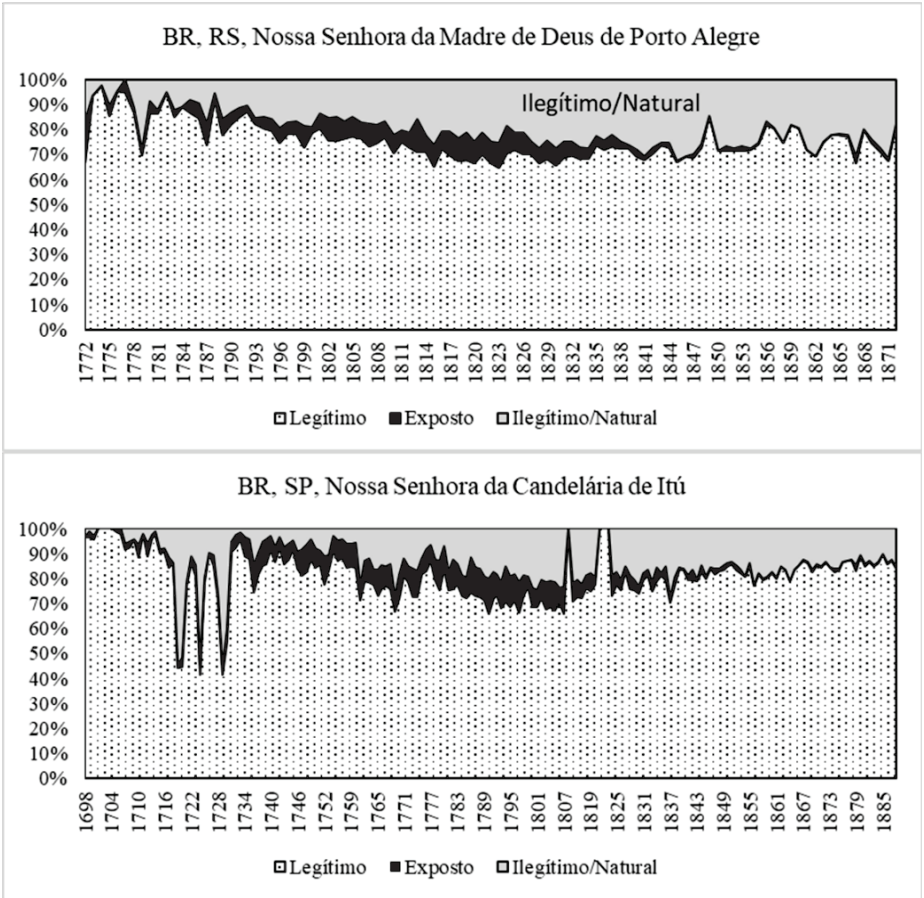
Obviamente, onde está escrito Bahia, Minas Gerais, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul, não estamos falando de toda a região. O NACAOB trabalha com freguesias. Temos dez freguesias no Rio Grande do Sul compondo os dados. Em São Paulo, temos apenas duas freguesias, que foram os dados que importamos dos trabalhos de Carlos Bacellar (Itu) e do recenseamento de 1907 para São Carlos, disponibilizado por Oswaldo Truzzi.

Toda importação é trabalhosa, mas, depois que os dados passam a integrar o NACAOB, eles estão padronizados, o que possibilita a comparação de diversas localidades e períodos. Por fim, vale lembrar que eles ficam disponíveis para consulta, seguindo as diretrizes da política da ciência aberta.

Exemplo de comparação: ilegitimidade e expostos

A Figura 9 mostra a comparação realizada entre a Madre de Deus de Porto Alegre e a freguesia de Nossa Senhora da Candelária de Itu, mostrando como essa variável evoluiu ao longo do tempo.

Figura 9 – Filiação Itu (1698-1885) e Porto Alegre (1772-1872)



Fonte: Base de dados do NACAOB.

Considerações finais: o papel da tecnologia e do pesquisador

Trabalhando com fontes digitais, hoje temos mais acesso à informação, mas acho que é importante, além de ter acesso às fontes, o acesso a esse avanço tecnológico. Existem programas fazendo cruzamento de informações e auxiliando os pesquisadores no reconhecimento de manuscritos e tudo mais. As potencialidades são inúmeras, mas é muito importante o papel do pesquisador: conhecer a fonte, fazer a análise crítica das mesmas. Isso continua sendo importante, porque, se nós olharmos exatamente o que está na fonte sem conhecer o que está por trás desse documento, podemos ser induzidos ao erro.

O valor das redes colaborativas

Trabalhar com essas redes colaborativas é fundamental porque o trabalho não se esgota. Fiz uma tese, saíram inúmeros mestrados e diversas publicações a partir da mesma freguesia que tinha suas informações organizadas, padronizadas e disponibilizados no banco de dados. Ou seja, está claro que podemos ter diferentes olhares sobre o mesmo conjunto de informação. A possibilidade de disponibilizar as informações de maneira ampla para todos os interessados é importantíssimo, pois, embora a construção de um banco de dados na área da Demografia Histórica possa tomar muito tempo, mas, se ele foi bem elaborado e organizado, poderá ser explorado por uma infinidade de estudos, a depender do interesse dos pesquisadores.

Como diz Ana Silvia Scott: "o dado bom é o dado que existe". E cabe aos pesquisadores tanto aplicar técnicas adequadas disponíveis como ser criativos para propor saídas inovadoras sobre os problemas com que se defrontam no dia a dia de suas pesquisas.

A tecnologia vem auxiliando com ferramentas cada vez mais eficientes, e agora com a inteligência artificial é possível ensinar os algoritmos a ler os dados históricos, reconstruir territórios do passado, como vimos em várias apresentações no IX Simpósio Nacional de História das Populações.

Reflexões sobre desafios e perspectivas

O NACAOB, quando foi criado, trabalhava de forma individual e local para uma pesquisa. O objetivo era coletar a informação o mais rápido possível, mantendo todas as informações do documento original. Hoje, o NACAOB é um programa multiusuário que está em constante desenvolvimento, continuamente ampliado e buscando incorporar novas fontes. Paralelamente também estamos trabalhando para importar as bases de dados individuais de pesquisadores que queiram colocar suas informações no NACAOB.

Enfim, é um caminho que foi iniciado, mas é um trabalho em contínua construção. É importante cada vez mais ter uma informação para que os pesquisadores possam analisar e comparar com outras regiões dentro do Brasil e, por que não, também de fora.

Quando mencionamos a ideia de construir bancos de dados, de reconstituir uma freguesia, podemos enfrentar muitos problemas e muitas lacunas. É um desafio diário, mas, se não for encarado de frente, nunca poderemos evoluir e mudar a forma de trabalhar. Por exemplo, o desafio que enfrentei no desenvolvimento de meu doutorado foram o uso e a exploração dos dados dos

róis de confessados de Porto Alegre, que estavam em lamentável estado de conservação, cheios de buracos no documento. Mas, com paciência e a colaboração e vários colegas e estudantes, e sobretudo, com a aplicação de técnicas e procedimentos adequados, foi possível fazer o melhor uso, apesar dos problemas.

Sem dúvida, é muito difícil fazer essas pesquisas com fontes tão desafiadoras e problemáticas e alimentar uma base de dados colaborativa. Mas, quanto mais pesquisadores estiverem alimentando essa base, mais rica ela vai ficando e mais informações conseguiremos preservar e analisar.

Considerações finais

O desenvolvimento de bases de dados colaborativas em demografia histórica representa um avanço significativo na forma como trabalhamos com fontes históricas. A integração de tecnologias digitais, inteligência artificial e o uso combinado de metodologias tradicionais de pesquisa histórica permitem não apenas a preservação e disponibilização de dados, mas também a criação de novas informações e perspectivas de análise.

O futuro da demografia histórica passa necessariamente pela construção dessas redes colaborativas, pela padronização de metodologias e pelo compartilhamento aberto de dados. Somente assim poderemos compreender de forma mais completa as trajetórias das populações do passado, suas mobilidades, suas estratégias de sobrevivência e as desigualdades que marcaram diferentes períodos históricos.

A tecnologia é uma ferramenta poderosa, mas o papel crítico do pesquisador, conhecedor profundo das fontes e de suas limitações, permanece insubstituível. É na combinação entre o rigor metodológico tradicional e as novas possibilidades tecnológicas que reside o maior potencial para o avanço do conhecimento histórico-demográfico.

Referências

ALBERTON, Mirele. *'Das providências que se tem dado a respeito da saúde publica'*. Enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019.

AMORIM, Maria Norberta. *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias* (p. 3-42). Universidade do Minho, 1991.

BACELLAR, Carlos; CAVAZZANI, André; SCOTT, Dario. "Não aceitar o que se offereceo": uma abordagem quantitativa acerca das crianças expostas no Brasil Escra-

vista. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; NADALIN, Sergio Odilon (org.). *História Social das Populações no Brasil Escravista*. São Leopoldo: Oikos, 2023.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Os eventos vitais na reconstrução da história. In: BASSANEZI, C. P.; LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto, 2009. p. 141-17.

FERREIRA, Antero; SALGADO, Filipe; SILVA, Fátima. A cidade da Horta. O espaço e as gentes no início do século XIX. In: Fuentes geohistóricas, nuevas tecnologías, nuevos retos. *Editorial de la Universidad de Cantabria*, p. 129-145, 2024.

FREITAS, Denize T. L. *O casamento na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre:* a população livre e suas relações matrimoniais. Dissertação (Mestrado) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

NADALIN, Sergio Odilon; SCOTT, Dario. Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado). *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 649-657, 2017. DOI: 10.20947/S0102-3098a0026. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1004. Acesso em: 23 mar. 2026.

SCOTT, Ana Silvia V. *et al*. Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. In: CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, p. 281-312, 2015.

SCOTT, Ana Silvia V. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2012.

SCOTT, Ana Silvia V. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho, 1999. Disponível em: http://hdl.handle.net/1822/1873. Acesso em: 23 mar. 2026.

SCOTT, Ana Silvia V.; NADALIN, Sergio O. *História social das populações no Brasil escravista*. 2. ed., rev. e atual. São Leopoldo: Oikos, 2025 (e-book acesso livre em https://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/1477).

SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, D. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. In: CELTON, D.; GHIRARDI, M.; CARBONETTI, A. (org.). *Poblaciones históricas:* fuentes, métodos y líneas de investigación. Rio de Janeiro: ALAP, 2009. p. 171-185.

SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. *Mediações*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, 2013.

SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Dinâmica demográfica e sistemas familiares na Porto Alegre escravista (1772-1872). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi Scott; NADALIN,

Sergio Odilon (org.). *História Social das Populações no Brasil Escravista*. São Leopoldo: Oikos, 2023.

SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Mortality in the Far South of Brazil: free and slave population in the parish of Madre de Deus de Porto Alegre, Brazil (1772 % 1854). In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 2017, Cape Town. *Anais…* Liège: IUSSP, 2017.

SCOTT, Dario. *Livres e escravizados:* população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre 1772-1872. São Leopoldo: Oikos, 2021.

DOI 10.29327/5844403.1-7

Das demografias *camponesas* da escravidão e da liberdade no Brasil – exercícios metodológicos para possibilidades digitais (primeiras incursões)

Flávio Gomes

Em *Memorial de Aires*, o desembargador Campos comentou que os "libertos, apesar da amizade que lhe têm ou dizem ter, começaram a deixar o trabalho". Machado de Assis transformava em pilhérias as expectativas de fazendeiros atônitos diante de propriedades abandonadas na última década da escravidão.

Sebastão Rufino dos Santos Maranhão, nascido no Brasil, foi protagonista de algumas batalhas – últimas ou primeiras, a depender das *cronologias* a serem escolhidas – do imediato pós-1888. No final de maio, chegava ao *Supremo Tribunal de Justiça* um pedido de *Habeas Corpus* com expressa justificativa: alguns ex-cativos da *Fazenda do Socorro* em Cantagalo, pertencente ao Capitão Manoel Pereira Torres, queriam "se retirar da dita Fazenda", mas estavam sendo "detidos em constrangimento ilegal". Diante de tamanha repercussão, o judiciário solicitou investigações, já ordenando que a polícia percorresse "todas as localidades onde existisse maior quantidade de fazendas e ali examinasse em cada qual como se fazia o serviço das mesmas"[1].

Os meses que se seguiram à abolição – indo do recôncavo baiano até as charqueadas do Rio Grande, passando pelo sertão do Piauí – foram tensos. Além das festas realizadas pelos ex-cativos – dançando *jongo* e *caxambu* nos terreiros do sudeste da quase liberdade –, houve fartura de medos e rumores com ecos. A imprensa noticiaria o que considerava "abandono de fazendas", na realidade *migrações negras*[2]. Tudo numa atmosfera do "fantasma da desordem", alegoria

[1] Arquivo Nacional, Supremo Tribunal de Justiça, Habeas corpus – HCO/ BU, Número 2.713, Caixa 1722, Galeria A, Ernesto Ferreira França requere habeas corpus para Sebastião Rufino dos Santos Maranhão.

[2] Ver: Costa, 2020; Fraga Filho, 2009 e 2013; Molet, 2020; Martins e Gomes, 2022; Santos, 2015. A respeito das experiências de migrações já na escravidão e ocupações agrárias ver: Machado & Gomes, 2014 e 2015.

preferida na época (Mattos, 1998). Imagens de caos, decadência, prejuízos ditos incalculáveis e colheitas abandonadas foram desenhadas com cores da intolerância. Em cada fazenda, ex-senhores *negociavam*– talvez um eufemismo – a continuação do trabalho coletivo, a cessão de terras, a parceria, o controle familiar, a meação e outros arranjos com alguma remuneração (Alvarenga, 2024). Afora a cultura política a partir dos escravizados e libertos em áreas rurais e urbanas em várias partes do Brasil[3], na Corte a Lei Áurea foi acompanhada por debates sobre a indenização requerida pelos fazendeiros. Machado de Assis ironizou a ansiedade senhorial criando um personagem, entre espertalhão e ingênuo, que acreditava que poderia lucrar muito comprando a esmo ex-escravizados, aguardando o decreto da indenização via governo republicano.[4]

Ainda sabemos pouco sobre os movimentos migratórios das populações negras; afinal, cerca de 700 mil foram libertados em 1888. Há indicações de migrações reprimidas na última década do século XIX, mas que podem ter sido repetidas por outras gerações de libertos e filhos desses até os anos de 1960. Como se organizaram tais deslocamentos? Com base em parentesco? Quais as expectativas? E o número de famílias? Para quais sentidos e direções? Pode ter ocorrido tanto uma interiorização de coletividades camponesas como o sentido contrário, no caso migrações de áreas periféricas para partes urbanas ou mais próximas do litoral. Investigando quilombos/mocambos coloniais e pós-coloniais, as dinâmicas de constituição, deslocamentos e invisibilidade, pensamos como exercícios metodológicos da demografia, cartografia e de incursões digitais podem explicar a emergência de formas camponesas negras na derradeira era da escravidão e suas transformações nos séculos XX e XXI. Considerando o último censo (2022), que identificou a presença de 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios, emergem desafios da história, demografia, arqueologia, antropologia e geografia para compreender processos de migrações, articulando experiências da escravidão e aquelas da pós-emancipação, especialmente verificando concentrações e dispersões de camadas populacionais rurais e a presença dos remanescentes atuais.

Campesinato e camponeses: deslocando origens e encontrando espaços

Desde os primeiros séculos de exploração colonial surgiram formas camponesas em incontáveis margens, tanto na *plantation* como em áreas voltadas

[3] Ver as experiências para o Ceará e São Luis no Maranhão no final da década de 1880: França, 2013; Jesus, 2020 e 2021.
[4] Cruz, 2024.

para a produção de alimentos. Também experiências camponesas negras se ampliaram a partir de conexões entre vetores espaciais e articulações socioeconômicas. Certamente foi um fenômeno hemisférico, considerando todas as partes das Américas. E assim se destacaram as comunidades de fugitivos com suas várias denominações: na Venezuela nomeadas *Cumbes*; na Colômbia *Palenques*; no Caribe inglês e EUA *Maroons;* no Caribe francês *Marronage* e em Cuba *Cimarrones*. Interessante é como no Brasil desde o período colonial as comunidades de fugitivos receberam denominações com etimologias africanas: *quilombos* e *mocambos*.

Além dos grandes *mocambos* de Palmares[5], outros tantos vão aparecer na Amazônia e também Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí coloniais. Existiram pequenos, médios, grandes e populosos em Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais. No final do século XIX, há a explosão deles. E não faltariam quilombos assustando fazendeiros, juízes, chefias de polícia e delegados. É certo que aumentou a agitação política em várias regiões com rumores de insurreições, mobilização abolicionista e principalmente a formação de inúmeros quilombos (Azevedo, 1987; Machado, 1994; Mattos, 1998). Assim, esses móveis agrupamentos de fugitivos na escravidão e migrantes na liberdade ajudariam a ampliar as *formações camponesas* em fronteiras econômicas abertas junto às áreas de sertões e mesmo próximo às terras ocupadas por grupos indígenas.[6] Não resta dúvida de que elas foram desdobramentos não só dos próprios quilombos (independente de tamanhos, especificidades locais e articulações socioeconômicas), mas também de setores da população negra livre e desertores militares.[7] Tudo ainda mais incrementado pelas atividades econômicas de roceiros, gestadas a partir das economias próprias dos escravizados, qual seja *tempo* e roças destinadas por seus próprios senhores para que garantissem sustento e alimentação (Cardoso, 1987; Pires; Gomes, 2009). E não faltariam setores camponeses de lavradores pobres – indivíduos livres – em áreas não voltadas para a agroexportação, incluindo ocupação agrária com doações de terras – via testamentos – para libertos durante a escravidão (Guimarães, 2009, 2011 e 2012).

Machado e Gomes (2014 e 2015) chamaram de "quilombos volantes" a movimentação de escravizados e libertados no derradeiro quartel oitocentista. Para diversas áreas – bem documentado para o Paraná e Minas Gerais – houve

[5] Damasceno, 2018.

[6] Utilizamos este termo "formações camponesas negras" em Oliveira & Gomes, 2016.

[7] Tema ainda pouco estudado foi o decreto da doação de terras para ex-soldados – a maior parte negra – da Guerra do Paraguai. Sobre a conformação da população livre ver: Dantas, 2011.

intenso deslocamento de populações escravizadas ou em vias de libertação (libertos condicionais, libertos sob contratos de trabalho, libertos com dívidas relativas à alforria). Enfim, devemos considerar a formação e mobilidade de pequenos quilombos e o movimento migratório de famílias negras. Essas migrações teriam outros desdobramentos entre 1890 e 1920 com desdobramentos de *campesinatos itinerantes*[8] (Rios; Mattos, 2005). Origens e transformações foram variadas. Merecem mais investigações – por exemplo – as análises sobre o surgimento e a irradiação de Canudos, grande vila camponesa formada no interior da Bahia em fins da década de 1860. Foi várias vezes atacada e finalmente destruída em 1893 por tropas republicanas sob acusação de ser comandada por um líder messiânico monarquista, reunindo "fanáticos religiosos", silenciados adjetivos étnicos. Levine (1995) sugeriu que o aumento populacional de Canudos foi também resultado de migrações negras a partir de 1880, aumentando ainda mais depois da abolição. Investigações sobre memória indicaram igualmente a formação de comunidades negras com seus antigos moradores dominando linguagens e dialetos (em parte ritualizado e com vocábulos de origem africana), sendo transformados em símbolos de identidade étnica. Slenes analisou o interior de São Paulo e identificou várias dessas coletividades rurais, organizadas pelo parentesco (Fry; Vogt; Slenes, 1996). Já Guimarães (2009) examinou camadas camponesas em Minas Gerais – especialmente na zona da mata – com base nos processos de doação de terra para libertos e posteriores deslocamentos familiares. Há ainda as denominadas *Terras de Pretos*, com destaque para o Maranhão (Almeida, 1990 e 2002).

Na complexidade dessas *formações camponesas* há muita coisa a considerar em termos das culturas do mundo rural.[9] É fato que coletividades quilombolas ajudaram a conectar setores camponeses diversos. A frequência, volume, periodicidade, continuidade e importância dessas relações dependeriam de situações específicas de determinadas áreas e das estratégias das comunidades nelas constituídas. Fatores diversos podem ter impactado formações quilombolas e suas naturezas num mundo sem mais escravidão formal, combinando contextos geográficos e demografias. Complexas perspectivas estariam articuladas aos circuitos de produção, troca e abastecimento de alimentos. Feijão, milho, farinha de mandioca e outros excedentes produzidos em alguns mocambos podiam tanto ser trocados com os escravizados nas senzalas, via taberneiros, como enviados para os mercados locais através de intermediários comerciais.

[8] Dois estudos importantes, mas esquecidos; ver: Brandão, 1977 e Soares, 1981.
[9] Ver: Schwartz, 1992 e Slenes, 1999.

Precisamos entender como no pós-emancipação processos de formação camponesa – das antigas comunidades de fugitivos e as conexões a partir delas – tornaram-se ainda mais complexos e flexíveis, incluindo deslocamentos que formam territórios que hoje são milhares e espalhados.[10] A partir da década de 1980 com ainda mais lutas sociais antirracistas, as comunidades negras rurais ganharam força. Além disso, o termo "remanescente de quilombos" foi oficializado na Constituição Brasileira de 1988 nos Artigos 68º dos ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal e 216º da Cultura.[11] Nas disposições contitucionais, quilombolas deveriam ter as suas terras reconhecidas como propriedade definitiva, cabendo ao Estado emitir titulação de posse agrária.[12] Vários pesquisadores, movimentos sociais, órgãos federais, estaduais e municipais têm se mobilizado nos últimos trinta anos em torno do reconhecimento dos remanescentes de quilombos.

A expansão quilombola no Brasil não foi (é) um processo do passado, cristalizado por uma temporalidade a-histórica. Experiências rurais sob migrações e deslocamentos precisam ser perscrutadas para além de simbologias e arranjos étnicos. Como áreas de *plantation* e aquelas voltadas para a produção de alimentos se dissolveram, articulando ou transformando novos arranjos migratórios negros? Como ponto de partida e um exercício empírico podemos voltar ao episódio do liberto Sebastião Rufino em 1888. Se ele continuasse fugindo, seria considerado quilombola mesmo depois da abolição? Se os seus parentes – conforme afirmava – quisessem migrar para outras fazendas, seriam considerados fugidos, embora não houvesse mais escravidão?[13] Se ocupassem outras terras – aquelas devolutas –, seriam considerados neoquilombolas? Se ajustassem seus territórrios em novos deslocamentos, articulados à migração de outros ex-cativos e mesmo àqueles pequenos grupos de quilombolas no período da vigência da escravidão, como seriam definidos? No processo de *Habeas Corpus* seguiu a seguinte petição de junho de 1888 do advogado Ernesto Ferreira França:

> Os ex-escravos da Fazenda do Socorro, Termo da Villa do Carmo de Cantagallo (Provincia do Rio de Janeiro) pertencente ao Capitão Manoel Pereira Torres, querem se retirar da dita Fazenda; mas são detidos em constrangimento ilegal pelo referido Capitão. Á frente dos referidos ex-escravos acha-

[10] Para alguns clássicos: Acevedo Marin & Castro, 1993; Bandeira, 1988; Baiocchi, 1983; Carvalho, Doria & Oliveira Jr., 1996; Leite, 1996; Monteiro, 1985; O'Dwyer, 2002 e Queiroz, 1983.
[11] Ver reflexões importantes em: Fiabani, 2015 e 2005.
[12] Exaltação & Gomes, 2005.
[13] Silva, 2012.

> se o ex-escravo Sebastião Rufino dos Santos Maranhão, o qual participa não encontrar apoio nas autoridades locais.

Havia a percepção de "direitos" por parte dos ex-escravizados e mesmo denúncias de que outros fazendeiros estavam impedindo – com ameaças – que se retirassem das fazendas. Numa outra petição junto ao então Supremo Tribunal expressamente aparecia:

> Sebastião Rufino dos Santos Maranhão, ex-escravo da Fazenda do Socorro, Carmo de Cantagallo, a quem o Supremo Tribunal, bem como os seos companheiros, concedeu ordem de H. Corpus; na ultima seção; perseguido, ameaçado de morte, e foragido, acha-se presente e vem por-se debaixo do abrigo deste Tribunal; impectrando para si os seus companheiros, os provimentos de Justiça; e requerendo humildemente que o Tribunal, para evitar que prevaleça a mentira oficial de falsas informações de autoridades suspeitas que lhe denegaram justiça; e se esconderam para não lhe dar despacho; mande vir á Barra do Tribunal todos os escravos da Fazenda do Socorro.

O julgamento foi adiado e autoridades intimadas pelo Supremo Tribunal. Assim caberia aos Juízes de Direito e aquele Municipal de Cantagalo, o Chefe de Policia e o próprio fazendeiro Pereira Torres que "informassem acerca do constrangimento ilegal de que se queixão os pacientes". Já se defendendo, alguém atacou, sugerindo nos autos do processo que seria "necessario ouvir-se o ex senhor dos escravos, tratando-se de questão de liberdade, deveria ser intimado para comparecer pessoalmente, a fim de dar esclarecimentos". Além disso, deveriam ser também convocados os "demais ex-escravos, visto não terem sido ditados os seus nomes, nem saber-se se com efeito existem e onde se acham". Imediatemente convocada, a Secretaria de Polícia da ainda Província do Rio de Janeiro passou a exigir do Delegado de Polícia de Cantagalo "esclarecimentos sobre tais factos". Num oficio, o Chefe de Polícia fez questão de ressaltar aos magistrados: "que se eles [fatos denunciados] forem verdadeiros, serão os seus autores punidos na forma da lei, visto que as instrucções que tenho dado á todas as autoridades policiais da Provincia tem sido no sentido de impedir que se cometam estes e outros atentados, especialmente contra os libertos em virtude da lei de 13 do mês passado". Detalhe dessa narrativa: devia haver muitos (e muitos) problemas e tensões associadas às *migrações negras* e novos arranjos de ocupação e deslocamentos agrários, mas sobravam retóricas e faltavam ações. Isso porque, após dez dias, a própria autoridade policial tratou de dar novos informes, dessa vez garantindo "asseverar não ter fundamento a violência que diz-se sofrer e o constrangimento que tambem diz-se perseguir aqueles ex-escravizados". Acreditava fazer algo – diante das insistentes denúncias de várias partes rurais do Rio de Janeiro – apenas mandando "percorrer todas as localidades onde existisse maior quantidade de

fazendas e ali examinasse em cada qual como se fazia o serviço das mesmas e tornasse informações nas localidades sobre a maneira pela qual são atendidas os interesses dos libertos". Nesse mesmo documento – quase que caindo em contradição e na mesma armadilha de muito argumentar, mas nada a investigar – disse expressamente que tinha instruído a polícia "sobre o modo de proceder na repressão da vadiagem e vagabundagem, de acordo com as autoridades locais, vedando qualquer procedimento ilegal nas prisões que tivesse de efetuar". Qual seja, podia estar havendo sim repressão aos deslocamentos de libertos – organizados em base de parentesco –, que podiam estar se organizando para deixar determinadas fazendas e ir buscar terras devolutas e assentamentos em outras áreas, muitas das vezes atraídos por novos proprietários que faziam arrendamentos. Mas não poderia haver exageros, qual seja, repressão sim, mas dentro e para manter a ordem. Em Cantagalo, ao considerar esse *Habeas Corpus*, há menção expressa para fazer indagações "sobre a sorte dos libertos" nas localidades de Sumidouro, Miracema e Carmo. E logo chegaram informações: "não há novidade alguma com os libertos... (...) não estão constrangidos e quanto a estes informei-me minuciosamente". De Cantagalo, autoridades policiais apressadas garantiram que, na fazenda do Socorro, do Capitão Manoel Pereira Torres, não havia "constrangimento algum". E aquele proprietário estava ausente de sua fazenda. Assim, era "inexata a noticia incerta no *Diario de Noticias*" sob a epígrafe *Grave.* Ao contrário, "todos os libertos estão no gozo pleno de sua liberdade e satisfeitos com seu ex-senhor", segundo o delegado Domingos Mendes da Piedade. Com o imbróglio jurídico, o próprio Manoel Pereira Torres foi intimado a depor por correspondência. A defesa dele se pronunciou:

> O suplicante tem a informar que desde que foi promulgada a lei de 13 de maio do corrente ano reuniu seus ex-escravos e declarou-lhes que estavão em pleno gozo de sua liberdade, sendo que só ficarão aquelles que preferirão permanecer na fazenda, mediante retribuição de seus serviços. E, com efeito, nenhum está em constrangimento e em qualquer momento todos eles podem sair para onde lhes convier.

Num contra-ataque, o fazendeiro Pereira Torres disse que o ex-escravo Sebastião "andando fugido antes da Lei [do 13 de maio], apareceu depois da promulgação dela na fazenda do suplicante com cartas" do advogado Ernesto Ferreira França. Interessante: um fugitivo antes do 13 de maio, mas em plena agitação abolicionista, que volta para a fazenda. Importante ter a pendenga judicial continuado, mas com a intimação dos próprios libertos. No final de junho compareceram na delegacia de Cantagalo os "ex-escravisados da Fazenda do Socorro": Ignacia Maranhão, Faustino, Zacarias, Lucas Francisco,

Teodoro Francisco, Lucas, Lucio Pereira, Lucas Antonio Marques, Antonio Bernardo, Theodorico Rufino, José Vicente, Rozaria Laurinda e Matildes Joaquina. Mas estranhamente aconteceu um interrogatório coletivo. E os direitos individuais? Todos eram só um? Ex-escravizados: uma só personalidade jurídica? A primeira pergunta foi se "conheciam a sua condição natural", ao que todos teriam respondido "que sim, que sabem que são livres por uma Lei, da Princesa, que dizem ser de 13 de maio". Em seguida, houve a indagação sobre se ainda se achavam "empregados" e se estavam sendo "constrangidos ilegalmente, isto é, se erão ainda tratados como escravos e tidos como tres[sic], sendo, portanto, privados, pela força senhorial, de procurarem noutras Fazendas, melhor condição?". E teriam respondido:

> (...)... que desde, que o Senhor Capitão Manoel José Pereira Torres, seu exsenhor os declarara livres, o que se realizou em maio próximo passado, jámais se viram em constrangimento ilegal, e que se até hoje não abandonaram ainda seu atual patrão, é porque por eles são bem tratados, como homens livres que reconhecem ser, e são pagas de seu trabalho se roça, ganhando cada um, quer homens, quer mulheres, em tanto por mês, tendo além disso casa e sustento; que acham-se contratados em tão boas condições que não tem vontade de sair da casa onde trabalham.

E sobre o "ex-parceiro Sebastião Maranhão" alegaram não ser verdade que ele estava impedido de buscar sua companheira (tratada no documento como "amásia) ou "seus filhos". Nessa ocasião, o depoimento coletivo teria sido individualizado, posto "nesse momento, um filho de Sebastião Maranhão tomou a palavra" e fez a seguinte declaração:

> Minha mãe, que não é casada com meu pai Sebastião, eu e meus irmãos, não quisemos acompanhar nosso pai porque achamo-nos compromettidos a fazer a colheita deste ano, e se tal contrato fizemos, foi porque não quizemos sair da Fazenda, nem sabiamos onde estava nosso pai, porquanto há dois anos que ele se ausentou de nós.

Assim teria se manifestado Ignacio Maranhão, filho de Sebastião. Ao que parece havia um desacordo familiar ali. Podemos especular que Sebastião estava querendo migrar com a familia, mas havia a percepção – senhorial e agora de seu próprio filho – de que ele havia fugido antes e abandonado a família. Teria ele fugido para onde? Onde permaneceu trabalhando e escondido? Num quilombo? Em outra fazenda? Com a Abolição formal em 13 de maio retornou à fazenda e queria reorganizar a família para uma migração? Queria a retirada de sua familia daquela fazenda, quiçá para levá-la para um quilombo? O antigo, onde poderia ter permanecido durante a sua fuga, ou em outros, em terras que ansiava ocupar nas fronteiras dele, e mesmo em áreas ocupadas por outros fugitivos ou famílias que estavam migrando? Seriam muitas as especulações.

Somente a volta aos arquivos e fontes com mais e novas perguntas poderiam levar-nos para várias direções de abordagens, testes teóricos e experimentos metodológicos.[14] Sabemos dos movimentos de libertos que deixaram antigas fazendas, atraídos por outros fazendeiros – que tinham adquirido terras recentemente e procuravam trabalhadores. Eles queriam terra e trabalho. Deixar antigas fazendas num formato de migração era também um desdobramento de se aquilombar.[15] E é precisso enfatizar que migrações de libertos, alforriados, libertandos e deslocamentos de "quilombos volantes" se acentuaram em meados de 1885, ganhando força no final de 1887 e no início de 1888. São fartas as matérias nos periódicos denunciando "abandono das fazendas" seja por escravizados, alforriados coletivamente antes do 13 de maio e depois por famílias de libertos. Após 1888, tais denúncias foram acompanhadas de outras associadas à reescravização e vadiagem. Talvez Sebastião Rufino tenha feito isso, como sugere um de seus filhos. Embora seja pouco provável que tenha abandonado a sua família. Talvez ele próprio já fosse liberto antes e agora queria garantir que sua família (libertada em 1888) pudesse acompanhá-lo. Será? Estava em jogo a possibilidade de migrar e não negociar o trabalho familiar, como muitos fazendeiros desejaram ao propor condições de trabalho aos libertos e permanência deles nas antigas fazendas. Outra questão: com a abolição os quilombos não se fixaram em tempos históricos da *não mudança* ou permaneceram estáticos. E nunca desapareceram, sabemos. Registros históricos sugerem que potencialmente podem ter se multiplicado em processos que envolviam ou envolveram antigos e novos quilombolas num *campesinato negro* expandido e mais complexo.[16] A tipologia proposta por Ana Lugão sobre as formas de ocupação de terra na pós-abolição poderia ser ampliada com a inclusão dos quilombos – na escravidão, aqueles das fugas coletivas na véspera da Abolição e as migrações com eles conectadas na pós-emancipação – numa *temporalidade* amplificada.[17] Não havendo mais escravidão, não existiam escravizados fugidos. Mas e aqueles que estiveram fugidos – em pequenas comunidades ou não – e voltaram para suas famílias e parentes numa época sem mais escravidão institucional com proprietários de terras?[18] Não eram mais cativos, mas sim libertos. E os fazendeiros, ex-senhores, certo? En-

[14] Ferrer, 2019 e Gikandi, 2015.
[15] Mattos, 2003 e 2006.
[16] Gomes, 2015; 2018; 2022 e Gomes; Reis, 2007.
[17] Essa tipologia aparece em Rios; Mattos, 2005. Para reflexões críticas ver Arruti, 2006 e Yabeta; Gomes, 2016 e 2013.
[18] Para uma reflexão de referência ver: Palacios, 1987.

fim, não faltaram migrações de populações negras formando comunidades e bairros negros rurais, que hoje são milhares no Brasil.

Arrolando números, memórias e coletividades

O Censo de 2022 identificou a existência de cerca 8.400 "localidades quilombolas", que se associam a aproximadamente 7.600 "comunidades quilombolas declaradas pelos informantes"[19]. Temos a contabilização de "1.330.186 pessoas quilombolas em 25 unidades da Federação". A maior concentração está no Nordeste com quase 64% de remanescentes quilombolas, atingindo aproximadamente 5.400 "localidades quilombolas". Seguem-se as regiões Norte e Sudeste com quase 15% cada, respectivamente 1.228 e 1.245 "localidades". Só no estado do Maranhão aparecem 2.025 "localidades", alcançando 24%. Ainda no Nordeste, na Bahia, vão aparecer 1.814 "localidades", contando quase 22%. Esses dois estados juntos somam 3.839 "localidades", perfazendo 45% de todo o Brasil. No Sudeste destaca-se Minas Gerais com 979 "localidades", representando quase 12%. Também Maranhão e Minas Gerais possuem municípios com destacada concentração de "localidades quilombolas". No caso do primeiro aparecem Alcântara (122) e Itapecuru Mirim (121) e, no segundo, Januária (101). De qualquer modo, dos 20 municípios com maior concentração de "localidades quilombolas" 55% estão situados no Maranhão, mas ainda há municípios de Pernambuco (Custódia e Bom Conselho), do Pará (Oriximiná, Cametá e Abaetetuba) e do Amapá (a capital Macapá).[20]

A multiplicação de remanescentes quilombolas na pós-emancipação ainda desafia os pesquisadores, não necessariamente eles desacreditando de suas existências, mas sim considerando perspectivas metodológicas para localizar coletividades rurais negras (produtos dos *mocambos* ou produtoras de *quilombos*) não apenas no período escravista, mas sim seus deslocamentos e a explosão delas nos séculos XX e XXI. Existem várias questões em jogo, passando pelas taxonomias raciais e suas mudanças nos séculos XVIII, XIX e XX, indo a fenômenos migratórios e ajustes identitários mais contemporâneos. E há

[19] "Como localidades quilombolas entendem-se lugares do território nacional onde existe um aglomerado permanente de habitantes quilombolas e que estão relacionados a uma comunidade quilombola e contam com, no mínimo, 15 pessoas declaradas quilombolas cujos domicílios estão, no máximo, a 200 metros de distância uns dos outros." Ver: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao.

[20] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios.

história e memória para todos os gostos teóricos. Podemos considerar desde a conformação populacional "parda", "preta", escrava e livre nas últimas décadas do Brasil escravista via recenseamento de 1872[21] até a composição do Censo atual, aparecendo os remanescentes de quilombos com média por domicílio maior (3,17 quilombolas x 2,79 no total), além de médias de comunidades com até 40 famílias, aquelas com até 80 famílias e as maiores com cerca de 250 a 300 famílias. Esses perfis populacionais para os remanescentes quilombolas podem indicar exatamente experiências cruzadas com a pós-emancipação e a proliferação de pequenos quilombos e coletividades negras entre 1870 e 1900, como migrações e deslocamentos entre 1930 e 1980.

Com suportes das humanidades digitais e da cartografia é possível produzir uma indexação dos registros dos quilombos e seus remanescentes no Brasil dos séculos XVI ao XXI. Além das informações na bibliografia em geral, teses e dissertações, instrumentos de pesquisa, guias de arquivos e instituições de pesquisa, há os movimentos da sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais viabilizando informações e dados a serem transformados em tipologias digitais indexadas. Vislumbra-se num futuro próximo a organização de uma *História Digital dos Quilombos* com transcrições de fontes, mapas e fotos, como um guia de fontes para ser disponibilizado em plataformas digitais junto aos órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Na articulação entre políticas públicas e movimentos sociais serão fundamentais a produção e a disponibilização de bases digitais junto às redes públicas de ensino nos municípios e estados, além da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), principal organização quilombola.

O quadro populacional atual no Brasil nos recenseamentos é também resultado de processos de deslocamentos, migrações e redistribuições de camadas demográficas em complexos espaços urbanos e rurais na escravidão e na pós-emancipação.[22] E o mais importante: os usos das *humanidades digitais*, confrontados com a cartografia e a demografia, sugerem possibilidades de conectar investigações e inovação tecnológica no campo da *memória social*, articulando cada vez mais divulgação científica nas áreas de História, Educação, Ensino de História, Políticas Públicas e Cidadania. É possível avançar entre pesquisa empírica (dados seriais, cartográficos, imagéticos, entre outros registros textuais) e a construção de plataformas de georreferenciamento. No caso da escravidão e da pós-emancipação, há possibilidades de produção e divulga-

[21] Bissigo, 2017.
[22] Ver entre outros: Molet, 2020; Martins, 2021; Oliveira, 2010.

ção de conteúdos digitais, associando-os aos vetores da promoção da cidadania (diminuição das desigualdades) através do acesso – de forma crítica e sob interação – à produção científica atualizada e produzida na universidade pública com apoio das agências de fomento.

Sendo os remanescentes de quilombos fundamentais como base demográfica e protagonistas nas lutas por cidadania e acesso à terra no Brasil, é importante a disponibilização de suportes digitais qualificados para a consulta de órgãos públicos e das próprias comunidades negras rurais e entidades do terceiro setor. É muito importante devolver a sociedade índices – em dimensão digital – da memória e do patrimônio históricos que contribuam no debate sobre a formação afro-brasileira. Vislumbra-se a indexação de investigações empíricas articulando-os aos conteúdos digitais. Investigações nos arquivos (fontes disponíveis em plataformas digitais de várias instituições) poderiam ser traduzidas (seus conteúdos) em verbetes eletrônicos, animação iconográfica e cartografias georreferenciadas. A partir das abordagens em *história digital* (bases textuais, imagéticas e cartográficas e quantitativas) é possível produzir mais e mais materiais digitais. Ao se criarem ferramentas de inovações tecnológicas serão abertos canais de diálogo entre a produção científica acadêmica e as expectativas da sociedade num sentido multivocal.

Devemos assim considerar perspectivas interdisciplinares nas áreas de História, Antropologia, Educação, Geografia, Design Gráfico, Computação e Comunicação Visual. Usando suportes digitais – cartografia, bancos de dados e recenseamentos –, estaríamos diante de inovações tecnológicas relacionadas ao campo mais amplo das Ciências Humanas Aplicadas através da produção digital do conhecimento, sobretudo para uma história das formas camponesas negras, dos quilombos, das comunidades remanescentes e seus formatos censitários atuais. Não se trata de "empacotar" ou colocar sob "vitrines" a produção científica – no caso, a pesquisa histórica acadêmica produzida nas universidades públicas –, mas desenvolver conteúdos e sugerir apropriações mais ampliadas deles, além de promover debates. Não basta oferecer produtos, mas também dialogar com outras formas de conhecimento através da reflexão crítica de vários setores sociais (através de ideias, indagações, dúvidas, expectativas, etc.) enquanto interações digitais.[23]

* * * * *

[23] Ver as reflexões em Santos, 2015 e 2023.

Historiadores estudam o passado para explicar o presente. As questões que mobilizam estarão sempre atualizadas por escolhas e interesses teórico-metodológicos.[24] Um movimento – entre vários possíveis – é pensar impactos e permanências da escravidão no Brasil: profundos, extensos e diversos. Talvez seja mesmo impossível falar de *uma escravidão*, mas sim *escravidões*, sempre plurais, do desconhecido seiscentista, atravessando os séculos XVII e XVIII e alcançando a era oitocentista numa *longa duração*. Há ainda a conformação de diversas paisagens – escravidão indígena colonial e imigração estrangeira no Império – do trabalho compulsório.

Importante repensar essa ideia (construída) de um *passado* muito distante e sem qualquer vinculação com o *presente*. Vários estudos têm chamado atenção para os usos e sentidos da memória em diferentes contextos, tanto dos anos seguintes à Abolição como nos dias atuais. No alvorecer republicano, intelectuais e políticos consideravam uma "mancha" na história ao se referir ao período escravista, tudo sendo remetido a uma era demasiadamente remota. Foi um movimento intelectual – falsa moral – de se afastar, de apagar, no caso uma *não memória* das experiências de *Brasis escravistas*. Havia ainda as expectativas da pós-abolição, os ideais de modernidade e as avaliações sobre a composição racial da população brasileira. Exemplos emergiram com o decreto e os debates em torno da queima de documentos sobre a escravidão (fundamentalmente registros fazendários públicos de pagamentos de impostos) pelo Ministério da Fazenda, com Rui Barbosa, na década de 1890. Sabe-se que isso não significou necessariamente a destruição sistemática de uma memória histórica (fontes primárias) que dificultaria os pesquisadores de estudar a escravidão. De um lado, era um aviso explícito aos fazendeiros e suas esperanças por uma indenização. De outro, era um discurso sobre uma *modernidade* (algo inventado) que naturalizava supostas incompatibilidades entre cidades x mundo rural ou progresso x atraso de uma sociedade em plena pós-emancipação. As repercussões dessas ideologias redesenhadas produziriam imagens sobre um Brasil moderno, fundamentalmente branco, masculino e urbano, onde a população negra era transformada em sinônimo de atraso. Seria materializado um processo histórico onde raça, atraso e desigualdade eram frutos de um passado escravista.

Porém, precisamos conhecer mais – não obstante a literatura clássica e a renovação historiográfica já do quartel do século XXI – sobre a escravidão e pós-emancipação, alcançando o *tempo-presente* em diferentes partes. Foram desenhadas imagens cristalizadas de uma escravidão atlântica apenas importante em áreas de açúcar e algodão do nordeste colonial, na mineração setecentis-

[24] Trouillot, 1995.

ta, nas diversas pecuárias de norte a sul e depois na cafeicultura do sudeste pós-colonial. Ao mesmo tempo, houve a demonstração da força urbana escravista para Rio de Janeiro, Salvador e Recife, agora com importantes transbordamentos analíticos para Porto Alegre, São Luis e Belém. Mas outras margens coloniais e espaços pós-coloniais permaneceram relegados. Por aqui se formou a maior sociedade escravista moderna. Calcula-se em 12 milhões o número de *africanos* transportados para as Américas dos séculos XVI a XIX, com o Brasil recebendo 46%, qual seja quatro milhões e 800 mil de *africanos* escravizados. Uma cifra que contrasta com os dois milhões e 400 mil de *povos originários* que estavam aqui já no século XVI e também a entrada de 750 mil portugueses até 1850.[25] Mesmo a imigração de italianos, suíços, alemães, espanhóis e outros *europeus* até o final do século XIX não alcançou meio milhão de pessoas.

Além disso, nunca houve necessariamente uma *transição* do tipo primeiro só indígenas, depois só africanos e em seguida só imigrantes europeus. Diversos espaços econômicos desenvolveram-se a partir da utilização simultânea (mesmas unidades produtivas e condições de trabalho) de indígenas (cativos ou trabalhadores livres compulsórios) e escravizados africanos e seus descendentes. Isso valeria também para a presença da imigração europeia e não apenas no sul do Brasil. Imigrantes, escravizados e libertos trabalharam nas mesmas unidades produtivas, especialmente na segunda metade do século XIX. Mesmo no Sul, em áreas de fronteiras abertas, vai existir expansão econômica com a chegada de camadas de imigrantes europeus que também utilizaram escravizados. São equivocadas em termos históricos quaisquer evidências da compatibilidade de maior ou menor desenvolvimento agrícola considerando áreas somente com imigrantes europeus ou aquelas apenas com escravizados/libertos africanos e seus descendentes. Renovada historiografia mostra que eles estavam mais próximos do que contam os antigos manuais didáticos. Muitas vezes se fala de *trabalho escravo* X *trabalho livre* no Brasil, quando, na realidade, havia cenários de trabalho compulsório, qual seja com *trabalhadores escravizados* e *trabalhadores livres*, com relações de trabalho conectadas em muitos casos. Periódicos do século XIX noticiariam fugas de imigrantes europeus das fazendas para escapar de dívidas e contratos. Há ainda indicações sobre o temor de que escravizados influenciassem imigrantes a fugir e mesmo provocar revoltas.[26] A despeito das clivagens, há muito ainda para se investigar sobre a *cultura do trabalho* em áreas que integraram populações indígenas, africanas e europeias, além dos seus descendentes.

[25] Alencastro, 2018.
[26] Mota, 2021.

Comunidades negras rurais em todo o Brasil lutam por reconhecimento, cidadania, terra, memória e patrimônio. Têm sido recuperadas histórias de complexas formas camponesas, atravessando períodos escravistas e aqueles de uma inacabada pós-emancipação, cronologia imperfeita. O último recenseamento populacional (2022) identificou cerca de 1,3 milhões de quilombolas, espalhados em partes de uma *nação* que insiste em torná-los invisíveis ou ignorar suas demandas. Na próxima década, os atuais quilombolas (por que vamos continuar a denominar eles *remanescentes*?) podem alcançar um dígito ou mais no censo brasileiro, não muito distantes da população indígena, atualmente 1,6 milhões.

A luta pela terra por parte dessas coletividades negras é um processo de longa duração, incluindo capítulos de ações políticas, poder público, participação intelectual acadêmica e extra-acadêmica, debates parlamentares e sobretudo mobilização da sociedade civil. Debates sobre desigualdades raciais, acesso à terra, políticas educacionais, saúde, reparações e ampliação da cidadania atravessam os remanescentes quilombolas no Brasil.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa E.; CASTRO, Edna M. R. *Negros do Trombetas:* Guardiães de Matas e Rios. Belém: UFPA, 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. "África, os números do tráfico atlântico". In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57-63.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – Uso Comum e Conflito". In: CASTRO, Edna M. R.; HABETTE, Jean (orgs.). Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia. *Cadernos do NAEA/UFPA*, n. 10, 1990.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de preto no Maranhão:* quebrando o mito do isolamento. São Luiz: ECN, SMDH, PVN, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2010.

ALVARENGA, Felipe M. "Dinâmicas agrárias e trabalhistas no Vale do Paraíba Fluminense no pós-abolição (1888-1916)". In: SARAIVA, Luiz Fernando; SOARES, Luiz Carlos (org.). *Histórias de Trabalho e Trabalhadores:* reflexões da história econômica entre o trabalho escravo e o trabalho livre. São Paulo: Hucitec, 2024. p. 143-182.

ARRUTI, José Maurício A. *Mocambo:* Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco.* O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAIOCCHI, Mari N. *Negros de Cedro*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Ensaios 97).

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco:* estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BISSIGO, Diego N. O lugar dos africanos na estatística brasileira do século XIX. *Afro-Ásia*, CEAO/UFBA, v. 56, p. 41-81, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, pretos e congos* – trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia: Editora da Universidade de Brasília, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, José Jorge; DORIA, S. Z.; OLIVEIRA JR, A. N. *O Quilombo do Rio das Rãs*. Salvador: CEAO-EDUFBA, 1996.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade:* famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Editora Appris, 2020.

CRUZ, Itan. "Qual foi o destino do dinheiro do Fundo de Emancipação no pós-abolição? Projetos, protestos e disputas (1884-1890)". *Revista de História (USP)*, v. 1, p. 1-33, 2024.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-Cidadão.* Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. *A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, PPGHIS, 2018.

DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, motins revoluções:* homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

EXALTAÇÃO, Edmeire; GOMES, F. S. "Remanescente de Quilombo (verbete)". In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 398-40.

FERRER, Ada. "Slavery, Freedom, and the Work of Speculation". *Small Axe,* v. 23, n. 1, p. 220-228, 2019.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão:* o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FIABANI, Adelmir. *Os Novos Quilombos:* luta pela terra e afirmação étnica no Brasil. Palmas: Nagô Editora, 2015.

FRAGA FILHO, Walter. "Depois da Liberdade: tensão e conflito na pós-abolição, Bahia, 1888-1890". In: REIS, Isabel Cristina Ferreira; SANTOS, Ana Maria Carvalho dos (org.). *História Regional e Local.* Discussões e Práticas. Salvador: Quarteto, 2010. p. 49-60.

FRAGA FILHO, Walter. "Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição". *Boletim do Arquivo Edgard Laurenroth*, v. 1, p. 40-68, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. "Migrações, Itinerários e Esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a abolição". In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (org.). *Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 200-230.

FRANÇA, Lusirene C. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

FRY, Peter; SLENES, Robert; VOGT, Carlos. *África no Brasil:* Cafundó. São Paulo e Campinas: Editora da UNICAMP/Companhia das Letras, 1996.

GIKANDI, Simon. "Rethinking the Archive of Enslavement". *Early American Literature*, v. 50, n. 1, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. "Roceiros, camponeses e garimpeiros quilombolas". In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela Telles (org.). *Utopias Agrárias.* Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 206-241.

GOMES, Flávio dos Santos. "Formas campesinas de la esclavitud y de la post-emancipation en Amazonia, Brasil". *Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas (1998) / Anuario de Historia de América Latina*, v. 47, p. 321-344, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. "Peasants, Maroons, and Frontiers of Liberation in Maranhão". *Review – Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations*, v. XXXI, p. 373-400, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. "Tierra, ocupación agraria y formas campesinas en Brasil, siglo XIX". *Montalbán*, v. 44, p. 73-96, 2010.

GUIMARÃES, Elione da Silva. "Camponeses negros na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Mar de Espanha, 1850-1920)". *Heera*, UFJF, v. 6, p. 1-20, 2011.

GUIMARÃES, Elione da Silva. "Terra de pretos na Fazenda da Tapera (Juiz de Fora-MG)". In: ANDRADE, Rômulo Garcia; SOUZA Jorge Prata (org.). *Zona da Mata mineira:* escravos, família e liberdade. Rio de Janeiro: APICURI, 2012. p. 45-73.

GUIMARÃES, Elione da Silva. *Terra de Preto:* usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EdUFF, 2009.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes. *Terra de Pretos, Terra de Mulheres.* Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Palmares, 1996.

JESUS, Matheus Gato. *O Treze de Maio:* E outras estórias do pós-Abolição. São Paulo: Fósforo Editora, 2021.

JESUS, Matheus Gato. *O Massacre dos Libertos:* Sobre raça e República no Brasil (1888-1889). São Paulo: Perspectiva, 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil:* Invisibilidade e Territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido.* O massacre de Canudos. São Paulo: Edusp, 1995.

MACHADO, Maria Helena; GOMES, Flávio dos Santos. "Migraciones, desplazamientos y campesinos negros en São Paulo y Rio de Janeiro (Brasil) em el siglo XIX". *Boletin Americanista*, Barcelona, v. 68, p. 15-51, 2014.

MACHADO, Maria Helena; GOMES, Flávio dos Santos. "Migrations dansl´arriere-pays, forms d´occupation des territories et quilombos itinerants". *Bresil (s)*, v. 7, p. 173-210, 2015.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico:* os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ; SP: Edusp, 1994.

MARTINS, Robson; GOMES, Flávio dos Santos. "Migrações ao Sul: Memories of Land and Work in Brasil´s Slaveholding Southeast". In: FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila (org.). *The Boundaries of Freddom. Slavery, Abolition and the Making of Modern Brazil.* Cambridge: Cambridge University Press, 2022. p. 213-239.

MARTINS, Robson Machado. *No Tempo dos Antigos:* escravidão, família e liberdade no sul do Espírito Santo. Séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História Comparada) – PPGHC, UFRJ, 2021.

MATTOS, Hebe M. *Das Cores do Silêncio:* os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. "Remanescentes das comunidades dos quilombos": memórias do cativeiro e políticas de reparação no Brasil". *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 104-111, 2006.

MATTOS, Hebe. "Novos Quilombos, metamorfoses étnicas e a difícil memória da escravidão no Brasil". *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 6, p. 185-188, 2003.

MATTOS, Hebe. "Terras de Quilombo: campesinato, memória do cativeiro e identidade negra no Rio de Janeiro". In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho Livre Trabalho Escravo.* Belo Horizonte: Annablume, 2006. p. 415-436.

MOLET, Claudia D. G.*O Litoral Negro do Rio Grande do Sul:* campesinato negro, parentescos, solidariedades e práticas culturais (do século XIX ao tempo presente). São Leopoldo: Oikos, 2020.

MONTEIRO, Anita M. de Q. *Castainho:* Etnografia de um bairro rural de negros. Recife: Ed. Mansangana, 1985.

MOTA, Isadora. "Cruzando caminhos em Ibicaba: escravizados, colonos e abolicionismo durante a Revolta dos Parceiros (São Paulo, 1856-7)". *Afro-Ásia*, CEAO/UFBA, n. 62, p. 291-326, 2021.

O´DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombo:* Identidade étnica e territoralidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

OLIVEIRA, Osvaldo. *Projeto político de um território negro:* memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina – ES. Vitória: Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Rosy; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Das Formações negras Camponesas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, Rosy. *O Barulho da Terra:* Nem Kalunga Nem Camponeses. Curitiba: Progressiva, 2010.

PALACIOS, Guillermo. "Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no 'Nordeste Oriental do Brasil'. C 1700-1875". *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 325-356, 1987.

PETRUCCELLI, J. L. "As categorias étnico-racias no Brasil: origem e marca". In: D'ADESKY, Jacques; SOUZA, Marcos Teixeira de (org.). *Afro-Brasil:* Debates & Pensamentos. Rio de Janeiro: Cassará, 2015. p. 69-90.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões; GOMES, Flávio dos Santos. "Origens da Roça Negra: a diversidade dos quilombos rurais pós-abolição" In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *A Era da Escravidão*. Rio de Janeiro: SABIN, 2009. p. 102-106.

QUEIROZ, Renato da S. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira:* Um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro:* família, trabalho e cidadania na pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). *Colonização, Quilombos:* modos e significados, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. "Hierarquias, tensões e autonomia no imediato pós-abolição na Zona da Mata Sul de Pernambuco". In: ARAÚJO, Bruno Melo de (org.). *Textos e Contextos:* Escritos em História Social da Cultura. Recife: Editora da UFPE, 2015. p. 155-177.

SCHWARTZ, Stuart B. *Slaves, Peasants and Rebels.* Reconsidering Brazilian Slavery. Urbana: University of Illinois Press, 1992.

SILVA, Sandro José. "Situações de conflitos nos Quilombos do Sapê do Norte: Direitos Humanos e criminalização". In: ACEVEDO MARIN, Rosa E.; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). *Caderno de debates Nova Cartografia Social:* Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. Manaus: UEA Edições, 2012. p. 134-146.

SLENES, Robert. *Da senzala uma flor:* esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato:* Ideologia e Política. Rio de Janeiro: Zaluar, 1981.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past:* Power and the Production of History. Boston: Beacon Press, 1995.

YABETA, Daniela; GOMES, Flavio dos Santos. "Other legacies, heritage, and memories of emancipation: peasantry, quilombolas, and citizenship in Brazil (nineteenth to twenty-first centuries)". *African and Black Diaspora: Na International Journal*, v. 9, p. 162-178, 2016.

DOI 10.29327/5844403.1-8

O comércio nacional de escravizados no Império do Brasil (1850-1885): uma história digital

Felipe Giovanni Campos de Souza (UFF)
Jonis Freire (UFF)

Introdução

O comércio nacional de pessoas escravizadas ao lado da agricultura de exportação e da economia de abastecimento era um dos pilares da economia do Império do Brasil. Importante fonte de receita fiscal e principal cadeia de abastecimento de mão de obra para os mercados mais dinâmicos do país, o comércio nacional de escravizados afetou dramaticamente milhares de cativos e tencionou debates dentro e fora do Parlamento a respeito da escravidão. Por sua capilaridade econômica, demográfica, social e política, seu estudo sistemático tem o potencial de iluminar processos históricos tão relevantes quanto as desigualdades regionais do Brasil, o problema da renda diferencial da terra entre zonas exportadoras e zonas importadoras, as origens do primeiro movimento social moderno brasileiro (o abolicionismo)[1] e a crise institucional da

[1] Essa ideia parte dos estudos realizados por Angela Alonso. O objetivo da pesquisadora foi "estabelecer a relevância do movimento abolicionista nacional na explicação do processo de abolição da escravidão, por meio de uma abordagem relacional". Ela usa essa abordagem relacional pelo fato de não tomar o abolicionismo em si, mas o coloca em uma "dinâmica que envolve instituições políticas, espaço público e clandestinidade", assim como também o coloca em diálogo com o cenário mundial, ou seja, entendendo a relação que os abolicionistas do Brasil possuíram com aqueles de outros países e os repertórios de contestação por eles utilizados, adaptando-os à conjuntura nacional. Tendo esses objetivos claros e definidos, Alonso conseguiu analisar o crescimento e desenvolvimento do abolicionismo brasileiro entre os anos de 1868 e 1888. Verificando jornais de nove províncias, a autora chegou ao número de 1.446 eventos de cunho abolicionistas, realizados por diferentes meios e estratégias de propagação, como ações institucionais, manifestações em espaços fechados e abertos, ações diretas e entre outras. Diante disso, percebe-se que a mobilização a favor do fim da escravidão no Brasil foi "grande, estruturada e duradoura", pois os abolicionistas brasileiros teceram redes locais e nacionais pró-abolição e dispunham de um arcabouço variado de estratégias de propagação de suas ideias, mobilizando uma grande quantidade de seguidores. Portanto, conclui Angela Alonso: "essa mobilização de feições nacionais permite caracterizar o abolicionismo como nosso primeiro – e grande – movimento social". Ver: ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos*

Monarquia – inseparável dos embates em torno dos direitos e da representação da população negra. Fato social total, o comércio nacional de escravos é capaz de estimular uma promissora renovação dos estudos econômicos, socioculturais e políticos sobre o Brasil do século XIX.

Ao longo de quatro séculos, o hemisfério americano foi marcado por intensos fluxos de cativos. Na América portuguesa, uma parcela significativa dos escravizados que chegavam ao Rio de Janeiro no século XVII, por exemplo, era redirecionada para a América espanhola por meio do porto de Buenos Aires, de onde eram então transportados por terra para diferentes partes do Vice-reino do Peru. No século XVIII, africanos inicialmente carregados para a Jamaica e Curaçao eram, em um segundo momento, vendidos em portos do Vice-reino de Nova Granada (Burnard; Morgan, 2001; O'Malley, 2016; O'Malley; Borucki, 2017). Durante o mesmo período e ainda no século seguinte, no Brasil o trato africano foi intensificado, assim como a movimentação daqueles que já estavam estabelecidos no território brasileiro em razão das descobertas de metais preciosos na região de Minas Gerais principalmente. Richard Graham destaca que "alguns senhores de engenho do Nordeste abandonaram suas velhas fazendas e se mudaram para a região das minas levando com eles seus escravos" (Graham, 2002), além daqueles escravizados vindos da África e desembarcados nos portos do Rio de Janeiro ou Salvador e seguiam pelas estradas até Minas Gerais e para as demais áreas interioranas do país.

Tais fluxos prosseguiram fortes no século XIX, mas agora com uma nova variável fundamental: a supressão do tráfico transatlântico de africanos escravizados em diversas regiões. Enquanto em períodos anteriores essas transferências interamericanas eram, em grande medida, uma extensão das viagens transatlânticas, no oitocentos o comércio de cativos foi, eventualmente, desconectado das fontes africanas. Essa ruptura levou a uma intensificação desses deslocamentos internos de cativos, em especial nos Estados Unidos e no Brasil (Johnson, 2004). Para o primeiro caso, David Lightner destaca que as fronteiras estadunidenses foram fechadas para o tráfico de escravizados africanos em 1808, sendo necessário, a partir desse momento, manter sua economia escravista com os cativos já estabelecidos no país. O aumento da produtividade de algumas culturas primário-exportadoras (especialmente a do algodão) coincide com esse contexto de fim do tráfico e com a crescente necessidade por braços escravizados. Desse modo, estimativas indicam que 1 milhão de pessoas escravi-

Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014. Para uma visão maior sobre o assunto: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 529.

zadas foram deslocadas de estados como Maryland e Virgínia para as novas fronteiras produtoras de algodão no interior do país entre a abolição do tráfico, em 1808 e a Guerra Civil, em 1861 (Tadman, 1997; Lightner, 2006).

No caso brasileiro, a supressão definitiva do tráfico transatlântico deu-se em 4 de setembro de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz[2]. O contrabando foi interrompido, os negociantes de escravos africanos passaram a ter seus negócios equiparados ao crime de pirataria e seu prestígio social foi diminuindo. Essa lei foi um passo importante para o fim do cativeiro brasileiro, um sinal de que a gerência sobre o futuro histórico dessa instituição estava próxima de seu fim. Agora, portanto, o mercado interno de cativos no Brasil deveria sobreviver desconectado com as fontes africanas de mão de obra escrava. Por isso, tratava-se de um momento singular na história da escravidão brasileira, uma vez que a movimentação de escravos, os quais já estavam estabelecidos no país, em um volume tão grande entre cidades e províncias brasileiras ainda não havia sido vista.

A maior parte desse volume de pessoas comercializadas foi em direção ao Centro-Sul cafeeiro. O café, nesse período o principal gênero de exportação da economia imperial, era o mais rentável e expandia-se para outras áreas das províncias do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba), São Paulo (Oeste Paulista) e Minas Gerais (Zona da Mata). Por esse motivo senhores e negociantes, aproveitando-se de rotas terrestres e das linhas regulares de vapores, teciam redes mercantis que organizavam as trocas de cativos entre campos, cidades e províncias, como ressaltado anteriormente, especialmente para a fronteira mercantil do café. Contudo, além desse tipo de transação escrava entre províncias, conhecido na historiografia por comércio interprovincial, existiam outras modalidades de vendas, como as intraprovinciais (dentro de uma mesma província, porém entre cidades distintas) e as locais (dentro de uma mesma localidade). Essa rede comercial de envergadura local, intraprovincial e interprovincial resultou na negociação de aproximadamente 200 mil seres humanos escravizados para o Centro-Sul do Brasil entre 1850 e 1885, ano da lei nacional que suprimiu sua prática em todo o Império do Brasil (Costa, 1966; Klein, 1971; Slenes 1976; Gorender, 1978; Conrad, 1985).

Diante disso, pode-se dizer que o comércio nacional de pessoas escravizadas no Império brasileiro durante a segunda metade do século XIX, caracterizou-se simultaneamente como um vetor de instabilidade e um fator de estabilidade política, justamente em um momento singular do escravismo mundial

[2] BRAZIL, Império do. Lei nº 581, de 04.09.1850. *Lei Eusebio de Queiroz*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm.

e nacional. A instabilidade foi causada pela alteração da demografia escrava no território em virtude da concentração da mão de obra cativa nos complexos cafeeiros do Centro-Sul, enquanto nas demais províncias a densidade populacional escrava perdia força e a utilização de trabalhadores (livres pobres e libertos) aumentava em serviços que em outros tempos eram exclusivos para escravizados. Esse fato ressoa em uma alteração no perfil dos proprietários de escravos: se antes do fim do tráfico transatlântico era comum comprar e possuir cativos devido à alta oferta e ao baixo preço, agora, sem a estrutura de oferta de africanos em larga escala, o escravo tornou-se uma propriedade cara, não mais acessível a todos. É nesse momento também que ocorre o aumento nas revoltas escravas, corroborando para um quadro de instabilidade. Essas ações individuais ou coletivas eram um meio de contestação por vendas indesejadas, visto que esses deslocamentos romperam seus laços familiares e de sociabilidade, além de sobreviver nesses novos locais em um quadro de superexploração, tanto nas relações de produção como materiais. Portanto, agiam e se revoltaram contra essa situação imposta a eles, buscando a agência de suas próprias vidas e, em contrapartida, contribuíram para o fim do cativeiro no Brasil.

Na outra face da moeda, estabilizava a política imperial até o ponto limite da gerência sobre o futuro histórico da escravidão. O temor em muitos naquele período era a possibilidade de uma guerra civil dentro do país, assim como a que se viu nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, tendo em vista, como citado acima, a concentração escrava no Centro-Sul e a subutilização desse tipo de mão de obra no restante do Brasil. No entanto, diferentemente do caso estadunidense, no Brasil, a elite política, representada, majoritariamente, pelos cafeicultores, com apoio do Estado, barrava todo e qualquer projeto que tivesse o objetivo de sucumbir com o comércio nacional de cativos, pois esses últimos eram essenciais para a abertura de novas fronteiras agrícolas. O Estado, por sua vez, ao ser conivente evitava um rompimento com os produtores do principal produto de exportação do país, o café, que "segurava as pontas" da economia nacional.

Em 1854, por exemplo, o deputado pela província da Bahia, João Maurício Wanderley – futuro Barão de Cotegipe –, apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visava interromper a venda de escravizados entre as províncias do Império e punir aqueles que tentassem burlar a lei.[3] As

[3] Ver: OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Atando e desatando nós:* negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2019, p. 36-38.

discussões sobre o projeto de lei ocorreram durante quatro dias (22, 25 e 30 de agosto e 01 de setembro) e, apesar das longas falas do relator da lei, invocando aspectos políticos, econômicos e morais, muitos deputados seguiram contrários à sua aprovação. No final, como era esperado, o projeto não foi aprovado, e o comércio nacional seguiu sem maiores problemas até o início da década de 1880, quando em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ocorreu o aumento da taxa de meia sisa para escravos vindos de outras províncias e sua proibição definitiva em 1885, com a Lei Saraiva-Cotegipe[4].

Portanto, o comércio nacional de escravizados no Império do Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, revela-se um estudo de relevância social, cultural, demográfica, econômica e política. O levantamento estatístico sistemático desse comércio, reunido em um *site*, de acesso público e irrestrito (intitulado *Comércio nacional de escravizados*[5]), permitirá conhecer o número de pessoas negociadas e suas trajetórias, os agentes que lucraram com esse mercado e a arrecadação fiscal do Estado. Essa pesquisa exigiu, num primeiro momento, delimitações, as quais foram impostas pela formação inicial da equipe e pela disponibilização de documentos digitalizados de forma *on-line* nos sites de Arquivos Públicos e/ou Municipais (especialmente para localidades fora do Rio de Janeiro, núcleo do projeto). À vista disso, propôs-se, inicialmente, analisar de forma pormenorizada as transações de escravizados em São Luís, MA; Salvador, BA; Província do Rio de Janeiro e Província do Rio Grande do Sul – a partir de fontes cartoriais (escrituras de compra e venda; procurações); fiscais (meia sisa); policiais (passaportes; registros portuários). É importante ressaltar que o trabalho não encerra por aqui; o planejamento é finalizar as primeiras províncias, agregar novas fontes e novos pesquisadores, pois se trata de uma atividade colaborativa.

---

[4] O artigo 19, na íntegra, define o seguinte: O domicilio do escravo é intransferivel para Provincia diversa da em que estiver matriculado ao tempo de promulgação desta Lei. A mudança importará acquisição da liberdade, excepto nos seguintes casos: 1° Transferencia do escravo de um para outro estabelecimento do mesmo senhor; 2° Si o escravo tiver sido obtido por herança ou por adjudicação forçada em outra Provincia; 3° Mudança de domicilio do senhor; 4° Evasão do escravo. BRAZIL, Império. Lei nº 3.270, de 28 de Setembro de 1885 (Lei do Sexagenário; Lei Saraiva-Cotegipe). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-norma-pl.html.

[5] O comércio nacional de escravizados, que se reorganizou e se avolumou na segunda metade do século XIX, ligou de maneiras e em graus diversos todas as províncias do Império do Brasil. Denominaremos esse tráfico interno, nomenclatura empregada por grande parte da historiografia, como comércio nacional de escravizados, pois no Brasil ele envolveu todas as províncias do Império, diferente do ocorrido em outras regiões escravistas. Esse comércio com impactos não só econômicos, políticos e demográficos, mas que teve efeitos "multiplicadores", sobretudo sociais, nas experiências dos escravizados.

1. A divulgação histórica na era digital

Este quadro demonstra a especificidade do comércio interno de escravizados ao longo da segunda metade do século XIX. Devido à sua importância foi alvo de historiadores(as) desde os anos 1950, preocupados em entender a crise do escravismo no Brasil (Stein, 1957; Furtado, 1959; Costa, 1966; Klein, 1971; Slenes, 1976; Conrad, 1985). Estudos mais recentes, provenientes da proliferação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras a partir dos anos 2000, revisaram as propostas desses trabalhos pioneiros, permitindo que perspectivas antigas fossem reafirmadas ou contestadas e novas fossem abertas. Nesse sentido, a historiografia recente sobre o tema vem ganhando força e contribuindo com análises inovadoras sobre o tráfico, os traficantes, os negociantes, os escravizados, o Estado e outros aspectos em recortes cronológicos e geográficos diversos. Dentre esses estudos destacam-se Luana Teixeira (2016) para Alagoas; Rafael Scheffer (2006, 2012) sobre o tráfico do Sul para o Sudeste; José Flávio Motta (2012) referente a São Paulo; Camila Flausino (2006) relativamente a Mariana/MG; Luiz Carlos Laurindo Júnior (2021) sobre o Vale do Amazonas; Joice Fernanda de Souza Oliveira (2019, 2025) para a Bahia e São Paulo; Dayana de Oliveira da Silva (2019, 2025) sobre Juiz de Fora/MG e Maria de Fátima Novaes Pires (2009) para a Bahia. Esses novos trabalhos voltam-se, em sua maioria, para análises de províncias ou cidades específicas; não há, contudo, um banco de dados relacional que cubra esse fenômeno em escala nacional.

É essa lacuna que motiva a construção de um projeto colaborativo de longo curso para o mapeamento exaustivo da movimentação de pessoas escravizadas no Brasil durante a segunda metade do século XIX, cujo principal produto será um banco de dados, que estará disponível em *website* para acesso amplo e gratuito[6]. Um crescente número de bases de dados de livre acesso, como a *Legacies of British Slavery* (https://www.ucl.ac.uk/lbs/), que permite a

[6] Projeto Temático financiado pelo "Programa de Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro – 2021" da Faperj, Proc. E-26/211.380/2021, coordenado por Karoline Carula; Projeto Universal financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, chamado CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – Universal, coordenado por Tâmis Peixoto Parron; Projeto Universal financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, chamado CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024 – Faixa A – Grupos Emergentes, coordenado por Jonis Freire. Desde o seu início, os projetos contaram com a participação de pesquisadores de diversas instituições, além dos bolsistas de Iniciação Científica e alunos de Graduação e Pós-Graduação: Carlos Gabriel Guimarães, Alain El Youssef, Jonas Vargas, Rafael da Cunha Scheffer, Maísa Faleiros, Katia Lorena Novais Almeida, Robério Santos Souza, Leonardo Marques, Jonas Moreira Vargas, Joice Fernanda de Souza Oliveira, Luiz Carlos Laurindo Junior.

busca por indivíduos e famílias que tiveram alguma relação com a escravidão no império britânico, ou a *Slave Voyages Database* (https://slavevoyages.org/), que documenta mais de 35.000 expedições negreiras entre a África e as Américas, tem contribuído para avanços significativos na historiografia mundial da escravidão e do tráfico. No caso da *Slave Voyages*, uma nova interface tem sido desenvolvida por uma equipe de especialistas (incluindo participantes do presente projeto) para explorar as dimensões interamericanas do comércio de escravizados, mapeando as inúmeras viagens que transportaram cativos para diferentes partes do hemisfério. Ainda assim, a base de dados permanece muito limitada no que se refere ao Brasil do século XIX, uma lacuna que o presente projeto pretende preencher.[7]

Além disso, tais iniciativas de história digital, como as acima descritas e as debatidas nesta obra, têm também colocado a história da escravidão no centro de debates públicos mais amplos, permitindo que a documentação primária seja explorada de forma rápida e eficaz. Isso já ocorre nas discussões sobre reparações pela escravidão em países do Caribe, por exemplo, ou em nossos próprios debates sobre desigualdades sociais e raciais. Nesse sentido, o projeto aqui proposto pretende realizar uma importante contribuição para o debate público ao documentar um dos maiores crimes do século XIX, para usar os termos de Alencastro (2010), que foi a manutenção em cativeiro de milhares de pessoas ilegalmente introduzidos no país após 1831. Assim, a base de dados aqui proposta fornecerá a possibilidade de dimensionarmos o volume desse comércio e seus significados mais amplos na história do Brasil contemporâneo.

Considerando isso, tomar a iniciativa de fazer do comércio nacional de escravizados – pela primeira vez no Brasil – objeto de uma pesquisa colaborativa contínua a partir da serialização de fontes cartoriais, tributárias e policiais em escala inédita na historiografia brasileira, reunindo informações que, acompanhadas de mapas coropléticos revestidos de diferentes camadas de atributos, constituirão um banco de dados de uso público, aberto e irrestrito na internet, que possa ser permanentemente ampliado à medida que novas séries do-

[7] A base *Intra-American* foi construída, para o caso brasileiro, por meio das informações portuárias contidas em dois grandes jornais, *Jornal do Commercio* e *Diário do Rio de Janeiro*. Nesses periódicos existem informações diárias sobre o desembarque de passageiros, incluindo escravizados – em números agregados, sem qualquer informação qualitativa sobre essas pessoas, o que permitiria, por exemplo, rastrear a trajetória individual dos cativos. Ver: https://www.slavevoyages.org/voyage/intra-american#voyages. FONSECA, Maria Eduarda Braga da; SILVA, Daniel Domingues da; GONÇALVES, Izabel; TIEDE, Lívia Maria. The Intra-American Traffic of Enslaved People to Rio de Janeiro, 1831-1860: Data from Newspaper Sources. *Journal of Slavery and Data Preservation*, v. 4, p. 35-42, 2023.

cumentais forem descobertas, tratadas e processadas. A natureza e a magnitude das informações disponibilizadas no *site* – valores de mercado, faixa etária, gênero, ocupação profissional, origem e destino dos escravizados; informes biográficos sobre negociantes, compradores e procuradores; dados sobre as redes mercantis que organizam as trocas entre campos, cidades e províncias – terão impacto multiplicador em práticas de ensino nas escolas e universidades, bem como nas práticas de pesquisa dos programas de pós-graduação não só em História, mas também em Economia e em Ciências Sociais.

2. Repertório documental e metodologia

O comércio nacional de escravizados, diferentemente do tráfico negreiro transatlântico ou das exportações e importações em geral, não operou em um regime comercial alfandegário. Noutros termos, não esteve subordinado à supervisão de uma autoridade central competente para controlar sua movimentação, armazenagem, despacho e recolhimento tributário. Em consequência, a construção de um banco de dados relacional sobre o comércio nacional de escravizados implica organizar diferentes conjuntos documentais, que, reunidos, fornecem as informações necessárias para a reconstituição das dinâmicas negreiras.

Reconhecendo tal dificuldade, montou-se um repertório documental de natureza bastante diversa, composto, atualmente, por documentos notariais, fiscais e policiais. Conforme mencionado, nessa etapa inicial foram pesquisadas províncias e cidades específicas, bem como alguns dos fundos documentais que viabilizam análises sobre o comércio nacional no Império do Brasil.

O primeiro tipo de documentação refere-se aos livros de compra e venda de escravizados e aos livros de procuração. O registro de compra e venda de escravizados em escrituras públicas tornou-se obrigatório a partir da publicação do Decreto n. 2.699, de 28 de novembro de 1860, que visava controlar a arrecadação do imposto da meia sisa. Em seu artigo 3°, parágrafo 1°, determinava a criação de livros de notas específicos para registros que excedessem o valor de 200$000 (duzentos mil-réis). Esses livros, riquíssimos em informações sobre vendedores, compradores, procuradores e escravizados, foram encontrados para a cidade do Rio de Janeiro, a maior cidade escravista e negreira das Américas. Trata-se de uma vasta série documental que foi lavrada nos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º Ofícios de Notas da cidade e em Juízos de Paz de algumas Freguesias, como Campo Grande, Nossa Senhora da Candelária e Santa Cruz. Ao todo são 40 livros específicos para a compra e a venda de pessoas escravi-

zadas na Corte do Império Brasil, custodiados no Arquivo Nacional (39 livros) e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (1 livro)[8].

Para a cidade de Salvador, a segunda maior cidade escravista das Américas, também foram localizados documentos cartoriais. As escrituras, lavradas nos Livros de Notas dos Tabeliães de Salvador, compreendem o período entre o final do século XVII e o início do XX. É importante destacar que toda a coleção foi digitalizada pela Biblioteca Britânica e disponibilizada em seu *site*[9], em parceria com o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), onde os originais estão custodiados. Nesses livros constam transações de naturezas diversas – como terrenos, imóveis, embarcações –, além da compra e venda de pessoas escravizadas. Nota-se uma grande quantidade de registros de compras e vendas de escravizados mesmo após a determinação da criação de um livro específico para esse fim.

Os livros de procurações também são essenciais para a compreensão integral do ato de comprar e vender um cativo na segunda metade do século XIX. A procuração configurou-se como um instrumento comum nesse período: nas procurações, um negociante (procurador) ficava responsável por direcionar o cativo até o comprador final, momento em que a negociação seria finalizada e todos os impostos seriam pagos. Por isso, foi um instrumento muito utilizado, uma vez que evitava o pagamento de taxas sobre cada movimentação realizada pelo escravizado, fato que aumentaria os custos da venda, gerando maiores despesas aos envolvidos na negociação, podendo, inclusive, inviabilizar uma venda. Os livros de procuração lavrados nos municípios da Província do Rio Grande do Sul foram recolhidos pelo Arquivo Público do Estado[10], o que permitiu um levantamento exaustivo dessa fonte por parte da equipe que compõe o projeto.

O controle, o registro e a arrecadação de impostos sobre o comércio de seres humanos eram atos importantes para as finanças do Império. Um desses tributos, a meia sisa, visava assegurar o pagamento do imposto sobre toda e qualquer transação de compra e venda envolvendo escravizados. O valor do

---

[8] Fundo de Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, 1, 2, 3, 5 e 7 (1621-1957). Compra e venda de escravos. Arquivo Nacional. Fundo do Cartório do 4° Ofício de Notas da Capital. Livro de Escrituras de Escravos n° 3. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

[9] Library British. Endangered Archives Programme. Archival records from Livro de Notas do Tabelião (1664-1911). Disponível em: https://eap.bl.uk/collection/EAP703-1-2/search.

[10] Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação: Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/acervo-tabelionatos.

imposto variou ao longo dos anos; em determinados lugares tinha o custo de 5% sobre o valor total da venda e em outros um custo fixo. Na Província do Rio de Janeiro, por exemplo, durante alguns anos fixou-se o preço do imposto em 40$000 réis (Decreto n. 1.082, de 20 de dezembro de 1858). A responsabilidade do pagamento dessa taxa era de quem estava comprando o cativo. Foi encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro uma extensa quantidade de dossiês, quarenta ao todo, que contêm guias para o pagamento desse imposto nas coletorias de alguns municípios do Rio de Janeiro, como Campos, Macaé, Cantagalo, Valença, Vassouras, São João do Príncipe, Capivari, Paraíba do Sul, Niterói, Mangaratiba, Parati e entre outras[11].

Por fim, os documentos policiais identificados foram os Livros de Passaportes, os Registros do Porto e os Livros de Registros de Saídas de Passageiros. Quanto aos Livros de Passaportes, disponíveis para a capital da Província do Maranhão, São Luís, encontram-se dados dos escravizados que saíram dessa cidade em direção a outros municípios da província e para províncias mais distantes, como o Rio de Janeiro. Esses registros, datados entre 1855 e 1887, contêm diversas informações, como: local de destino, data do embarque, nome do escravizado, idade, naturalidade, cor, origem, relação de acompanhantes, número de matrícula (somente a partir de outubro de 1872), nome do proprietário e do "remetente" e alguns dados complementares, como altura, validade do passaporte e ofício do escravizado (em poucos casos, do proprietário também). Vale lembrar que o passaporte estava entre os muitos documentos exigidos para que o cativo pudesse ser despachado para fora da província. O segundo conjunto documental, os Registros do Porto, também disponíveis para São Luís, é constituído pelo registro diário do fluxo de embarcações que entravam e saíam através do porto dessa cidade. Por meio dessa fonte é possível obter informações como: tipos e nomes de embarcações, suas origens e destinos, condutores, tripulação e relação de passageiros, entre eles o número – salvo raras exceções de nomes – de escravizados presentes, além de observações pontuais como o nome de proprietários ou casos que apresentam um determinado número de "escravos a entregar". Ambas as séries documentais estão disponíveis de forma *on-line* no site do Arquivo Público do Estado do Maranhão.[12]

---

[11] Fundo da Presidência da Província do Rio de Janeiro. Série da Diretoria da Fazenda Provincial. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

[12] O Repertório de Documentos para a História da Escravidão no Maranhão é uma publicação do Arquivo Público do Estado do Maranhão e conta com três volumes, a qual foi organizada em formato de verbetes referenciados contendo a expressiva quantidade de informações extraídas de fontes documentais manuscritas. A iniciativa do APEM em estruturar os mais diversos instrumentos de pesquisa – repertórios, inventários, catálogos, etc. – revela o vasto

O terceiro conjunto documental, específico para Salvador, compreende os livros que registravam a entrada, a saída e o trânsito de passageiros pelas embarcações que atracavam no porto de Salvador. O órgão responsável pela confecção desses livros é a Polícia do Porto, uma repartição da Polícia subordinada ao Ministério da Justiça, cuja missão era garantir, além de registrar, o pagamento dos devidos impostos que recaíam sobre os passageiros. A estrutura dos livros é simples, as folhas são em forma de tabelas, contendo informações como data, o tipo e o nome da embarcação, o nome dos passageiros, a nacionalidade, idade, estado conjugal, procedência e o destino do viajante. No meio de pessoas estrangeiras, brasileiras livres ou libertas, encontra-se um grande contingente de escravizados embarcados, viajando acompanhados de seus senhores ou negociantes, mas a maior parte está sozinha, com a observação "a entregar", designação comum para aqueles que estavam sob os cuidados da tripulação da embarcação até o momento de sua entrega ao destinatário (intermediário ou final) no porto da outra cidade; esse mecanismo também barateava os custos de transporte, pois pagava-se uma passagem, comparando-se com casos de cativos que acompanhavam senhores ou negociantes. Essa fonte registra, portanto, o grosso do comércio interprovincial, seja pela saída ou entrada de escravos, e também o papel de entreposto comercial de Salvador com o registro dos passageiros em trânsito. Todos esses livros estão disponíveis *on-line* no site Arquivo Público do Estado da Bahia.[13]

O próximo estágio, após a localização e digitalização dos documentos identificados, foi a extração e transposição das informações para as planilhas do Excel. Essa planilha conta com uma gama de variáveis, cuja estrutura da matriz baseia-se nas variáveis provenientes das escrituras de compra e venda de escravizados, tendo em vista que as outras documentações, citadas anteriormente, possuem informações semelhantes e com algumas variações, especialmente para os documentos produzidos pela polícia, como os registros portuários, trazendo informações sobre as embarcações, as quais também são transformadas em novas colunas. Para fins didáticos e explicativos, as variáveis podem ser subdivididas em alguns núcleos temáticos, como: "geral"; "vendedores, compradores e procuradores"; "pessoas escravizadas"; "valores envolvidos nas negociações".

---

universo de documentos que constituem o acervo do Arquivo e possibilitam a coleta de informações não só para pesquisadores construírem trabalhos acadêmicos, mas também para a sociedade que possa vir a buscar histórias familiares, história local e curiosidades históricas.

[13] Fundo – SSP – Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Grupo PP – Polícia do Porto. Série RSAI – Registros de Saída de Passageiros no Porto de Salvador. Disponível em: http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/registro-de-saida-de-passageiro-no-porto-de-salvador.

No âmbito da subárea "geral", encontram-se informações relacionadas ao tipo da transação comercial (compra e venda), além do dia, mês e ano de assinatura da escritura, do imposto ou da viagem. Nesse ponto, destaca-se a categoria da movimentação interna feita pelo escravizado: se é local (dentro de uma mesma municipalidade), intraprovincial (dentro de uma mesma província) ou interprovincial (entre províncias distintas), incluindo os tipos e os nomes das embarcações utilizadas. Para a área de "vendedores, compradores e procuradores", a fonte fornece ao pesquisador dados relativos à pessoa (nome, endereço, ofício, estado conjugal). É possível identificar ainda os procuradores-negociantes, sujeitos que a historiografia sobre o comércio nacional de escravizados chama bastante atenção, especialmente por sua relevância na viabilização da locomoção dos cativos dentro do território e no uso de mecanismos para burlar os regulamentos fiscais das províncias.

Sobre os "escravizados", as entradas são vastas, o que permite ter conhecimento do nome, gênero, idade, estado conjugal, procedência (crioulo ou africano, às vezes fornece informações mais específicas sobre o local da naturalidade). Registam-se também a cor ou categoria do escravizado (pardo, preto, cabra, entre outros), ofício, se está acompanhado (se está levando filhos consigo), assim como a data, instância, local e número da matrícula, a averbação da matrícula e o local de saída e entrada do escravizado. No último subgrupo, "valores envolvidos nas negociações", constam: o valor da transação e os impostos pagos pelos vendedores e compradores, como a meia sisa e o imposto sobre transmissão de propriedade (de responsabilidade do comprador) e a taxa de escravos (paga pelo vendedor).

Por meio desse trabalho, não finalizado ainda, o projeto conseguiu identificar milhares de pessoas escravizadas comercializadas no Império do Brasil na segunda metade do século XIX. Ao todo, o projeto coletou informações de 43.476 escravizados aproximadamente. Até o momento, o banco de dados reúne registros de 9.307 escravizados que foram negociados na cidade do Rio de Janeiro, extraídos de 5.786 escrituras de compra e venda, e sobre 4.128 escravizados, retirados de 2.259 guias de meia sisa; de 1.554 escravizados para Salvador, obtidos de 1.159 escrituras de compra e venda, e sobre 14.887 escravizados, extraídos de 1.513 viagens constantes nos livros de Registros de Saída de Passageiros no Porto de Salvador; de 12.239 escravizados para a província do Rio Grande do Sul, retirados de 6.554 escrituras e 1.480 procurações; e de 1.361 cativos de São Luís, recolhidos em registros portuários. Trata-se, portanto, de um banco de dados que, quando lançado, apresentará dimensões inéditas na historiografia brasileira do comércio nacional de escravizados.

3. Uma base de dados relacional e biográfica

A proposta do site "**Comércio nacional de escravizados**" é de apresentar um *layout* simples e intuitivo, contendo três "botões" de acesso à base de dados. É importante ressaltar que dentro de cada um desses "botões" o usuário poderá visualizar tabelas resumidas, gráficos e mapas – tornando o site mais dinâmico, elucidativo e didático. Também será possível a realização de *downloads* das tabelas a fim de que o usuário possa manuseá-las da maneira que preferir no *Microsoft Excel*. O primeiro "botão", intitulado **"pessoas"**, reúne todas as pessoas escravizadas e livres nas fontes mencionadas anteriormente, separadas por filtros, ou seja, não aparecem juntas na mesma página. Para os escravizados, o consulente terá acesso a uma série de informações sobre eles, como data, nome, gênero, idade, ofício, procedência e destino. Em relação aos livres (vendedores, compradores e procuradores), além do nome, outros dados serão apresentados, como data, gênero, ofício e local de registro (onde o documento foi registrado).

O segundo "botão", nomeado **comércio**, está baseado nas fontes notariais (escrituras de compra e venda de escravos e procurações) e tributárias (meia sisa). A reunião dessas fontes em uma mesma interface ocorre pela similaridade dos dados. O consulente poderá filtrar entre "escravizados", "livres" e "transações". Sobre os "escravizados", o site trará os seguintes dados: data, nome, gênero, idade, cor, origem, procedência, destino, valor da transação e o montante dos impostos (Imagens 1 e 2). Enquanto os "livres" apresentarão informações como: data, nome, papel (isto é: comprador, vendedor ou procurador), firma, gênero, estado conjugal, ofício, endereço. Em "transações" será possível observar o agrupamento de livres e escravizados que participaram da venda, divididas do seguinte modo: data, pessoas na transação, categoria (local, intraprovincial, interprovincial), valor (total da transação).

Por fim, o botão **"viagens"** é composto por documentos produzidos pela Polícia, como os passaportes e registros portuários de São Luís e os registros de saídas de passageiros pelo porto de Salvador. Assim como ocorreu no botão precedente, essas fontes possuem informações que permitem o agrupamento em uma mesma matriz. O usuário terá três opções de filtros: "escravizados", "livres" e "navios". No primeiro caso, os dados apresentados conterão como informação a data, nome, gênero, idade, estado conjugal, origem, cor, ofício, procedência, destino. Para os "livres", o consulente poderá observar, além do nome, a data da viagem e os escravizados que estavam sob a sua responsabilidade (escravizados em trânsito). A terceira opção, "navios", trará a data, nome do navio, escravizados embarcados, procedência e destino.

Imagem 1 – Representação das opções de filtros no site *Comércio Nacional de Escravizados*

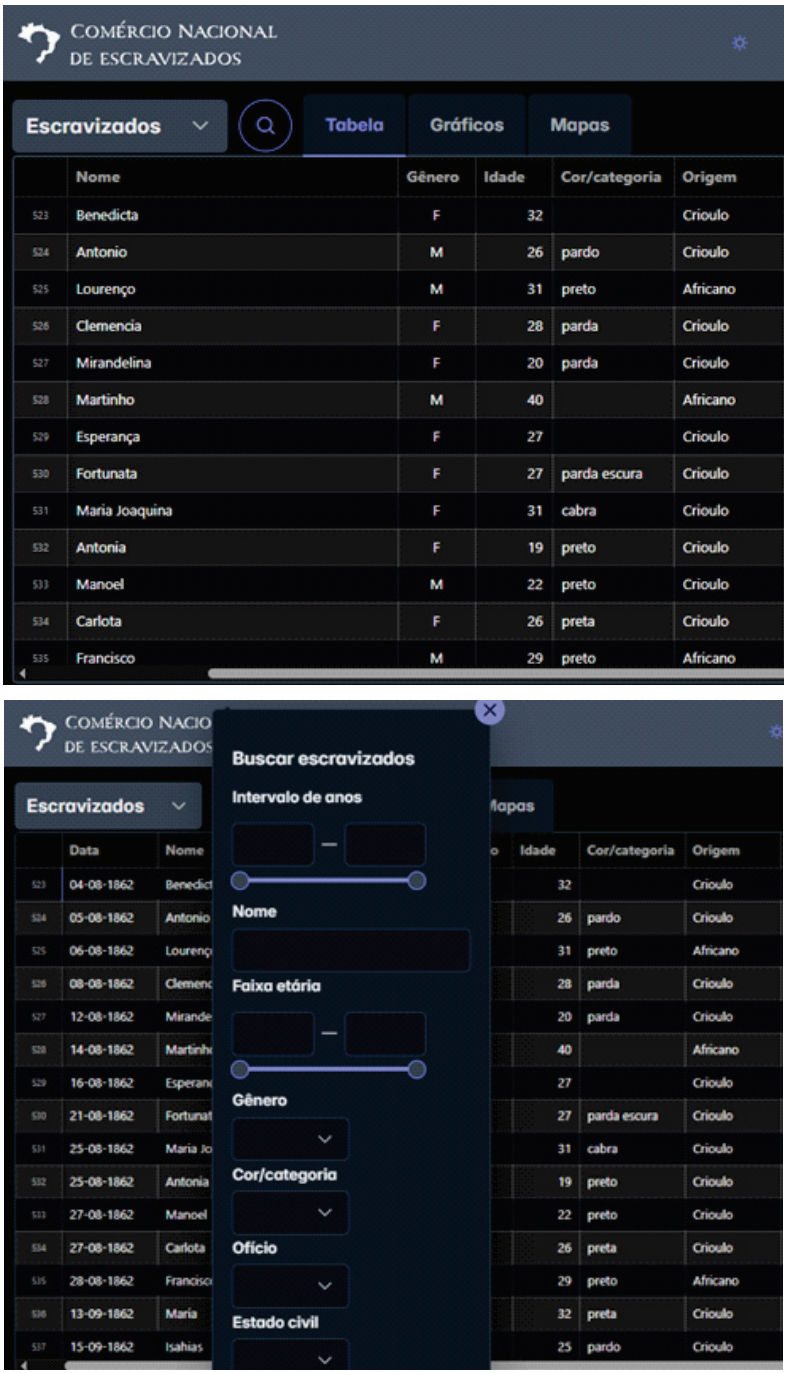
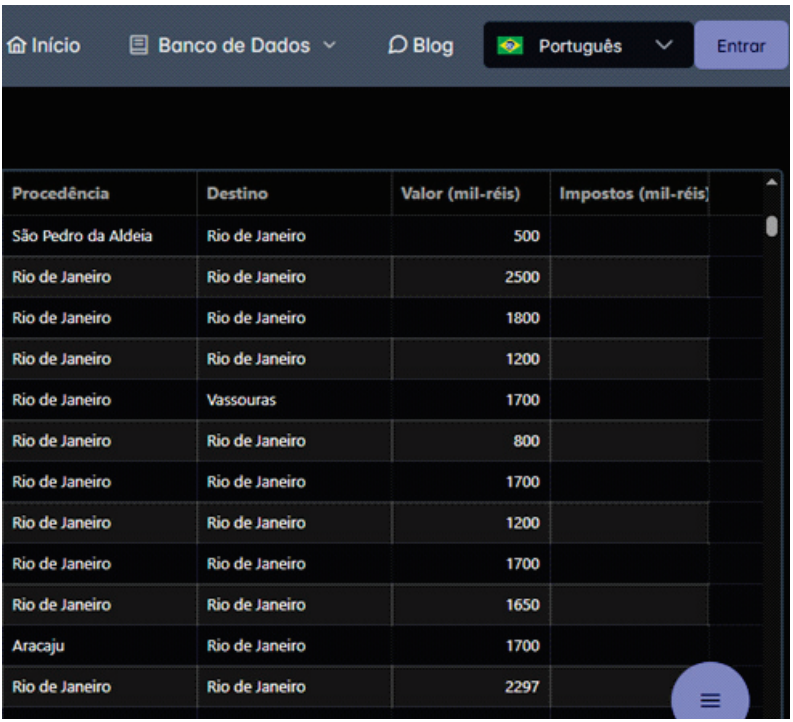


Imagem 2 – Representação de uma interface do site *Comércio Nacional de Escravizados*



Após longos períodos de estudo e análise, essa será a interface disponibilizada aos consulentes do *site* – lembrando que não é definitiva e poderá sofrer alterações devido às reflexões diárias realizadas pela equipe sobre o material. Como se nota, alguns detalhes ainda estão sendo processados, como é o caso do montante dos impostos cobrados sobre o ato de comprar e vender escravizados na segunda metade do século XIX, uma questão importante para a investigação sobre a arrecadação fiscal do Império do Brasil a partir do comércio de seres humanos. Ademais, o usuário também terá a possibilidade de usar filtros enquanto navega pelo *site*. Nessa seção, em específico, conforme a Imagem 2, se for de interesse examinar um determinado intervalo de anos ou o nome, a faixa etária, o gênero, a cor/categoria, o ofício e o estado civil, o sistema permitirá o refinamento por meio dos filtros disponibilizados.

Portanto, além de buscar georreferenciar as rotas do comércio segundo a intensidade e o volume monetário ao longo dos anos e contribuir para os debates historiográficos acerca da história da escravidão, especificamente do comércio nacional de escravizados no Brasil do século XIX, o *site* também

contará com espaços de divulgação. Um desses espaços será destinado ao ensino básico, desenvolvendo materiais didáticos a serem utilizados por professores no planejamento de suas aulas, explorar os dados contidos na base de dados presencialmente com os estudantes, demonstrando documentos de época, mapas, gráficos, tabelas – aspectos que contribuirão para democratizar o acesso ao conhecimento histórico, permitindo uma maior compreensão de um momento tão singular na história do escravismo mundial e brasileiro. Isso corrobora aquilo que o projeto também busca, ou seja, extrapolar as fronteiras da academia, alcançando um público bem mais amplo, como é o caso de jovens e adultos dos Ensinos Fundamental II e Médio.

Portanto, além de buscar o georreferenciamento das rotas comerciais – segundo a intensidade e o volume monetário ao longo dos anos – e de contribuir para os debates historiográficos sobre a escravidão no Brasil do século XIX, o *site* contará com espaços de divulgação. Um deles será destinado ao ensino básico com o desenvolvimento de materiais didáticos para o planejamento docente. O objetivo é permitir que professores explorem os dados da plataforma em sala de aula, utilizando documentos de época, mapas, gráficos e tabelas. Tais recursos contribuirão para a democratização do conhecimento histórico, proporcionando uma compreensão profunda desse período singular do escravismo mundial e brasileiro. Isso corrobora o propósito do projeto de extrapolar as fronteiras da academia e alcançar um público mais amplo, especialmente jovens e adultos dos Ensinos Fundamental II e Médio."

4. Justiça social e igualdade: o potencial da base de dados sobre o Comércio Nacional de Escravizados

A digitalização documental em massa, transcrição de dados, semantização da informação recolhida, organização relacional dos dados e apresentação dos resultados em ambiente digital aberto, irrestrito e gratuito de alto padrão geram extraordinários encadeamentos de efeitos projetivos (na direção do consumo) e retroativos (na direção da produção dos dados e da preservação da documentação original).

Primeiro, a respeito do consumo: como se sabe, o poder público brasileiro do século XIX era refratário ao levantamento estatístico sistemático de dados sobre escravizados devido à presença de uma enorme massa de africanos ilegalmente reduzidos ao cativeiro. Os movimentos sociais que lutam por equidade racial e reparações históricas padecem da ausência de dados sistemáticos, serializados e quantificáveis sobre o passado escravista brasileiro. Dessa perspectiva, um banco de dados sobre o comércio nacional de escravizados

tem o potencial de ampliar a oferta de informações legítimas e autorizadas sobre africanos e afrodescendentes, qualificando o debate sobre a responsabilidade de atores privados e públicos, bem como sobre suas vítimas, tanto na esfera pública (imprensa, redes sociais) como nas instituições de ensino e pesquisa. O *site* "**Comércio nacional de escravizados**" contribuirá, portanto, para a construção coletiva de uma nova percepção do próprio país, das raízes de seus problemas e do potencial de avanços e conquistas sob os princípios da democracia, justiça social e igualdade.

Em relação ao outro encadeamento de efeitos da iniciativa (na direção da preparação dos dados), o projeto permite a capacitação intensiva e ampla dos quadros de pessoal em instituições de pesquisa para o trabalho científico colaborativo e multidimensional, envolvendo treinamento específico para digitalização, processamento técnico, catalogação, gestão de metadados e interpretação dos dados envolvidos, tanto no nível da graduação como da pós-graduação. Da mesma forma, a iniciativa tem o potencial de promover a capacitação intensiva e ampla de agentes multiplicadores e educadores nos sistemas públicos e privados de ensino em todos os ciclos formativos, principalmente no Fundamental II, no Ensino Médio e no Ensino Superior.

Após a inserção contínua de novos dados, tendo em vista a sua potencial visibilidade dado o ineditismo e a amplitude dos dados, tem-se a intenção de captar recursos junto a instituições públicas e privadas para ampliar o escopo espacial e temporal do projeto, a fim de visando à totalização da contagem de transações de pessoas escravizadas no país. Entendemos que, uma vez que o *site* esteja em operação, será possível sensibilizar diversos atores para a articulação de uma política nacional de preservação da documentação, coordenando União, Conselho Nacional de Justiça, tribunais estaduais de justiça e cartórios para a devida salvaguarda dos livros notariais, muitos dos quais, infelizmente, ainda estão acondicionados nos próprios cartórios em instalações físicas e climáticas impróprias, que os expõem à ação de agentes deteriorantes como fungos, bactérias, insetos e roedores.

Como se vê, o projeto constitui-se como um vetor permanente de ações sociais, educacionais, científicas e políticas em torno de um tema essencial para o presente e o futuro de um Estado Democrático de Direito verdadeiramente equitativo no país. Apesar dos múltiplos desafios, essa é mais uma "ferramenta" para se pensar a história das populações escravizadas e discutir questões como as relativas às desigualdades.

Referências

ALENCASTRO, Luiz. F. de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 87, p. 5-11, jul. 2010.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas:* o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/CrVbxyNKtm7vCZWxXgRz6qg/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 08 ago. 2024.

AZEVEDO, Célia M. M. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites – Séc. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BURNARD, T.; MORGAN, K. The dynamics of the slave market and slave purchasing patterns in Jamaica, 1655-1788. *William Mary Quartely*, v. 58, n. 1, p. 205-28, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil:* 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia.* São Paulo: DIFEL, 1966.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão:* tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Juiz de Fora, UFJF, 2006.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, v. 27, p. 121-160, 2002.

JOHNSON, W. ed. *The chattel principle:* internal slave trades in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004.

KLEIN, Herbert. The Internal Slave Trade in Ineteenth-century Brazil: a Study of Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852. *Hispanic American Historical Review,* v. 51.4), p. 567-585, 1971.

LAURINDO JÚNIOR, Luiz C. *Rios de escravidão:* tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2021.

LIGHTNER, David L. *Slavery and the Commerce Power:* How the Struggle Against the Interstate Slave Trade Led to the Civil War. New Haven: Yale University Press, 2006.

MOTTA, José F. *Escravos daqui, dali e de mais além*: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Atando e desatando nós*: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2019.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. *Quando arrebentam os nós:* histórias de homens e mulheres enredados pelo tráfico interno (1850-1888). Campinas: Editora da UNICAMP, 2025.

O'MALLEY, G. E. Final Passages. *The Intercolonial Slave Trade of British America, 1609-1817*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

O'MALLEY, G. E.; BORUCKI, A. Patterns in the intercolonial slave trade across the Americas before the nineteenth century. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2017.

PIRES, Maria de Fátima N. *Fios da vida*: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

SCHEFFER, Rafael da C. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850-1888*: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa. Tese (Doutorado em História) – Campinas: Unicamp, 2012.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *The demography and economics of Brazilian slavery:* 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Stanford: Stanford University, 1976.

SILVA, Dayana de Oliveira da. *Destinos incertos*: negociantes, cativos e o tráfico interno de escravos em Juiz de Fora – 1870-1880. Dissertação (Mestrado em História) – Juiz de Fora: UFJF, 2019.

SILVA, Dayana de Oliveira da. *Traçando Rotas, repensando destinos:* o tráfico interno em Juiz de Fora (MG) e suas conexões na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Juiz de Fora: UFJF, 2025.

STEIN, J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

TADMAN, Michael. *Speculators and Slaves:* Masters, Traders and Slaves in the Old South. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

TEIXEIRA, Luana. C*omércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2016.

DOI 10.29327/5844403.1-9

Do desaparecimento ao reconhecimento: fontes para uma demografia histórica dos povos indígenas no Brasil no século XX[1]

Alessandra Traldi Simoni

Introdução

A proposição "Do desaparecimento ao reconhecimento" não apenas descreve a trajetória das estatísticas oficiais sobre a população indígena no século XX, mas também destaca uma lacuna significativa no campo da Demografia Histórica em relação aos povos indígenas no Brasil. Enquanto os estudos clássicos da disciplina concentraram-se predominantemente na catástrofe demográfica do período colonial, a dinâmica populacional dos povos originários nos demais períodos da história brasileira ainda carece de análise. O século XX é caracterizado pela consolidação do sistema estatístico oficial brasileiro, em que o Estado Nação passa a centralizar a produção de dados populacionais e padronizar as categorias étnico-raciais descritivas de sua população. Nesse sentido, há um estreitamento das fontes de dados disponíveis sobre os povos ameríndios em que os dados oficiais ganham legitimidade como fontes unívocas sobre a população nacional, passando pela construção de categorias identitárias para o desenho de políticas públicas. Os grupos indígenas, tutelados pelo Estado brasileiro até a promulgação da Constituição de 1988, estavam subsumidos à política indigenista, que tinha como objetivo final sua assimilação e integração à população nacional.

Se no início do século as estimativas giravam em torno de um milhão de pessoas, quarenta anos mais tarde, o Censo Demográfico de 1940 captou menos de 60.000 indígenas no território nacional.[2] Os dados oficiais divulgados e amplamente aceitos até o final dos anos 1970 forjaram o paradigma central

[1] Este trabalho foi inicialmente apresentado no IX Simpósio Nacional de História das Populações e integra meu doutorado em Demografia na UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott. Esta pesquisa foi desenvolvida no escopo do projeto "Saúde dos Povos Indígenas no Brasil", foi financiado pelo *Wellcome Trust* e coordenado pelo professor Ricardo Ventura Santos da ENSP/Fiocruz. Agradeço à colaboração fundamental da Profa. Dra. Marta Azevedo e Dr. Bruno Nogueira Guimarães.

[2] A informação foi obtida através da pergunta sobre língua falada no domicílio para pessoas que não falavam habitualmente o português.

sobre a trajetória dos povos ameríndios no Brasil: a visão predominante era de seu inevitável desaparecimento. Essa percepção baseava-se em diversos fatores, que sobrepostos compunham um cenário tido como irrevogável para essas populações, seja pelo declínio demográfico resultante de graves crises de mortalidade ou através de sua suposta incorporação à sociedade nacional. Ao passo que, a partir de 1970, a realização e publicação de levantamentos populacionais independentes não só reconheceram e mostraram a presença indígena em todo o território brasileiro, como também seu crescimento, fenômeno que posteriormente seria descrito como uma "revolução demográfica".

Com efeito, as pesquisas populacionais de escopo nacional foram determinantes na formação e consolidação dessas duas visões antagônicas. Nesse sentido, a definição de *indígena* e as categorias classificatórias utilizadas para tal determinaram a (in)visibilidade das populações ameríndias no Brasil. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é traçar um panorama da produção de informações demográficas sobre os povos indígenas no século XX através das fontes disponíveis para apontar perspectivas para a demografia histórica no período analisado.

Este capítulo propõe, portanto, um duplo movimento analítico. Primeiro, situa a produção de dados do século XX como um objeto urgente para a Demografia Histórica Indígena, campo que, no Brasil, dedicou-se predominantemente aos períodos colonial e imperial. Segundo, analisa como os próprios instrumentos dessa produção, os conceitos e as categorias censitárias foram decisivos na construção da (in)visibilidade demográfica desses povos. Ao examinar as fontes e os debates metodológicos a partir de 1910, buscamos não apenas mapear a informação disponível, mas também contribuir para a construção de um marco analítico que permita integrar o século XX à agenda de pesquisa da Demografia Histórica, apontando para a complexidade dos processos demográficos vividos pelos povos originários no período republicano.

As fontes oficiais de dados sobre os povos indígenas no Brasil

A identificação dos povos indígenas no Brasil por meio da produção oficial de dados demográficos esteve vinculada aos critérios de categorização dessas populações por parte de duas instituições: a agência nacional de estatística e o órgão indigenista. A primeira está vinculada à classificação étnico-racial da população brasileira, uma preocupação que passa a existir notadamente no século XIX com a Independência em 1822 e a construção de uma ideia de Nação e do desenvolvimento de um sistema estatístico oficial para

representá-la. Já a segunda está vinculada à gestão dos corpos, povos e territórios ameríndios, questão presente e alvo de reflexões a partir da conquista ou invasão das Américas. Desse modo, a produção de informações populacionais quantitativas sobre os povos indígenas e análises sobre seu comportamento demográfico esteve associada a processos históricos, sociais, políticos e econômicos que informaram a maneira com que esses grupos foram classificados e categorizados por diversos atores e instituições durante o período colonial e posteriormente no Império e República brasileiros. Ambas as agências governamentais são, portanto, cruciais para a análise da representação estatística da população indígena.

Em seu livro *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008) procurou mostrar que uma nação se define em relação a uma "comunidade política imaginada", segundo a qual o censo, o mapa e o museu possuem papel fundamental enquanto "instituições de poder" (*Ibid.*, p. 227), que, ao se articularem, projetam um passado, um presente e um futuro comuns, idealizados sobre um território e uma população específicos. Assim, sobre um território delimitado se impõe uma narrativa sobre o que deveria ser a nação. Através dessa história unificadora é imaginada uma comunidade da qual a população recenseada faz parte e para a qual é possível projetar e planejar um futuro comum através de políticas públicas.

Mara Loveman, que realizou estudos sobre a história da classificação étnico-racial nos recenseamentos na América Latina (Loveman, 2014), aponta para a mesma direção. Ela ressalta o papel dos censos demográficos como lugares privilegiados para as pesquisas sobre as categorias étnico-raciais porque guardam três funções ou projetos modernizadores dos Estados-nação, sendo eles: (a) o projeto político de desenvolvimento de uma infraestrutura administrativa e da autoridade do Estado moderno (b) o projeto cultural de construção da comunidade imaginada da nação moderna e (c) o projeto científico de produzir informações demográficas para informar a busca pelo progresso/desenvolvimento nacional. Assim, os censos e as categorias classificatórias são processos e instrumentos políticos com objetivo descritivo ao descrever e definir uma nação através da representação estatística, e prescritivo ao diagnosticar as forças e fraquezas da população para desenhar um futuro melhor, entendido como progresso ou desenvolvimento.

Dessa forma, contar e categorizar fazem parte de um processo político em que o censo tem um papel central na criação da identidade nacional e de grupos sociais. Dinâmicas identitárias que são fluidas e múltiplas são cristalizadas em uma única categoria; dessa forma pessoas que são atribuídas a uma certa categoria são interpretadas pelo Estado como compartilhando uma

mesma identidade coletiva (Kertzer; Arel, 2002). Essa prática que "achata e delimita" (Appadurai, 1993, p. 334) organiza a população em grupos homogêneos e os essencializa (*Ibid.*) em categorias amplas nos Estados nacionais. Essa operação também foi tratada por James C. Scott (1998) como uma forma de *legibilidade* do Estado. Transformar populações diversas em unidades abstratas, seguindo um determinado padrão, permite que o Estado obtenha respostas quantitativas a questões formuladas para o planejamento de projetos de larga escala, portanto a generalização, que não considera contextos e particularidades, é uma premissa necessária (*Ibid.*, p. 346). No Brasil, essa prática agrupou os diferentes grupos étnicos descendentes das populações que habitavam o território antes da conquista em uma mesma categoria "indígena" ou "índia".

O sistema estatístico brasileiro foi estruturado por duas instituições: a Diretoria Geral de Estatística (DGE), criada em 1871, e seu sucessor, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao longo de seus quase 60 anos de atuação, a DGE realizou quatro pesquisas censitárias, sendo que a primeira foi o único censo realizado no Império. O IBGE, por sua vez, foi criado em 1938 durante o Estado Novo e realizou nove recenseamentos.

Dentre as características sociodemográficas investigadas nos recenseamentos, o Brasil destaca-se na América Latina como um dos países que consistentemente classificou sua população em termos de cor ou raça (Loveman, 2014). A pergunta de caracterização étnico-racial foi feita em 10 das 13 pesquisas censitárias realizadas (Quadro 1), e ainda que a redação e metodologia de captação tenham sofrido alterações ao longo do tempo, a população indígena foi consistentemente subsumida a categorias que indicavam algum grau de miscigenação, tais como cabocla, parda ou mestiça, até 1980 (Loveman, 2014; Pacheco de Oliveira, 1997).

Quadro 1 – População indígena nos Censos Demográficos (1872-2022)[3]

Ano	Censo	Categorias de Identificação Cor/Raça	Categoria de divulgação – População indígena
1872	Sim	Branco; Pardo; Preto; Caboclo	Cabocla
1890	Sim	Branco; Preto; Caboclo (*indiens*); Mestiço (*métis*)	Caboclo (*indiens*); Mestiço (*métis*)
1900	Sim	Não incluída	***
1920	Sim	Não incluída	***
1940	Sim	Branca; Preta; Amarela; – (Parda)	Parda
1950	Sim	Branca; Preta; Amarela; Parda	Parda
1960	Sim	Branca; Preta; Amarela; Parda; **Índia** (apenas para pessoas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas)	Parda
1970	Sim	Não incluída	***
1980	Sim	Branca; Preta; Amarela; Parda	Parda
1991	Sim	Branca; Preta; Amarela; **Indígena**	Indígena
2000	Sim	Branca; Preta; Amarela; **Indígena**	Indígena
2010	Sim	Branca; Preta; Amarela; **Indígena**	Indígena
2022	Sim	Branca; Preta; Amarela; **Indígena**	Indígena

Conforme quadro acima, é possível observar que a população indígena emerge como um grupo a ser destacado na questão de cor ou raça apenas nos últimos quatro Censos Demográficos (1991; 2000; 2010 e 2022), período posterior ao reconhecimento dos povos indígenas enquanto grupos étnicos com direitos à sua diferença e território na Constituição Federal de 1988. Apesar da categoria *indígena* ter sido divulgada apenas na recente série histórica pós-redemocratização, ao analisar a documentação censitária é possível identificar que havia uma preocupação constante sobre a representação dos povos indígenas, mesmo quando a questão não era diretamente perguntada. Nesse sentido, é importante entender a dinâmica da classificação étnico-racial como um processo fundamentalmente político.

[3] Não foram realizados recenseamentos em 1880, 1910 e 1930. Em 1890, a categoria "parda" foi modificada para "mestiça" por ser considerada uma categoria mais ampla que abarcaria também "representantes da raça indígena" (Loveman, 2009). Nos Censos de 1940 e 1950 também foram feitas perguntas sobre língua falada no domicílio em que as respostas foram publicadas como "Guarani ou outra língua aborígene". Nos Censos de 2010 e 2022 foi incluída uma pergunta de cobertura "Você se considera indígena?" a pessoas que respondiam outras categorias de cor/raça em territórios específicos com presença indígena, como por exemplo Terras Indígenas. Também foram incluídas questões sobre a declaração de etnia e língua indígena, além de adaptações para comportar respostas relativas à população indígena, como por exemplo a opção de "oca ou maloca" como uma alternativa de resposta para tipo de domicílio.

Por sua vez, o papel dos órgãos indigenistas deve ser compreendido em um contexto mais amplo de rupturas e continuidades em relação às políticas voltadas para as populações indígenas no território brasileiro.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)[4] em 1910, primeiro órgão indigenista de escopo nacional, esteve calcada nas discussões sobre o lugar e futuro dos povos indígenas junto à sociedade nacional a partir da proclamação da República. No entanto, as categorias classificatórias acionadas para organizar a ação burocrática advêm do arcabouço legislativo e práticas (legais ou ilegais) realizadas por múltiplos agentes em torno da gestão dos corpos e direitos das populações ameríndias desde o período colonial. Pesquisas demonstram como a partir do século XVIII, especialmente após as reformas pombalinas, que incentivavam a miscigenação e a secularização dos aldeamentos, surgiram mecanismos de negação da identidade indígena como ferramenta de controle populacional e de territórios. Indivíduos e grupos indígenas considerados *assimilados* passaram a ser invisibilizados em relatórios de província, perdendo assim seus direitos em relação a seus aldeamentos e demais territorialidades (Carneiro da Cunha, 1992; Dornelles, 2018; Monteiro, 2001; Moreira, 2010).

O acesso aos direitos indígenas passou a ser mediado por critérios de classificação subjetivos determinados por administradores, juízes e legisladores, que passaram a definir de forma discricionária quais demandas eram compatíveis com a identidade indígena. Caso não fosse, ficaria determinada a perda da "indianidade". Dessa forma, a invisibilização da população indígena em documentos administrativos e levantamentos populacionais servia a um duplo propósito: permitir o esbulho de seus territórios, liberando terras para projetos de colonização e isentar a Coroa e o Estado de sua proteção perante atores nacionais, internacionais e Igreja. Assim, essa dinâmica atingia principalmente grupos que haviam se estabelecido com relações próximas à sociedade não indígena.

Por outro lado, diversos grupos permaneciam fora do alcance das frentes de expansão colonial, seja por habitar territórios remotos e ainda inacessíveis ou sem presença permanente de não indígenas ou por ter deliberadamente optado por migrações para evitar ou postergar interações com grupos não indígenas. Essa resistência era utilizada como argumento para tolerar ou permitir Guerras Justas, descimentos e outros mecanismos legais ou ilegais de captura, escravidão e outras formas de violência.

Ao longo do século XIX, o debate sobre a questão indígena passou a estar mais centrado em torno das terras em que viviam do que sobre a mão de obra.

[4] Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN); em 1918, as instituições foram separadas, ficando estabelecido o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

De maneira geral, o trabalho indígena, apesar de continuar sendo utilizado e essencial em alguns contextos, como nos ciclos da borracha na região amazônica, passa a ser associado mais às práticas para sua incorporação à sociedade nacional do que à mão de obra essencial para o avanço das frentes econômicas (Carneiro da Cunha, 1992). A revogação das Guerras Justas em 1831 foi um marco central para a discussão sobre como incorporar as populações ameríndias ao Império, demandando um novo arcabouço prático e jurídico para o avanço das fronteiras de expansão territorial e como lidar com os povos indígenas que permaneciam de forma independente nos sertões e florestas (Sposito, 2006)

A partir de então, os indígenas que viviam nesses contextos passaram a ser considerados obstáculos ao progresso e a projetos de colonização, abertura de ferrovias, instalação de linhas telegráficas, entre outros empreendimentos para a aceleração da exploração, ocupação e integração do território nacional. Relatos de confrontos violentos passaram a ocupar o debate público. Se, por um lado, havia denúncias de que os indígenas "roubavam roças, matavam animais e saqueavam casas", por outro, milícias eram formadas para organizar expedições punitivas contra grupos indígenas considerados *incivilizáveis*, nas quais normalmente os homens adultos eram assassinados e mulheres e crianças capturadas. Nesse cenário, influenciado tanto por teorias raciais como pelo positivismo e evolucionismo, duas "soluções" para o "problema indígena" ganharam destaque: *assimilação* ou *extermínio*.

É nesse contexto que a atuação de Marechal Cândido Rondon à frente da *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas* (1907-1915) ganha destaque. A chamada *Comissão Rondon* contatou diversos grupos indígenas que se encontravam no caminho da instalação da rede telegráfica. Como membro da *Igreja Positivista do Brasil*, Rondon baseava suas ações sob a ótica de que as populações ameríndias estariam mais próximas da "infância da humanidade", sendo responsabilidade dos "irmãos mais velhos" supervisionar seu desenvolvimento intelectual e cultural (Carneiro da Cunha, 1987). Seguindo esses princípios, estabeleceram-se as bases para a organização de um método de integração das sociedades indígenas ao Estado nacional, sintetizado pelo lema "Morrer, se preciso for, matar, nunca!", através do qual foram definidas as bases para a política de "atração e pacificação".

A ideia do *contato pacífico* ganhou destaque com a publicação dos resultados da Comissão Rondon e suas expedições científicas e suplantou no debate público e jogo de forças políticas as alternativas que sugeriam a utilização de violência ou a inclusão desses povos através de atuação missionária religiosa. Assim, o objetivo do SPI foi estabelecido para garantir e acompanhar a "emancipação" dos povos indígenas, que estariam a partir de então sob a tutela do

Estado brasileiro (Souza Lima, 1995). Os grupos indígenas seriam assentados em "Postos Indígenas", onde seriam fornecidos atendimento à saúde, educação e treinamento para trabalho na produção agrícola e industrial, tudo sob supervisão dos "chefes de posto". Para organizar sua atuação, o SPI classificou os povos indígenas em quatro grupos de acordo com seu *grau de civilização.* Essa taxonomia não apenas guiou a política pública, mas também produziu uma realidade estatística específica, definindo quais indígenas seriam *incluídos e* quais seriam *excluídos* ou *visibilizados e invisibilizados* no sistema estatístico oficial.

Em seu decreto de criação, o SPI foi organizado para "prestar assistência aos índios no Brazil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados". Apesar de já estabelecer tipologias para descrever a ação do SPI frente aos povos indígenas, apenas em 1928 as categorias foram estabelecidas por meio de decreto que "regula a situação dos índios nascidos no território nacional". Assim, paralelamente aos órgãos de estatística, as agências indigenistas SPI (1910-1967) e a Funai (a partir de 1967) produziram informações sobre os povos indígenas segundo suas próprias categorias, de acordo com o Quadro 2:

Quadro 2: Categorias utilizadas pelo SPI e Funai para descrever os povos indígenas no Brasil

<table>
<tr><th colspan="2">Serviço de Proteção aos Índios (SPI)</th><th>Fundação Nacional do Índio (Funai)</th></tr>
<tr><th>Decreto nº 5.484/1928[5]</th><th>Classificação adotada pelo SPI a partir do trabalho de Darcy Ribeiro* (1957)</th><th>Lei nº 6.001/1973 – Estatuto do Índio[6]</th></tr>
<tr><td>Índios nômades</td><td>Isolados da comunidade nacional</td><td>Isolados</td></tr>
<tr><td>Índios arranchados ou aldeados</td><td>Em contato intermitente com a comunidade nacional</td><td rowspan="2">Em vias de integração</td></tr>
<tr><td>Índios pertencentes a povoações indígenas</td><td>Em contato permanente com a comunidade nacional</td></tr>
<tr><td>Índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados</td><td>Integrados à comunidade nacional</td><td>Integrados</td></tr>
</table>

Fonte: Índios – grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização (Malcher, 1964, p. 11).

[5] O registro civil dos povos indígenas foi definido a partir do mesmo decreto de acordo com as categorias supracitadas.

[6] Apesar de diversas tratativas, o Estatuto do Índio permanece em vigor, não tendo sido revisado para se alinhar aos princípios constitucionais.

Com a Constituição de 1988 a Funai passou a operar com o reconhecimento de todos os indígenas conforme sua autodeterminação, havendo apenas políticas diferenciadas de proteção aos povos que permanecem em isolamento voluntário, respeitando sua autonomia. Percebe-se, portanto, que, assim como ocorreu com as definições étnico-raciais censitárias, as categorias de classificação das agências indigenistas sofreram alterações ao longo do período. Como veremos na próxima seção, essas mudanças foram fruto de um movimento duplo: por um lado, o processo de crítica da ação indigenista e suas consequências para as populações ameríndias e, por outro, a mudança no arcabouço teórico da Antropologia na compreensão da dinâmica de transformações das sociedades indígenas.

Ao analisarmos os dados publicados até 1980, é possível identificar que os órgãos de estatística e agências indigenistas atuaram para a consolidação do sistema de estatísticas oficiais sobre os povos indígenas no Brasil segundo critérios complementares que visavam à integração nacional, gerando uma invisibilidade estatística. Se, por um lado, o censo operava pela projeção de categorias homogeneizadoras, criando grupos sociais legíveis e enumeráveis, por outro, as agências indigenistas atuavam na gestão direta da diversidade étnica e executavam a política para integrar os indígenas ao Estado brasileiro em um exercício de "anulação da diferença cultural" (Souza Lima, 1995, p. 60). No entanto, o estudo dos processos de produção destes dados aponta para uma complexa dinâmica em que a demanda por dados demográficos precisos passou a ser progressivamente compreendida como fator essencial para a transformação da própria política pública.

Com efeito, ao longo do século XX, a crescente legitimidade e hegemonia das estatísticas populacionais como evidência empírica de fenômenos demográficos impulsiona os atores em campo a desenvolver ferramentas e pesquisas independentes para demonstrar outra realidade. Nesse contexto, os dados demográficos tornaram-se cruciais para a demonstração dos efeitos nefastos da política assimilacionista e, ao mesmo tempo, a resiliência das populações indígenas. Ao evidenciar o crescimento populacional, a produção estatística não oficial impulsionou a crítica à política indigenista vigente e a produção de dados pelos órgãos oficiais.

Essa divergência entre fontes oficiais e independentes constitui o maior desafio para o estudo da demografia histórica dos povos indígenas. Isso porque a produção dos dados populacionais foi marcada por disputas. O século XX exige, assim, que a demografia histórica opere a partir de uma arqueologia crítica dos números para compreender os complexos processos demográficos vividos pelos povos originários na era republicana.

Contextos de produção de dados sobre os povos indígenas no século XX

Qual era a população indígena no Brasil? A resposta a essa pergunta mudou ao longo do século XX e esteve particularmente vinculada ao conceito antropológico de *povo indígena*. Nesta seção, apresenta-se um panorama dos contextos de produção dos dados demográficos sobre a população ameríndia no território nacional.

Uma das primeiras estimativas para o início do século XX é atribuída a Luís Bueno Horta Barbosa (1871-1933), membro da Igreja Positivista e inspetor do Serviço de Proteção aos Índios. Seu cálculo apontava que a magnitude da população indígena no Brasil seria de aproximadamente 1 milhão e 250 mil pessoas (Ribeiro, 1985, p. 231). Essa informação, bem como a previsão de Marechal Rondon de que com o avanço da interiorização e atuação do SPI essa população alcançaria a marca de 1 milhão e meio de pessoas, era propagada para defender a liberação de mais recursos e uma maior abrangência institucional para o recém-fundado SPI (Barbosa, 1923, p. 21-24). Posteriormente, o dado serviu como uma espécie de *linha de base* ou um *ponto de partida* para quantificar o desaparecimento indígena no século XX.

Por sua vez, o censo nacional oferecia outra fonte de dados. Entre os quatro primeiros recenseamentos realizados, apenas os de 1872 e 1890, o primeiro realizado no período imperial e o segundo no republicano, incluíram uma questão sobre cor/raça, em que os indígenas foram classificados na categoria *cabocla*, denotando um processo de *mestiçagem*. O dado em si apontava para um importante crescimento dos povos indígenas com um aumento de mais de 900 mil pessoas entre as duas pesquisas, sendo o segmento populacional com maior incremento, representando em 1890 10% da população nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparação entre as declarações de raça. Censos Demográficos 1872 e 1890, Brasil

Censos Demográficos	Brancos	Pardos (1872) Mestiços (1890)	Pretos	Caboclos	População Total
1872	3.787.289 (38%)	4.129.448(41%)	1.698.176(17%)	387.234(4%)	10.002.147
1890	5.538.839 (41%)	4.638.545(34%)	2.097.426(15%)	1.295.796(10%)	13.570.606
Crescimento anual (%)	2,13	0,65	1,18	6,94	1,71

Apesar do importante crescimento, essas informações não foram alvo de debate significativo no momento de sua publicação, mas sim apenas anos

mais tarde, a partir de 1910. Como vimos anteriormente, os censos de 1900 e 1920 não incluíram a pergunta sobre cor/raça. Dessa forma, no auge dos debates para a conformação de uma agência indigenista nacional, os dados oficiais sobre esse grupo tinham uma defasagem de vinte anos. Com a falta de informações atualizadas, intelectuais analisaram os dados censitários produzidos no final do século XIX através de perspectivas vinculadas ao racismo científico, então amplamente aceito. Suas interpretações foram divulgadas em fóruns de prestígio, como no trabalho apresentado pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto no Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911 (Souza; Santos, 2012), e na obra "O povo brasileiro e sua evolução", escrita por jurista Francisco José de Oliveira Vianna (1922), que introduz os resultados do Censo de 1920. Apesar de nuances em suas abordagens, ambos argumentaram que as tendências demográficas apontavam para uma progressiva "arianização" do Brasil. De acordo com Roquette-Pinto, o crescimento populacional observado seria, na verdade, apenas virtual, uma vez que o SPI estava avançando pelo território e, assim, trazendo mais grupos indígenas para a Nação. Já Oliveira Vianna argumentava que o componente indígena não tinha grande impacto para a composição racial brasileira. O autor foi além da análise demográfica, elogiando a ação de bugreiros e grileiros na ocupação dos territórios indígenas em contradição com a política pública vigente.

O cenário político impediu a realização do recenseamento de 1930, cujo planejamento original não previa a pergunta sobre caracterização racial[7], seguindo os critérios anteriores. Essa tendência seria alterada com as transformações sociopolíticas ocorridas na década de 1930. Por um lado, os estudos sobre a formação da sociedade brasileira migraram do racismo científico para uma perspectiva cultural (Loveman, 2014; Maio, 1999), ganhando assim maior legitimidade como chave interpretativa para compreender a composição étnico-racial do Brasil. Nesse contexto de ressignificação dos processos históricos e sociais de formação do Estado nacional, o IBGE foi fundado em 1938 com um propósito modernizador da operação censitária. Assim, o primeiro Censo do IBGE reflete essas mudanças conjunturais.

A pergunta sobre composição étnico-racial foi reinserida no questionário, mas agora sob a definição de cor da pele e com quatro alternativas de resposta: branca, preta, amarela e parda. O grupo *pardo* foi descrito como um grupo misto "genérico", que deveria incluir a população indígena. Inaugura-se a partir de então a publicação dos dados sobre os povos indígenas junto à

[7] Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929.

categoria parda, prática que foi seguida por todos os censos até 1980. Essa visão foi também expressa no livro "A cultura brasileira", de Fernando Azevedo (1944), que introduz os resultados do Censo de 1940, em que as populações ameríndias são retratadas apenas no passado. Dialogando com esse projeto homogeneizador da cultura nacional, os censos de 1940 e 1950 também adicionaram uma pergunta sobre o idioma falado no domicílio como uma forma de acompanhar a população imigrante, particularmente a europeia e a japonesa. No entanto, como um efeito não intencional, essa pergunta também capturou domicílios onde se falavam línguas indígenas. A informação foi divulgada segundo a nacionalidade, e o declínio populacional observado no intervalo de dez anos entre os dois censos foi interpretado como o resultado do processo de assimilação (Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação entre as declarações de língua falada no domicílio*, Censos Demográficos 1940 e 1950, Brasil

Brasil – Guarani ou outra língua aborígene	**1940**			**1950**		
Nacionalidade	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
Brasileiros Natos	25.816	24.862	50.678	22.163	20.269	42.432
Brasileiros Naturalizados	45	34	79	18	8	26
Estrangeiros	4.163	3.080	7.243	2.142	1.607	3.749
Sem declaração de nacionalidade	*	*	*	0	0	0
Total	**30.024**	**27.976**	**58.000**	**24.323**	**21.884**	**46.207**

*Entre pessoas que não falavam português habitualmente no lar.

Por sua vez, o SPI já tinha uma história de 30 anos, e a política brasileira para a população nativa era considerada bem-sucedida por supostamente assimilar os povos indígenas de forma "pacífica" à sociedade nacional. Por essa razão, o Brasil foi escolhido, no início da década de 1950, como um dos países onde as relações raciais seriam estudadas. Essa seleção seguiu uma resolução das Nações Unidas e fez parte de um esforço da comunidade internacional para investigar a validade do conceito de raça para compreender dinâmicas sociais (Maio, 1999).

Darcy Ribeiro, importante antropólogo que dirigia a Seção de Estudos do SPI[8], foi o responsável por conduzir essas análises (Brito; Guimarães, 2024),

[8] Em 1939 foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) por meio do Decreto n. 1.794, de 22 de novembro de 1939. O CNPI tinha como objetivo "o estudo de todas as

que foram publicadas em dois trabalhos que mudariam a forma como a política brasileira era vista: "Convívio e Contaminação: Efeitos Dissociativos da Depopulação Provocada por Epidemias em Grupos Indígenas" (1955) e "Línguas e Culturas Indígenas do Brasil" (1957). Nesses trabalhos, Ribeiro propõe uma visão diferente sobre a questão da assimilação e integração. Para ele, os grupos indígenas estavam sendo integrados à sociedade brasileira, mas não assimilados. A partir de então, o SPI mudou sua categorização dos povos indígenas, abandonando a perspectiva baseada no estágio civilizatório para adotar uma baseada no grau de integração.

Por meio da análise das pirâmides etárias dos povos indígenas e das dinâmicas demográficas pós-contato ele buscou compreender os impactos das epidemias e outras consequências catastróficas da política de "contato pacífico". Como não existiam fontes de dados confiáveis, o autor utilizou informações dispersas em relatórios do SPI, documentos internos e pesquisas etnográficas e calculou volumes populacionais máximos e mínimos para cada grupo, o que foi crucial para o desenvolvimento de sua teoria. Ainda que ele observasse um incremento populacional nas populações "integradas", o foco estava em explicitar a violência das frentes de expansão econômica e o declínio populacional e a extinção de vários povos indígenas na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, as análises demográficas foram trazidas para o centro do debate, não apenas em relação ao volume populacional, mas também vinculadas às dinâmicas socioculturais de cada grupo indígena. As informações quantitativas ganhavam destaque ao "revelar" de uma forma de fácil compreensão e engajamento as consequências da política indigenista. A partir de então, a demanda pela produção de informações populacionais sobre os povos indígenas surge enquanto ferramenta essencial para planejamento, avaliação e monitoramento da política pública. Um indicativo desse movimento é o fato de que Ribeiro cita dados não publicados dos censos de 1940 e 1950, afirmando que ambas as ocasiões representaram uma "oportunidade perdida" para coletar informações sobre os povos indígenas (Ribeiro, 1957).

Esse fato indica uma troca institucional entre essas duas agências governamentais (SPI e IBGE), e foi nesse contexto que o Censo Demográfico Nacio-

---

questões que se relacionem com a assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas". Através desses estudos o CNPI oferecia ao SPI sugestões quanto às "políticas para o trabalho de assistência e proteção dos costumes indígenas" (Rocha, 2009). A participação no Conselho estava direcionada à participação de antropólogos do Museu Nacional. Além do CNPI, em 1942 foi criada a Seção de Estudos (SE) do SPI, que deveria "promover pesquisas etnográficas, financiar estudos, difundir o conhecimento sobre as populações indígenas tuteladas, organizar a produção e criar o Museu do Índio" (Couto, 2011).

nal de 1960 foi realizado, sendo o primeiro a incluir a categoria "índia" em seu questionário. A alternativa seria aplicada apenas às pessoas que viviam em aldeamentos ou postos indígenas e captou 12.855 pessoas.[9] As definições adotadas pelo IBGE revelam que o Instituto incorporou a linguagem e a territorialidade usada para articular as políticas indigenistas oficiais, mesmo sem uma menção direta ao SPI. Embora não tenham sido publicados, é possível imaginar que esses dados tenham circulado na esfera governamental. O cenário que emergia desse conjunto de levantamentos censitários e análises propostas por Ribeiro apontava para uma profunda crise na assistência aos povos indígenas, marcada por graves crises de mortalidade e pela extinção de diversos grupos. Diante desse quadro, observa-se como a demanda por informações demográficas cresceu nas décadas de 50 e 60, alimentada pela articulação de atores institucionais com interesses nacionais, regionais e internacionais na consolidação dos direitos dos povos indígenas, incluindo aqui a necessidade de produção e publicação de estatísticas oficiais confiáveis.

No entanto, esse avanço na produção de dados oficiais sobre os povos indígenas foi interrompido com a instalação da ditadura militar em 1964. Associadas à constatação de declínio populacional, graves denúncias foram trazidas a público contra o SPI, o que motivou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ainda em 1963, que identificou irregularidades e considerou procedentes as denúncias nesse primeiro momento associadas apenas às regiões de Mato Grosso e Amazonas. Em 1967, uma nova Comissão foi instalada com o objetivo de ampliar e aprofundar as investigações. Foram constatadas diversas violações de direitos humanos contra os povos indígenas. O relatório final, assinado pelo procurador Jader de Figueiredo Corrêa, provocou enorme comoção nacional e internacional. Considerado o "escândalo do século" (Beltrão, 2022), as denúncias de que o governo brasileiro estava cometendo atos de genocídio contra os povos originários gerou uma mobilização sem precedentes. Foram criadas diversas organizações da sociedade civil para a defesa dos direitos indígenas, assim como inúmeras matérias de jornais e revistas que expunham a situação pela qual as populações indígenas estavam passando no Brasil.

[9] Os dados sobre a população indígena não foram publicados, sendo posteriormente recuperados através da plataforma *Integrated Public Use Microdata Series* (IPUMS). Ressalta-se ainda que foram perdidos os dados de onze estados, compondo cerca de 16% da população: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Guanabara e Santa Catarina. Para mais detalhes ver: https://international.ipums.org/international-action/sample_details/country/br.

Como resposta, o Serviço de Proteção aos Índios foi extinto, dando lugar à Fundação Nacional do Índio, criada em 1967. No entanto, as denúncias não cessaram, principalmente porque sob o regime militar a Amazônia brasileira foi alvo de programas desenvolvimentistas e projetos de colonização, frequentemente localizados em territórios de grupos indígenas isolados (Davis, 1977). Diversos grupos foram contatados, o que desencadeou epidemias devastadoras e ciclos de violência, gerando graves crises de mortalidade. Em meio a esses debates, o IBGE removeu a questão de cor da pele do Censo Nacional de 1970, interrompendo os avanços realizados anteriormente.

Nesse contexto, Darcy Ribeiro publica a obra "Os índios e a civilização" (1970), em que retoma as análises feitas anteriormente, prevendo o desaparecimento dos povos indígenas até 1980. Diferentemente dos trabalhos anteriores, aqui o próprio modelo de atuação indigenista com o objetivo da integração começou a ser questionado. Assim, impulsionados pela identificação do caráter deletério que a atuação indigenista e missionária havia tomado até então, antropólogos reunidos em Barbados publicaram uma declaração chamando as instituições a repensar sua atuação (1971). Começava a ficar caracterizado que o contato com povos indígenas para além do genocídio implicava o etnocídio dessas populações. Paralelamente, os modos de compreensão de mudanças sociais e o conceito de etnicidade passavam por uma reconfiguração no campo da Antropologia. Em 1969, a publicação de "Os grupos étnicos e suas fronteiras", de Fredrik Barth (1998), tornou-se referência ao deslocar o foco da definição de etnicidade. Segundo esse novo marco teórico, a identificação de povos indígenas deveria estar vinculada a seus próprios conceitos e processos identitários e não a critérios externos de heteroidentificação.

Como resultado das discussões suscitadas no campo político-institucional e na percepção da necessidade de alteração da relação que se estabeleceria com os povos ameríndios surgiram duas organizações fundamentais: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundado em 1972, e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), criado em 1974. Ambas tinham como missão dar visibilidade à sociodiversidade indígena do Brasil e garantir os direitos e a autonomia desses povos, concentrando suas ações na divulgação da causa indígena e no apoio à articulação de suas lideranças. Começavam a surgir então as bases para o desenvolvimento do Movimento Indígena Nacional, que seria formalizado no início dos anos 1980 como União das Nações Indígenas.

A essa organização da sociedade civil o governo militar respondeu com duas propostas: a primeira foi a "emancipação" dos grupos indígenas conside-

rados "integrados", o que os privaria de seus direitos. A segunda foi uma proposta de estabelecer critérios de indianidade, que estabeleceria indicadores para definir de forma pretensamente objetiva quais grupos e pessoas poderiam ser considerados indígenas. Através dessas propostas a intenção do Regime Militar era retomar o controle da narrativa sobre quem poderia ser identificado como indígena, tomando a *integração* como uma consequência positiva da ação estatal e da tutela. Com o objetivo de liberar os territórios e reservas indígenas para a implementação de projetos de infraestrutura, a pretensa *emancipação* também buscava deslegitimar os indígenas à frente do movimento nacional enquanto representantes dos povos originários. Essas propostas foram constantemente recolocadas ao longo da década de 1970 e início de 1980, em que o volume populacional da população indígena se tornou um campo de disputa. Em 1976, Rangel Reis, então Ministro do Interior, declarou a intenção da diminuição de 200 mil para 20 mil o número de indígenas no Brasil (Comissão Pró-Índio-SP, 1979), e em 1981 o livro "A verdade sobre o índio brasileiro" (1981) foi publicado como peça publicitária com dados da FUNAI (Almeida, 1983), destacando apenas **145.397** indígenas que viviam nos aldeamentos.

Para contrapor a narrativa oficial, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) iniciaram a produção de levantamentos populacionais independentes (Guimarães e Santos, 2021). Estabelecendo uma rede de coleta que reunia antropólogos, missionários e representantes dos próprios povos indígenas, as organizações conseguiram obter informações abrangentes de todas as regiões do país. O diferencial dessa metodologia foi a inclusão sistemática de todos os grupos indígenas, sem exclusões baseadas nas categorias oficiais ou local de residência. Ou seja, grupos anteriormente invisibilizados por não estar em aldeamentos, seja em contextos rurais ou urbanos, passaram a ser reconhecidos e enumerados. Essa nova abordagem invertia, portanto, a lógica anterior, identificando primeiro os grupos indígenas para depois obter os dados populacionais em uma busca ativa de povos que haviam sido invisibilizados.

Os resultados desses levantamentos foram revolucionários, mostrando não apenas que os povos indígenas estavam presentes em todo o território nacional, mas em muitos casos apresentavam um crescimento populacional, desafiando diretamente a visão oficial de que estavam desaparecendo (Tabela 3).

Tabela 3 – População indígena no Brasil, segundo levantamentos de organizações da sociedade civil

Ano	População indígena	Fonte
1979	210.360	CIMI (1979, p. 3)
1980	227.801	Pe. Egídio Schwade/CEDI (CEDI, 1981, p. 2)
1982	185.485	CIMI (1982)
1987	213.352	CEDI/Museu Nacional (1987)
1990	235.616	CEDI/Museu Nacional (1991)

Paralelamente a esse movimento, diversos projetos começaram a ser desenvolvidos por antropólogos para realizar levantamentos demográficos sobre os povos indígenas no Brasil, muitos desses vinculados a programas de mitigação de grandes obras de infraestrutura, particularmente na Amazônia brasileira. Parte desses resultados foram apresentados em dois encontros nacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais em 1982 e 1984, marcando os primórdios da formalização de estudos demográficos sobre os povos indígenas no Brasil. Nesses encontros foi discutida e identificada a necessidade de realização de um censo nacional sobre os povos indígenas do Brasil. A pergunta sobre cor da população havia sido reinstituída no Censo Demográfico de 1980 após grande pressão pública, particularmente do movimento negro, contudo não investigou a categoria indígena, incluindo-a na definição de *pardo*.

Toda essa trajetória de produção de dados e informações populacionais e demográficas sobre os povos indígenas e o protagonismo indígena foram essenciais nos debates da Assembleia Constituinte e na promulgação da Constituição Federal de 1988, em que o conceito de aculturação foi abolido e os direitos indígenas foram reconhecidos, sem qualquer referência ao grau de integração.

Com a redemocratização, a categoria "indígena" foi incluída no Censo de 1991 como uma das alternativas de declaração para a pergunta cor/raça, sendo mantida até os dias atuais, o que, por sua vez, levanta novas questões sobre a identificação dos povos indígenas nos sistemas estatísticos oficiais (Santos; Guimarães; Simoni, 2023). Assim, a contabilização da 'população indígena' como um agregado populacional único no Censo de 1991 foi a concretização de um processo histórico. O Estado, através do IBGE, propõe e implementa, a partir de então, um plano concreto de ação para mapear a diversidade populacional (Tabela 4).

Tabela 4 – População brasileira, segundo cor ou raça, Censos Demográficos (1991-2022)

Ano	Cor ou raça						
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração	Total
1991	75.704.922	7.335.130	630.658	62.316.085	294.148	534.872	146.815.815
2000	91.298.042	10.554.336	761.583	65.318.092	734.127	1.206.675	169.872.856
2010	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	*	190.755.799
2022	88.252.121	20.656.458	850.130	92.083.286	1.227.642	*	203.080.756

Fonte: 1991 e 2000 Tabela 136 – População residente, por cor ou raça (Séries históricas – dados da amostra). 2010 e 2022. Tabela 9605 – População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos (dados do universo).

Essencial ao processo pós-1991 foi o desenvolvimento do campo da demografia dos povos indígenas com a realização de pesquisas em regiões específicas, utilizando dados não censitários, censos autônomos e pesquisas para a demarcação de Terras Indígenas, seguindo os princípios constitucionais (Pagliaro; Azevedo; Ventura Santos, 2005). Essa multiplicidade de pesquisas sobre as populações indígenas possibilitou um maior conhecimento sobre a demografia dos povos indígenas, em que a temática do crescimento populacional enquanto "revolução" e "recuperação" passou a ser pesquisada (Pagliaro; Azevedo; Ventura Santos, 2005). Durante esse período destaca-se também o desenvolvimento de técnicas estatísticas que permitiam o estudo demográfico de "sociedades de pequena escala" (Adams; Price, 1994).

Através desse panorama sobre a produção de dados acerca dos povos indígenas no Brasil ficam evidenciados o caráter dinâmico e as disputas envolvidas, em que a reorganização dos conceitos operativos e categorias de definição de povos indígenas e etnicidade foi essencial, para a qual a produção de dados demográficos ganhou relevância enquanto ferramenta de disputa. A crescente crítica às práticas e políticas indigenistas do SPI e FUNAI foi articulada por meio de análises demográficas. Primeiramente em um movimento interinstitucional interno ao Estado e agências internacionais e, posteriormente, durante o Regime Militar, diante da falta de diálogo, ameaça direta aos direitos dos povos indígenas e agravamento da violência de Estado, por meio de produção alternativa de dados por parte de organizações da sociedade civil e movimento indígena.

Partindo desse cenário, propomos uma breve análise sobre como o desenvolvimento da produção de informações estatísticas sobre as populações ameríndias pode ter influenciado o campo da Demografia Histórica e como as recentes críticas podem fornecer elementos para o estudo ainda incipiente dos povos indígenas a partir da perspectiva da demografia histórica no Brasil.

Demografia Histórica e Povos indígenas no Brasil

A disciplina Demografia Histórica tem sua gênese formalizada no ano de 1965, com a criação da *International Comission for Historical Demography* em Viena, Áustria (Scott, 2017). Contudo, antes mesmo dessa formalização, estudos referentes à população indígena já vinham sendo desenvolvidos pela Escola de Berkeley, com os autores Woodrow Borah e Sherbune Cook (Cook; Borah, 1963). Suas pesquisas, centradas no impacto demográfico da *Conquista* (Marcílio, 2000, p. 111), não apenas estabeleceram uma linha de estudos fundamental, como também ofereceram importante contribuição teórico-metodológicas para a Demografia Histórica da América Latina (Borah; Cook, 1971).

Com efeito, o maior volume de pesquisas demográficas sobre os povos indígenas sob uma perspectiva histórica concentra-se nas tentativas de reconstrução do impacto da *Conquista* nas Américas, sendo esse um dos campos mais produtivos na área de Demografia Histórica (Newson, 1993). Esses trabalhos partem normalmente de fontes do século XVI para então retroagir e estimar o tamanho da população indígena pré-colombiana no momento do contato (Livi Bacci, 2008, p. 5). Assim, diversos autores buscaram quantificar a catástrofe demográfica que se seguiu à Conquista, cada um obtendo dados bastante distintos, chegando a cifras entre um milhão e 11 milhões para as Terras Baixas da América do Sul em 1492, refletindo divergências na interpretação das fontes. Essas diferenças implicam análises distintas sobre a escala, duração e as causas dessa "catástrofe demográfica" (Livi Bacci, 2008, p. 23).

Massimo Livi Bacci explora, em seu livro "Conquista: a destruição dos índios americanos" (2008) essas questões, apontando que todos os autores concordam quanto à severidade da crise demográfica, mas divergem quanto às suas causas. Nos modelos que projetam uma população "original" de maior volume, mais rápido e mais importante é o impacto das doenças virais e bacterianas, tornando-se único fator explicativo possível para uma perda populacional tão significativa em pouco tempo. As demais causas, como guerras, fomes, mobilidade, migrações forçadas, trabalho forçado, escravidão e demais fatores socioeconômicos que podem ter contribuído para a desorganização dos sistemas demográficos indígenas, são relegadas a um plano secundário (*Ibid.*, p. 5). Segundo o autor, o contato com doenças virais e bacterianas por si só não explicaria a desestruturação das comunidades indígenas, argumentando que "o destino dos povos indígenas dependia de fatores biológicos, mas também fatores demográficos e sociais, e em alguns casos até mesmo ao acaso" (*Ibid.*, p. 52). Assim, o autor também aponta que fenômenos como a fecundidade e a migração muitas vezes não são abordados nos estudos sobre o declínio da população indígena nas Américas.

John Monteiro também abordou essa questão no artigo "A dança dos números: A população indígena do Brasil desde 1500" (1994), em que propõe uma crítica aos estudos que buscam recompor o volume populacional imediatamente antes da invasão europeia no continente. Entre os argumentos apresentados, o autor também aponta a ênfase na mortalidade como única causa da depopulação, perspectiva vinculada à concepção de que os indígenas estariam fadados à "extinção" (*Ibid.*, p. 17). Assim, quanto mais se volta a atenção apenas à mortalidade, mais se obscurece a agência indígena enquanto "sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições de contato e dominação" (*Ibid.*, p. 227) Os estudos de demografia histórica sobre os povos ameríndios não podem, portanto, considerar apenas a mortalidade como "único móvel de mudança demográfica" (*Ibid.*, p. 17).

Aqui é importante situar que grande parte dessa bibliografia foi produzida a partir da década de 1960, momento de intenso debate sobre o genocídio e etnocídio da população indígena nas Américas e particularmente no Brasil. Esse contexto pode ter contribuído para um viés analítico com foco na mortalidade advinda do choque virótico e bacteriológico como componente demográfico de maior peso para a *catástrofe demográfica* após 1492. As reflexões apresentadas por John Monteiro e Livi Bacci oferecem um importante parâmetro para analisar as dinâmicas demográficas indígenas também no século XX. Mesmo em contextos pós-coloniais, o problema do *desaparecimento* dos povos indígenas foi recolocado de diferentes maneiras e, particularmente no século XX, esteve ligado à produção de dados demográficos e levantamentos estatísticos. Porém, como adverte Monteiro, "se são os números que emprestam dramaticidade e contundência aos argumentos, sua aparente objetividade esconde, muitas vezes, pressupostos falsos, preconceitos velados e vontades políticas" (*Ibid.*, p. 18). Nosso estudo acrescenta a essa lista de problemas a serem enfrentados para o estudo desse segmento populacional as categorias e conceitos segundo os quais os povos indígenas foram classificados e contados.

Essa problemática também pode indicar uma das razões para a quase total invisibilidade das populações indígenas na produção da Demografia Histórica brasileira. Ao nos distanciarmos da produção sobre o impacto da *Conquista*, encontramos poucas pesquisas que tenham foco na dinâmica demográfica dos povos indígenas a partir de métodos da disciplina. No Brasil, ainda há poucas pesquisas, entre as quais destacam-se os trabalhos de Maria Luiza Marcílio (Marcílio, 1997, 2000), Ronald Raminelli (1998), André Augusto da Fonseca (2017) e Camila Loureiro Dias, Fernanda Aires Bombardi e Eliardo Guimarães da Costa (2020), que tratam sobre a população indígena na Amazônia nos séculos XVII e XVIII.

Uma razão central para essa lacuna reside também nas fontes tradicionais da Demografia Histórica. Como apontado anteriormente, houve um movimento intencional de apagamento dos povos indígenas em diversas fontes a partir de 1750, tais como registros paroquiais e listas nominativas, onde são raras ou inexistentes as informações sobre etnia/raça/cor. Essa invisibilidade documental foi agravada pelo fato de que, no Brasil, o interesse dos pesquisadores concentrou-se principalmente no estudo das populações escravizadas e seus descendentes, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII.

Além dos desafios apontados, fatores ligados à constituição do campo na academia brasileira promoveram esse distanciamento. O debate entre Demografia Histórica e História da População gerou uma "relativa ambiguidade na definição do fórum a ser ocupado pelos pesquisadores interessados no estudo da população" (Bacellar; Scott; Bassanezi, 2005, p. 343), dificultando diálogos interdisciplinares. Enquanto isso, a produção de conhecimento sobre os povos indígenas avançava em outras áreas, como Antropologia, Arqueologia e História, havendo um importante acúmulo, com marcos importantes, como a publicação do livro "História dos Índios no Brasil" (Cunha, 1992) e o "Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros", organizado John Manuel Monteiro (1994).

Por sua vez, ainda levaria uma década para que o campo de Demografia de Etnias se constituísse formalmente, em 2002, através do Comitê de Demografia dos Povos Indígenas (Azevedo *et al.*, 2019), o que talvez tenha também afastado a interação entre esses dois campos de pesquisa. Uma constatação disso é o livro "História Social das Populações no Brasil escravista" (Scott; Nadalin, 2024), em que em estudos mais recentes os indígenas, quando aparecem, ainda são referidos de uma maneira largamente marginal, quando comparados a outros segmentos populacionais. Esse fato ilustra como o comportamento demográfico da população indígena ainda é "insuficientemente abordado pelos pesquisadores brasileiros" (Scott, 2017) no campo da Demografia Histórica, abrindo espaço para um importante campo de pesquisas a ser desenvolvido.

Considerações finais

Ao longo do século XX, a consolidação do sistema estatístico oficial gerou paradoxalmente uma invisibilidade dos povos indígenas. Os conceitos operativos para a coleta de informações e as categorias étnico-raciais adotadas oficialmente até 1980, centradas na dicotomia entre assimilação e extinção, excluíram uma parte significativa dessa população. Contudo a lacuna dos dados não corresponde a uma ausência de reflexão ou ação para seu levanta-

mento. Pelo contrário, através da análise dos processos envolvidos na produção de informações populacionais revela-se um intenso debate e disputas políticas em que ocorreram convergências e divergências dos órgãos indigenistas e de estatística.

A análise aqui proposta demonstra que, além da violência contra os povos indígenas e as graves crises de mortalidade que se repetiram ao longo de todo o século XX, as categorias de captação de dados foram, elas mesmas, centrais para a formulação de um projeto político que visou primeiramente à integração das populações ameríndias, que posteriormente foi refutado e reorganizado com base no reconhecimento da agência e autonomia indígena.

Como agenda de pesquisa, tendo como base a contribuição do trabalho de Massimo Livi Bacci e John Monteiro, diversos fatores devem ser considerados ao investigar os efeitos da política indigenista e invasão dos territórios indígenas. É preciso levar em conta que, mesmo em um contexto violento, algumas populações se reorganizaram e vivenciaram crescimento demográfico. Diante desse cenário, a análise das categorias indígenas utilizadas até 1980 é o ponto de partida para compreender as dinâmicas demográficas indígenas no período republicano.

Referências

ADAMS, K.; PRICE, D. *The demography of small-scale societies:* case studies from lowland South America. South American Indian Studies. Bennington: Bennington College, mar. 1994.

ALMEIDA, R. T. de. Política Indigenista e "O índio Brasileiro". *Anuário Antropológico*, v. 7, n. 1, p. 326-34, 1983.

ANDERSON, B. R. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, A. Number in the Colonial Imagination. In: BRECKENRIDGE, C. A.; VEER, P. VAN DER (eds.). *Orientalism and the Postcolonial Predicament*. Philadelphia: University of Pennylvania Press, 1993. p. 314-339.

AZEVEDO, F. de. *A Cultura brasileira:* introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; IBGE, 1944.

AZEVEDO, M. M. do A. *et al.* Memórias Acadêmico-Afetivas sobre a Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: entrevista com Marta Maria do Amaral Azevedo. In: *Entre Demografia e Antropologia:* povos indígenas no Brasil. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2019. p. 241-264.

BACELLAR, C. de A. P.; SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 339-350, dez. 2005.

BARBOSA, L. B. H. *Pelo índio e pela sua protecção official*. Rio de Janeiro: Typ. Macedo, 1923.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (eds.). *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185-227.

BARTOLOMÉ, M. A. *et al.* Declaração de Barbados I. Simpósio sobre a Fricção lnterétnica na América do Sul. *Anais*, Barbados, 30 jan. 1971.

BELTRÃO, J. F. (org.). *Relatório Figueiredo:* atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

BORAH, W.; COOK, S. F. La demografía histórica de América Latina: necesidades y perspectivas. *Historia Mexicana*, v. 21, n. 2, p. 312-327, 1971.

BRITO, C. A. G. de; GUIMARÃES, B. N. Entre invisibilidade e resistência: saúde e demografia indígenas durante a ditadura militar brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 10, 2024.

CARNEIRO da CUNHA, M. *Antropologia do Brasil:* mito, história, etnicidade. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARNEIRO da CUNHA, M. Política Indigenista no Século XIX. In: CARNEIRO da CUNHA, M. (ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.

CEDI. Povos Indígenas no Brasil 1980. *Aconteceu Especial*, abr. 1981.

CEDI. Terras Indígenas – Reconhecimento Oficial. In: RICARDO, C. A. (ed.). Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. *Aconteceu Especial*. São Paulo: CEDI, 1991. v. 18, p. 592.

CEDI/MUSEU NACIONAL. *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI, 1987.

CIMI. Dossiê sobre a situação dos povos indígenas em todo o Brasil, com levantamento demográfico atualizado. *Porantim*, p. 5-12, set. 1979.

CIMI. Um retrato da nossa população indígena. *Porantim*, p. 4-13, abr. 1982.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO-SP. *A questão da emancipação*. 1. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1979.

COOK, S. F.; BORAH, W. *The Aboriginal Population of Central Mexico on the Eve of the Spanish Conquest*. Ibero-Americana: 45. ed. Berkeley: University of California Press, 1963.

CUNHA, M. C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DAVIS, S. H. *Victims of the Miracle* – Development and the Indians of Brazil. New York: Cambridge University Press, 1977.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A.; COSTA, E. G. da. Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. *Revista de História*, São Paulo, p. a08619, 27 nov. 2020.

DORNELLES, S. S. A produção da invisibilidade indígena: sobre construção de dados demográficos, apropriação de terras e o apagamento de identidades indígenas na segunda metade do XIX a partir da experiência paulista. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 10, n. 20, p. 62-80, 14 dez. 2018.

FARIA, G. de (ed.). *A verdade sobre o índio brasileiro*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1981.

FONSECA, A. A. da. Os mapas da população no Estado do Grão Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 3, p. 439-464, 20 dez. 2017.

GUIMARÃES, B. N.; SANTOS, R. V. Estatísticas de resistência e os horizontes da saúde indígena na ditadura militar. In: PONTES, A. L. de M.; MACHADO, F. R. de S.; SANTOS, R. V. (eds.). *Políticas Antes da Política de Saúde Indígena*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 99-129.

KERTZER, D. I.; AREL, D. Censuses, identity formation, and the struggle for political power. In: KERTZER, D. I.; AREL, D. (eds.). *Census and Identity:* The politics of race, ethnicity, and language in national censuses. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 1-42.

LIVI BACCI, M. *Conquest:* The Destruction of the American Indios. Cambridge, UK: Polity Press, 2008.

LOVEMAN, M. *National colors:* racial classification and the state in Latin America. New York: Oxford University Press, 2014.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, 1997.

MARCÍLIO, M. L. La démographie historique en Amérique latine/: un bilan. *Annales de Démographie Historique*, n. 2, p. 111-125, 2000.

MONTEIRO, J. M. A Dança dos Números: a população indígena do Brasil desde 1500. *Tempo e Presença*, n. 271, p. 17-18, 1994.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores:* Estudos de História Indígena e Indigenismo. Campinas: UNICAMP, ago. 2001.

MONTEIRO, J. M. (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros:* acervos das capitais. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 1994.

MOREIRA, V. M. L. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 127-142, dez. 2010.

NEWSON, L. A. The Demographic Collapse of Native Peoples of the Americas, 1492-1650. *Proceedings of the British Academy*, v. 81, p. 247-288, 1993.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, v. 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; VENTURA SANTOS, R. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; VENTURA SANTOS, R. (eds.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 11-32.

RAMINELLI, R. Depopulação na Amazônia Colonial. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais*. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1998.

RIBEIRO, D. *Culturas e línguas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização* – A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1985.

SANTOS, R. V.; GUIMARÃES, B. N.; SIMONI, A. T. Cor ou Raça: Indígena? Contextos e recepções da inclusão de uma categoria no Censo Demográfico 1991. *Confins*, v. 59, 2023.

SCOTT, A. S. V. "Com os olhos no futuro da Demografia Histórica da América Latina": uma homenagem a Maria Luiza Marcílio. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 25, n. 2, p. 7, 19 dez. 2017.

SCOTT, A. S. V.; NADALIN, O. (orgs.). *História Social das Populações no Brasil Escravista.* São Leopoldo: Oikos, 2024.

SCOTT, J. C. *Seeing like a state:* how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University, 1998.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz:* poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, V. S. de; SANTOS, R. V. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 745-760, set. 2012.

SPOSITO, F. *Nem cidadãos, nem brasileiros:* indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

VIANNA, F. J. de O. *O povo brasileiro e sua evolução*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.

DOI 10.29327/5844403.1-10

Política migratória subsidiada e seus efeitos sobre o perfil de imigrantes recrutados para São Paulo[1]

Oswaldo Truzzi (UFSCar, CNPq)
Paulo Cesar Gonçalves (Unesp, CNPq)

A opção de subsidiar o transporte transatlântico confere singularidade à política migratória brasileira (paulista, em particular) em relação aos concorrentes. Os Estados Unidos, que atraíram cerca de seis vezes mais imigrantes do que o Brasil, jamais adotaram tal política. Na Argentina, o esquema de subsídios valeu por apenas três anos, entre 1887 e 1890, sendo abandonado após o agravamento de uma crise financeira do Estado argentino (Fernández, 2018). Pelo menos desde a década de 1870, as autoridades argentinas já duvidavam da conveniência desse tipo de imigração, tachada de "artificial". Para Mitre, primeiro presidente da nação unificada e um dos mais expressivos expoentes do pensamento liberal, a imigração subvencionada beneficiava mais os recrutadores do que os próprios imigrantes. Além disso, argumentava convicto:

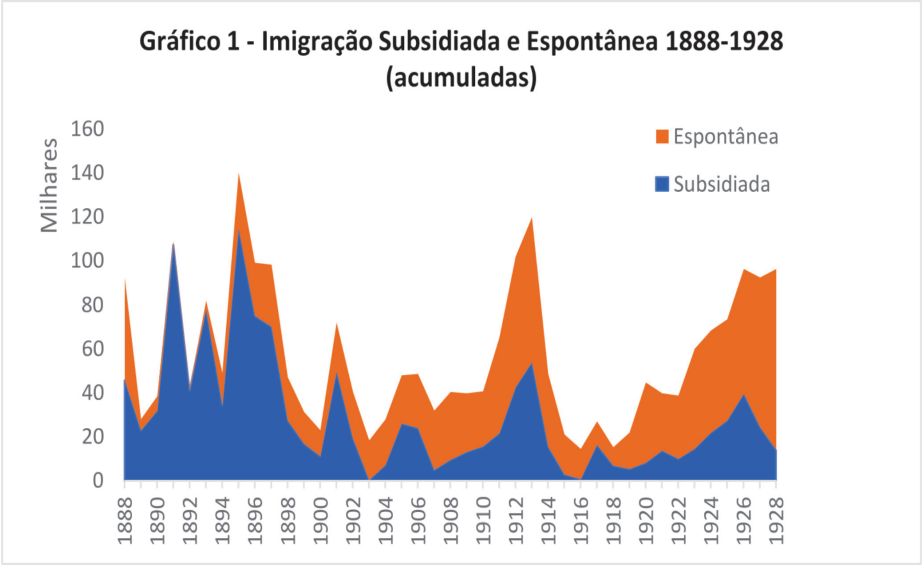
> O homem que se expatria por um ato deliberado de sua vontade nos dá por esse fato a garantia de que é um ser enérgico e responsável, que vem com um propósito; que traz um capital grande ou pequeno, que se basta a si mesmo, que vem enriquecer a sociedade a que se agrega, incorporando a ela uma nova força física e moral, que obedece livremente a suas aspirações, consulta suas conveniências e toma assento entre nós concorrendo sem esforço para a harmonia geral. Este é o tipo de imigrante voluntário. O imigrante contratado, recrutado ou comprado por empresários que buscam mais suas conveniências que o futuro da colonização é um ser irresponsável, que não obedece a seu livre-arbítrio, que vem escravizado por um contrato de exploração (Mitre, *apud* Djenderedjian, 2008).

Anos depois, Juan Alsina, Diretor-Geral da Imigração, confirmou em seu livro publicado em 1898 o fracasso da política subsidiada para atrair imigrantes, denominada por ele de "imigração artificial".

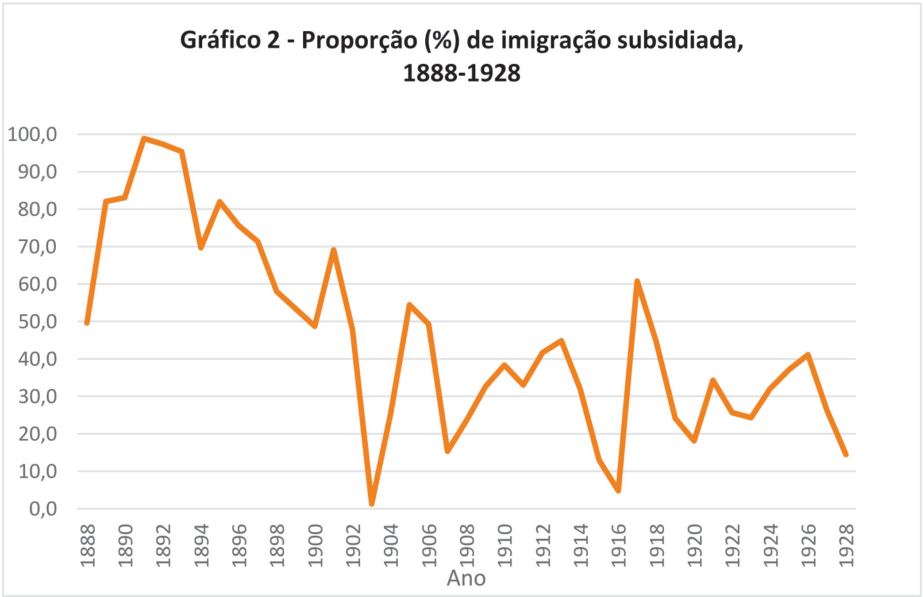
[1] O presente trabalho contou com o apoio da FAPESP (processos 2021/11718-6 e 2023/11937-5).

Os fazendeiros paulistas que idealizaram a política de subsídios certamente estavam ciosos de tais argumentos. Preferiram agir, entretanto, como defensores de seus próprios interesses. Desde o início dos anos oitenta, insistiram para que o governo provincial de São Paulo arcasse com os custos do transporte transatlântico das famílias de imigrantes a serem recrutadas não para a formação de núcleos coloniais, o que significaria distribuir terras, mas para serem empregados como colonos diretamente nas fazendas de café. Apesar da oposição da Sociedade Central de Imigração, sediada na capital do Império, interessada em distribuir terras aos imigrantes para que produzissem alimentos, venceram os interesses dos fazendeiros do oeste paulista à medida que, na penúltima década do Império, já se assenhoravam do governo provincial (Gonçalves, 2014).

Os gráficos a seguir ilustram os volumes cumulativos correspondentes às migrações subsidiadas e espontâneas para São Paulo (Gráfico 1), bem como o peso relativo da primeira (Gráfico 2) no período 1888-1928.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (1941).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (1941).

Os percentuais mais elevados de chegada de imigrantes com passagens subsidiadas ocorreram no período entre 1888 (após a abolição) e 1901 (antes do decreto Prinetti[2]), quando o estado de São Paulo recebeu quase 1 milhão de imigrantes estrangeiros, sendo que mais de três quartos dessas entradas foram subsidiadas (Gráfico 1). Nos outros anos, os percentuais de subsidiados foram menores do que dos espontâneos, com exceção dos anos de 1905 e 1917. Já no período de 1902 a 1928, quando o estado recebeu quase 1,4 milhão de imigrantes, cerca de um terço das entradas foi subsidiado. Considerando-se os 41 anos do período 1888-1928 como um todo, mais da metade (51%) dos ingressantes no estado fê-lo com passagens subsidiadas. É importante ainda ressaltar que, a partir de 1929, a política de subsídios cessou, embora fosse alguns anos depois retomada entre 1935 e 1938 antes da Segunda Guerra (vide cifras reunidas na Tabela do Anexo 1).

Foi assim que São Paulo atraiu um estoque disponível de migrantes menos qualificados, muitos dos quais não teriam sequer condições de se organizar

[2] Em 26 de março de 1902, aproveitando-se do relatório de Adolfo Rossi – *Condizioni dei coloni italiani nello stato di S. Paolo* –, enviado especial do Commissariato dell'Emigrazione para averiguar as condições de vida dos italianos nas fazendas paulistas, Giulio Prinetti, então ministro do Exterior italiano, proibiu a emigração subsidiada para o Brasil através do decreto que recebeu o seu nome (Trento, 1989).

para imigrar, não fosse o papel ativo dos recrutadores em arrebanhar famílias próximas da miséria e dispostas a cruzar o Atlântico com passagens garantidas pelo Estado. Como por reiteradas vezes esclareceu Martinho Prado Júnior – pertencente à mais importante família articuladora dos interesses dos cafeicultores – em discurso na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, na sessão de 4 de fevereiro de 1885:

> Não se trata de contractos com immigrantes, mas com companhias particulares, emprezas de navegação que trouxerem immigrantes. Este é o ponto capital do actual projecto. Até aqui só vinham immigrantes mandados vir por particulares, que faziam adiantamentos, não só de passagens como para outras despezas, resultando dahi que muito pouca gente vinha, porque os particulares não queriam, com razão, arriscar despezas, na incerteza de serem pelos immigrantes reembolsados. Desde, porem, que o governo pagar directamente a passagem a companhias, essa immigração tomará consideravel incremento [...]. Libertará o immigrante do contracto, esse espantalho do colono, e a que se vê forçado o lavrador, maugrado seu. Não devemos, porem, contar senão com as classes pauperrimas que na emigração procuram recursos para as mais triviaes necessidades da vida (*In memoriam*, 1944, p. 229-232).

Havia, portanto, praticamente uma preferência por recrutar uma imigração bastante desprovida de recursos e consequentemente muito pouco qualificada, mas, por isso mesmo, adequada aos propósitos das elites rurais que desejavam tão somente substituir a mão de obra escravizada nas fazendas de café. Tratando-se o café de uma cultura com mão de obra intensiva, o aprendizado que envolvia tarefas rudimentares no cafezal era simples, o que tornava qualquer qualificação desnecessária nas novas áreas que estavam se abrindo no oeste paulista. "Assim o fazendeiro dessas áreas selecionou seu elemento de trabalho menos na base de uma experiência agrícola que na disposição de trabalhar intensamente o cafezal" (Beiguelman, 2005, p. 106).

Não há dúvida de que, sob a ausência de uma política de distribuição de terras atrativa, São Paulo somente pôde receber contingentes consideráveis de imigrantes graças à implementação de subsídios. É isso que explica, por exemplo, não apenas o volume significativo de italianos (Trento, 1989; Truzzi, 2015) entrados na última década do século XIX, mas sobretudo a partir da década seguinte o fluxo de espanhóis, especialmente andaluzes, e portugueses.[3] Espontaneamente, muitos desses espanhóis que vieram a São Paulo teriam se

[3] Andaluzes constituíram o grosso dos imigrantes espanhóis que se dirigiram ao meio rural do oeste paulista. Já os galegos preferiram concentrar-se na própria capital, em regiões litorâneas do estado ou, no máximo, no meio urbano do interior paulista (González Martínez, 1999; Alegre, 2014).

dirigido majoritariamente a Argentina e Cuba, países com raízes históricas e culturais mais próximas, ou mesmo sem recursos para se deslocar teriam permanecido na origem. Klein (1994, p. 36), por exemplo, apurou que dos 102.800 espanhóis que passaram pela Hospedaria em São Paulo entre 1910 e 1915 apenas 15% pagaram suas passagens, em flagrante evidência de quão importante era o transporte subsidiado para o grupo.

Neste trabalho, sustentamos a tese de que a imigração subsidiada em São Paulo, sobretudo no oeste paulista, resultou no recrutamento de grupos sociais menos qualificados e empobrecidos de italianos[4] e espanhóis. Para tanto, o contraponto com aqueles que rumaram à pampa úmida argentina tem como objetivo o exercício comparativo na perspectiva de evidenciar nossa hipótese.[5] Por outro lado, ressaltamos o imperativo de investigar as origens regionais desses dois fluxos migratórios mais comuns e numerosos no interior paulista e na pampa úmida, uma vez que a mera indicação da nacionalidade deixa escapar distinções importantes internas para cada um desses dois contingentes.[6]

No caso italiano, Vêneto e Lombardia, ao norte, e Campania e Calábria, ao sul, compuseram cerca de 60% do fluxo migratório dirigido ao Brasil entre 1876 e 1920. O Vêneto, em particular, responsável por 30% das entradas, foi a única região da Itália a enviar mais imigrantes ao Brasil em relação a qualquer outro destino, incluindo-se Estados Unidos ou Argentina (Nascimbene, 1984, p. 20; Alvim, 1986, p. 67). Não há dados agregados sobre a origem do fluxo que se destinou especificamente a São Paulo, mas um levantamento

[4] Vale destacar que a imigração italiana para São Paulo foi bastante diversificada e abrigou entre a massa francamente majoritária de colonos com pouca ou nenhuma qualificação e desprovida de recursos financeiros também estratos de outras classes. Lacaz (1989) e Salles (1997), por exemplo, analisaram médicos italianos em São Paulo, enquanto Ruggiero (2017) estudou os imigrantes provenientes da Toscana no período da Grande Imigração (1875-1914) que se dirigiram à capital paulista e desenvolveram atividades ligadas ao comércio étnico e ao artesanato qualificado, como o trabalho em pedras destinadas à construção e à decoração, especialmente mármore, alabastro e pórfiro.

[5] Grosso modo, a chamada pampa úmida argentina (assim denominada porque raramente recebe precipitações inferiores a 500 mm anuais, em contraposição a áreas de menor pluviosidade situadas a oeste e ao sul, e de terrenos salitrosos ou que já integram a região do Chaco argentino ao norte) compreende quase a totalidade da província de Buenos Aires, o centro e o sul da província de Santa Fé, os setores meridionais e centro-orientais da província de Córdoba e o terço oriental do território de La Pampa (Gaignard, 1984, p. 23-28). Já o oeste paulista é aqui definido como a região na qual a cultura cafeeira se desenvolveu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX às custas (mas não exclusivamente) da mão de obra estrangeira e que compreende todo o território paulista menos as regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da Capital, do Litoral Sul e da Baixa Sorocabana (Milliet, 1941; Camargo, 1953, p. 23-49; Love, 1982; Holloway, 1984).

[6] Trata-se, neste texto, de uma comparação bastante pontual. Uma perspectiva comparativa entre políticas migratórias da América Latina de forma mais ampla foi realizada por Alonso (2004).

das origens dos italianos que casaram em uma cidade típica da economia cafeeira paulista, entre 1880 e 1914, reitera a predominância das regiões acima mencionadas e sobretudo dos vênetos: entre 4.888 nubentes italianos 41% procediam do Veneto, 12% da Calábria, 12% da Campania e 11% da Lombardia (Truzzi, 2020).

Já entre os colonos rurais argentinos, Devoto informa que piemonteses e lombardos constituíram os grupos mais comuns entre os italianos. Mesmo sendo a maioria das colônias fundadas por colonizadores de nacionalidades distintas, esses grupos acabaram se impondo como os mais numerosos, circunstância refletida inclusive na denominação das colônias, tais como Nova Torino, por exemplo, visando claramente atrair imigrantes do Norte italiano (Devoto, 2008, p. 118-119). Foerster (1919, p. 230), referindo-se ao período de 1876-1897, indica que dois terços dos italianos chegados à Argentina trabalhavam em atividades agrícolas, enquanto os mesmos representavam 70% dos trabalhadores do setor.

Os dois movimentos estavam inseridos nas emigrações definitivas e temporâneas, as quais influenciaram o grande volume de saídas. Segundo Ercole Sori (1979, p. 20-25), as quotas máximas do êxodo definitivo ocorreram entre os anos de 1880 e a primeira metade de 1890, ocasionadas pelas grandes emigrações agrícolas para a América Latina como resultado da crise agrária italiana. O Vêneto nos anos oitenta e noventa e depois o *Mezzogiorno* a partir do final do século conformaram os grandes reservatórios de população para suprir a demanda por força de trabalho no Novo Mundo.

Embora menos presentes do que os italianos no meio rural da pampa úmida, os espanhóis que para lá rumaram também diferiram bastante em suas origens da significativa presença de andaluzes no interior paulista. Ao norte da província de Buenos Aires e ao sul das províncias de Santa Fé e Córdoba predominaram os catalães. À medida que a colonização avançou para o sul da província de Buenos Aires e para o território de La Pampa, ganharam importância os castelhanos e leoneses, um grupo pouco presente até o final do século XIX. Galegos e andaluzes, por sua vez, tiveram participação quase nula na colonização rural (Vázquez González, 1999).

Voltando aos italianos no interior paulista, os contratos de colonos propriamente ditos eram na maioria preenchidos por vênetos, agricultores por excelência, sobretudo a partir de 1886, quando passaram a dominar o fluxo (Alvim, 1986, p. 28; Franzina, 2006, p. 84; Sori, 1979, p. 25). Já os meridionais, quando permaneciam em zonas rurais, encontraram outro tipo de inserção. "Trabalhos de desmatamento, plantações de café, preparação de pastos, estradas, encanamentos d'água (...) são na maioria feitos por trabalhadores

diaristas (...) são feitos por estrangeiros, entre os quais muitos italianos meridionais" (Belli, 1910, *apud* Alvim, 1986, p. 67-68). Não resta dúvida, entretanto, de que a preferência dos meridionais era pelo meio urbano, onde exerciam atividades diversas desde serviços simples e mal remunerados até atividades comerciais que aos poucos foram conformando uma classe média florescente. Em 1909, um atento observador na Itália notou que no estado paulista os italianos formavam

> [...] duas correntes distintas: uma se enterra campo adentro, dedicando-se especialmente à agricultura, a outra fica nas cidades e subúrbios para exercer qualquer espécie de atividade. A primeira corrente é constituída de pessoas provenientes na sua maioria das cidades vênetas, a outra da Itália central e meridional (De Luca, 1909, *apud* Alvim, 1986, p. 71).

Em visita à Argentina por volta de 1910, o britânico Lord Bryce observou igualmente que italianos do norte apegavam-se à terra, enquanto os do sul permaneciam nas cidades e trabalhavam como carregadores de cargas em portos e ferrovias ou como barqueiros (Bryce, 1912, p. 338-339). Em São Paulo, tal característica foi confirmada por pesquisas mais recentes, indicando que os meridionais preferiam as cidades porque lhes permitia reconstruir uma rede de amizades e relações pessoais, adequava-se melhor aos hábitos de um proletariado que sempre viveu, antes de emigrar, nos burgos populosos do sul e porque a terra, enfim, tornou-se a seus olhos sinônimo de miséria e desespero (Romano, 1978, *apud* Alvim, 1986, p. 71).

Se os anseios e as inserções ocupacionais em São Paulo foram distintos para setentrionais e meridionais, as motivações para a emigração na origem eram relativamente semelhantes: proletarização acelerada de camponeses, longas jornadas de trabalho e parca alimentação. Especialmente no Vêneto, o grupo mais visado para ser recrutado para São Paulo era o de pequenos proprietários e o dos *braccianti,* estes "absolutamente sem recursos e que, segundo a opinião dos fazendeiros, teriam maior dificuldade para abandonar a lavoura" (Alvim, 1986, p. 47), circunstância que assegurava assim a dependência das famílias emigradas do latifúndio cafeeiro. Por outro lado, entre meridionais a predominância de uma estrutura fundiária concentrada somou-se às condições já acima aludidas para definir uma situação de perene miséria entre camponeses.

Nessas condições, é razoável postular a hipótese de que São Paulo atraiu sobretudo famílias e indivíduos sem recursos, muito pouco qualificados e relativamente próximos da miséria (embora os extremamente miseráveis tivessem maiores dificuldades para se organizar para emigrar), os quais só tiveram condições de emigrar dadas as condições de transporte oferecidas gratuitamente (Truzzi; 2015; Gonçalves, 2012).

No caso da imigração portuguesa, também volumosa a partir da primeira década do século XX, Scott igualmente argumenta que a passagem subsidiada bancada pelo governo paulista transformou o perfil da imigração portuguesa. Desde as primeiras décadas do século XIX, o tipo característico de imigrante era o de um jovem solteiro, alfabetizado, proveniente de famílias com certos recursos, capacitadas a arcar com as despesas de viagem e instalação sobretudo no Rio de Janeiro, então capital do Império. Muitos foram bem-sucedidos, retornaram à pátria de origem, onde cunharam a fama de "brasileiros", enriquecidos que se tornaram ativos capitalistas e mesmo filantropos.

Mendes (2007, p. 112-113), ao consultar ofícios reunidos no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, observou que, mesmo antes da imigração em massa, a documentação já trazia "notícias de engajamento de açorianos e madeirenses para 'substituir o trabalho escravo no café', dando conta da realidade que enfrentavam aqueles imigrantes, 'barbaramente tratados' nas fazendas de São Paulo e Minas Gerais". É de notar ainda que o imigrante português era na época visto como portador de vantagens em relação a outros grupos de imigrantes porque apresentava língua, religião, origem, costumes e relações condizentes ao imigrante desejado, embora já se observasse a essa altura sua inclinação urbana, isto é, a "desvantagem de não servir em maior número à lavoura".

Já a partir do final dos anos oitenta, com a imigração em massa subsidiada, "o perfil transforma-se muito, cedendo lugar ao caudal de imigrantes menos preparados, mas embalados pelas imagens de sucesso [dos 'brasileiros'] gravadas em seu universo mental. Esse fluxo será formado, em sua maioria, por indivíduos jovens que viajavam sós e que provinham das camadas sociais mais humildes e que, portanto, dispunham de um grau menor de instrução e preparo" (Scott, 2000, p. 138).

No caso espanhol, como já se observou, algo semelhante ocorreu. Em termos de origens regionais, o interior agrícola paulista atraiu sobretudo andaluzes, em contraposição aos galegos, mais abundantes na capital e em Santos.[7] "São Paulo foi o lugar escolhido por milhares de andaluzes (...). Os informes

[7] De índole urbana, dedicados ao comércio e aos serviços, no máximo, estes chegaram até Campinas, mas não adentraram propriamente o oeste paulista (Cánovas, 2005, p. 63-64 e 71). Além disso, os galegos também constituíram colônias significativas no Rio de Janeiro e em Salvador, na Bahia (Albán, 1983). Segundo González Martinez (1990, p. 343), a imigração subsidiada para São Paulo levou o estado a ser o único do Brasil em que os galegos não eram majoritários, representando cerca de 20% dos espanhóis. O maior grupo (60%) era formado pelas famílias de agricultores andaluzes recrutados para as fazendas.

nos mostram que 60% dos espanhóis residentes nesse estado eram oriundos da Andaluzia, 20% da Galícia, 10% de Castela e o resto do Levante e outras províncias" (González Martinez; Marques, 1992, p. 14). Padrón (1992, p. 69) confirma a cifra de 60% de andaluzes entre os 400 mil espanhóis residentes em São Paulo em 1932.

E no interior da própria Andaluzia há ainda diferenças significativas, destacando-se as províncias orientais, em particular a Almería, como grande fornecedora de imigrantes – não tanto de *jornaleros,* mas sobretudo de famílias minifundiárias depauperadas que se desfaziam de suas propriedades e embarcavam com passagem subsidiada a São Paulo (Bernal, 1988, p. 160; Lorca, 1991, p. 307). De fato, Cánovas (2005, p. 147) indica que, no ano de 1910, três a cada quatro imigrantes embarcados em portos espanhóis e desembarcados em Santos fizeram-no pelo porto de Almería. Na região já era costume buscar trabalho temporário, com passagens pagas, no norte da África, mas um massacre ocorrido em Saida, na Argélia, em 1881, refreou tal fluxo (Alegre, 2014, p. 166). Havia, portanto, uma cultura de emigração temporária instalada na região, que, anos depois, foi convertida em emigração "permanente" para São Paulo, também com passagens pagas. Como observou González Martinez, "a alternativa de migrar somente foi considerada quando se tratava do Brasil – levemos em conta que não existia na península tradição emigratória para esse país –, no momento em que houve a possibilidade de fazê-lo gratuitamente. Esta será uma característica que define o tipo de emigração espanhola: só emigraram para São Paulo aqueles que não puderam fazê-lo para a Argentina, Cuba, Uruguai; entre outros motivos por falta de recursos econômicos" (González Martinez, 1990, p. 84).

Alegre fornece inúmeros dados a respeito da situação crítica que a população rural andaluza enfrentava entre o final do século XIX e o início do século XX, concluindo que "todas as circunstâncias mencionadas concorreram fortemente para explicar a emigração andaluza por um fator fundamental: a miséria camponesa" (Alegre, 2014, p. 173). O desemprego, os baixos salários e os desmandos tributários, penalizando especialmente as pequenas propriedades, definiram uma situação de "miséria institucionalizada" entre os camponeses andaluzes. Assim como parte dos imigrantes procedentes do Vêneto, pequenos proprietários empobrecidos vieram a São Paulo na expectativa de perpetuar a condição de proprietários no novo país, mas acabaram se transformando em colonos assalariados nas grandes propriedades cafeeiras do oeste paulista.

É também significativo que o único e breve período no qual o fluxo de andaluzes à Argentina mostrou-se relevante foram os três anos ao longo dos

quais o governo de Juárez Celman (1886-1890) financiou, seletivamente[8], as passagens marítimas para Buenos Aires. O próprio Juan Alsina, que até 1891 ocupou o prestigioso cargo de Diretor de Migrações argentino, reconhecia, em tom crítico, que as passagens subsidiadas não passavam de um instrumento para que muitos diaristas andaluzes ou holandeses pudessem migrar para a Argentina (Devoto, 2003, p. 82-84). Tais circunstâncias apenas reforçam o argumento de que os andaluzes dependiam efetivamente do fornecimento de passagens subsidiadas para emigrar.

A princípio, como observou Fernando Devoto, "o custo da emigração colocava os setores mais pobres fora da experiência transatlântica. A imigração era uma espécie de inversão, e nem todos estavam em condições de fazê-la" (Devoto, 2003, p. 83), a não ser que tais estratos tivessem seu deslocamento pago pelos governos que desejassem atrair esse tipo de mão de obra, como no caso paulista.

Após a diminuição brusca do fluxo migratório dos italianos vindos a São Paulo, ocasionada pelo decreto Prinetti de 1902, que proibiu a saída com passagens subsidiadas, foi sobretudo na Andaluzia que os cafeicultores paulistas encontraram a nova fonte de força de trabalho a ser mobilizada. Mesmo que em 1910 o governo espanhol também tenha proibido a emigração subsidiada, a medida resultou ineficaz graças à proximidade de uma saída alternativa – o porto de Gibraltar. Dada a característica peninsular do território italiano, somada à barreira dos Alpes, uma rota alternativa era mais difícil para os italianos que pretendessem emigrar para São Paulo.

É significativo observar que entre todas as nacionalidades chegadas em terceira classe ao porto de Santos entre 1908 e 1939 os espanhóis apresentam a menor taxa de alfabetização, estimada em 28%, bem abaixo dos portugueses (43%), dos italianos (60%), dos japoneses (73%), dos austríacos (76%) e dos alemães (87%) (IBGE, 1941).

Já na Argentina, o censo de 1914 aponta que dois terços dos espanhóis das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba já eram alfabetizados ou semialfabetizados. Não por acaso, a Andaluzia Oriental, na qual se incluem as províncias de Almería, Granada, Jaén e Málaga, apresentava em 1877, nesse quesito, uma taxa de 81% de analfabetos, superior não apenas à Andaluzia de modo geral (75%), mas também ao restante da Espanha (62%). Assim, a hipótese da vinda de contingentes menos qualificados sob o ponto de vista da

[8] Seletivamente, porque os maiores beneficiados foram espanhóis e franceses, sendo os italianos, já bastante numerosos, excluídos como beneficiários de tal política, que visava também promover um maior equilíbrio entre as nacionalidades dos contingentes.

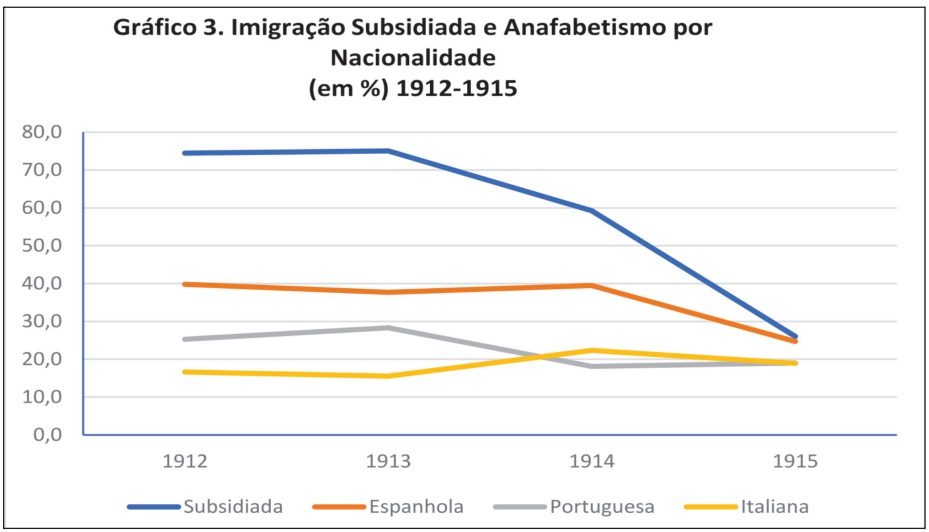
instrução a São Paulo, em razão da imigração subsidiada, não pode ser excluída (Tercer, 1914; Alegre, 2014, p. 161)

A título de exemplo, mesmo com dados limitados ao período de 1912-1915, a Tabela 1 e o Gráfico 3 permitem observar certa relação direta entre imigração subsidiada e analfabetismo daqueles que passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Ou seja, em 1912-1913, cerca de 75% dos imigrantes chegaram com passagens pagas pelo governo paulista; destes, pouco mais de 81% eram analfabetos. Em 1914, o subsídio foi responsável pela entrada de 59,2% e, em 1915, apenas de 26%, enquanto o analfabetismo caiu para 66,2% e 68,8%, respectivamente. Vale destacar ainda as taxas maiores de analfabetismo por parte dos espanhóis como reforço à tese de que compunham o grupo de imigrantes menos preparados.

Tabela 1 – Imigração Subsidiada, Analfabetismo Total e por Nacionalidade (em %) 1912-1915

Ano	Analfabetos	Subsidiada	Espanhola	Portuguesa	Italiana
1912	81,3	74,4	39,8	25,3	16,6
1913	81,7*	75,1	37,7	28,3	15,5
1914	66,2	59,2	39,5	18,1	22,3
1915	68,8	26,0	24,7	19,0	18,9

*Apenas os três primeiros trimestres.
Fonte: Elaboração própria a partir de Secretaria de Agricultura (1912, 1913 e 1915).



Fonte: Elaboração própria a partir de Secretaria de Agricultura (1912, 1913 e 1915).

Por fim, Klein ainda argumenta que, "dada a importância do subsídio no estímulo à imigração, os espanhóis que iam para o Brasil tendiam a ser mais pobres do que a norma da média dos imigrantes e a emigrar mais em grupos familiares do que qualquer dos outros grupos que deixavam a Espanha para se estabelecer no exterior (...). Os cerca de 59 mil emigrantes com destino ao Brasil [partidos entre 1901 e 1908] tinham a maior percentagem de mulheres e crianças (...), quase o dobro que a da Argentina (...). Da mesma forma, os dados mais limitados sobre ocupação revelam que os emigrantes para o Brasil eram os menos prováveis de todos os emigrantes espanhóis a serem artesãos, envolvidos em comércio ou em profissões liberais" (Klein, 1994, p. 39).

* * * *

A título de conclusão resta ainda explorar, mesmo que de modo especulativo, a relação entre imigração subsidiada e redes migratórias. A pergunta aqui não é se as redes podem ou não operar com fluxos migratórios subsidiados – certamente podem[9] –, mas sim se elas se mostram tão eficientes quanto no caso de a imigração ser espontânea. Em outras palavras, sugere-se aqui que a imigração espontânea concede ao imigrante maior liberdade para que este possa explorar, construir e desenvolver redes próprias capazes de acelerar sua inserção e mobilidade na nova sociedade. Essas redes, como observaram Baily (1988) e, em seguida, Tilly (1990), podem ser trazidas da origem, forjadas ao longo da viagem ou construídas após a chegada. Ambas produzem o efeito de empoderar os agentes, incrementando seu capital social. Analisando a imigração francesa à Argentina, por exemplo, Otero (1994) observou, entre 1850 e 1914, uma chance 80% maior de adquirir propriedades entre os que imigraram em redes do que entre aqueles que o fizeram sozinhos. Infelizmente, ainda não há estudos que quantifiquem a influência do fenômeno em São Paulo ou no Brasil.

Trazidas sob os auspícios da imigração subsidiada, provavelmente famílias de colonos – desde logo difícil de quantificar – que chegaram à Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo tiveram menos chance de fazer valer seus contatos e informações anteriores que pudessem lhes facilitar a vida na nova sociedade. Desde a chegada à Hospedaria, as famílias de colonos já eram vigiadas para não se dispersar, orientadas a assinar contratos e imediatamente seguir para as fazendas do interior, onde permaneciam em regime de semi-internação, isoladas. De fato, Vangelista observa que os fazendeiros não apenas

[9] Em São Paulo, o estudo mais conclusivo sobre tal tema, alicerçado sobre uma sólida base empírica, é a tese de Gonçalves (2023) sobre italianos em Franca.

regulavam "as atividades referentes ao processo produtivo, mas também mantinham o controle sobre todas as manifestações da vida privada e pública de seus subalternos" (Vangelista, 1991, p. 229).

Tome-se, como exemplo, a denúncia estampada no *El País,* publicado em Madri, em 1908: "as fazendas para a cultura de café são no Brasil, salvo raríssimas exceções, verdadeiras penitenciárias onde os colonos são recolhidos e tratados como presidiários, submetidos a uma disciplina insuportável, a um tratamento brutal inaudito. (...) A mais leve falta, a mais inocente manifestação de descontentamento, a mais legítima insubordinação do colono é severamente castigada" (*El País*, *apud* Alegre, 2014, p. 180). Na mesma época, mas do outro lado do Atlântico, a imprensa operária paulista foi pródiga em denunciar abusos do mesmo tipo, que muitas vezes culminavam na fuga das fazendas de famílias de colonos às escondidas, na calada da noite (Barriguelli, 1981).

A Hospedaria de Imigrantes do Brás foi fundamental para controlar o aproveitamento da imigração que chegava ao porto de Santos. Serviu também como centro de fiscalização da "qualidade" dos imigrantes introduzidos pelos contratos celebrados com as agências recrutadoras. Dado o volume da oferta e da demanda, não era mais viável aos fazendeiros buscarem imigrantes *in loco* como em períodos anteriores. Até mesmo os contratos celebrados entre eles e empresas encarregadas do recrutamento mostraram seus limites (Gonçalves, 2012).

A criação da Hospedaria de Imigrantes do Brás representou importante estratégia para centralizar os braços que chegavam em grande número e alocá-los de acordo com a demanda da cafeicultura. Dessa forma, pode-se afirmar que o espaço geográfico do recrutamento, do contato direto dos fazendeiros com a mão de obra exógena foi estrategicamente deslocado da Europa para São Paulo, mais especificamente para uma construção imponente, próxima à ferrovia, na tentativa de impedir o contato dos recém-chegados com o mundo exterior (Gonçalves, 2017). A radicalização dessa característica diferenciou-a da maioria das hospedarias mundo afora. As hospedarias de Buenos Aires[10], assim como a Hospedaria da Ilha das Flores no Rio de Janeiro, por exemplo, também se constituíram como "territórios de espera" (Chrysostomo; Vidal, 2014) para o controle e a triagem dos imigrantes que chegavam, inclusive sob o aspecto sanitário, mas não representaram espaços para o recrutamento massivo de trabalhadores, como ocorreu em São Paulo. Certamente as políticas imi-

[10] Entre 1882 e 1911 funcionou a primeira hospedaria oficial, o Hotel de los Inmigrantes de La Rotonda. Por ali entraram cerca de 1.400.000 imigrantes, o que equivalia a 50% do total dos que ingressaram na Argentina nesse período. Em 1911, foi inaugurado o que seria a hospedaria definitiva em Buenos Aires ao lado do porto (Reznik; Fernandes, 2014, p. 237).

gratórias nos dois países tinham como alvo o imigrante europeu, mas com objetivos diversos: no caso paulista, mão de obra familiar para a lavoura agroexportadora; no caso argentino, o povoamento de regiões consideradas "vazias".

Ao elegerem como alvo os mais desprovidos de recursos, os fazendeiros paulistas buscavam prolongar as práticas de controle a que estavam habituados sob o regime de cativeiro, adaptando-as, no máximo de elementos possíveis, à mão de obra livre. Buscavam ainda angariar grande fluxo de trabalhadores para manter os salários baixos e, assim, diminuir os custos da produção. Porque desejavam criar uma relação de dependência dos colonos às fazendas, construíram uma hospedaria que impedisse ao máximo o contato do imigrante recém-chegado com o mundo exterior (o que facilitaria o seu recrutamento), optaram por um contrato que envolvesse e explorasse toda a família – ainda que esta também desejasse contratos familiares (Martins, 1981) –, forçaram a compra de gêneros no armazém da fazenda, induzindo os imigrantes ao endividamento progressivo, e buscaram famílias sem recursos, já que estes poderiam perturbar a permanência daquelas no trabalho.

É significativo que, frente a tal política de recrutamento de mão de obra, as taxas de retorno sejam bastante elevadas em São Paulo, ao mesmo tempo em que as migrações sazonais tenham adquirido uma expressão muito menor do que na Argentina (ou nos Estados Unidos) (Nugent, p. 125), mesmo que o custo da passagem fosse mais alto no caso platense. Em outras palavras, uma parte significativa dos que vieram acabou retornando à origem ou reemigrando a Buenos Aires.[11]

Martinho Prado Junior reconheceu explicitamente a diferença entre os dois destinos principais das migrações na América Latina:

> [...] o imigrante que vem para o Brasil em regra não tem recurso nenhum; são os que vivem na miséria em seu país; o que vai para a República Argentina é o que tem alguns recursos, algum capital […] Emigra para o Brasil

[11] Para o porto de Santos há dados disponíveis apenas a partir de 1896. Entre 1896 e 1900, as saídas correspondem a 43,5% das entradas, um percentual já elevado considerando um destino com baixa sazonalidade. Mesmo assim, foram muito menores que no período subsequente, já que a Argentina, principal competidor na América do Sul por mão de obra, passava por uma crise financeira e política. Na primeira década do século, com a Argentina recuperada e o café enfrentando crises de superprodução, as saídas saltaram para cerca de 90% das entradas. Já no primeiro lustro que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o percentual de saídas recuou para pouco mais de 50% (Rocha, 1987, p. 78). Cabe ainda notar que o destino dos que saíram variou significativamente entre anos e nacionalidades. Para 1901, 18,3% de italianos, 16% de espanhóis e 1% de portugueses reemigraram a Buenos Aires (Lanza; Lamounier, 2017, p. 39). Já em 1908, as mesmas cifras alcançam 30%, 61% e 5%, respectivamente (Rocha, 1987, p. 152), sugerindo que os espanhóis buscavam usufruir da passagem subsidiada ao Brasil para diminuir o custo da viagem da Espanha até Buenos Aires (Cánovas, 2004, p. 122).

> somente o indivíduo sem recurso, assaltado pela necessidade sob todas as suas formas, e o faz encontrando passagem gratuita ou reduzida, contentando-se com subsistência garantida e isenção de serviço militar para seus filhos (*Apud* Beiguelman, 2005, p. 112 e 118).

Em seu discurso na Assembleia Legislativa Provincial no início de 1888, expressou mais uma vez de forma objetiva e sintética qual o trabalhador ideal para a lavoura paulista ao alertar para a importância do financiamento das passagens transatlânticas: "imigrantes com dinheiro são inúteis para nós" (*In memoriam*, 1944, p. 235). Como observou Gonçalves (2014, p. 304), "miséria, subvenção constituíram-se, assim, em elementos-chave na formação da força de trabalho da economia cafeeira paulista".

Referências

ALBÁN, Maria del Rosario. *A imigração galega na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1983.

ALEGRE, Silvia E. *O tráfico de andaluzes para o café*. Cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes (1886-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

ALONSO, Blanca Sánchez. Algunas reflexiones sobre las políticas de inmigración en América Latina en la época de las migraciones de masas. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 18, n. 53, p. 155-175, 2004.

ALSINA, Juan. *La inmigración europea en la República Argentina*. 3. ed. Buenos Aires: Imprenta, 1898.

ALVIM, Zuleika. *Brava Gente!* Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BAILY, Samuel L. Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 3, n. 8, p. 125-135, 1988.

BARRIGUELLI, José C. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. v. 2. São Carlos: UFSCar, Arquivo de História Contemporânea, 1981.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro:* aspectos políticos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BERNAL, Antonio M. La emigración de Andalucía. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Españoles hacia América:* la emigración en masa, 1880-1930. Madri: Alianza Ed., 1988.

BRYCE, James. *South America*. Observations and Impressions. New York: Macmillan, 1912.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. 3 v. São Paulo: FFLCH, USP, 1953.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. A grande imigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma in(visibilidade). *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 11, p. 115-135, 2004.

CÁNOVAS, Marília K. *Hambre de tierra*. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista 1880-1930. São Paulo: Lazuli, 2005.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel J.; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 195-217, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/hcsm.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la migración en la Argentina.* Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2003.

DEVOTO, Fernando. *Historia de los Italianos en la Argentina*. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

DJENDEREDJIAN, Julio. *Gringos en las pampas*. Inmigrantes y colonos en el campo argentino. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2008.

FERNÁNDEZ, Alejandro. La inmigración subsidiada en la Argentina y la crisis económica de 1890. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5798/579862687002/html/.

FOERSTER, Robert. *The Italian Emigration of Our Times*. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2006.

GAIGNARD, Romain. *La Pampa Argentina.* Buenos Aires: Solar, 1984.

GONÇALVES, José Victor M. *Redes migratórias e dinâmica populacional de italianos em um município paulista:* Franca, São Paulo, 1885-1945. Tese (Doutorado em História) – FCHS/Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2023.

GONÇALVES, Paulo C. *Mercadores de braços:* riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2012.

GONÇALVES, Paulo C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 283-308, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100013.

GONÇALVES, Paulo C. Hospedaria de Imigrantes de São Paulo: um novo espaço para o recrutamento de braços europeus pela economia cafeeira. In: MENEZES, Lená M.; SOUSA, Fernando de (orgs.). *Brasil-Portugal:* Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 251-263.

GONZÁLEZ MARTINEZ, Elda. Españoles en Brasil: características generales de un fenómeno emigratorio. *Ciência e Cultura (Revista da SBPC)*, São Paulo, v. 42, n. 5/6, p. 341-346, 1990.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris. *Fazer América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999. p. 239-272.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda; MARQUES, Rosario. Andalucia y América: las alternativas de una comunidad migrante. In: VIVES, P. *et al*. (ed.). *Historia General de la emigración española a Iberoamerica*. Madrid: Cedeal, 1992. p. 3-24.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café:* café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. Boletim do Serviço de Imigração e Colonização. São Paulo, out./1940. In: *Separata do anuário estatístico do Brasil 1939/1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

IN MEMORIAM, *Martinho Prado Júnior*. São Paulo: Elvino Pocai, 1944.

KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1994.

LACAZ, Carlos da Silva. *Médicos italianos em São Paulo:* trajetória em busca de uma nova pátria. São Paulo: Aquarela, 1989.

LANZA, André L.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *Revista de Historia Iberoamericana*, Santiago, v. 10, n. 1, p. 34-58, 2017.

LORCA, Pedro T. Sobre los origenes historicos del subdesarrollo andaluz: algunas hipotesis. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *La modernización económica de España 1830-1930*. 3. ed. Madrid: Alianza Ed., 1991.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. *Laços de sangue:* privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1941.

NASCIMBENE, Mario C. *Italianos hacia América (1876-1978)*. Buenos Aires: Museo Roca – Centro de Estudios sobre Inmigración, 1994.

NUGENT, Walter. *Crossings.* The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

OTERO, Hérnan. Redes Sociales primarias, movilidad espacial y inserción de los inmigrantes en la Argentina. Los franceses de Tandil, 1850-1914. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 9, n. 28, p. 521-548, 1994.

PADRÓN, Francisco M. *Andalucía y América*. Madrid: Mapfre, 1992.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto N. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História (São Paulo)*, Assis/Franca, v. 33, n. 1, p. 234-253, 2014.

ROCHA, Ilana P. *Imigração internacional em São Paulo:* retorno e reemigração, 1890-1920. Tese (Doutorado) – São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

RUGGIERO, Antonio de. Comerciantes e artesãos toscanos nas ruas de São Paulo (1875-1914). *Cadernos de História*, v. 18, n. 28, p. 129-149, 2017.

SALLES, Maria do Rosário R. *Médicos italianos em São Paulo (1880-1914).* São Paulo: Sumaré, 1997.

SCOTT, Ana Sílvia V. Verso e reverso da emigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos*, Lisboa, n. 44, p. 126-142, 2000.

SECRETARIA de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano I, n. 5, 1912.

SECRETARIA de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano II, n. 8-9, 1913.

SECRETARIA de Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano IV, n. 17, 1915.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bolonha: Il Mulino, 1979.

TERCER Censo Nacional (Argentina), 1914. Disponível em: https://deie.mendoza.gov.ar/#!/censos-productivos/1914-tercer-censo-nacional-38.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS MACLAUGHLIN, V. (ed.). *Immigration Reconsidered:* History, Society and Politics. New York and Oxford: Oxford University Press, 1990.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico:* um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. "Gente Nostra" – Práticas endogâmicas entre italianos no interior paulista (1880-1914). In: MATOS, M. I. S.; MENEZES, L. M.; GOMES, E; PEREIRA, S. (orgs.). *Italianos no Brasil:* história, presença e cultura, 2020. Disponível em: https://www.emanuscrito.com.br/livro43.html.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista.* Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1991.

VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alejandro. La reducida aportación galega a la agricultura americana, 1830-1936: una interpretación. In: FERNÁNDEZ, A.; MOYA, J. (eds.). *La inmigración española en Argentina.* Buenos Aires: Biblos, 1999. p. 71-93.

ANEXO 1 – Imigração Subsidiada, Espontânea e Total (1887-1939)

Ano	Subsidiada	(%)	Espontânea	(%)	Total (100)
1887	0	0	32112	100	32112
1888	45697	49,6	46389	50,4	92086
1889	22886	82,0	5007	18,0	27893
1890	31816	83,1	6475	16,9	38291
1891	107536	98,9	1200	1,1	108736
1892	40973	97,4	1088	2,6	42061
1893	77969	95,4	3776	4,6	81745
1894	34092	69,7	14855	30,3	48947
1895	114769	82,0	25229	18,0	139998
1896	74918	75,7	24092	24,3	99010
1897	70053	71,4	28081	28,6	98134
1898	27214	58,0	19725	42,0	46939
1899	16664	53,4	14551	46,6	31215
1900	11109	48,7	11693	51,3	22802
1901	49599	69,1	22183	30,9	71782
1902	19311	47,8	21075	52,2	40386
1903	229	1,3	17932	98,7	18161
1904	7005	25,2	20746	74,8	27751
1905	26015	54,4	21802	45,6	47817
1906	23885	49,3	24544	50,7	48429
1907	4862	15,3	26819	84,7	31681
1908	9433	23,5	30792	76,5	40225
1909	12936	32,6	26738	67,4	39674
1910	15517	38,3	24961	61,7	40478
1911	21458	33,0	43532	67,0	64990
1912	42487	41,7	59460	58,3	101947
1913	53719	44,9	66039	55,1	119758
1914	15436	31,9	32977	68,1	48413
1915	2713	13,0	18224	87,0	20937
1916	677	4,7	13580	95,3	14257

1917	16286	60,8	10490	39,2	26776
1918	6730	44,7	8311	55,3	15041
1919	5260	24,1	16552	75,9	21812
1920	8062	18,1	36491	81,9	44553
1921	13563	34,2	26038	65,8	39601
1922	9903	25,6	28732	74,4	38635
1923	14529	24,3	45289	75,7	59818
1924	21789	32,0	46372	68,0	68161
1925	27225	37,1	46110	62,9	73335
1926	39535	41,1	56627	58,9	96162
1927	24316	26,3	68097	73,7	92413
1928	13905	14,4	82373	85,6	96278
1929	0	0	103480	100,0	103480
1930	0	0	66034	100,0	66034
1931	0	0	0	100,0	0
1932	0	0	35765	100,0	35765
1933	0	0	64010	100,0	64010
1934	0	0	68581	100,0	68581
1935	10794	15,0	61186	85,0	71980
1936	38064	52,5	34433	47,5	72497
1937	60118	69,5	26351	30,5	86469
1938	19303	34,3	37001	65,7	56304
1939	0	0	112346	100,0	112346
Total	1310360	42,3	1786346	57,7	3096706

Fonte: IBGE (1941, v. I, p. 17 e 18).

DOI 10.29327/5844403.1-11

Os chefes de domicílios de proprietários e não proprietários de escravizados no Sertão do Rio Pardo (1801-1820)

Lelio Luiz de Oliveira
Maísa Faleiros Cunha
Marina Costa Oliveira

Introdução

O chamado Sertão do Rio Pardo, nesga de terra entre os rios Pardo e Grande no nordeste da Capitania de São Paulo – Colônia do Brasil, foi ocupado gradativamnte desde meados do século XVIII, primeiramente devido às paragens ou pousos fixados às margens da estrada dos Goyases – caminho da Vila de São Paulo para as minas de Goiás (Brioschi; Bacellar, 1999) – e depois pelo impacto da ampliação da economia de abastecimento interno empreendida na Comarca do Rio das Mortes, sul da Capitania de Minas Gerais (Lenharo, 1979; Martins, 1982). Na virada para o século XIX, com a chegada constante de indivíduos de muitas localidades de Minas Gerais, instalou-se a Freguesia da Franca em 1805 e a Vila em 1824, com jurisdição sobre o amplo território, praticamente todo o nordeste da Capitania de São Paulo. Várias pesquisas tem sido realizadas vasculhando as origens dos "entrantes" (Brioschi; Bacellar; Chiachiri Filho; Junqueira; Sampaio, 1991), o perfil da população livre e escravizada (Cunha, 2009), bem como as transformações econômicas empreendidas na região (Oliveira, 1997; Tosi, 2002). Este capítulo contribui no sentido de compreender, no decorrer do tempo, a dinâmica empreendida pela população do Sertão do Rio Pardo, especificamente o movimento ocorrido no segmento denominado *Chefes de domicílios e proprietários e não proprietários de escravizados* entre os anos de 1801 e 1820 diante do crescimento e diversificação populacional, bem como das transformações econômicas no período. Para tanto realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa das chamadas Listas Nominativas de Habitantes (Bacellar; Scott; Bassanezi, 2005; Bacellar, 2008) dos anos de 1801, 1805, 1809 e 1820. Foram selecionadas as listas que se encontram em bom estado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sendo que as outras de anos intercalados estão parcialmente ilegíveis.

A análise do perfil de determinados segmentos da população, chefes de domicílios proprietários de escravizados e chefes de domicílios não proprietários de cativos, permite compreender a estrutura social do Sertão do Rio Pardo no início do século XIX ao trazer dados como idade, sexo, cor, naturalidade/nacionalidade, estado civil, ocupação e condição jurídica dos habitantes – livres, escravizados ou agregados. Esses elementos, extraídos das Listas Nominativas, revelam a configuração dos domicílios, a composição familiar, a mobilidade geográfica da população e a desigualdade no acesso à propriedade de escravizados. Ao traçar esse perfil, o estudo ilumina não apenas a composição demográfica, mas também as relações de poder, trabalho e mobilidade social que moldaram a região em um contexto de expansão econômica e fronteira colonial.

O estudo em âmbito regional avança na compreensão das especificidades dos movimentos populacionais no fim do período colonial, diante da grande diversidade das origens e classificação social dos indivíduos. A análise conhece e identifica o ritmo de ocupação do território do Sertão do Rio Pardo e questiona os modelos amplos de explicação da formação da população brasileira (Faria, 1998).

Chefes de domicílio em movimento

Há notícias de que em 1779 o Sertão do Rio Pardo contava com apenas 174 pessoas, distribuídas em 17 pousos (Chiachiri Filho, 1982, p. 141). Vasculhado o sertão e contada sua população em 1801, possuía então 613 habitantes, chegando a ser 852 pessoas em 1805, multiplicando-se por dois em 1809, sendo 1.601 indivíduos, chegando a 2.980 em 1820, resultado do afluxo constante de indivíduos e famílias da Capitania de Minas Gerais que adentravam a região. Destaca-se o período entre 1805 e 1809, quando a taxa média geométrica de crescimento anual da população foi de 11,34% a.a. (Tabela 1, Gráfico 1).

Entre 1801 e 1809, a população livre girava em torno de 82,0% do total, recuando para 70,0% em 1820. Em todo o período – 1801-1820 –, os chamados *agregados* correspondiam em média a 27,0% dos livres, porém a proporção foi decrescente, chegando a 8,7% em 1820. Em contrapartida, os escravizados *vis-à-vis* os livres (inclusive agregados) foi crescente. Se em 1801 era de 15,5%, aumentou para 33,3% em 1820, ou seja, chegou a ser 1/3 da população total (Tabela 1, Gráfico 1). A média de indivíduos livres por domicílio era de 7,26 no período, incluindo os agregados. Nos domicílios dos proprietários de escravizados havia, em média, 5,53 cativos, sem considerar aqui a concentração da propriedade, mencionada a seguir no momento propício.

Tabela 1 – População por condição social (Sertão do Rio Pardo, 1801-1820)

	Livres	%	Agrega--dos	%	Total Livres	%	Escravi-zados	%	Totais	%	%*
1801	333	54,32	185	30,18	518	84,50	95	15,50	613	100,00	
1803	335	50,30	249	37,39	584	87,69	82	12,31	666	100,00	2,77
1805	540	63,38	127	14,90	667	78,29	185	21,71	852	100,00	8,46
1809	863	53,90	410	25,60	1.273	79,51	328	20,48	1.601	100,00	11,34
1820	1.814	60,87	173	5,80	1.987	66,68	993	33,32	2.980	100,00	5,09

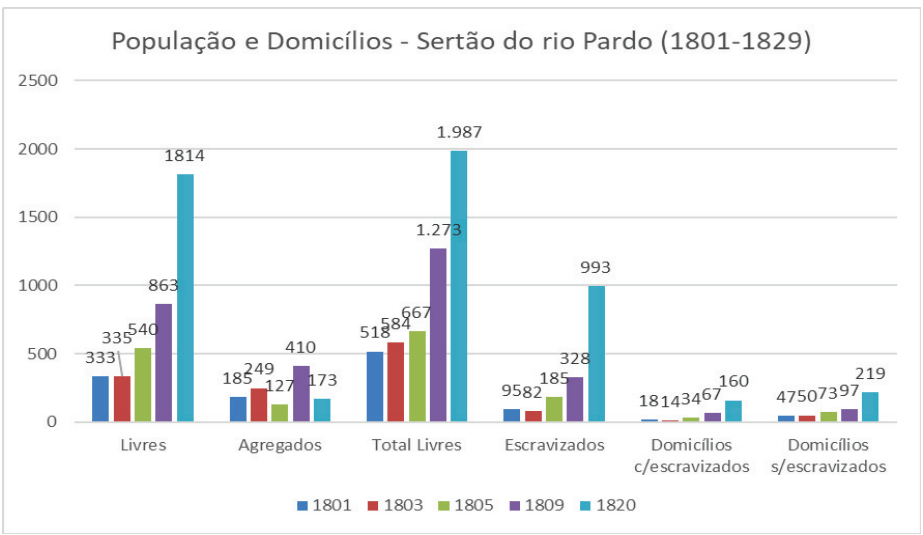
Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.
*Taxa média geométrica de crescimento anual da população.

Tabela 2 – Número de domicílios com escravizados e sem escravizados (1801-1820)

Ano	Dom. c/ escravizados	%	Dom. s/ escravizados	%	Total	%
1801	18	27,70	47	72,30	65	100,00
1803	14	21,87	50	78,13	64	100,00
1805	34	31,77	73	68,23	107	100,00
1809	67	40,85	97	59,13	164	100,00
1820	160	41,21	219	58,79	379	100,00

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Gráfico 1



Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Em todo o período analisado – 1801-1820 –, a porcentagem de proprietários de domicílios com escravizados foi sempre inferior àqueles que não possuíam escravizados. Contudo, no decorrer do tempo aumentaram tanto a população total como o número de domicílios (fogos), sendo crescente a proporção de senhores de escravizados, porém não superando os 41,2% do total. Em 1820, havia 160 domicílios com escravizados (41,21%) contra 219 sem cativos (57,79%) (Tabela 2, Gráfico 1).

Tabela 3 – Número de chefes de domicílios com escravizados – por sexo (1801-1820)

Ano	H	%	M	%	Total	%
1801	15	83,33	3	16,67	18	100,00
1803	11	78,57	3	21,43	14	100,00
1805	32	94,12	2	5,88	34	100,00
1809	62	92,53	5	7,47	67	100,00
1820	145	90,62	15	9,38	160	100,00

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Entre os chefes de domicílios proprietários de escravizados havia uma larga preponderância de homens, sendo 83,3% em 1801 e chegando a 91,6% em 1820. Propriedades chefiadas por homens eram o habitual no oitocentos, visto que, na maioria dos casos, as mulheres somente recebiam parte dos bens, inclusive os escravizados, após o falecimento do esposo ou por herança (Teixeira, 1999; Costa, 2000). Tendência percebida por Luna e Klein (2006, p. 107) quando afirmam, em estudo relativo à Capitania de São Paulo, que "os senhores paulistas eram predominantemente do sexo masculino (...)". Da mesma forma anota Reis (2004, p. 5) sobre o povoado de São Domingos de Araxá, entre 1776 e 1848, localizado no Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro – Minas Gerais), também dedicado à economia de abastecimento interno, em que os homens chefes de domicílio representavam 79,0% dos proprietários de escravizados.

No Sertão do Rio Pardo, entre os homens chefes de domicílios é exemplar o caso de Jerônimo Dias Ribeiro, de 75 anos, de cor branca, natural de São Paulo e casado com Ana, de 46 anos de idade, também branca. No ano de 1801, além do casal residiam no domicílio a filha de nome Maria do Nascimento, solteira de 26 anos, e dois agregados, sendo eles Rita Maria, viúva, na época com 86 anos, e Ignácio, solteiro, com 14 anos de idade, ambos brancos.

Jerônimo Dias Ribeiro era Alferes, vivia dos seus soldos e plantava alimentos para o gasto da família. Possuía cinco escravizados, sendo pardos e crioulos com idades entres cinco e 48 anos. Além dos escravizados de Jerônimo, vivia no mesmo domicílio o escravizado de nome Francisco, de 11 anos de idade, de propriedade da agregada Rita Maria (AESP, LNH, 1801).

Segundo as anotações em 1803, Jerônimo Dias Ribeiro encontrava-se viúvo. Tanto a filha Maria como os agregados Rita Maria e Ignácio permaneciam no domicílio em questão. Porém, nesse ano a Lista Nominativa indica apenas quatro escravizados (AESP, LNH, 1803). Dois anos depois, em 1805, Jerônimo vivia somente com seus quatro escravizados. A filha em idade de casar provavelmente teria encontrado algum partido. Não há notícias dos agregados (AESP, LNH, 1805). Sabendo-se que o termo agregado tem sido definido na historiografia de forma ampla (Costa, 1994; Campos, 1984; Mesquita, 1976, 1977; Teixeira, 2002; Samara, 2005, p. 94), porém, nas listas nominativas do nordeste paulista designava genericamente pessoas que dependiam de alguma forma dos chefes de domicílio, inclusive os aparentados. A situação de agregado teria sido em muitos casos passageira, podendo, posteriormente, inclusive tornar-se chefe de um novo fogo e às vezes dono de escravizado.

Posteriormente, no ano de 1809, o chefe de domicílio Jerônimo Dias Ribeiro, com 84 anos de idade, tinha em suas instalações sete agregados e dois escravizados, a saber: Antônio, de 16 anos, e Salvador, de 15 anos de idade (AESP, LNH, 1809). No decorrer do tempo, o número de escravizados foi diminuindo, sendo que, no final da vida, tinha apenas dois, que se encontravam no início da idade produtiva (ver: Costa, 1977).

Outro caso representativo é o de José Gonçalves de Mello, que em 1805 foi designado como branco, com 44 anos, originário de São João Del Rey, casado com Maria Rosa de Jesus, tendo nove filhos com idades entre um e 15 anos. Era dono de nove escravizados, sendo seis homens e três mulheres, divididos entre idosos, adultos e crianças (AESP, LNH, 1803). Nesse ano foi tratado como "novo entrante", termo comum na documentação utilizada, que indicava o migrante geralmente oriundo de Minas Gerais, que teria chegado recentemente ao Sertão do Rio Pardo e recenseado pela primeira vez (Chiachiri Filho, 1982).

Em 1809, José Gonçalves de Mello foi nomeado como criador e agricultor, deixando para trás a alcunha de "novo entrante". Dois de seus filhos, José Thomas de Mello e Ignácia Bárbara, contraíram matrimônio com gente da terra, mas continuaram a residir no domicílio do pai, sendo indicados pelos recenseadores como agregados dele. José, pelo que tudo indica, concedeu um escravizado a cada um dos filhos casados e passou a ter sete escravizados.

(AESP, LNH, 1809). Adiante, no ano de 1820, o chefe de domicílio José Gonçalves de Mello, então com 51 anos de idade, consta como Capitão da Segunda Companhia de Ordenanças da Freguesia de Franca, sendo proprietário nesse ano de 11 escravizados (AESP, LNH, 1820).

Entre as mulheres anotadas como chefes de domicílio cabe citar Izabel Corrêa, que em 1801 foi listada com 72 anos, viúva, parda e lavradora, tendo a propriedade de dois escravizados. O primeiro, mais idoso com 82 anos e denominado João Angola, e o segundo, Balthazar com 14 anos e anotado com "escravo nascido na terra". No domicílio de Izabel não foram registrados filhos ou agregados. Outra mulher chefe de domicílio era Josefa Maria Liz, encontrada nas listas nominativas nos anos de 1801, 1803 e 1809; era parda e viúva. Tinha em todos os anos verificados dez escravizados, que eram utilizados na mineração de ouro, na agricultura e na pecuária (AESP, LNH, 1801, 1803, 1809).

Tabela 4 – Proprietários de escravizados – Faixa etária – por sexo (1801-1820)

Anos	**1801**		**1803**		**1805**		**1809**		**1820**	
Faixas Etárias	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
0-10										
11-20	1						1			
21-30	1		1		2		7		26	3
31-40	1			1	10	1	15	1	37	3
41-50	4	1	5	1	8	1	19	3	37	4
51-60	4		1	1	5		9		26	3
61-70	2	1	2		4		6	1	11	1
71-80	2	1	1		2		1		2	1
81-90			1				4		3	
91 e +										
Totais	15	3	11	3	31	2	62	5	142	15

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

A predominância das faixas etárias dos chefes de domicílio possuidores de escravizados modificou-se à medida que passava o tempo. Nos anos de 1801 e 1802, a maioria tinha acima de 40 anos. Eram em maior número de origem mineira, de onde partiram com suas famílias, agregados e escraviza-

dos. Depois de 1805, notadamente após 1809, indivíduos mais jovens com 20 e poucos anos já possuíam escravizados. Uma composição de filhos dos primeiros "entrantes" que podiam herdar os escravizados ou filhas que recebiam em dote, somados aos migrantes mais jovens. Depois dos 60 anos, minguavam os plantéis ou eram praticamente extintos. Um movimento complexo em que confluíam o crescimento populacional advindo da migração (conflitando com os nascimentos, casamentos e óbitos), a dinamização das atividades econômicas e do ciclo de vida que fazia adquirir alguma riqueza no auge da vida produtiva e perder na velhice (Costa, 1983; Lewkovicz, 1994; Marcondes, 1998).

Tabela 5 – Estado civil dos proprietários de escravizados (1801-1820)

Estado Civil	Solteiros		Casados		Viúvos		Total
Anos	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	
1801	1		14			3	18
1803			10		1	3	14
1805	3		27		2	2	34
1809	6		54		2	5	67
1820	7	1	130	1	8	13	160

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Os chefes dos domicílios, segundo os dados obtidos, eram em sua maioria casados. Em 1801, de um total de 18 indivíduos 14 eram casados (77,8%), apenas um solteiro e três viúvas. Ao confrontar com o último ano analisado – 1820 –, sabe-se que entre 158 pessoas 129 foram citados como casados (81,6%), dentre esses apenas uma mulher. Entre os solteiros contavam-se oito (5,1%). Os viúvos – homens e mulheres – eram ao todo 21 indivíduos ou 13,3% (Tabela 5). É de notar a presença constante de viúvas. As mulheres, especialmente as viúvas, reconhecidamente não tinham vida fácil como chefes de domicílio, seja pela legislação que não as favorecia, seja pela atuação desmedida dos tutores e curadores (Lewkowic; Gutiérrez, 1997, p. 129-146).

A única chefe de fogo – mulher casada – recenseada em 1820 era Eufrásia Maria de Jesus, de 56 anos, branca e agricultora, que estava à frente de seu domicílio devido à ausência temporária do marido. Tinha, na época, em sua companhia cinco filhos e a posse de cinco escravizados. Esse exemplo corrobora outros estudos baseados nas mesmas fontes, nos quais o número diminu-

to de senhoras de escravizados era recorrente nas diversas localidades no mesmo período (Motta, 1999; Luna, 1995).

Quanto aos solteiros, eram em menor número e, também na maioria dos casos, do sexo masculino (Tabela 5). Ao acompanhar alguns indivíduos nesta condição nas listas nominativas, sabe-se que Antônio Antunes de Almeira – filho do primeiro Capitão de Ordenanças do Sertão do Rio Pardo de nome Manoel de Almeida e sua esposa Ana de Souza Antunes – aparece em 1801 (com 29 anos) e 1803 como solteiro e morador do domicílio paterno. Porém, em 1805, com o falecimento do pai assumiu o domicílio e passou a ser anotado como chefe e proprietário de escravizados. Posteriormente, em 1809, o mesmo Antônio consta como dono de 16 escravizados (entre homens, mulheres, idosos e crianças), além da presença de famílias agregadas, como as de José R. de Oliveira e de Ignácio Bueno, totalizando 19 agregados. Nas próximas listas, Antônio não aparece mais nos recenseamentos. Provavelmente pode ter emigrado, prática comum entre os ocupantes do Sertão do Rio Pardo. Sabe-se, portanto, que o irmão de Antônio, de nome Vicente Ferreira Antunes, encontrava-se na região em 1820 (AESP, LNH, 1801, 1803, 1805, 1809 e 1820).

A mulher solteira e proprietária mencionada na Tabela 5 era Maria Zeferina, com 30 anos, parda, criadora e agricultora, que, apesar de anotada como solteira, tinha quatro filhos e era dona de 15 escravizados. Em estudos sobre Minas Gerais, era muito comum encontrar mulheres juridicamente solteiras, mas que mantinham vínculos perenes noutros termos poderia ser casada de fato (Lewkowic; Gutiérrez, 1997, p. 129-146).

Tabela 6 – Proprietários de escravizados conforme a cor (1801-1820)

Ano	Branco	%	Negro	%	Pardo	%	Total	%
1801	11	61,11	0	0,00	7	38,89	18	100,00
1803	8	57,14	0	0,00	6	42,86	14	100,00
1805	26	76,47	0	0,00	8	23,53	34	100,00
1809	60	89,55	0	0,00	7	10,45	67	100,00
1820	143	89,37	0	0,00	17	10,63	160	100,00

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Entre os chefes de domicílio possuidores de escravizados predominavam os de cor branca, que correspondiam a 61,1% em 1801, 57,1% em 1803, 76,5% em 1805, 89,6% em 1809 e, finalmente, 89,4% em 1830. Ou seja, um crescimento constante mesmo diante da ampliação da população total no perío-

do. Os demais indicados como pardos perderam espaço no decorrer do tempo. Ninguém foi indicado como negro e chefe de fogo ao mesmo tempo (Tabela 6).

Um aspecto relevante a ser observado é que, ao registrar os dados, percebem-se algumas incongruências a serem analisadas. Um exemplo é o caso de Antônio Pires da Cunha, paulista, que nos anos de 1801 e 1803 foi anotado como de cor parda. Nos anos de 1805 e 1809, tanto Antônio como sua esposa e filhos passaram a ser indicados como brancos (AESP, LNH, 1801, 1803, 1805, 1809). Pelo visto, um mesmo indivíduo que foi recenseado em um ano e novamente contado em outro poderia ter sua cor alterada de pardo para branco (não ao contrário), a princípio conforme o critério do recenseador, mas os casos de embranquecimento ocorriam mais em decorrência da ascensão social e econômica ou, em algumas situações, através de casamentos (Soares, 2003; Eisenberg, 1989; Castro, 1998).

Tabela 7 – Profissões dos proprietários de escravizados (1801-1820)

Anos	**1801**		**1803**		**1805**		**1809**		**1820**	
Ocupações	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
Criador/Agricultor/Lavrador	9	2	6	2	22	2	55	5	112	11
Alfaiate							1		1	
Barqueiro					1				1	
Carapina/Carpinteiro	1								1	
Feitor			1							
Ferreiro			1		1		1		1	
Jornaleiro	1									
Mestre de Meninos									1	
Militar	1		1		1		1			
Mineiro	1		1				1		1	
Negociante									8	
Novo entrante			1		6		1		12	
Oleiro									1	
Padre							1		1	
Passagem **	3		1							
Pobre									3	4
Sapateiro									1	
Vigário					1		1		1	
TOTAL	**15**	**3**	**11**	**3**	**32**	**2**	**62**	**5**	**145**	**15**

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.
*Exclusive indivíduos com origens não identificadas.
**Donos de pousos (pousadas que atendiam os boiadeiros e negociantes em trânsito).

Em uma economia rural vinculada à subsistência e ao abastecimento interno, as profissões dos chefes de domicílio eram predominantemente vinculadas à agricultura e à criação de gado (Tabela 7). A pecuária teria sido a principal peça na engrenagem da economia da região, fazendo movimentar ao seu redor outras atividades geradoras de riquezas (Oliveira, 1997, p.112). Outra questão é que, nesse contexto, logicamente havia sobreposição de atividades exercidas pelos indivíduos, não sendo possível, na maioria dos casos, afirmar a especialização estrita. Além disso, para muitas pessoas não foram anotadas as profissões. Feitas as ressalvas, as indicações das profissões a seguir são aquelas anotadas nas listas nominativas pesquisadas, não sendo possível realizar classificações por setores de atividades, como as apresentadas por Costa e Nozoe (1987).

Em 1801, entre os chefes de domicílio havia 18 proprietários de escravizados; desses 15 eram homens, sendo nove designados como agricultores e criadores. Em contrapartida, em 1820 foram contados 157 donos de cativos, sendo 142 homens (90,4%) e 11 mulheres (9,7%). Do total de 157 chefes de domicílio, 123 eram agricultores/criadores. Somente em 1820 surgiram mais alguns registros com outras profissões, como alfaiate, carapina, ferreiro, mestre de meninos e negociantes, por exemplo (Tabela 7).

Entre aqueles contados na Tabela 7 encontra-se Antônio Reis da Cunha, casado, pardo, nascido na Capitania de São Paulo, indicado em 1801 como agricultor; tinha a posse de cinco escravizados, e consta que "plant[ava] para o seu gasto milho, feijão e farinha" (AESP, LNH, 1801). Em 1820, Manoel Nunes da Silva, homem branco de 44 anos, viúvo, com seis filhos, era criador e agricultor, dono de 14 escravizados; agregava uma idosa em seu domicílio. Consta que "plantava feijão e algodão além de criar porcos". Participante do comércio regional, naquele ano "negociou 30 alqueires de algodão e seis suínos". Também em 1820 foi recenseado o domicílio de Bento de Magalhães Portilho, casado, branco, oriundo de Minas Gerais, com 46 anos; além da esposa, tinha a companhia de dez filhos com idades entre 4 e 20 anos e a posse de 14 cativos. Naquele ano, "produziu para seu próprio consumo milho e feijão (...) e vendeu porcos e garrotes" (AESP, LNH, 1820).

No ano de 1820, entre os 112 agricultores e criadores é possível destacar cinco homens livres proprietários de escravizados, que também se dedicavam ao comércio do sal, produto essencial à pecuária e que era a atividade econômica mais dinâmica da região. Entre esses agricultores/comerciantes estava Pedro José Teixeira, de 44 anos, casado, branco, oriundo de Minas Gerais, senhor de sete escravizados, que em 1820 vendeu aos demais pecuaristas 40 alqueires de sal. Outro seria Manoel, de 42 anos, branco, também mineiro, dono de cinco escravizados. Consta que "plantou milho e feijão e tinha em estoque 25 alquei-

res de sal". Além destes, Luiz Neves, de 35 anos, casado, branco, mineiro, proprietário de um cativo, "plantou milho e feijão para o consumo e vendeu 10 porcos e 25 alqueires de sal". Também comerciante, João Gonçalves da Costa, possuidor de um dos maiores plantéis de escravizados – 16 cativos –, cultivou naquele ano "milho e feijão para o gasto e vendeu 200 alqueires de sal". E por fim, Altino Roiz Barros, o mais jovem de todos, então com 22 anos, já era casado, de cor branca, mineiro, dono de apenas um cativo, "plantou milho e feijão e vendeu 40 alqueires de sal" (AESP, LNH, 1820). Sabe-se que o nordeste paulista era "rota de comércio que (...) que atingia o sul de Goiás e Mato Grosso, conhecida como 'estrada do sal' (...)" (Lima, 1973).

Somente a partir de 1820 é que nas listas nominativas alguns indivíduos foram tratados de formas específicas como "negociante, que vive de negócio, vive do negócio de venda, tem do negócio de loja". No decorrer do tempo – 1801 a 1820 –, pode-se enumerar vários casos de mudanças de ocupação, envolvendo agricultores e criadores de gado que passaram a ser antotados como negociantes, demonstrando a dinamização da economia – de mera subsistência para atividades voltadas ao abastecimento do mercado interno (AESP, LNH, 1801, 1820).

Tabela 8 – Naturalidades dos proprietários de escravizados (1801-1820)

Naturalidades	**1801**	**1803**	**1805**	**1809**	**1820**
Lisboa	1	1			3
Guimarães	1		2	2	
Subtotal	**2**	**1**	**2**	**2**	**3**
Minas Gerais				35	
Arraial do Cabo Verde		1	1	1	
Arraial do Pitangui		1	1		
Campanha do Rio Verde	1	1	1	1	
Freguesia Congonhas do Campo			2	2	1
Itaberaba			1		
São Bento Tamanduá			1		
São João Del Rey			2	2	1
Vila de São José			3	3	2
Subtotal	**1**	**3**	**12**	**44**	**4**
Goiás	2	1	2	3	
São Paulo	4	3	9	12	2
Subtotal	**6**	**4**	**11**	**15**	**2**
TOTAL	***11***	***8***	***25***	***58***	***9***

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.
*Exclusive indivíduos com naturalidades não identificadas.

A ocupação efetiva do Sertão do Rio Pardo foi comprovadamente realizada por população oriunda da Capitania de Minas Gerais, passando a conviver com os poucos paulistas que anteriormente fundaram os pousos às margens da estrada dos goiases, expulsando de vez os índios kaiapó da região (Chiachiri Filho, 1983; Correia Júnior, s/d). Uma análise detida das listas nominativas reafirmam essa tendência demográfica, apesar desse documento não constar, em muitos casos, a origem dos entrantes. As primeiras listas apresentavam a localidade mais específica dos migrantes mineiros, porém a partir de 1820 a origem passou a ser indicada com o termo *Gerais* (Tabela 8).

A Tabela 8 demonstra, em suma, um fluxo constante de migrantes de várias origens a caminho do Sertão do Rio Pardo, que, sendo uma região de passagem e pouco povoada, recebia ao mesmo tempo especialmente paulistas e mineiros de diversas localidades, com a predominância no período para os últimos. Antônio Alves Guimarães exemplifica bastante a dinâmica dessa migração. Antônio, originário de Portugal, ao se estabelecer temporariamente na Capitania de Minas Gerais, contraiu matrimônio com Josepha Gomes Moreira, filha de Manoel Gomes Ferreira e Violante Moreira da Assunção. Depois, em trânsito, batizou o primeiro filho em Ibubiava (Comarca do Rio das Mortes) e a filha caçula em Piumhy no sudoeste de Minas Gerais. Em 1805, o mesmo Antônio encontrava-se como "novo entrante" na Freguesia da Franca, no Sertão do Rio Pardo. Em seu domicílio foram recenseados, além dele, a esposa Josepha e os filhos Antônio, Manoel, Domingos, Maria Joseja, Francisco, Antônia e Joana. Era possuidor de 13 escravizados, sendo nove homens e quatro mulheres com idades entre 9 e 60 anos (AESP, LNH, 1805). No mesmo ano de 1805, obteve Carta de Sesmaria, assinada pelo governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Franca e Horta, com área compreendida de três léguas de testada e uma de fundo sendo denominada de Fazenda Macahubas, onde "cultivava as terras e criava gado vacum" (Rocha, 1968). Antônio Alves Guimarães faleceu em 1826, deixando em seu inventário *post-mortem* o "imóvel Fazenda Macahubas; bens tangíveis: quatro cavalares e 80 cabeças de vacum e muares; bens móveis: cobre, estanho, louças de casa, vidros, trastes de casa, carro de boi com arreios; e cinco escravizados: Francisco, com 20 anos, mestiço; Ignácio, com 41 anos; José, com 60 anos, benguela; Estevão, com 39 anos, crioulo; e Jenoveva, com 41 anos, parda" (AHMF, 1826).

Tabela 9 – Número de proprietários e número de escravizados (1801-1820)

Plantéis/ Faixas	Nº Proprietários/Plantéis					Nº Escravizados				
	1801	1803	1805	1809	1820	1801	1803	1805	1809	1820
1	6	3	8	13	40	6	3	8	13	40
2 a 5	5	6	12	36	62	17	27	40	108	206
6 a 10	3	1	8	9	34	21	6	62	74	261
11 a 15	3	4	6	6	7	35	47	75	76	91
16 a 20	1			2	7	16			33	126
21 a 30				1	9				24	224
31 e +					1					45
TOTAL	**18**	**14**	**34**	**67**	**160**	**95**	**83**	**185**	**328**	**993**

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Os proprietários tinham, em sua maioria (64,0% do total), entre um e cinco cativos, mesmo que o número de senhores (e seus escravizados) tenha sido crescente. Dentre esses é notório o número de cabeças de fogos com apenas um cativo. Em 1801, quando a população era bastante rarefeita, 1/3 ou 33,3% (6) dos senhores tinham um escravizado. Adiante, em 1809, a percentagem era de 19,4%. E, em 1820, quando a população do nordeste paulista já era considerável (2.980 pessoas, sendo 160 chefes de domicílio com escravizados), ¼ ou 25,0% conseguiam possuir apenas um cativo. Os donos de plantéis situados nas faixas de 6-10 e 11-15 escravizados ficavam em torno de 15,5%. Em todos os anos pesquisados foram encontrados chefes de fogos com plantéis entre 1 e 15 cativos. Com 16 ou mais escravizados passou a acontecer especialmente nos anos de 1809 e 1820 (Tabela 9). Os percentuais encontrados nessa pesquisa assemelham-se aos dados obtidos por Luna e Costa (1983) sobre algumas localidades da capitania paulista (Campinas, Guaratinguetá, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes e Sorocaba), onde muitos proprietários tinham, geralmente, poucos escravizados.

O chefe de domicílio Luiz Neves, com 35 anos, branco, originário das *Gerais*, casado com Maria, de 32 anos, também branca, com seis filhos (entre um e 10 anos), tinha apenas um cativo idoso de nome Matheus, com 70 anos, solteiro e de origem Benguela. No entanto, a unidade era produtiva em comparação com as demais: "produzia milho, feijão para as necessidades, porco para consumo próprio e para venda (...), e comercializou 25 alqueires de sal" em 1820 (AESP, LNH, 1820). Outro proprietário, mas com um escravizado em idade produtiva, era José Gonçalves Leitão, com 51 anos, branco, mineiro

e casado com Rosa Maria, de 50 anos, de cor parda. Em 1820, o casal tinha seis filhos (entre um e 20 anos de idade). José era criador e agricultor, produzia milho, feijão, algodão e criava "capados e bois". Possuía o cativo de nome João, com 26 anos, solteiro, negro e Benguela.

Não obstante, no decorrer do período ocorreram visíveis modificações quanto ao número de proprietários de escravizados e sua percentagem frente ao todo; a mesma dinâmica ocorreu com a posse dos cativos dos mesmos. É exemplar o caso de Manoel Pedro, de 41 anos, pardo, natural da Capitania de Goiás, casado com Gertrudes Buena, de 25 anos, também parda, sem filhos. Recenseado em 1801, era "administrador da passagem do rio Grande", tinha seis escravizados, sendo quatro homens e duas mulheres, com idades entre cinco e 80 anos, de origem africana e os nascidos na própria colônia. Em 1803, Manoel Pedro, anotado como "Feitor e passador do rio Grande", também plantava para o seu gasto e naquele momento tinha cinco escravizados, ou seja, não constava mais no rol Caetano, de origem Benguela. Depois, em 1805, Manoel Pedro, agora citado como "Barqueiro do rio Grande", passou a ter apenas um escravizado de nome Manoel, com 99 anos (?), descrito como Congo. Finalmente, em 1809, quando ainda aparecia nos recenseamentos, o domicílio era composto somente por ele e sua esposa, sem escravizados (AESP, ANH, 1801, 1805 e 1809). Em contrapartida, Vericímo Plácido aumentou o seu plantel no decorrer no tempo. Esse chefe de domicílio, de 30 anos, branco, casado com Escolástica Joaquina, de 27 anos, branca, tinha quatro filhos, todos ainda crianças. Do primeiro censo para o último aumentou de sete para 12 o número de escravizados (AESP, LNH, 1809, 1820). Os plantéis dos proprietários modificavam-se por várias razões, como venda e aquisição (Batista, 1998), heranças, reprodução natural e falecimentos (Paiva; Libby, 1995; Cunha, 2015).

Até o momento analisamos os domicílios com escravizados no período em questão. Visando a comparação, demonstraremos sinteticamente o perfil dos domicílios que não possuíam escravizados; assim fica melhor caracterizada uma considerável parte da população do Sertão do Rio Pardo. Os fogos sem escravizados foram, durante todo o período estudado, em maior número, porém, a proporção foi declinante de 72,30% em 1801 para 58,79% em 1820. *Pari passu*, os fogos onde havia cativos a proporção nos mesmos anos foi de 27,70% para 41,21%. Nota-se, então, um avanço da escravidão à medida que concomitantemente houve o crescimento populacional e a dinamização da economia de mercado interno.

Como esperado, o número de homens também predominava entre os chefes de domicílos sem escravizados, ou seja, em média 87,00% eram chefiados por homens (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de chefes de domicílios *sem* escravizados – por sexo (1801-1820)

Ano	H	%	M	%	Total	%
1801	40	85,11	7	14,89	47	100,00
1803	45	90,00	5	10,00	50	100,00
1805	66	90,42	7	9,58	73	100,00
1809	82	84,54	15	15,46	97	100,00
1820	186	84,94	33	15,06	219	100,00

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Ao verificarmos as idades dos chefes não proprietários de cativos, sabemos que o maior número deles estava na faixa entre 31 e 50 anos. Noutros termos, essa faixa etária correspondia em média à metade dos cabeças de domicílio desse grupo (48,52%). Os demais dividiam-se em jovens (23,48%) e idosos (28,00%). A região do nordeste paulista era tida como de fronteira populacional, caracterizada por populações mais jovens (Tabela 11).

Tabela 11 – Não Proprietários de Escravizados – Faixa etária – por sexo (1801-1820)

Anos	**1801**		**1803**		**1805**		**1809**		**1820**	
Faixas Etárias	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
0-10										
11-20			2				2		8	1
21-30	7		6		16		15		57	8
31-40	9	1	14	1	13	1	23	4	54	5
41-50	10	3	8	1	13	1	21	5	30	11
51-60	8		5	1	8	2	10	2	25	4
61-70	4	2	4		7	1	6	2	8	3
71-80		1	1		3		1		4	1
81-90	2		1		4	1	1	1		
91 e +				1						
Totais	40	7	41	4	64	6	79	15	186	33

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Ao conhecer o estado civil do grupo em análise, verifica-se que 75,86% eram casados. Em contrapartida, apenas 6,26% encontravam-se solteiros naqueles anos, entre estes algumas mulheres. Os viúvos superavam os solteiros, chegando a 14,97% (em média) durante o período, com bastante equilíbrio dessa percentagem no decorrer dos anos, sendo que viuvez feminina foi mais evidenciada nos anos de 1809 e 1820 (Tabela 12).

Tabela 12 – Estado civil dos *não* proprietários de escravizados (1801-1820)

Estado Civil	**Solteiros**		**Casados**		**Viúvos**		**Total**
Anos	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	
1801	2		34		4	4	44
1803	5	2	37		3	3	50
1805	7	2	52		6	5	72
1809	2		75	3	5	12	97
1820	11	2	172	8	3	23	219

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Quanto às profissões dos não proprietários de escravizados, como era também esperado, predominavam os agricultores, lavradores e criadores, que correspondiam a 69,10% do todo (em média). Sabe-se que no ano de 1820 os recenceadores notificaram uma diversificação maior das profissões, sendo identificados alfaiates (4), carpinteiros (7), ferreiro (1), jornaleiros (13), negociantes (9), sapateiros (6) e inclusive um aumento dos considerados pobres (48).

No que tange à naturalidade dos cabeças de fogo, sem escravizados, predominaram os oriundos de Minas Gerais ("das Gerais"), os chamados "entrantes" mineiros, equivalentes a 65,17%, se considerarmos as anotações de todos os anos, com destaque para o ano de 1820, em que foram mencionados 146 mineiros. Em alguns casos foram citadas as localidades específicas de origem, como exemplo: Mariana, Rio das Velhas e São João Del Rei. Da Vila de São Paulo foram recenseados em torno de 15 indivíduos a cada ano pesquisado. De outras localidades paulistas chegaram no Sertão do Rio Pardo alguns homens de Jundiahy e Mogi-Mirim (1803 e 1805). Do Rio de Janeiro, quatro homens nos anos de 1809 e 1820. Dois moradores, que chefiavam fogos, eram originários de Lisboa, sendo anotados apenas no ano de 1820. Nesse levantamento é possível perceber que havia um trânsito constante de indivíduos e suas famílias, pois as origens dos moradores captadas nas listas nominativas são um pouco diferenciadas ano a ano.

Tabela 13 – Chefes de domicílio *sem* escravizados conforme a cor (1801-1820)

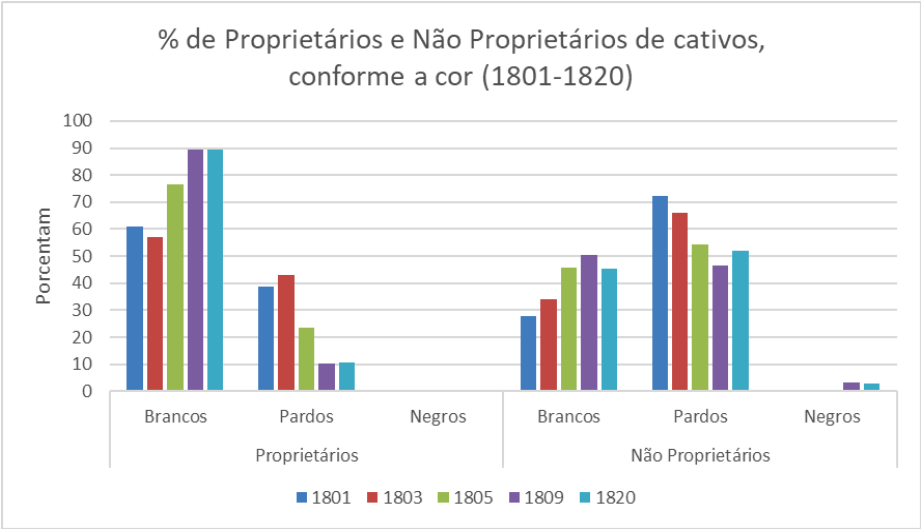
Ano	Branco	%	Negro	%	Pardo	%	Total	%
1801	13	27,66	0	0,00	34	72,34	47	100,00
1803	17	34,00	0	0,00	33	66,00	50	100,00
1805	33	45,83	0	0,00	39	54,17	72	100,00
1809	49	50,51	3	3,10	45	46,39	97	100,00
1820	99	45,20	6	2,75	114	52,05	219	100,00

Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

A fração de chefes de domícilio não proprietários de escravizados designados como de cor branca foi crescente até 1809. Em 1801, a percentagem destes era de 27,66%, crescendo para a metade desse grupo em 1809 (50,51%), recuando para 45,20% em 1820. Em contrapartida, os considerados pardos tiveram a percentagem decrescente, sabendo-se que em 1801 eram a grande maioria, ou seja, 72,34%, recuando para 46,39% em 1809. Porém, no ano de 1820 eram a metade (52,05%). Nos anos de 1809 e 1820 foram encontrados, respectivamente, três e seis chefes de fogo considerados negros, muito provavelmente libertos, que correspondiam em torno de 3,00% do grupo analisado (Tabela 13).

Ao compararmos a identificação dos proprietários de cativos e dos não proprietários, sabemos que no movimento da população no decorrer dos anos, entre os primeiros houve, em percentagem, um acréscimo de 66,66%, isto é, a fração dos proprietários brancos teve um peso cada vez maior. Entre os não proprietários o crescimento percentual dos brancos foi inferior: 47,50%. De outro lado, a diminuição percentual dos pardos proprietários foi de 27,70%, enquanto que o mesmo cálculo para não proprietários resulta em uma perda de 74,55%. Apesar dessa dinâmica, a conclusão é que entre os proprietários havia consideralmente mais indivíduos brancos e entre os não proprietários os pardos (mesmo perdendo espaço) eram em quantidade superior aos brancos. Há uma correlação entre a origem social, denotada pela cor da pele, e o acesso a recursos para a obtenção de mão de obra escravizada (Gráfico 2).

Gráfico 2



Fonte: AESP – Listas Nominativas de Habitantes – Franca, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

Contudo, era complexa a dinâmica do comportamento dos indivíduos no decorrer do tempo. Em um momento podem ser classificados como detentores de escravizados, noutro são despossuídos e enquadram-se em outra categoria. Um exemplo típico é o de Ignácio Gonçalves Barbosa, que em 1801 consta que tinha 38 anos de idade, de cor parda e oriundo da Capitania de Goiás. Naquele momento, era casado com Ana Joaquina, de 33 anos e também parda. Tinha sete filhos com idades entre três e 12 anos de idade. Em seu domicílio ainda moravam cinco agregados, sendo um casal e seus três filhos crianças. Ignácio tinha como atividade econômica principal a agricultura e a pecuária. No ano de 1803, "plantou milho, feijão e arroz; desses comercializou 20 alqueires de milho e ainda marcou duas cabeças de gado". Em 1805, Ignácio e esposa já tinham dez filhos. Nesse ano era dono de um escravizado de nome João, de 41 anos, solteiro, originário de Angola. Em 1809, possuía dois escravos. Além de João, acima citado, passou a ter outro cativo também de nome João, este com 64 anos, solteiro, mencionado como Bengela. Não é possível saber se foram adquiridos ou resultado de alguma herança. Depois, em 1820, Ignácio deixou de ser proprietário de cativos, conforme as anotações da Lista Nominativa, impondo a ele uma nova classificação nos quadros dessa pesquisa. Por outro lado, pelo lado econômico demonstrou prosperidade, pois em 1820 "produziu 32 carros de milho, dez alqueires de feijão e criava 44 porcos" (AESP, LNH, 1801, 1805, 1820).

Considerações finais

A análise das Listas Nominativas de Habitantes do Sertão do Rio Pardo entre 1801 e 1820 permite compreender com maior profundidade as dinâmicas sociais e econômicas que permearam o processo de ocupação e povoamento da região no início do século XIX. A expansão demográfica, impulsionada majoritariamente pela migração de mineiros, deu origem a uma sociedade marcada por desigualdades, refletidas especialmente na posse de escravizados.

A prosperidade econômica do Sertão do Rio Pardo, capitaneada pela pecuária, vinculada ao crescimento do mercado interno no interior da colônia, e que atraía novos migrantes, interferia gradativamente no perfil dos proprietários de escravizados e na composição dos plantéis.

Os dados evidenciam que a maioria dos chefes de domicílio não possuía cativos, mas a fração de proprietários de escravizados cresceu ao longo do tempo, revelando a expansão escravista mesmo em uma região de fronteira e economia de abastecimento interno. Entre os senhores de escravizados, predominavam homens brancos, casados, em idade produtiva e com atuação prioritária na agricultura e na pecuária – setores centrais na economia regional. A presença de mulheres, pardos e indivíduos em outras faixas etárias como chefes de domicílio e proprietários de cativos, embora minoritária, confirma a diversidade de trajetórias possíveis naquele contexto, inclusive com mobilidade ascendente ou perda de patrimônio ao longo do ciclo de vida. Os chefes de domicílios aqui analisados à luz das Listas Nominativas sofriam o impacto do ciclo da própria vida entre adquirir seus cativos para ampliar as atividades produtivas, transmiti-los às novas gerações e muitas vezes perdê-los em decorrência do ciclo de vida dos escravizados.

A propriedade de escravizados demonstrou ser um marcador relevante de distinção social e econômica, condicionado por fatores como origem geográfica, cor, estado civil e atividade produtiva. A expansão da posse escrava aponta para o fortalecimento de elites locais e para o papel estratégico da escravidão na acumulação de riqueza. Por fim, o estudo reafirma a relevância das fontes censitárias nominativas como instrumento de análise de segmentos sociais e perfis ocupacionais, contribuindo para a compreensão crítica da formação da sociedade brasileira oitocentista.

Fontes

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo – LNH – Listas Nominativas de Habitantes – Freguesia/Vila Franca do Imperador, 1801, 1803, 1805, 1809, 1820.

AHMF – Arquivo Histórico Municipal de Franca – Inventário *post-mortem* de Antônio Alves Guimarães, 2º Ofício, cx. 2, n. 31.

Referências

BATISTA, D. J. *Cativos e libertos:* a escravidão em Franca entre 1825-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998. 212f.

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. *Na estrada do Anhanguera:* uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1999.

BACELLAR, C. de A. P.; SCOTT, A.V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista brasileira de estudos de população,* São Paulo, n. 22, v. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BACELLAR, C. de A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus Revista de História,* Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.

BRIOSCHI, L. R. *et al*. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo.* O povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Ceru, 1991.

CAMPOS, A. L. de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v. 17, p. 17-69, jul./dez. 1984.

CASTRO, H. M. *Das cores do silêncio:* os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHIACHIRI FILHO, J. *Do Sertão do Rio Pardo a Vila Franca do Imperador.* Ribeirão Preto: Ribeirão, 1982.

CORRÊA JÚNIOR, C. *Os primórdios do povoamento do Sertão do Campim Mimoso.* Franca (Monografia), s.d.

COSTA, D. I. P. da. *Herança e ciclo de vida:* um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1977.

COSTA, D. I. P. da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População,* Campinas, São Paulo, v. 17, n. 1/2, p. 47-66, jan./dez. 2000.

COSTA, I. D. N. Notas sobre ciclo de vida e posse de escravos. *História, questões e debates,* Curitiba, APAH, v. 4, n. 6, p. 121-127, 1983.

COSTA, I. D. N.; NOZOE, N. H. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. *Estudos econômicos,* São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-87, jan./abr. 1987.

COSTA, I. D. N. da. Por uma definição abrangente da categoria agregado. *Boletim de História Demográfica,* São Paulo, FEA-USP, v. 1, n. 1, 1994.

EISENBERG, P. L. *Homens esquecidos.* Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

CUNHA, M. F. *Demografia e família escrava*. Franca-SP, século XIX. Tese (Doutorado em Demografia) – Institutito de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2009.

CUNHA, M. F. *A escravidão em números:* demografia escrava em Franca, 1811-1888. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População; Unicamp, 2015.

FARIA, S. de C. *A colônia em movimento:* fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LEWKOWICZ, I. *Vida em família:* caminhos da igualdade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

LEWKOWICZ, I.; GUTIÉRREZ, H. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Estudos de História,* Franca, v. 4, n. 1, p. 129-146, 1997.

LIMA, S. M. J. *Transformações na pecuária bovina paulista:* o exemplo da região de Franca. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Franca, 1973.

LUNA, F. V.; COSTA, I. D. N. da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos econômicos,* v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.

LUNA, F. V. *Areias:* posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836). São Paulo: NEHD-FEA-USP, 1995.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravistas de São Paulo, de 1750 a 1850.* São Paulo: Edusp, 2006.

MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira:* vale do Paraíba (século XIX). Lorena: Stiliano, 1998.

MESQUITA, E. de. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. *Revista de História,* São Paulo, v. 53, n. 105, p. 33-45 jan./mar. 1976.

MESQUITA, E de. *O papel do agregado na região de Itu – 1780 a 1830.* São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977. (Coleção Museu Paulista, série História, v. 6).

MOTTA, J. F. *Corpos escravizados, vontades livres:* posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999.

OLIVEIRA, L. L. *Economia e história.* Franca, século XIX. Franca: UNESP/FHDSS; Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (História Local, 7).

PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos,* São Paulo, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.

REIS, D. O. M. dos. Estrutura da posse de escravizados nas atividades de subsistência de Araxá (MG), 1776-1848. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP.* Caxambu, 2004.

ROCHA, O. F. *Apontamentos e genealogias.* Famílias: Faleiros, Rocha, Nascimento, Nogueira e elementos ligados a eles. São Paulo, 1968.

SAMARA, E. M. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano – Itu, 1780-1830.* São Paulo: Edusp, 2005.

SOARES, L. O. *No caminho dos goiases:* formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, P. E. *Mulheres, domicílios e povoamento:* Campinas, 1765-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1999.

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. *Revista Brasileira de Estudos de População,* v. 19, n. 1, p. 75-93, 2002.

TOSI, P. G. *Capitais no interior*. Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS-UNESP, 2002.

DOI 10.29327/5844403.1-12

No rio-mar de Oxum: família e escravidão no Grão-Pará do século XIX

Daniel Souza Barroso

Nos últimos anos, os estudos dedicados à história social da população escravizada no Grão-Pará oitocentista têm compreendido a reprodução endógena como uma peça-chave na dinâmica demográfica da escravidão, destacando a importância das relações familiares entre os cativos na manutenção do escravismo amazônico, em um contexto marcado pelo declínio prematuro – se comparado a regiões do Brasil – do tráfico atlântico (Barroso, 2017). Embora recente, essa perspectiva interpretativa vem conquistando adesão crescente na historiografia da Amazônia, como nos trabalhos de Oscar de la Torre (2018), Bárbara Palha (2019), Juliana Medeiros (2022) e Cássia Moraes (2025) – que partem de diferentes recortes cronológicos e espaciais, mobilizam diversos corpos documentais e abordam variados problemas historiográficos no campo dos estudos sobre a escravidão negra.

Este texto propõe contribuir para o avanço da reflexão sobre a dinâmica populacional da escravidão no Pará do século XIX por meio de um novo olhar: interessa-nos observar os fundamentos internos da reprodução endógena nos dois principais redutos escravistas paraenses – o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina –, tendo como eixo central de análise a família cativa. Para tanto analisamos 136 inventários *post mortem* provenientes dos acervos do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), referentes aos mencionados redutos, nos quais foi arrolado ao menos um escravizado. Ao todo, a documentação permitiu identificar 2.706 escravizados ou ingênuos entre 1810 e 1888, dos quais 931 viviam em 294 famílias de estruturas diversas[1]: nucleares, monoparentais masculinas ou femininas, extensas, múltiplas e outras.

[1] Não estão incluídos nesses números os escravizados do Engenho Bom Intento, propriedade dos portugueses Joaquim e Januário Antônio da Silva, situado em Bujaru na Zona Guajarina. No inventário do primeiro, os cativos não foram arrolados em famílias, mas classificados por geração e gênero: primeiro os homens adultos; em seguida, as mulheres adultas; e, por fim, as crianças de ambos os sexos. As relações familiares entre os escravizados dessa propriedade já foram analisadas por Barroso (2014).

O texto está estruturado em três seções. Na primeira, percorremos a historiografia da dinâmica demográfica da escravidão no Grão-Pará oitocentista, problematizando novamente essa produção à luz de dados censitários e das informações disponíveis nos inventários analisados. Na segunda, examinamos a incidência das relações familiares entre os escravizados, a estrutura e a estabilidade possível de suas famílias e a nupcialidade no cativeiro. Na terceira e última seção, investigamos as experiências reprodutivas dos escravos, com ênfase na maternidade e na fecundidade – enquanto variável demográfica – das mulheres cativas. Experiências que, entre as águas salgadas do Atlântico e as doces do rio-mar amazônico – domínio de Oxum –, formaram-se na família, alicerce da reprodução social e demográfica e fonte de axé.

A população escravizada do Grão-Pará oitocentista: história e historiografia

No clássico *Na senzala, uma flor* (2011), Robert Slenes formulou um argumento que se consolidou, por longo período, enquanto um dos principais pressupostos na historiografia brasileira sobre a formação de famílias no cativeiro: considerando a alta seletividade de gênero no tráfico de escravizados direcionado ao país e o perfil predominantemente masculino da população escravizada no Brasil, as famílias escravas – especialmente aquelas constituídas por meio do casamento legítimo – tenderiam a ser mais frequentes nos maiores plantéis, em que havia um número relativamente maior de mulheres cativas. Ainda que o próprio autor reconheça que esse pressuposto se inscreve em um contexto de economia de *plantation*, o argumento foi assumido, sem o devido cuidado, mesmo em relação a contextos demográficos e econômicos distintos daquele da Campinas oitocentista, estudada por Slenes – conformando um padrão explicativo de alcance "nacional", que, na prática, não se sustenta.

Foge ao nosso propósito, neste texto, empreender uma crítica ao conjunto da historiografia dedicada à família escrava no Brasil.[2] Gostaríamos, no entanto, de pontuar duas realidades situadas fora do eixo Centro-Sul, que repensaram as experiências familiares de escravizados a partir de suas diversidades regionais. A primeira delas é o Ceará. Em um instigante estudo sobre a escravidão no Cariri, caracterizada por pequenas posses, Ana Sara Cortez (2008) mostrou a expressiva presença de uma família mestiça que

[2] A respeito da historiografia sobre a família escrava no Brasil ver: Motta (2019).

atravessava o cativeiro – verdadeiro amálgama de negros, pardos, mulatos, caboclos e "cabras". Por sua vez, Martha Santos (2017) revelou como as mulheres escravas cearenses exerciam uma dupla função: de um lado, atuavam em diversas atividades econômicas, dentre as quais as agriculturas de subsistência e de exportação; de outro, contribuíam para a reprodução da população escravizada.

A segunda realidade que gostaríamos de destacar é a do Pará. No século XIX, a província amazônica assemelhava-se ao Ceará pela significativa incidência de relações familiares entre os cativos de pequenas propriedades e pela quase dependência da reprodução endógena. O escravismo paraense, porém, distinguia-se do cearense pelo fato de que a maioria dos escravizados – ao menos no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina – concentrava-se em plantéis grandes, muito grandes ou mesmo em megaplantéis (Barroso, 2017). A despeito das diferenças, uma característica comum entre a escravidão no Grão-Pará e no Ceará era o relativo equilíbrio de gênero nas populações escravizadas – efeito de um tráfico comparativamente menos intenso do que o voltado para o Centro-Sul, o que, por sua vez, fomentava a necessidade de manutenção da escravidão por meio da reprodução endógena.

Sendo o tráfico de escravos um fator diretamente relacionado aos distintos níveis de dinamismo econômico das diversas regiões do Brasil, as observações acima reforçam a ideia de um mútuo condicionamento entre a economia e a demografia da escravidão, como destacado por José Flávio Motta (1999). No que diz respeito à demografia da escravidão no Pará no século XIX, essa interdependência estrutural pode ser exemplificada a partir de dois processos: se, como já argumentamos, o enfraquecimento precoce do tráfico direcionado à Amazônia promoveu a demanda pela reprodução endógena, também é verdade que o extraordinário crescimento econômico da província – sobretudo a partir de 1850 com a consolidação da borracha como principal produto de exportação – possibilitou a manutenção da escravaria no Pará à margem da "segunda escravidão" (Barroso; Laurindo Júnior, 2017).

Tabela 1 – Estimativas do tráfico de escravizados para o Grão-Pará (antes de 1750-1885)

Período	N	Média anual
Antes de 1750	3.368	–
1751-1787	22.481	607
1788-1800	8.402	646
1801-1815	8.670	578
1816-1841	4.310	166
1873-1885	5.502	423
Total	**52.733**	–

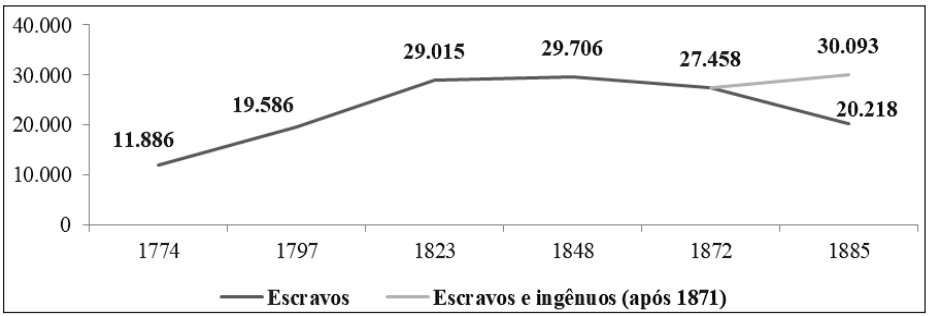
Obs.: Os dados anteriores a 1750 abarcam o Pará e o Maranhão. A partir de 1751 apenas o Pará.
Fonte: Até 1841: Hawthorne (2010, p. 25-60); 1873-1885: Laurindo Júnior (2021, p. 157).

A criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) marcou um novo patamar no tráfico de africanos para a Amazônia. Estimativas recentes indicam que, entre meados dos séculos XVII e XVIII, cerca de 3.368 africanos foram levados para a região. Durante os anos de atuação da Companhia – sob regime monopolista (1755-1777) e depois em livre comércio (1778-1787) –, 22.481 africanos escravizados desembarcaram no Pará. A média anual de entradas (607) manteve-se relativamente estável nas décadas seguintes: 646 entre 1788 e 1800 e 578 entre 1801 e 1815. A partir de 1816, contudo, notamos uma redução expressiva com média de 166 africanos por ano até 1841, marcando o fim do tráfico direto. Até os anos 1870, os dados sobre o tráfico interno são escassos; entre 1873 e 1885 houve uma média anual de 423 entradas e um saldo positivo, já deduzidas as saídas de 70 cativos.

Parece evidente que os números referentes ao tráfico, sobretudo após 1816, indicam que a migração forçada de africanos e crioulos (nascidos no Brasil) ao Pará não foi suficiente para assegurar a manutenção de uma população cativa submetida a condições materiais precárias e a altos índices de mortalidade, que, ao longo de grande parte do século XIX, chegou a se aproximar de 30 mil pessoas (Gráfico 1). Se, por um lado, tal manutenção não deixou de lidar com a lógica particular do mercado interno de escravos que se estruturou no Vale do Amazonas (Laurindo Júnior, 2021), por outro, resultava em grande – e talvez maior medida – da reprodução endógena de seus cativos (Barroso, 2017). Esses dois componentes, imbricados na dinâmica demográfica da

escravidão no Pará como um todo, provavelmente assumiam pesos distintos nas dinâmicas específicas de cada macrorregião paraense.

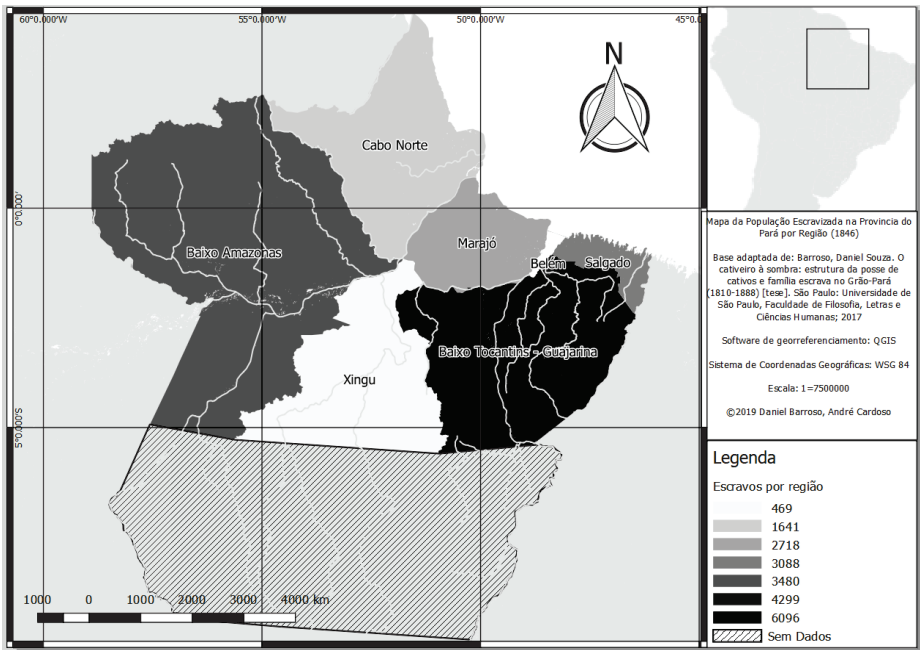
Gráfico 1 – População escravizada e ingênua do Grão-Pará (1774-1885)



Fonte: Barroso (2017).

A Figura 1 evidencia a expressiva concentração da população escravizada do Pará no núcleo urbano central de Belém e nas macrorregiões do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina. No ano de referência (1848), 58% (17.246) dos escravos da província (29.706) estavam nessas áreas. Belém, além de capital paraense, era o principal centro administrativo e comercial da província; o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, por sua vez, constituíam o mais importante cinturão agroextrativista do Pará, responsável pela maior produção de derivados de cana-de-açúcar, cacau, arroz, algodão e outros gêneros agroextrativistas da província. Em 1872, essas três macrorregiões consolidaram-se ainda mais como os mais destacados redutos escravistas do Pará e passaram a concentrar praticamente dois terços (64,1%) da população escravizada da província (Barroso, 2022, p. 95).

Figura 1 – População escravizada do Grão-Pará por regiões (1848)



Fonte: Barroso (2022, p. 94).

Buscamos examinar os fundamentos internos da escravidão no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina por meio da análise da estrutura da posse de cativos – isto é, como escravizadores e escravizados distribuíam-se conforme o tamanho dos plantéis. A investigação toma como base 136 inventários *post mortem* que registraram 2.580 escravizados, correspondendo a 21,2% da população cativa dessas regiões (12.161) em 1848 (Barroso, 2017, p. 116). Nossa amostra foi dividida em três subperíodos, considerando os efeitos da legislação emancipacionista: 1810-1850 (50 escravistas e 1.172 escravos), 1851-1871 (50 e 735) e 1872-1888 (36 e 673). Para caracterizar as propriedades, classificamo-las em cinco faixas de tamanho: pequenas (1 a 9 cativos), médias (10 a 19), grandes (20 a 49), muito grandes (50 a 99) e megaplantéis (100 ou mais), segundo critérios da historiografia amazônica (Mota; Barroso, 2017).

A grande maioria (70%) dos proprietários da primeira metade do século era detentora de pequenos ou médios plantéis, enquanto a maior parte dos escravizados (71,6%) integrava plantéis grandes, muito grandes ou megaplantéis. No segundo período, 82% dos escravistas situavam-se entre os pequenos e médios proprietários, enquanto os cativos das maiores propriedades representavam 57,4% da amostra. No último período, os pesos relativos de escravistas

e cativos foram, respectivamente, de 83,3% e 66%, reforçando a tendência de crescimento da representatividade dos pequenos e médios proprietários entre os escravistas, acompanhada, dessa vez, por uma recuperação do peso dos escravos das maiores propriedades – embora em um patamar abaixo do observado nas primeiras décadas do século. Na prática, as oscilações apontadas refletem variações nos graus de concentração da propriedade escrava.[3]

Tabela 2 – Estrutura da posse de escravizados no Grão-Pará
(Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

FTP		Proprietários			Escravos		
		N	%	% Ac.	N	%	% Ac.
1810-1850	01-09	18	36,0	36,0	88	7,5	7,5
	10-19	17	34,0	70,0	245	20,9	28,4
	20-49	09	18,0	88,0	301	25,7	54,1
	50-99	04	8,0	96,0	182	15,5	69,6
	100/+	02	4,0	100,0	356	30,4	100,0
	Total	50	100,0	100,0	1.172	100,0	100,0
1851-1871	01-09	30	60,0	60,0	154	21,0	21,0
	10-19	11	22,0	82,0	159	21,6	42,6
	20-49	07	14,0	96,0	222	30,2	72,8
	50-99	01	2,0	98,0	58	7,9	80,7
	100/+	01	2,0	100,0	142	19,3	100,0
	Total	50	100,0	100,0	735	100,0	100,0
1872-1888	01-09	21	58,3	58,3	105	15,6	15,6
	10-19	09	25,0	83,3	124	18,4	34,0
	20-49	04	11,1	94,4	163	24,2	58,2
	50-99	01	2,8	97,2	96	14,3	72,5
	100/+	01	2,8	100,0	185	27,5	100,0
	Total	36	100,0	100,0	673	100,0	100,0

[3] O índice de Gini, calculado para a posse de cativos no primeiro período (1810-1850), foi de 0,58, indicando uma concentração moderadamente forte; no segundo (1851-1871), 0,55, correspondente a uma concentração moderada; e, no terceiro período (1872-1888), 0,63, expressando uma forte concentração. As variações sugerem uma leve desconcentração da propriedade de escravizados entre o primeiro e o segundo períodos, seguida de uma intensa reconcentração entre o segundo e o terceiro. Para a qualificação dos índices de Gini, adotaram-se os critérios propostos por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa (2010).

1810-1888	**01-09**	69	50,7	50,7	347	13,4	13,4
	10-19	37	27,2	77,9	528	20,5	33,9
	20-49	20	14,7	92,6	686	26,6	60,5
	50-99	06	4,4	97,0	336	13,0	73,5
	100/+	04	3,0	100,0	683	26,5	100,0
	Total	136	100,0	100,0	2.580	100,0	100,0

Obs.: FTP = Faixa de Tamanho de Plantel.
Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Entre 1810 e 1888, a população escravizada do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina apresentava uma composição relativamente equilibrada quanto ao sexo, com discreta predominância masculina. Era formada, em sua maioria, por escravos adultos, acompanhados de um contingente expressivo de jovens e de um número reduzido de velhos. Predominavam os cativos crioulos – nascidos no Brasil –, enquanto a presença de africanos foi mais significativa apenas no primeiro subperíodo analisado (1810-1850). Ainda que esses dados já tenham sido examinados de forma mais detalhada em estudo anterior (Barroso, 2017), cabe-nos aqui destacar as variações na razão de sexo e no peso relativo de adultos entre os três subperíodos observados – expressões das mudanças nos mecanismos de reprodução demográfica dos cativos e do progressivo avanço da legislação emancipacionista.

Tabela 3 – População escravizada do Grão-Pará segundo o sexo, a idade e a origem africana (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

FTP		**Sexo (%)**			**Idade em anos (%)**			**Africanos (%)**
		Homens	**Mulheres**	**Razão**	**0-14**	**15-49**	**50/+**	
1810-1850	**01-09**	56,8	43,2	131,6	35,0	51,3	13,7	22,9
	10-19	55,9	44,1	126,9	36,3	52,1	11,6	13,2
	20-49	50,2	49,8	100,7	31,0	53,5	15,5	31,2
	50-99	56,2	43,8	128,6	31,6	56,1	12,3	32,0
	100/+	56,6	43,4	130,5	27,4	59,9	12,7	32,9
	Total	54,8	45,2	121,1	31,3	55,5	13,2	27,4

1851-1871	**01-09**	45,5	54,5	83,3	42,8	44,7	12,5	1,3
	10-19	50,6	49,4	102,6	39,5	49,0	11,5	1,3
	20-49	45,9	54,1	85,0	46,1	45,2	8,7	1,4
	50-99	41,4	58,6	70,6	32,8	58,6	8,6	–
	100/+	45,8	54,2	84,4	34,0	34,0	32,0	3,5
	Total	46,5	53,5	86,8	40,6	44,8	14,6	1,6
1872-1888	**01-09**	55,2	44,8	123,4	21,4	68,9	9,7	–
	10-19	46,0	54,0	85,1	17,7	61,3	21,0	3,2
	20-49	62,0	38,0	162,9	20,1	66,7	13,2	1,2
	50-99	53,1	46,9	113,3	27,4	56,8	15,8	1,0
	100/+	42,7	57,3	74,5	15,8	63,9	20,3	2,2
	Total	51,4	48,6	105,8	19,7	63,9	16,4	1,6
1810-1888	**01-09**	51,3	48,7	105,3	34,3	53,7	12,0	6,1
	10-19	52,0	48,0	108,3	32,8	53,4	13,8	7,2
	20-49	51,6	48,4	106,6	33,3	53,9	12,8	14,2
	50-99	52,7	47,3	111,5	30,5	56,8	12,7	17,3
	100/+	50,6	49,4	102,4	25,7	55,6	18,7	18,5
	Total	51,5	48,5	106,3	30,9	54,6	14,5	13,2

Obs.: FTP = Faixa de Tamanho de Plantel. Os percentuais foram calculados tomando-se, como denominador, o número de pessoas escravizadas em cada período e faixa de tamanho de plantel apresentados na Tabela 2. Por "razão" entende-se a razão de sexo, isto é, o número de homens escravizados para cada grupo de 100 mulheres escravizadas.
Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Ao analisarmos inicialmente as variações ocorridas entre os dois primeiros subperíodos, verificamos que a inversão no perfil dos escravos segundo o gênero – de uma população majoritariamente masculina para outra majoritariamente feminina – veio acompanhada da redução do número de africanos e de adultos, bem como do aumento de cativos jovens – nesse caso, especialmente notado em relação aos pequenos, médios e grandes plantéis. Conquanto a diminuição do número de africanos seja esperada em virtude do que foi exposto até aqui, esses movimentos podem sugerir, por um lado, a evasão de escravos homens em idade adulta (ainda não documentada pela historiografia) e, por outro, transformações na dinâmica da produção endógena da escravidão no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina – hipótese que procuramos sustentar por meio da análise da família cativa.

Família escrava e reprodução demográfica no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina

A produção de mandioca e de outros gêneros no sítio de Lizarda Maria da Conceição, em Moju, baseava-se na força de trabalho escravizada. Entre os 16 cativos mencionados em seu inventário *post mortem*, 14 viviam em famílias, relevando a importância dessas relações na vida dos escravos. Em 1810, havia nessa propriedade três famílias monoparentais chefiadas por mulheres: Catarina, com cinco filhos; Josefa, com três; e Domingas, com dois. Famílias que existiam há (pelo menos) cinco, onze e vinte e cinco anos, respectivamente, indicando uma notável estabilidade na virada para o século XIX. Apesar de estarem em diferentes fases de seus ciclos de vida, a consolidação dessas relações familiares mostra que a reprodução entre os escravos atuou como um fator central na manutenção e possível ampliação daquele plantel.[4]

Neste estudo, entendemos a noção de família escrava de modo amplo, além das uniões reconhecidas e legitimadas pela Igreja. Com base em Iraci Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz (2009), consideramos também famílias os arranjos formados por pais ou mães solteiros e viúvos com seus filhos. Tal perspectiva, adequada à fonte utilizada – os inventários *post mortem* –, permite compreender de maneira mais abrangente a complexidade social do cativeiro e a diversidade das relações afetivas entre os escravizados, que (re)criavam laços e estratégias de sobrevivência dentro das limitações impostas pela escravidão. A amostra de inventários examinada compreende 1.172 escravos no primeiro subperíodo, 593 no segundo – excluídos os 142 escravos pertencentes ao Engenho Bom Intento – e 799 escravos e ingênuos no terceiro.

[4] De todo o plantel apenas os escravos Dionísio, de 40 anos, e Albina, de 25 anos de idade, não estavam inseridos em famílias aparentes. Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post mortem*, cx. 1 (1810-1812). Inventário de Lizarda Maria da Purificação, 1810.

Tabela 4 – Escravizados e ingênuos do Grão-Pará inseridos em famílias segundo o sexo e os grupos etários – por segmento (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

Sexo/Grupo etário	Subperíodo						Total (1810-1888)
	1810-1850		1851-1871		1871-1888		
	N	%	N	%	N	%	
Homens (15/+ anos)	40	9,5	11	6,8	73	26,6	124 (14,5%)
Mulheres (15/+ anos)	121	34,5	49	27,5	121	46,7	291 (36,9%)
Jovens (<15 anos)	208	58,9	105	42,5	188	73,2	501 (58,5%)
Total	376	32,1	167	28,2	388	48,6	931 (36,3%)

Obs.: Os percentuais foram calculados tomando como denominador a amostra de escravizados e ingênuos investigados em cada período de observação, distribuídos por segmento sexo-etário – homens com 15 anos ou mais, mulheres com 15 anos ou mais e jovens de ambos os sexos –, excluindo os cativos pertencentes ao Engenho Bom Intento no segundo período de observação.
Fonte: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Os dados apresentados revelam que 36,3% dos 2.564 escravizados e ingênuos analisados mantinham vínculos familiares, percentual que variou conforme os segmentos considerados – homens com 15 anos ou mais, mulheres da mesma faixa etária e jovens com menos de 15 anos – e entre os três subperíodos. No conjunto, os jovens apresentaram a maior participação relativa entre os escravos e ingênuos vinculados a famílias (58,5%), seguidos pelas mulheres (36,9%) e pelos homens (14,5%). Ademais, verificamos, para o terceiro subperíodo, um aumento significativo no peso relativo de todos os grupos em comparação aos dois anteriores. Tal movimento resultou na elevação do percentual geral de escravos vivendo em famílias, que passou de 32,1% e 28,2% nos dois primeiros subperíodos para 48,6% no último, evidenciando a ampliação dessas relações familiares após a Lei do Ventre Livre (1871).

Os plantéis muito grandes e os megaplantéis apresentaram, de modo geral, incidência proporcionalmente mais elevada de escravizados e ingênuos com vínculos familiares do que as pequenas, médias e grandes propriedades. A única exceção ocorreu no primeiro subperíodo, quando as escravarias de médio porte (de 10 a 19 cativos) registraram uma maior presença relativa de escravizados e ingênuos vivendo em famílias (35,9%), superando as escravarias grandes (24,9%) e as muito grandes (29,7%). No segundo e no terceiro subperíodos, a expressiva presença de vínculos familiares nos menores plantéis pode

estar relacionada não apenas à necessidade de reprodução endógena da população cativa – cada vez mais premente diante da desarticulação do tráfico para o Grão-Pará – como também à ampla "disponibilidade" de mulheres em idade fértil nos plantéis de menor dimensão.

Tabela 5 – Escravizados e ingênuos do Grão-Pará inseridos em famílias segundo as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

FTP	Subperíodo			Total (1810-1888)
	1810-1850	1851-1871	1872-1888	
01-09	22,7%	33,8%	40,2%	32,6%
10-19	35,9%	22,6%	29,7%	30,5%
20-49	24,9%	23,9%	42,3%	29,7%
50-99	29,7%	44,8%	53,8%	41,5%
100/+	39,0%	–	60,9%	47,9%
Total	32,1%	28,2%	48,6%	36,6%

Obs.: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel em cada período analisado.
Resultados do teste chi-quadrado: 1810-1850: $c^2(04, N = 1.172) = 20,68$, $p < 0,001$ – altamente significativo; 1851-1871: $c^2(03, N = 593) = 14,76$, $< 0,01$ – significativo; 1872-1888: $c^2(04, N = 799) = 35,47$, $< 0,001$ – altamente significativo.
Fonte: Inventários *post-mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

A amostra analisada indica que, diferentemente do que sustenta grande parte da historiografia brasileira sobre a família escrava, as menores propriedades do Pará concentravam um número expressivo de cativos e ingênuos vivendo em famílias. Tal diferenciação decorre do fato de que essa historiografia refere-se, em geral, a regiões fortemente articuladas ao tráfico atlântico e interno de escravizados e caracterizadas por plantéis com elevadas razões de sexo (Slenes, 2011, p. 78 e ss.). No Baixo Tocantins e na Zona Guajarina oitocentista, contudo, o padrão foi outro: a menor interação com o tráfico e a proporção equilibrada entre homens e mulheres favoreceram a formação de famílias entre escravizados. Considerando que fenômeno semelhante ocorreu em Belém (Barroso, 2017), podemos entender que essa "não correspondência" ao pressuposto "geral" expressa uma característica estrutural do escravismo no Pará.

Mais um aspecto que distinguia as experiências familiares dos cativos do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina com relação a outras regiões – inclusive do próprio Pará – era a baixíssima nupcialidade. Apenas uma pequena parcela dos escravos, de ambos os sexos e com 15 anos ou mais, encontrava-se casada, legitimamente ou não, entre os anos de 1810 e 1871. O aumento observado no último subperíodo relaciona-se à expressiva presença de famílias nucleares na Fazenda Taperaçu, propriedade de José Antônio de Miranda às margens do rio Capim. Caso a propriedade não tivesse sido incluída no levantamento, os pesos relativos de escravos solteiros, casados e viúvos no terceiro subperíodo teriam sido, respectivamente, de 98,7%, 1,0% e 0,3% – uma nupcialidade ainda menor do que a verificada nos dois subperíodos anteriores.

Tabela 6 – Escravizados com 15 anos ou mais do Grão-Pará segundo o sexo e o estado conjugal (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

Estado conjugal								
Sexo		Solteiro(a)		Casado(a)		Viúvo(a)		Total
		N	%	N	%	N	%	
1810-1850	Homens	414	96,3	16	3,7	–	–	430 (100,0%)
	Mulheres	327	95,9	14	4,1	–	–	341 (100,0%)
	Total	741	96,1	30	3,9	–	–	771 (100,0%)
1851-1871	Homens	159	98,1	03	1,9	–	–	162 (100,0%)
	Mulheres	174	98,3	03	1,7	–	–	177 (100,0%)
	Total	333	98,2	06	1,8	–	–	339 (100,0%)
1872-1888	Homens	251	89,0	28	9,9	03	1,1	282 (100,0%)
	Mulheres	227	90,1	20	7,9	05	2,0	252 (100,0%)
	Total	478	89,5	48	9,0	08	1,5	534 (100,0%)

Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Os percentuais de escravizados solteiros, casados e viúvos de ambos os sexos, calculados a partir dos inventários, não divergiram significativamente daqueles aferidos pelo Recenseamento de 1872 para o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina – embora esses se apresentem subestimados por incluir toda a população cativa e não somente pessoas com 15 anos ou mais. Conforme o recenseamento, os percentuais de solteiros, casados e viúvos entre os escravos homens foram de 94,0%, 5,0% e 1,0% e entre as mulheres de 95,9%, 3,1% e

1,0% (Brasil, 1876, p. 212). Considerando essa subestimação, observamos que os índices obtidos pela nossa amostra de cativos mostraram-se ligeiramente inferiores aos registrados em 1872, à exceção do terceiro período, cujos resultados, como já destacado, foram afetados pela elevada incidência de famílias nucleares naquele megaplantel específico.

Para efeito de comparação, Robert Slenes (1976, p. 420), ao analisar o percentual de cativas casadas no Brasil, identificou, com base no mesmo recenseamento, o índice de 5,6%. Esse percentual, contudo, variou significativamente entre as províncias brasileiras: as maiores proporções de escravizadas casadas foram identificadas na Bahia (14,9%) e em São Paulo (14,4%), enquanto as menores ocorreram na Corte (1,1%), em Santa Catarina e no Amazonas (1,4% cada). Considerando o Pará e deslocando nosso lócus de observação, o recenseamento indica que, entre os 5.343 homens e mulheres escravizados registrados nas freguesias da Sé, de Santana, da Trindade e de Nazaré, em Belém, 89,7% eram solteiros, 7,1% casados e 3,2% viúvos (Brasil, 1876, p. 212). Esses dados podem ser sugestivos de uma maior nupcialidade entre os escravizados residentes nas áreas urbanas da província, possivelmente associada às condições de sociabilidade, à maior mobilidade ocupacional e à densidade demográfica mais elevada dos meios urbanos em contraste com o isolamento relativo das propriedades rurais.

Como já destacamos, os 931 escravizados analisados que mantinham vínculos familiares estavam organizados em 294 famílias de diferentes estruturas: **nuclear** (pais e/ou mães casados ou viúvos com filhos – não identificamos na amostra casais sem filhos); **monoparental masculina** (pais com filhos, sem as mães); **monoparental feminina** (mães com filhos, sem os pais); **extensa** (avós e pais e/ou mães com filhos); **múltipla** (avós e mais de um núcleo de pais e/ou mães com filhos); e **outros** (estrutura na qual incluímos os demais tipos de arranjos familiares). Embora tal classificação amplie o conjunto de indicadores examinados em uma amostra que, a rigor, é reduzida, essa amplitude permite vislumbrar os diferentes níveis de complexidade alcançados pelas famílias escravizadas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina ao longo do século XIX.

Os dados (Tabela 7) evidenciam que a dimensão das escravarias poderia condicionar não apenas a maior ou menor incidência de escravizados inseridos em famílias, mas também a ocorrência de estruturas familiares mais complexas – na medida em que essas demandavam um *pool* mais amplo de potenciais cônjuges e compreendiam, não raro, uma dimensão intergeracional, relacionada aos níveis de estabilidade que essas famílias conseguiam alcançar ao longo do tempo. Se, por um lado, a razão de sexo equilibrada entre os escravi-

zados do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina contribuiu para a expressiva presença de cativos organizados em famílias, por outro, esse mesmo equilíbrio – associado à maior oferta de potenciais parceiros – favoreceu aquele movimento. Observamos adicionalmente que, embora a estrutura monoparental feminina tenha se mantido como uma constante – exceção feita à referida fazenda Taperaçu –, a estrutura monoparental masculina revelou-se praticamente inexpressiva em toda a nossa amostra.

Tabela 7 – Famílias escravizadas do Grão-Pará segundo as suas estruturas e as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

FTP		Nuc.		M.Mas.		M.Fem.		Ext.		Múl.		Out.		Total
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	01-09	–	–	–	–	4,0	80,0	1,0	20,0	–	–	–	–	05 (100,0%)
	10-19	4,0	14,8	–	–	21,0	77,8	1,0	3,7	–	–	1,0	3,7	27 (100,0%)
	20-49	1,0	2,9	–	–	31,0	91,2	1,0	2,9	1,0	2,9	–	–	34 (100,0%)
	50-99	2,0	9,1	–	–	19,0	86,4	1,0	4,5	–	–	–	–	22 (100,0%)
	100/+	9,0	28,1	–	–	15,0	46,9	2,0	6,3	1,0	3,1	5,0	15,6	32 (100,0%)
	Total	16,0	13,3	–	–	90,0	75,0	6,0	5,0	2,0	1,7	6,0	5,0	120 (100,0%)
1851-1871	01-09	1,0	7,1	–	–	13,0	92,9	–	–	–	–	–	–	14 (100,0%)
	10-19	1,0	7,7	–	–	9,0	69,2	1,0	7,7	–	–	2,0	15,4	13 (100,0%)
	20-49	–	–	–	–	20,0	100,0	–	–	–	–	–	–	20 (100,0%)
	50-99	–	–	–	–	6,0	85,7	1,0	14,3	–	–	–	–	07 (100,0%)
	100/+	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	Total	2,0	3,7	–	–	48,0	88,9	2,0	3,7	–	–	2,0	3,7	54 (100,0%)
1872-1888	01-09	1,0	10,0	–	–	7,0	70,0	1,0	10,0	–	–	1,0	10,0	10 (100,0%)
	10-19	1,0	12,5	–	–	7,0	87,5	–	–	–	–	–	–	08 (100,0%)
	20-49	–	–	–	–	16,0	88,9	–	–	2,0	11,1	–	–	18 (100,0%)
	50-99	2,0	8,3	–	–	18,0	75,0	2,0	8,3	–	–	2,0	8,3	24 (100,0%)
	100/+	30,0	50,0	3,0	5,0	21,0	35,0	–	–	–	–	6,0	10,0	60 (100,0%)
	Total	34,0	28,3	3,0	2,5	69,0	57,5	3,0	2,5	2,0	1,7	9,0	7,5	120 (100,0%)
1810-1888	01-09	2,0	6,8	–	–	24,0	83,0	2,0	6,8	–	–	1,0	3,4	29 (100,0%)
	10-19	6,0	12,6	–	–	37,0	77,0	2,0	4,2	–	–	3,0	6,2	48 (100,0%)
	20-49	1,0	1,4	–	–	67,0	93,0	1,0	1,4	3,0	4,2	–	–	72 (100,0%)
	50-99	4,0	7,6	–	–	43,0	81,0	4,0	7,6	–	–	2,0	3,8	53 (100,0%)
	100/+	39,0	42,4	3,0	3,3	36,0	39,1	2,0	2,2	1,0	1,1	11,0	11,9	92 (100,0%)
	Total	52,0	17,7	3,0	1,0	207,0	70,4	11,0	3,7	4,0	1,4	17,0	5,8	294 (100,0%)

Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Entre as pequenas e médias propriedades observadas nos três subperíodos, destacou-se o sítio de Antônio Francisco de Carvalho, no Capim, que em 1884 apresentava a totalidade dos nove escravizados vivendo em uma única família extensa, estabelecida havia pelo menos três décadas – a julgar pela idade de Adão, filho primogênito de Isabel e neto de Maria Tomásia, criadora desse núcleo familiar[5]. Entre as maiores propriedades, sobressaíram o Engenho Nossa Senhora do Rosário, propriedade de Amândio José de Oliveira Pantoja, no Moju, onde, em 1826, 113 (54,1%) dos 209 escravizados viviam em famílias (29,2% em nucleares, 48,7% em monoparentais femininas, 12,4% em extensas, 4,4% em múltiplas e 5,3% em outros tipos)[6], e, em período posterior, a já mencionada Fazenda Taperaçu, onde, em 1879, 148 (60,9%) dos 243 escravizados e ingênuos viviam em relações familiares – 54,1% em famílias nucleares, 4,1% em monoparentais masculinas, 37,7% em monoparentais femininas e 4,1% em outras estruturas.[7]

Mesmo que não seja nosso objetivo examinar em detalhe os casos do Engenho Nossa Senhora do Rosário e da Fazenda Taperaçu, as variações identificadas nas formas de inserção dos escravos em famílias remetem, como sugere Stuart Schwartz (1988, p. 314), à influência das condições materiais de vida, da realidade social, das atitudes dos senhores e da ação dos próprios escravizados na conformação das relações familiares no cativeiro. A maior incidência de famílias nucleares na fazenda e de famílias monoparentais femininas no engenho, bem como a presença das demais estruturas familiares em ambas as propriedades, foram por certo condicionadas por tais fatores. Essas diferenças lançam luz sobre como propriedades distintas, ainda que inseridas em contextos demográficos e econômicos semelhantes, podiam oferecer perspectivas desiguais para a formação e a manutenção das famílias entre os escravizados.

Assim como mostra a historiografia, no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, algumas famílias escravizadas mantiveram-se estáveis por décadas, coexistindo com núcleos familiares recém-formados a partir do nascimento dos filhos primogênitos. Nos dois primeiros subperíodos, a duração média dos vínculos familiares foi de 9,1 anos. Já no terceiro período, essa média aumentou para 15,1 anos, superando as anteriores, embora sem diferença estatística significativa entre os dois primeiros subperíodos.[8] Tal aumento pode estar re-

[5] Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post mortem*, cx. 41 (1884). Inventário de Antônio Francisco de Carvalho, 1884.

[6] Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Juízo de Órfãos. Inventários *post mortem*. Inventário de Amândio José de Oliveira Pantoja, 1826.

[7] Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Odon Rhossard (2ª Vara Cível). Inventários *post mortem*, cx. 35 (1879). Inventário de José Antônio de Miranda, 1879.

[8] Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 221) = 5{,}20$, $p = 0{,}01$ – significativo.

lacionado à ausência do registro etário de muitas crianças inventariadas nascidas após o Ventre Livre, o que pode ter superestimado a duração dos vínculos. Ainda assim, destacamos que apenas no terceiro período a maioria dos vínculos ultrapassou nove anos, representando 45,3% do total observado.

Tabela 8 – Famílias escravizadas do Grão-Pará e sua estabilidade possível segundo as faixas etárias das mães (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

Faixas etárias das mães (em anos)		Duração dos vínculos familiares (em anos)												Total
		0-4		5-9		10-14		15-19		20-29		30/+		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1810-1850	15-19	03	75,0	01	25,0	–	–	–	–	–	–	–	–	04 (100,0%)
	20-24	15	75,0	03	15,0	01	5,0	–	–	01	5,0	–	–	20 (100,0%)
	25-29	08	53,3	05	33,4	02	13,3	–	–	–	–	–	–	15 (100,0%)
	30-34	05	16,1	16	51,6	10	32,3	–	–	–	–	–	–	31 (100,0%)
	35-39	01	9,1	06	54,5	03	27,3	01	9,1	–	–	–	–	11 (100,0%)
	40-44	02	12,5	04	25,0	01	6,3	06	37,5	03	18,7	–	–	16 (100,0%)
	45-49	01	20,0	02	40,0	02	40,0	–	–	–	–	–	–	05 (100,0%)
	50/+	–	–	–	–	01	9,1	01	9,1	06	54,5	03	27,3	11 (100,0%)
	Total	35	31,0	37	32,7	20	17,7	08	7,1	10	8,8	03	2,7	113 (100,0%)
1851-1871	15-19	–	–	01	100,0	–	–	–	–	–	–	–	–	01 (100,0%)
	20-24	03	50,0	02	33,3	01	16,7	–	–	–	–	–	–	06 (100,0%)
	25-29	03	33,3	05	55,6	–	–	–	–	01	11,1	–	–	09 (100,0%)
	30-34	02	28,6	04	57,1	01	14,3	–	–	–	–	–	–	07 (100,0%)
	35-39	02	20,0	04	40,0	01	10,0	03	30,0	–	–	–	–	10 (100,0%)
	40-44	–	–	03	37,5	02	25,0	–	–	02	25,0	01	12,5	08 (100,0%)
	45-49	01	33,3	–	–	02	66,7	–	–	–	–	–	–	03 (100,0%)
	50/+	–	–	01	33,3	01	33,3	–	–	–	–	01	33,4	03 (100,0%)
	Total	11	23,3	20	42,6	08	17,0	03	6,4	03	6,4	02	4,3	47 (100,0%)
1872-1888	15-19	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	20-24	–	–	01	100,0	–	–	–	–	–	–	–	–	01 (100,0%)
	25-29	04	40,0	06	60,0	–	–	–	–	–	–	–	–	10 (100,0%)
	30-34	01	12,5	04	50,0	02	25,0	–	–	01	12,5	–	–	08 (100,0%)
	35-39	01	12,5	02	25,0	02	25,0	02	25,0	01	12,5	–	–	08 (100,0%)
	40-44	–	–	–	–	02	100,0	–	–	–	–	–	–	02 (100,0%)
	45-49	–	–	–	–	02	33,3	02	33,3	01	16,7	01	16,7	06 (100,0%)
	50/+	–	–	–	–	–	–	01	14,3	01	14,3	05	71,4	07 (100,0%)
	Total	06	14,3	13	31,0	08	19,0	05	11,9	04	9,5	06	14,3	42 (100,0%)

1810-1888	**15-19**	03	60,0	02	40,0	–	–	–	–	–	–	–	–	05 (100,0%)
	20-24	18	62,2	06	25,2	02	8,4	–	–	01	4,2	–	–	27 (100,0%)
	25-29	15	44,2	16	47,1	02	5,8	–	–	01	2,9	–	–	34 (100,0%)
	30-34	08	17,4	24	52,1	13	28,3	–	–	01	2,2	–	–	46 (100,0%)
	35-39	04	13,8	12	41,4	06	20,7	06	20,7	01	3,4	–	–	29 (100,0%)
	40-44	02	7,6	07	26,9	05	19,6	06	22,8	05	19,3	01	3,8	26 (100,0%)
	45-49	02	14,2	02	14,2	06	43,2	02	14,2	01	7,1	01	7,1	14 (100,0%)
	50/+	–	–	01	4,8	02	9,6	02	9,6	07	33,2	09	42,8	21 (100,0%)
	Total	52	25,7	70	34,7	36	17,8	16	7,9	17	8,4	11	5,5	202 (100,0%)

Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Em relação ao conjunto de famílias para as quais foi possível associar suas estruturas às idades dos filhos mais velhos, observamos que o peso relativo das relações mais duradouras foi, no primeiro e no terceiro subperíodos analisados, ligeiramente maior entre as famílias de maior complexidade (nucleares, extensas e múltiplas) do que entre as monoparentais. Tal diferença retoma uma questão discutida anteriormente: a formação de famílias escravas mais complexas dependia não apenas de um número maior de potenciais cônjuges, como também de fatores intergeracionais e sociais que podem ter influído na longevidade dos vínculos. No primeiro subperíodo, a duração média nas famílias monoparentais femininas foi de 7,7 anos e nas complexas de 15 anos; no terceiro, passou para 10 e 28,3 anos, respectivamente. Dados que confirmam o aumento da duração média dos vínculos mostram que, em todos os subperíodos, as estruturas familiares mais complexas mostraram-se potencialmente mais duradouras do que as monoparentais.

É importante lembrar que as estruturas familiares mais complexas, especialmente as extensas e múltiplas, envolviam, como temos destacado, atravessamentos geracionais. A constituição de uma família extensa implicava a formação de um novo núcleo, ao passo em que a de uma família múltipla pressupunha a criação de dois ou mais núcleos. Em outras palavras, o surgimento dessas estruturas dependia do estabelecimento de pelo menos mais uma geração, o que por si só explica a maior duração média dos vínculos familiares entre as famílias de maior complexidade. Ademais, a formação de novos núcleos podia reclassificar famílias anteriormente monoparentais ou nucleares em estruturas extensas ou múltiplas, justamente quando as estruturas originais transitavam entre um intervalo de duração e outro – contribuindo para a redução da duração média dos vínculos entre as estruturas menos complexas.

Maternidade e fecundidade escravas no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina

A maternidade escrava constitui um tema controverso na historiografia social da escravidão, pois entrelaça a exploração e a opressão exercidas sobre o trabalho feminino no cativeiro a uma das dimensões mais íntimas da vida das mulheres escravizadas. Ao mesmo tempo revela espaços de construção de relações e de elaboração de estratégias de sobrevivência em múltiplas ordens (Cowling *et al*., 2018, p. 222). Nesse sentido, não podemos perder de vista que a centralidade dessas mulheres na reprodução demográfica da escravidão no Pará do século XIX – para além de suas dimensões social e racial – foi profundamente atravessada por uma perspectiva de gênero, que moldou de forma singular seus cotidianos e experiências no cativeiro. Suas vivências familiares e sua autonomia, inclusive espacial, distinguiam-se marcadamente das vivenciadas pelos homens escravizados.

Os dados da Tabela 9 evidenciam que a proporção de mulheres escravizadas em idade potencialmente fértil (15 a 49 anos) manteve-se relativamente estável ao longo dos três subperíodos analisados – 24,1%, 25% e 25,9%, respectivamente. Tal constância indica que esse grupo representava uma parcela significativa da população escrava do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, sem evidências de envelhecimento gradual durante o século. As idades médias dessas mulheres nos três subperíodos – 29,5, 28,8 e 29,9 anos[9] – confirmam essa estabilidade, sugerindo que a estrutura etária das mulheres cativas em idade reprodutiva permaneceu equilibrada. Assim, tanto a proporção como a idade média dessas escravizadas apontam para a continuidade de sua capacidade reprodutiva – essencial na dinâmica demográfica e social da escravidão no Grão-Pará.

[9] Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 669) = 0{,}73$, $p = 0{,}48$ – não significativo.

Tabela 9 – Fecundidade *proxy* da população escravizada do Grão-Pará segundo as faixas de tamanho de plantel (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

FTP		Crianças (0-9 anos)		Mulheres (15-49 anos)		Razão Crianças/Mulheres
		N	%	N	%	
1810-1850	**01-09**	22	25,0	16	18,2	1.375
	10-19	57	23,3	53	21,6	1.075
	20-49	68	22,6	83	27,6	819
	50-99	34	18,7	43	23,6	791
	100/+	64	18,0	87	24,4	736
	Total	245	20,9	282	24,1	869
1851-1871	**01-09**	46	29,9	44	28,6	1.045
	10-19	43	27,0	33	20,8	1.303
	20-49	81	36,5	58	26,1	1.397
	50-99	13	22,4	17	29,3	765
	100/+	38	26,8	32	22,5	1.188
	Total	221	30,1	184	25,0	1.201
1872-1888	**01-09**	19	20,7	28	30,4	679
	10-19	19	20,9	18	19,8	1.056
	20-49	60	27,9	51	23,7	1.176
	50-99	35	22,2	41	25,9	854
	100/+	119	49,0	69	28,4	1.725
	Total	252	31,5	207	25,9	1.217
1810-1888	**01-09**	87	25,1	88	25,4	989
	10-19	119	22,5	104	19,7	1.144
	20-49	209	30,5	192	28,0	1.089
	50-99	82	24,4	101	30,1	812
	100/+	221	32,4	188	27,5	1.176
	Total	718	27,8	673	26,1	1.067

Obs.: Os percentuais foram calculados tendo como denominador o número total de cativos por faixa de tamanho de plantel em cada período analisado. No segundo período, como já havíamos antecipado, foram considerados os dados referentes ao Engenho Bom Intento (o megaplantel com 142 escravos). No terceiro período de observação, todos os ingênuos cuja idade não foi identificada foram incluídos na categoria "Crianças (0-9 anos)".
Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

A comparação entre as razões crianças/mulheres[10] e a participação relativa de africanos na população cativa do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina no primeiro subperíodo, quando o peso de escravos africanos era mais significativo (27,4%), evidencia uma relação inversamente proporcional entre ambas as variáveis, exceto na faixa intermediária de plantéis (10 a 19 escravizados). Enquanto a presença de africanos correspondia, respectivamente, a 22,9%, 13,2%, 31,2%, 32% e 32,9% nas propriedades pequenas (1-9), médias (10-19), grandes (20-49), muito grandes (50-99) e nos megaplantéis (100 ou mais escravizados), as razões crianças/mulheres foram de 1.375, 1.075, 819, 791 e 736. Nos dois subperíodos seguintes, quando a participação africana caiu para 1,6%, as maiores propriedades passaram a apresentar razões crianças/mulheres mais elevadas, reforçando a hipótese de que o declínio do tráfico favoreceu a intensificação da reprodução natural entre a população cativa.

Independentemente dessas variações, destacamos que – exceto as menores propriedades do terceiro período observado – todas as faixas de tamanho de plantel em todo o intervalo em tela (1810-1888) apresentaram razões crianças/mulheres relativamente altas, com médias superiores às que Clotilde Paiva e Douglas C. Libby (1995) identificaram para diferentes regiões de Minas Gerais (nos casos do Oeste Mineiro e de Paracatu, oscilaram de 894 para 734 entre 1831-1832 e 1873-1875). Se analisarmos especificamente o indicativo de reprodução do conjunto de propriedades para o segundo período, intercalado pela Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre, a razão crianças/mulheres geral aferida (1.201) aproxima-se mais da calculada por Richard Steckel (1992) para o sul dos Estados Unidos (1.317) às vésperas da Guerra Civil do que das outras realidades brasileiras já estudadas pela historiografia.

Mas qual era, afinal, o lugar da família nessa dinâmica reprodutiva? A família foi elemento central da demografia da escravidão no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina ao longo do século XIX, refletindo-se na fecundidade. Nos subperíodos analisados, 70,2% das crianças escravizadas viviam em famílias no primeiro, 49,2% no segundo (excluindo o Engenho Bom Intento) e 94,8% no terceiro. As oscilações decorrem, provavelmente, de limitações documentais e da super-representação de famílias na Fazenda Taperaçu. Ainda que a reprodução dos cativos se associasse fortemente à vida familiar, também ocorria fora desse contexto em "não famílias" resultantes de lacunas de regis-

[10] Diante da inviabilidade de calcular a taxa de fecundidade propriamente dita das mulheres escravizadas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina, optamos por empregar uma variável proxy – a razão crianças/mulheres –, amplamente utilizada em estudos voltados à análise dos mecanismos de reprodução demográfica da escravidão no Brasil e nos Estados Unidos (Steckel, 1992; Klein, 2004; Barroso, 2017).

tro, ausência ou venda das mães e uniões não reconhecidas. Mesmo assim, o estudo concentra-se na reprodução que ocorreu dentro das famílias, núcleo onde se expressa mais nitidamente a continuidade da população escrava por meio da reprodução endógena.

Tabela 10 – Número de filhos escravizados ou ingênuos do Grão-Pará segundo o estado conjugal das mães (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

	Estado conjugal	Número de filhos												Média	Total
		01		02		03		04		05		>05			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1810-1850	Casada/Viúva	06	46,2	02	15,4	–	–	02	15,4	03	23,1	–	–	2,5	13 (100,0%)
	Solteira	51	47,2	35	32,4	11	10,2	07	6,5	04	3,7	–	–	1,9	108 (100,0%)
	Total	57	47,1	37	30,6	11	9,1	09	7,4	07	5,8	–	–	1,9	121 (100,0%)
1851-1871	Casada/Viúva	–	–	01	50,0	–	–	01	50,0	–	–	–	–	3,0	02 (100,0%)
	Solteira	14	30,4	13	28,3	12	26,1	02	4,3	03	6,5	02	4,3	2,4	46 (100,0%)
	Total	14	29,2	14	29,2	12	25,0	03	6,3	03	6,3	02	–	2,9	48 (100,0%)
1872-1888	Casada/Viúva	05	45,5	01	9,1	04	36,4	01	9,1	–	–	–	–	2,1	11 (100,0%)
	Solteira	32	39,0	24	29,3	15	18,3	05	6,1	01	1,2	05	6,1	2,2	82 (100,0%)
	Total	37	39,8	25	26,9	19	20,4	06	6,5	01	1,1	05	5,4	2,2	93 (100,0%)

Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Os dados apresentados na Tabela 10 indicam que, no primeiro subperíodo analisado, as mães casadas ou viúvas tinham, em média, 2,5 filhos, enquanto as mães solteiras possuíam 1,9, evidenciando uma leve diferença de fecundidade entre os grupos.[11] No segundo, porém, a amostra reduzida de mães casadas (N=2) impediu comparações consistentes. Já no terceiro, as diferenças entre os números médios de filhos, consoante o estado conjugal das mães, deixaram de ser estatisticamente significativas.[12] Embora observemos um aumento geral da fecundidade nos dois últimos subperíodos, não verificamos variações expressivas entre os segmentos em virtude do comprometimento da amostra para o intervalo entre 1851 e 1871. De modo geral, predominavam mães com um ou dois filhos, sendo também significativo o número daquelas com três filhos, especialmente após a Lei do Ventre Livre.

[11] Resultado do teste *t-Student*: $t(1.157) = 12{,}01$, $p < 0{,}001$ – altamente significativo.
[12] Resultado do teste *t-Student*: $t(781) = 0{,}98$, $p = 2{,}35$ – não significativo.

Considerando as limitações impostas pela documentação disponível, observamos que as idades médias das cativas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina ao ter seus primogênitos foram de 23,8 anos no primeiro subperíodo, 24,8 anos no segundo e 23,5 anos no terceiro – não havendo, portanto, diferenças estatisticamente significativas.[13] Tal cálculo baseia-se nas idades dos filhos mais velhos em coabitação com as mães no momento específico do arrolamento dos bens, o que indica que nem sempre correspondiam aos primogênitos de fato. Essa limitação metodológica pode ter implicado uma leve superestimação das idades médias, sem alterar o padrão geral observado. Não foi possível, contudo, estimar as idades médias no nascimento dos últimos filhos, o que dificulta a projeção do período fértil das mulheres escravizadas do Grão-Pará oitocentista.

Tabela 11 – Número de filhos escravizados ou ingênuos do Grão-Pará segundo as faixas etárias das mães (Baixo Tocantins e Zona Guajarina, 1810-1888)

Faixas etárias (em anos)		Número de filhos												Média	Total
		01		02		03		04		05		>05			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
1810-1850	**15-19**	03	75	01	25	–	–	–	–	–	–	–	–	1,3	04 (100,0%)
	20-24	13	72,2	04	22,2	–	–	01	5,6	–	–	–	–	1,4	18 (100,0%)
	25-29	06	40	06	40	02	13,3	–	–	01	6,7	–	–	1,9	15 (100,0%)
	30-34	12	38,7	11	35,5	03	9,7	05	16,1	–	–	–	–	2,0	31 (100,0%)
	35-39	03	25	06	50	02	16,7	–	–	01	8,3	–	–	2,2	12 (100,0%)
	40-44	05	29,4	03	17,6	03	17,6	02	11,8	04	23,6	–	–	2,8	17 (100,0%)
	45-49	03	60	02	40	–	–	–	–	–	–	–	–	1,4	05 (100,0%)
	50/+	08	61,5	03	23,1	01	7,7	–	–	01	7,7	–	–	1,7	13 (100,0%)
	Total	53	46,1	36	31,2	11	9,6	08	7	07	6,1	–	–	2,0	115 (100,0%)
1851-1871	**15-19**	01	100	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,0	01 (100,0%)
	20-24	04	66,7	02	33,3	–	–	–	–	–	–	–	–	1,3	06 (100,0%)
	25-29	04	44,5	01	11,1	03	33,3	–	–	01	11,1	–	–	2,2	09 (100,0%)
	30-34	02	28,6	02	28,6	02	28,6	01	14,2	–	–	–	–	2,3	07 (100,0%)
	35-39	01	10	04	40	03	30	–	–	02	20	–	–	2,8	10 (100,0%)
	40-44	–	–	04	50	03	37,5	–	–	–	–	01	12,5	2,9	08 (100,0%)
	45-49	01	33,3	01	33,3	–	–	–	–	–	–	01	33,4	3,0	03 (100,0%)
	50/+	–	–	–	–	01	33,3	02	66,7	–	–	–	–	3,7	03 (100,0%)
	Total	13	27,7	14	29,8	12	25,5	03	6,4	03	6,4	02	4,2	2,5	47 (100,0%)

[13] Resultado do teste *One-Way Anova*: $F(02, 202) = 0,06$, $p = 0,94$ – não significativo.

1872-1888	**15-19**	01	100	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1,0	01 (100,0%)
	20-24	08	72,7	–	–	02	18,2	01	9,1	–	–	–	–	1,6	11 (100,0%)
	25-29	08	47,1	05	29,4	04	23,5	–	–	–	–	–	–	1,8	17 (100,0%)
	30-34	07	38,9	10	55,6	–	–	01	5,5	–	–	–	–	1,7	18 (100,0%)
	35-39	05	31,3	03	18,7	04	25	02	12,5	–	–	02	12,5	2,7	16 (100,0%)
	40-44	03	30	04	40	03	30	–	–	–	–	–	–	2,0	10 (100,0%)
	45-49	03	30	01	10	03	30	02	20	–	–	01	10	2,9	10 (100,0%)
	50/+	02	25	02	25	02	25	–	–	01	12,5	01	12,5	3,0	08 (100,0%)
	Total	37	40,7	25	27,4	18	19,8	06	6,6	01	1,1	04	4,4	2,1	91 (100,0%)
1810-1888	**15-19**	05	83,3	01	16,7	–	–	–	–	–	–	–	–	1,2	06 (100,0%)
	20-24	25	71,5	06	17,1	02	5,7	02	5,7	–	–	–	–	1,5	35 (100,0%)
	25-29	18	43,9	12	29,3	09	21,9	–		02	4,9	–	–	1,9	41 (100,0%)
	30-34	21	37,5	23	41,1	05	8,9	07	12,5	–	–	–	–	2,0	56 (100,0%)
	35-39	09	23,7	13	42,2	09	23,7	02	5,2	03		02	5,2	2,6	38 (100,0%)
	40-44	08	23,2	11	30,4	09	26,1	02	5,8	04	11,6	01	2,9	2,6	35 (100,0%)
	45-49	07	39	04	22,2	03	16,6	02	11,1	–	–	02	11,1	2,4	18 (100,0%)
	50/+	10	41,4	05	20,8	04	16,8	02	8,4	02	8,4	01	4,2	1,7	24 (100,0%)
	Total	103	40,3	75	29,6	41	16,2	17	6,7	11	4,8	06	2,4	1,8	253 (100,0%)

Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Em síntese, a análise da fecundidade das mulheres escravas do Baixo Tocantins e da Zona Guajarina revela que a Lei do Ventre Livre não promoveu mudanças significativas nos índices de fecundidade. O declínio do tráfico, no entanto, suscitou condições mais favoráveis à reprodução endógena nas maiores propriedades, configurando uma inflexão mais marcante nesse processo. Os principais indicadores examinados – como a idade média no nascimento do primeiro filho e o número médio de filhos por mãe – permaneceram estáveis. As variações observadas, notadamente o aumento do peso relativo das crianças escravas ou ingênuas e da razão crianças/mulheres, tiveram vez entre o primeiro e o segundo subperíodos, não entre os subsequentes. Assim, podemos concluir que as transformações mais expressivas na fecundidade escrava ocorreram a partir de 1850 e não com a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Considerações (que não se pretendem) finais

A análise da família escravizada no Baixo Tocantins e na Zona Guajarina, entre 1810 e 1888, revelou como essa instituição ocupou um lugar central na organização e na reprodução social do cativeiro. Mais de um terço dos

cativos dessas regiões vivia em famílias, percentual que cresceu no período posterior à Lei do Ventre Livre. Esse aumento foi influenciado pela presença de um megaplantel específico, mas refletiu tendência mais ampla, observada em diferentes dimensões de propriedade. Havia uma relação direta entre o tamanho das escravarias e a incidência de famílias: quanto maiores as propriedades, mais frequentes eram os arranjos familiares, sobretudo os mais complexos. As estruturas variavam de monoparentais femininas, predominantes, a nucleares e extensas, sendo essas mais comuns nas grandes posses. A nupcialidade, contudo, manteve-se baixa, não ultrapassando 10% mesmo no período final, o que confirmou o acesso restrito ao casamento por parte dos escravizados.

Na seara da fecundidade, constatamos que a reprodução endógena foi primordial para a manutenção da escravidão no Pará, sobretudo após a proibição definitiva do tráfico atlântico pela Lei Eusébio de Queirós (1850). Observamos um aumento nas razões crianças/mulheres entre o primeiro e os dois últimos subperíodos, impulsionado sobretudo pelas grandes propriedades, que passaram a depender do nascimento de crianças escravizadas para sustentar seus plantéis. Tanto a média de filhos por mãe como as idades médias no nascimento do primeiro filho (entre 23 e 25 anos) mantiveram-se estáveis, e a maioria das escravas possuía de um a três filhos. As transformações mais expressivas, portanto, ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, quando a fecundidade assumiu papel ainda mais relevante nas estratégias de reprodução do cativeiro.

A análise da estabilidade das famílias mostrou aumento na duração dos vínculos entre mães e filhos: de 9,1 anos nos dois primeiros subperíodos para 15,1 no terceiro. Essa ampliação indica maior persistência das relações familiares, principalmente nas de estruturas mais complexas, cujos vínculos chegavam a superar 28 anos, enquanto as famílias monoparentais femininas apresentavam médias inferiores. A longevidade das relações familiares estava relacionada tanto à idade das mães como à dimensão das propriedades. Em síntese, a família escravizada funcionou, ao mesmo tempo, como núcleo de resistência dentro do sistema escravista e como uma peça-chave para sua manutenção, assegurando, por meio da reprodução endógena e da estabilidade possível dessas famílias, a sustentação do escravismo em regiões menos integradas ao tráfico, o Pará, até a sua derrocada no final do Oitocentos.

Referências

BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do cativeiro: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia*, Salvador/BA, n. 50, p. 93-128, jul./dez. 2014.

BARROSO, Daniel Souza. *O cativeiro à sombra:* estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888). 342 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Daniel Souza. Agruras das cifras: estatísticas e a dinâmica da população escravizada do Pará na época da Independência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém/PA, v. 9, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2022.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Tempo*, Niterói/RJ, v. 23, n. 3, p. 567-588, set./dez. 2017.

BRASIL (Diretoria Geral de Estatística). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. v. 1. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos:* a família escrava no Cariri cearense (1850-1884). 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, Iraci del Nero; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. (orgs.). *Escravismo em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 519-69.

COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; PATON, Diana; WEST, Emily. Mothering Slaves: comparative perspectives on motherhood, childlessness, and the care of children in Atlantic slave societies. *Slavery and Abolition*, London (United Kingdom), v. 38, n. 2, p. 223-31, 2017.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil:* Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830. New York: Cambridge University Press, 2010.

KLEIN, Herbert S. *A Population History of the United States*. New York (United States): Cambridge University Press, 2004.

LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. *Rios de escravidão:* tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). 425 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a estrutura da posse de escravos em São Paulo e Minas Gerais nos albores do século XIX. *Estudios Históricos*, Rivera (Uruguay), n. 5, s/n., 2010.

MEDEIROS, Juliana do Nascimento. *Nos sertões da província do Grão-Pará:* escravidão, engenhos, engenhocas e atividades econômicas no Oitocentos (1810-1850). 161 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

MORAES, Cássia Cristina Aleixo de. *Trabalho, maternidade e liberdade:* um estudo sobre as mulheres escravizadas e libertas em Belém do Pará (1871-1888). 181 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). *Revista de História*, São Paulo/SP, n. 176, p. 1-41, 2017.

MOTTA, José Flávio. *Corpos livres, vontades escravas:* posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio. Família escrava no Brasil: uma incursão pela historiografia brasileira do século XXI. In: *Simpósio Nacional de História da População*, 8, 2019, Campinas, SP. Comunicação apresentada no VIII Simpósio Nacional de História da População, Campinas, SP, 2019. Não publicado.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo/SP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.

PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão de origem africana em Belém:* um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c.1750-c.1850). 358 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Martha S. Mothering Slaves, Labor, and the Persistence of Slavery in Northeast Brazil: A Non-Plantation View from the Hinterlands of Ceará, 1813-1884. *Women's History Review*, Abingdon (United Kingdom), v. 27, p. 954-971, 2017.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550/1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985].

SLENES, Robert W. The *Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. 746f. PhD. Dissertation (History) – Stanford University, Palo Alto (United States), 1976.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor:* esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

STECKEL, Richard H. Children and Choice: Comparative History of Slave and White Fertility in the Antebellum South. In: FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley (eds.). *Without Consent or Contract:* Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom. New York (United States): W. W. Norton, 1992. p. 369-392.

TORRE, Oscar de la. *The People of the River:* Nature and Identity in Black Amazonia, 1835-1945. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2018.

DOI 10.29327/5844403.1-13

Entre "dados" e "informações": os desafios e possibilidades no campo da história das populações na era das Humanidades Digitais[1]

Thiago Fernando Bonatti
Tathiane Mayumi Anazawa
Ana Silvia Volpi Scott

As pesquisas na área da Demografia Histórica e História das Populações têm passado por significativas transformações, especialmente a partir da incorporação das novas tecnologias digitais. Refletindo sobre a investigação no campo da História, que anteriormente dependia rigorosamente da consulta *in loco* a arquivos e da tradicional leitura dos documentos, hoje conta-se com recursos computacionais que disponibilizam não apenas soluções informatizadas para o reconhecimento de caracteres, leitura, digitalização e transcrição de manuscritos, como ferramentas para a exploração de grandes conjuntos de dados, para o cruzamento de informações e identificação de padrões que, de outra forma, não teriam condições de ser visualizados ou demandariam um trabalho hercúleo por parte dos pesquisadores e cientistas, tomando muito mais tempo e recursos.

Entretanto, isso não significa que a integração entre as fontes históricas tradicionais e as ferramentas tecnológicas substituem o trabalho interpretativo do pesquisador (longe disso), mas sim possibilitam ampliar e oferecer novas perspectivas analíticas.

Nesse sentido, algo fundamental nesse processo de integração de fontes e tecnologias é a compreensão do que é um *dado* e aquilo que realmente é *informação* (Scott; Scott, 2026). Segundo Dretske (1983), a informação é aquela que apresenta um conteúdo verídico, verificável. Floridi (2003) propõe, nesse sentido, uma hierarquia de fenômenos para compreender o que é uma informação: 1) os dados; 2) o conteúdo; e 3) a informação factual, baseada nos dados, ou seja, informações verídicas, comprovadas cientificamente.

[1] Este capítulo foi desenvolvido no âmbito do Projeto Temático "Dinâmicas de incorporação, mobilidade e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950", processo Nº 2023/11937-5, que conta com o apoio da FAPESP, a quem os autores agradecem.

O dado é o registro bruto, como por exemplo os nomes, datas, idades, ocupações, nacionalidades, entre outras informações, assim como são captados nos recenseamentos, censos, listas nominativas, registros paroquiais, inventários, etc. Embora até possam ser apresentados de forma organizada ou pelo menos que atendam a uma sequência lógica de captação das informações, não possuem um significado analítico intrínseco.

Por sua vez, a informação surge da capacidade de organizar aquilo que não está apresentado de maneira a gerar algum tipo de resultado. Para tanto, os dados são inseridos num determinado contexto e interpretados a partir de questionamentos, problemas de pesquisa ou demandas analíticas, tais como os padrões migratórios, as estruturas familiares, como ocorre a mobilidade geográfica e social, quais as hierarquias socioeconômicas, quais são e como se formam redes sociais (de parentesco, de vizinhança, de amizade, de trabalho, de dependência, etc.) entre tantos outros questionamentos que demandam uma análise sensível e atenta dos dados para que possam então tornar-se, de fato, uma informação. De acordo com Wrigley e Schofield (1981), os dados não falam por si, pois são sempre filtrados por um aparato conceitual e por padrões de registros, inerentes a seu momento histórico.

Transformar o dado em informação exige, portanto, não apenas tecnologia, aporte teórico, mas sobretudo método. A própria avaliação da "qualidade" dos dados é um aspecto que suscita uma reflexão especialmente no campo da Demografia Histórica, em que há sempre uma avaliação anterior e fundamental que precede as análises, ligada à qualidade e cobertura das fontes. Em muitos momentos, a crítica realizada, assim como a aplicação de técnicas e métodos de análise trazem, por vezes, algum questionamento e dúvida sobre uma determinada informação que, na ausência de algo mais refinado, pode induzir os pesquisadores a desconsiderá-las. No entanto, a partir da necessária e insubstituível crítica às fontes, os demógrafos-historiadores podem valer-se da aplicação de técnicas de correção e análise de cobertura, assim como agregar outras informações relevantes para lidar com as lacunas e problemas inerentes à documentação de base para as suas pesquisas.

A avaliação e a investigação sobre a qualidade e a realização de correções e adequações, portanto, são fundamentais no âmbito dos estudos demográficos e, especialmente, na análise dos grandes volumes de dados. Entretanto, no espectro da demografia histórica, que por vezes conta com apenas uma fonte, repleta de problemas, e que seria inicialmente descartada ou considerada "ruim", deve-se considerar a sua importância e relevância histórica e ainda que com indicações sobre suas falhas e lacunas pode ser explorada e analisada, pois com base em procedimentos adequados poderá contri-

buir para o aprofundamento das análises em vários temas de interesse desse campo científico.[2]

Por outro lado, e tratando objetivamente do interesse para os pesquisadores do campo da geografia histórica, é oportuno ponderar talvez que "não existe dado ruim", mas sim, valorizar e tentar explorar o "dado que está disponível" e que chegou até nossas mãos e que deve ser "tratado" levando em conta seus aspectos, positivos e negativos (suas potencialidades e limitações), na busca pela melhor maneira de encontrar as respostas para as questões suscitadas pelas investigações conduzidas pelos pesquisadores e pesquisadoras.

Recentemente, diversas experiências vêm sendo desenvolvidas com o propósito de explorar e avançar nessa relação entre dados históricos e tecnologia. Algumas iniciativas que têm se destacado são a digitalização de fontes variadas, incluindo as cartográficas, a construção de bancos de dados históricos, a utilização de sistemas de georreferenciamento, aplicados a mapas, dados e documentos históricos, *softwares* para análise de redes, ferramentas de reconhecimento de escrita e plataformas colaborativas, voltadas à transcrição de documentos, entre outros, são recursos que não apenas facilitam e agilizam o trabalho dos pesquisadores, mas que permitem agregar novas perguntas e análises mais amplas sobre as populações, sua distribuição e características, bem como sobre suas distintas dinâmicas sociais.

Na demografia histórica e na história das populações, fontes fundamentais são diretamente beneficiadas pelo uso das tecnologias digitais: registros paroquiais, listas nominativas, censos, inventários *post mortem*, registros de imigração, matrículas de escravizados, contratos de trabalho, registros de compra e venda de propriedades (incluindo as populações escravizadas), alforrias, entre outros. É possível reunir, a partir das tecnologias aplicadas, fragmentos de informações e recompor trajetórias, individuais e coletivas, que permitem, por exemplo, reconstruir padrões de comportamento social, econômico e demográfico ao longo do tempo.

Essas questões têm sido alvo de reflexão no âmbito do Projeto Temático "Dinâmicas de incorporação, mobilidade social e dominação no Oeste Paulista, 1850-1950"[3], que conta com a colaboração de pesquisadores formados em diferentes áreas e vinculados a diversas universidades.

---

[2] Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser encontrado no estudo de Dario Scott (2022) sobre a mortalidade em perspectiva histórica. O autor, a partir dos dados coletados em registros de óbito na cidade de Porto Alegre (1772-1872), aplicou várias técnicas e métodos da Demografia para contornar as limitações impostas por aquele tipo de fonte.

[3] Projeto coordenado por Oswaldo Truzzi. Mais informações estão disponíveis em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/115276/dinamicas-de-incorporacao-mobilidade-social-e-dominacao-no-oeste-paulista-1850-1950/.

O Projeto Temático propõe análises sobre um período que envolve profundas transformações sociais, econômicas e políticas no território paulista, que envolvem a passagem da escravidão ao trabalho livre, da economia cafeeira à diversificação produtiva e industrialização, da migração internacional de massa às migrações internas. Pretende-se compreender como os diferentes grupos foram incorporados à sociedade, quais caminhos foram trilhados, como se instituíram relações de influência e dominação, entre outros aspectos.

Grandes quantidades de dados foram (e seguem sendo) levantados para ser transformados em informações válidas e de interesse para esse projeto de grande envergadura, a fim que se possa analisar e compreender os diversos aspectos apontados, e nesse sentido o uso das tecnologias permite explorar em escalas mais amplas comportamentos e estruturas sociais que marcaram as mudanças que impactaram as populações distribuídas pelo espaço paulista.

Assim, ao trabalhar os dados populacionais a partir do suporte e da inclusão das tecnologias, pretende-se estabelecer procedimentos para que dados provenientes de documentos históricos (sobretudo de cunho censitário e estatístico, mas não exclusivamente) sejam transportados para bases sistemáticas, que possibilitem análises comparativas e, posteriormente, tornem-se informação.

Nesse processo, várias etapas são observadas: a digitalização das fontes, a padronização dos campos de variáveis (como nomes, idades, ocupações, origem), a criação de identificadores individuais, o cruzamento de conjuntos documentais, a verificação de inconsistências e, finalmente, a construção de uma análise interpretativa dos resultados. Os *softwares* estatísticos, planilhas, bancos de dados relacionais e ferramentas de análise e disponibilização dos dados vêm sendo usados nesse intuito, mas sem deixar de lado a crítica e o olhar dos historiadores sobre as fontes e os dados captados. Cabe assim ao pesquisador manter seu olhar apurado, interpretativo, dado que o ferramental tecnológico amplia a capacidade de organizar, visualizar e cruzar dados. Trata-se não apenas de *modernizar* a pesquisa, incorporando novas tecnologias e ferramentas, mas de ampliar as possibilidades metodológicas e a capacidade de interpretar fatos e dados históricos sob uma perspectiva potencialmente inovadora.

Em se tratando das fontes potencialmente úteis para o campo da Demografia Histórica, Bassanezi e colaboradores (2008) possuem um trabalho extremamente relevante sobre acervos de interesse para o estudo das populações em perspectiva histórica, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Memorial do Imigrante, na Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), no Instituto Agronômico de Campinas e no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas. O objetivo dos autores foi obter, em maior profundidade, informações sobre as várias etapas

do processo migratório no estado de São Paulo, entre 1850 e 1950. Os pesquisadores buscaram demonstrar as potencialidades das fontes disponíveis nos arquivos e seus acervos, assim como simplificar a tarefa de identificação das fontes documentais, inerentes principalmente à inserção dos imigrantes na sociedade paulista.

Ainda nesse espectro, podemos apontar alguns exemplos de fontes de dados encontrados nos acervos e que têm sido utilizados no campo da história das populações e da demografia histórica:

- Registros paroquiais e civis (relativos a batismos/nascimentos, casamentos e óbitos), pois entre suas potencialidades (além do estudo das variáveis demográficas *stricto sensu*) permitem a reconstrução de famílias, a recomposição de trajetórias de vida, entre outros aspectos da análise histórica;
- Listas nominativas, maços de população e censos demográficos, que, além de disponibilizar dados sobre características gerais da população (sexo, idade, raça/cor, etc.), possibilitam a análise das estruturas domiciliares, ocupações e naturalidade das pessoas;
- Livros de matrícula de escravizados e registros de alforria, que são fontes essenciais para análise e compreensão de toda a complexidade do período escravista e do pós-abolição e os desafios às pessoas escravizadas e suas famílias que passavam (ou tentavam passar) da escravidão para a liberdade;
- Registros de imigração, contratos e listas de bordo, que permitem avançar nas análises sobre os diversos movimentos migratórios, especialmente os movimentos estrangeiros, possibilitando compreender suas origens, os caminhos percorridos e sua inserção ocupacional;
- Inventários *post mortem*, escrituras e registros cartoriais que trazem informações sobre a composição patrimonial, créditos, dívidas e redes de proprietários. São especialmente interessantes nas análises das elites;
- Mapas, plantas e registros cartográficos que, analisados pela perspectiva do georreferenciamento e espacialização, possibilitam compreender e identificar propriedades, núcleos populacionais e infraestrutura. Podem também ser relacionados a dados estatísticos, que apontam para as características da população e indicadores socioeconômicos para as diversas áreas;
- Jornais, revistas, almanaques e relatórios administrativos, que fornecem pistas sobre diversos aspectos, como o mercado de trabalho, características das elites, acontecimentos importantes, conflitos e normativas.

A utilização e o cruzamento das informações disponibilizadas, a partir das diversas fontes de dados, proporcionam análises mais amplas e complexificadas de distintos aspectos das sociedades, trazendo completude para as pesquisas e embasamento científico para as análises.

Entre as ferramentas que permeiam as experimentações metodológicas, desenvolvidas no entorno das humanidades digitais e seus diversos aspectos (Vargas da Guia *et al.*, 2021), podemos citar alguns exemplos, que vêm sendo utilizados tanto no âmbito do citado Projeto Temático quanto em outras pesquisas:

- Ambiente SIG (Sistemas de Informações Geográficas), que utiliza *softwares* como QGis, ArcGis, entre outros, para realizar o georreferenciamento de mapas históricos, atribuindo localidades e endereços, permitindo assim analisar a espacialidade e a mobilidade das populações, georreferências das propriedades e da segregação espacial (Duncan; Duncan, 1955). Permite múltiplos tipos de análise, que propõem a visualização de dados históricos, demográficos, etc., contribuindo para uma nova perspectiva analítica (Gil, 2014).
- Cruzamento de Registros (*Record Linkage*): método utilizado para encontrar um registro unificado a partir de dois ou mais registros disponíveis em arquivos ou fontes distintas, porém pertencentes à mesma entidade ou indivíduo (Machado; Hill, 2004; Thorvaldsen; Andersen; Sommerseth, 2015; Vézina *et al.*, 2018; Winchester, 1992).
- Análise de redes sociais que conformam um conjunto de ferramentas, como representações, medidas estruturais, identificação de papéis e posições sociais, análise de padrões e métodos estatísticos, capazes de compreender, modelar e comparar redes e relações sociais de diversos tipos e escalas (Cabreira, 2022; Wasserman; Faust, 1994).
- Ferramentas de reconhecimento de texto, como OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) e HTR (Reconhecimento de Texto Manuscrito), que auxiliam na transcrição e edição de documentos, manuscritos ou não digitalizados. Cita-se como exemplo o Transkribus, ferramenta de HTR baseada em inteligência artificial (Kahle *et al.*, 2017; Lose *et al.*, 2024; Robinson *et al.*, 2023; Roued; Castenbrandt; Revuelta-Eugercios, 2023).

Cita-se como exemplo o trabalho de Coen van Galen e colaboradores (2023), que sob a proposição de um projeto de Ciência Cidadã utilizaram dados transcritos por centenas de voluntários, que constituíram um banco de dados longitudinal com informações de mais de 90.000 pessoas escravizadas do Suriname (https://www.ru.nl/en/research/research-projects/historical-database-suriname-and-the-caribbean).

Nessa mesma perspectiva de construção e disponibilização de bancos de dados, a plataforma *Slave Voyages* (https://www.slavevoyages.org/) consiste em um exemplo ímpar de como a estruturação de dados e a consequente disponibilização de informações em larga escala podem reconfigurar a compreensão sobre processos globais, como o tráfico transatlântico de escravizados.

No cenário brasileiro, o trabalho de Rodrigues (2020) sobre a população escravizada de Mariana (MG) no século XVIII reitera que digitalizar e estruturar dados sobre sujeitos históricos não se refere apenas a números, mas sim diz respeito a vidas, que exigem rigor ético e sensibilidade historiográfica no ambiente digital. A base desenvolvida pelo grupo de pesquisa conta com documentos de natureza cartorial, fiscal, carcerária e inquisitorial, totalizando cerca de 10 mil entradas no banco construído.

No campo da incorporação do espaço na análise sob perspectiva histórica, as formas de representação cartográfica das relações e processos precisam considerar a inclusão em suas formas técnicas das várias narrativas em disputa para a formação dos territórios. A cartografia, que foi, por muito tempo, caracterizada como ateórica e com uma perspectiva mais técnica, tem passado por um movimento de transformação de abordagens. Partindo das múltiplas perspectivas da história da cartografia e de sua constituição enquanto um campo interdisciplinar, foi possível buscar por outros olhares disciplinares sobre os mapas, integrando componentes da história social, política e cultural. No campo da sociologia, o estabelecimento da sociologia dos mapas permitiu uma transferência da preocupação com a precisão/acurácia dos mapas para com a eficiência dos mesmos dentro do campo das disputas sociais territorializadas. Já no campo técnico, as novas ferramentas e métodos, apoiados nas geotecnologias, permitiram o avanço na análise dos dados quantitativos e qualitativos de forma integrada e multidimensional (Anazawa; Monteiro, 2023).

Um campo a ser explorado consiste em trabalhos e pesquisas que busquem relacionar as populações e sua distribuição espacial, especialmente aqueles trabalhos relacionados às populações históricas e sua relação com a formação dos espaços de vida e de circulação, suas trajetórias e a importância do espaço na formação dos seus lugares de vivência (Anazawa; Bonatti; D'Antona, 2025). Nesse sentido, Gil (2014) apresenta uma coletânea de trabalhos historiográficos que utilizam os sistemas de informação geográfica (SIGs) como aporte operacional para a análise e incorporação do espaço além do campo dos processos de ocupação.

Evidente que esses métodos não são os únicos, e muitas outras técnicas são utilizadas no tratamento de dados e nas análises histórico-demográficas.

Trata-se somente de alguns exemplos pontuais de como novas ferramentas tecnológicas têm potencial para colaborar no desenvolvimento sobre as pesquisas da Demografia Histórica e História das Populações.

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo reiteram que o contexto das Humanidades Digitais não representa apenas uma mudança de suporte ou a obrigatoriedade de utilizar tecnologias diversas, mas uma transformação intensa nas possibilidades de interrogar o passado. A potencialidade das tecnologias para o tratamento de dados históricos permite que pesquisadores processem volumes de informações outrora inacessíveis, revelando padrões, conexões e trajetórias que permaneceriam invisíveis em análises isoladas.

Por fim, cumpre reconhecer que as reflexões aqui expostas compõem uma agenda de pesquisa ainda em construção. A perspectiva futura pode (re)posicionar a tecnologia como uma lente que pode ampliar a capacidade dos usuários desses dados de lançar novas perguntas a arquivos pouco explorados, desbravando territórios e pessoas ainda invisíveis.

Referências

ANAZAWA, T. M.; MONTEIRO, A. M. V. Representações como Potência: Da Trama Verde e Azul às outras Tramas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, São Paulo. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, n. 25, 2023.

ANAZAWA, T. M.; BONATTI, T. F.; D'ANTONA, A. O. As famílias no espaço: uma perspectiva através do uso de geotecnologias. Sessão paralela organizada no *Congreso Internacional FAMILIAS Y CAMBIO HISTÓRICO*. Dinámicas relacionales y transformaciones sociales. Una perspectiva global, SS. XIII-XX. Facultad de Humanidades de Albacete. UCLM. Albacete, 2025.

BASSANEZI, M. S. C. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo, 1850-1950*. Editora Unesp, 2008.

CABREIRA, I. A. Análise de Redes Sociais: apresentando o método para historiadores. Diálogos sobre historiografia, teoria, metodologia e ensino. (*Coletânea Diálogos sobre História, v. 3*). Curitiba: UFPR, Setor de Ciências Humanas, 2022. p. 89-128.

DRETSKE, F. I. *Knowledge and the flow of information*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

FLORIDI, L. Information. In: FLORIDI, L. (ed.). *The Blackwell guide to the philosophy of computing and information***.** Oxford, UK: Blackwell, 2003. p. 40-61.

FURNER, Jonathan. Philosophy and information studies. *Annual review of information science and technology*, v. 44, n. 1, p. 159-200, 2010.

GALEN, C. W. van; MOURITS, R. J.; ROSENBAUM-FELDBRÜGGE, M. T.; JANSSEN, J.; QUANJER, B.; OORT, T. van; KOK, J. Slavery in Suriname. A Reconstruction of Life Courses, 1830-1863. *Historical Life Course Studies*, 13, p. 191-211, 2023. doi: 10.51964/hlcs15619.

GIL, T. Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. *Locus – Revista de Histór*ia, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2014.

KAHLE, P.; COLUTTO, S.; HACKL, G.; MÜHLBERGER, G. Transkribus – A Service Platform for Transcription, Recognition and Retrieval of Historical Documents. In: *Anais*… 14th IAPR International Conference on Document Analysis and Recognition (ICDAR), Kyoto, Japan, p. 19-24, 2017. doi: 10.1109/ICDAR.2017.307.

LOSE, A. D. *et al*. Transkribus: uma ferramenta de paleografia digital mediando pesquisas em fontes inquisitoriais. *Revista Labor Histórico*, v. 10, n. 1, e63285, 2024. doi: https://doi.org/10.24206/.

MACHADO, C.J.; HILL, K. Probabilistic record linkage and an automated procedure to minimize the undecided-matched pair problem. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(4), p. 915-925, jul./ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tsRTpZvyRbMM4VzCh7jndpz/?format=pdf&lang=en. Acesso em: jan. 2026.

RODRIGUES, A. Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 64-87, 2020.

ROUED, H.; CASTENBRANDT, H.; REVUELTA-EUGERCIOS, B. A. Search, save and share: family historians' engagement practices with digital platforms. *Archival Science*, v. 23, n. 2, p. 187-206, 2023.

ROBINSON, O. *et al*. Transforming archival records into historical big data: Visualising human and computer processes in the Link-Lives project. In: *The Nordic model of digital archiving*. Routledge, 2023. p. 152-172.

SCOTT, D. *Livres e escravizados*. População e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre 1771-1872. São Leopoldo: Oikos, 2022 (e-book). https://oikoseditora.com.br/files/Livres%20e%20escravizados%20-%20e-book.pdf.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. Acervos digitais e bancos de dados: experiências de pesquisa. *História em Revista*, 31(1), p. 249-264, 2026. https://doi.org/10.15210/hr.v31i1.30840.

THORVALDSEN, G.; ANDERSEN, T.; SOMMERSETH, H. L. Record linkage in the historical population register for Norway. In: *Population reconstruction*. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 155-171.

VARGAS DA GUIA, M. P. *et al*. Humanidades Digitais: conceitos e origem. *Publicaciones de la Asociación Argentina de Humanidades Digitales*, v. 2, 2021.

VÉZINA, H. *et al*. The linkage of microcensus data and vital records: An assessment of results on Quebec historical population data (1852-1911). *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, v. 51, n. 4, p. 230-245, 2018.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis:* Methods and applications. 1994.

WINCHESTER, I. What every historian needs to know about record linkage for the microcomputer era. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, v. 25, n. 4, p. 149-165, 1992.

WRIGLEY, E. A.; SCHOFIELD, R. S. *The Population History of England 1541-1871*. Cambridge: CUP, 1981.

DOI 10.29327/5844403.1-14

Registros das Missões: subsídios para a História Demográfica das Populações Indígenas da América Colonial[1]

Massimo Livi Bacci

Agradecimentos iniciais

Muito obrigado por me convidar para o simpósio sobre Demografia Histórica. Guardo boas recordações do Brasil, de Campinas e da UNICAMP, onde passei várias semanas há mais de 20 anos. Guardo também boas recordações do Departamento, do NEPO (Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"), do campus universitário, da "Casa do Professor Visitante" e, sobretudo, dos muitos encontros e discussões estimulantes com os colegas da distinta comunidade científica.

Introdução ao tema

Do que vou falar? Vou falar de minha experiência como pesquisador sobre a demografia americana na época colonial. A história e os acontecimentos da América Latina sempre me interessaram muitíssimo desde minha infância, desde os oito anos, quando me presentearam com um pequeno atlas histórico e passava dias e dias olhando a geografia do continente. Com muita dor constatava que o rio Amazonas era dez vezes mais longo do que o rio mais longo da Itália, o que supunha uma humilhação tremenda para uma criança de oito anos. Por isso sempre tive muito interesse pelo que ocorre nesse grande continente, que nós, os europeus, aprendemos a conhecer há pouco mais de cinco séculos.

[1] Nota dos Tradutores (N.T.): O texto que segue tem por base a transcrição da gravação da conferência de Massimo Livi Bacci proferida no IX Simpósio Nacional de História da População, UNICAMP, em17 de setembro de 2025. A transcrição foi também revisada pelo autor, que realizou acréscimos e supressões. De toda forma, a gravação da conferência pode ser acessada pelo canal do YouTube IFCH-Unicamp. Finalmente, esta versão publicada contém ainda ajustes necessários para a melhor fluidez na leitura, bem como o acréscimo de algumas notas explicativas dos tradutores e referências bibliográficas.

A loteria demográfica da América

O Quadro 1, que se intitula "Loteria demográfica da América", é muito singular. Nele é interessante observar que pesquisadores – antropólogos, historiadores, demógrafos, geneticistas, etc. – confrontaram-se com as estimativas sobre o número de habitantes do continente americano no momento da chegada dos europeus. Essas estimativas vão de uns poucos milhões a mais de cem milhões, estimados por Dobyns.

Quadro 1 – Loteria Demográfica: População da América no momento do contato

Autor	População (em milhões)	Pop. excluindo América do Norte e México
Kroeber (1939	8,4	4,3
Steward (1949)	15,5	10,0
Rosenblat (1954)	13,4	7,9
Dobyns (1966)	101,3	56,6
Denevan (1976)	57,3	31,5
Denevan (1992)	53,9	32,9

Fonte: Referências completas na bibliografia final.

Uma distância estratosférica separa essas estimativas. E uma distância tão estratosférica, de um para doze, não se pode compreender bem. Creio que, hoje em dia, com os conhecimentos que temos, poderíamos fazer estimativas ou averiguações da população no momento da chegada dos europeus, relativamente bem fundamentadas.

De toda sorte, houve, durante anos, uma polêmica entre os "altistas", isto é, os partidários de uma população muito grande, entre 100 ou 120 milhões no continente, e outros convencidos de que eram só poucos milhões que habitavam a América. E essa diferença entre as estimativas tem uma consequência sobre as análises das causas do colapso e da catástrofe demográfica da população americana. Apesar de diferenças tão grandes nas estimativas, ainda assim teria sido uma catástrofe mesmo se a população fosse de dez milhões no momento do contato e de três ou quatro milhões no começo do século XVII. Mas, os "catastrofistas" querem "catástrofes" maiores, e portanto passar de 100 milhões a dois, três ou quatro milhões parece uma catástrofe enorme. Por isso, as explicações se fazem de maneiras distintas, porque uma coisa é um declínio mais ou menos contínuo e mais ou menos razoável, e outra coisa é

um colapso completo da população. Esse, portanto, é um primeiro ponto, porque das estimativas iniciais depende também a análise das causas do declínio e da catástrofe que se segue.

As causas da catástrofe demográfica segundo Motolinía

Recomendo aqui a *Historia de la Nuova España*, escrita por Motolinía, que foi um dos doze franciscanos que chegaram ao México em 1524, apenas três anos depois do ato final de destruição da capital asteca. Seu verdadeiro nome era Frei Toribio de Benavente. Era natural de Benavente, um povoado de León (na província de Zamora), no norte da Espanha.

Ele faz uma análise em que não há uma causa única da catástrofe, apontando e arrolando muitas causas. De acordo com Motolinía[2], entre as causas da catástrofe estava, em primeiro lugar, a varíola – todos sabem que os surtos de varíola significaram catástrofes muito sérias; depois as guerras, a fome como consequência da guerra, a crueldade, a cobiça e a opressão dos *calpixques* (capatazes), que determinavam as taxações e comandavam os serviços pessoais impostos aos indígenas pelo trabalho forçado, o trabalho ligado à busca do ouro, a reconstrução da Cidade do México (Tenochtitlan), que implicou a edificação de catedrais, igrejas, palácios, moradias erigidas em poucos anos e construídas com base no trabalho forçado dos indígenas, além da escravidão em si, as atividades ligadas ao abastecimento das minas para a busca do ouro, somados aos conflitos entre próprios espanhóis.[3] É uma lista, claro, onde não há uma ordem de prioridade, mas é mais sensata na medida em que não aponta uma causa única, a catástrofe epidêmica, como fator de desastre da população indígena. Então é interessante recordar que, cerca de vinte anos depois do fim do império azteca e no momento da conquista do Peru, etc., já se tinha uma ideia da"multicausalidade" do desastre da conquista.

Essa lista poderia resumir-se em termos mais modernos (Quadro 2). É claro que os novos micróbios e as novas doenças, e particularmente a varíola, numa população sem imunidade foi uma causa muito importante, mas não única, pois toda a violência, os conflitos tiveram uma participação importante, além dos deslocamentos, das migrações forçadas dos índios. Pensemos no que foi feito no Peru com a reestruturação e migração interna, seguida do

[2] N.T. As "Dez Pragas da Nova Espanha" foram descritas pelo frade franciscano Toribio de Benavente – Motolinia (c. 1487-1569) – em sua obra *Historia de los Indios de la Nueva España*.

[3] N.T.: Para acessar a obra completa – https://archive.org/details/historiadelosind00moto/page/n3/mode/2up.

reassentamento das populações indígenas, bem como a reestruturação forçada que ocorreu no México, etc., que tiveram seu papel.

Quadro 2 – Fatores que causaram o colapso demográfico

Novos micróbios e patologias, imunidade
Violência, guerras, conflitos
Deslocamentos das populações
Intromissão externa no processo reprodutivo
Migrações forçadas, exploração da mão de obra (trabalho compulsório)
Perda de autonomia, destruição do sistema social

Fonte: Elaboração do autor.

Outros fatores foram a intromissão externa dos europeus nos processos reprodutivos dos indígenas (*reproductive pool*), que foi uma "intrusão" biológica dos europeus, que geraram filhos com indígenas, e não somente dos europeus, mas também houve a imigração de 10 ou 11 milhões de africanos, e isso bem sabemos criou uma revolução na estrutura da população americana. A migração forçada foi também uma maneira de explorar o trabalho indígena. Há que considerar ainda fatores de cunho social, como a perda da autonomia e a destruição da estrutura social de muitas comunidades. Todos são fatores que, hoje em dia, pensamos que foram categorias importantes e destrutivas para a população indígena.

As missões jesuíticas

Abordarei aqui especialmente o que se pode deduzir da análise dos dados, não apenas dos dados numéricos, mas daqueles provenientes dos informes, das crônicas, dos relatos – muitos deles de grande interesse demográfico e antropológico –, sobretudo aqueles das missões jesuíticas, que foram as mais estruturadas, além das missões dos dominicanos, dos franciscanos, dos agostinianos, etc. No entanto, as mantidas pelos jesuítas foram as mais estruturadas; eram missões com padres muito unidos quando chegavam à América, haviam passado pelos exames dos quatro votos, era uma gente culta, que conhecia técnicas agrárias, técnicas médicas. Eram organizadores formidáveis.

Imagem 1 – Missões Jesuítas na América do Sul



Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004, p. 188.

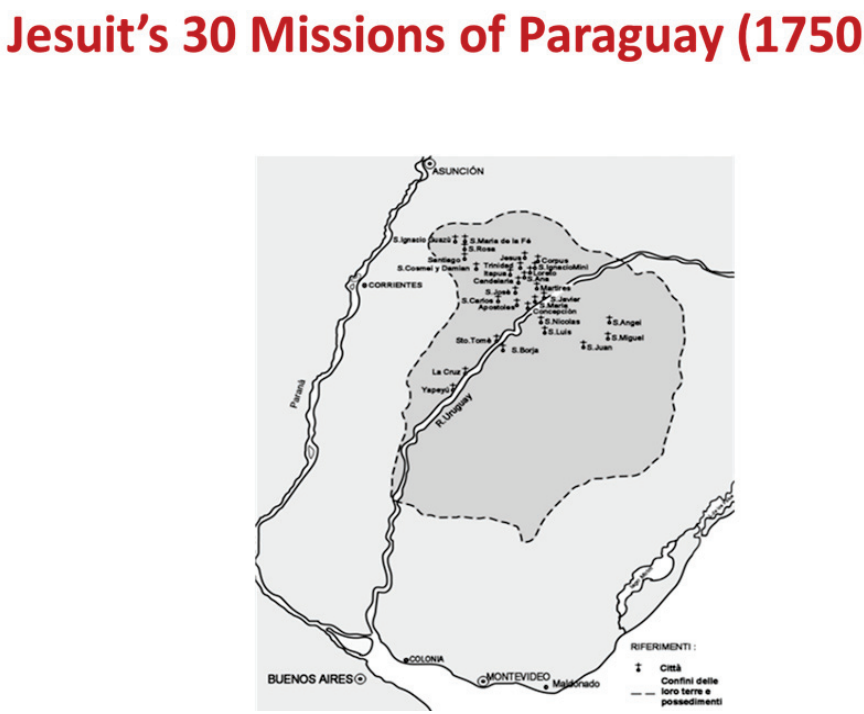
As missões estavam espalhadas em várias áreas da América do Sul, como Venezuela, Casanare, Orinoco, Meta, por exemplo na Amazônia, na alta bacia amazônica, missões nas regiões dos Mainas, assim como missões no Rio Negro (Imagem 1).

Houve missões no Chaco, na Bolívia oriental, as missões nas terras de Mojos e Chiquitos no Paraguai, os 30 Povos das Missões, situadas no que hoje é o Brasil, Paraguai e Argentina. Enfim, havia missões em várias partes da América.

Muitas dessas missões deixaram registros elaborados a modo de formulários que se assemelham a "planilhas" com dados demográficos valiosos, que nos permitem conhecer e analisar as populações indígenas.

Abordarei na parte inicial as missões jesuíticas do Paraguai (Imagem 2), porque entendo que é um exemplo da demografia dos indígenas que foram protegidos pela política "missioneira".

Imagem 2 – 30 Povos das Missões Jesuítas no Paraguai (1750)



Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004, p. 189.

Nas missões jesuíticas do Paraguai, a população indígena havia encontrado proteção, por exemplo, frente às incursões dos "bandeirantes"[4], que vinham do Norte. Proteção face à fome, ao domínio opressivo e à exploração do trabalho pelos colonos brancos; proteção frente à circulação de infecções e epidemias, já que se proibia aos brancos entrar ou viajar por território missioneiro.

E o outro exemplo serão as missões na região do rio Amazonas, com uma estrutura que eu chamei de "missões líquidas", não somente porque se localizam nos grandes rios, com uma mobilidade enorme, mas eram "líquidas" no sentido de que muito dificilmente se mantiveram como missões "estáveis".

[4] N.T.: A historiografia mais recente usa a denominação "sertanista" ao invés do termo "bandeirante", associado à historiografia tradicional, seguindo os questionamentos lançados principalmente por John Manuel Monteiro.

Organização das missões e os dados arrolados

As missões do Paraguai constituem um clássico. Eu as visitei e explorei com Dario, cerca de 15 anos atrás. A redução de San Ignacio é um exemplo da organização das missões (Imagem 3): *la plaza de armas*, a praça central, a catedral com a residência do padre missionário, as áreas com as oficinas, as escolas e as moradias dos indígenas. Trata-se de uma estrutura-modelo que se repete em todo o continente.

Os indígenas (Guarani), que viviam de maneira seminômade na selva e que foram trazidos para as missões, agruparam-se pela primeira vez de uma maneira urbana, pois essas missões tinham vários milhares de habitantes (algumas mais de 5 mil habitantes, "pequenas cidades"). Constituíam, assim, uma grande organização, e portanto é interessante ver qual foi a dinâmica demográfica das missões sob a estrita supervisão dos padres jesuítas, com novas regras de vida, abandonando os costumes polígamos e adotando formas familiares muito rígidas, calcadas nos normas da Igreja Católica.

Imagem 3 – Planta da Redução de San Ignacio Minì



Fonte: https://bcn.gob.ar/recuerdos-de-la-epoca-virreinal/inmaculada-concepcion-de-las-misiones-jesuiticas.

Podemos explorar a dinâmica demográfica das missões a partir das fontes produzidas. Os padres das missões tinham que preencher uma estatística anual (em uma espécie de planilha) no final de cada ano, quase um balanço da demografia do ano transcorrido.

De forma geral, seguindo o modelo introduzido nas missões, a planilha de cada uma delas listava a população total e o número de famílias (isto é, o número total de casais), bem como os dados populacionais subdivididos por grupos etários: em ***pueri*** e ***puellae*** (meninos e meninas com menos de sete anos de idade), ***adolescentes***, dos sete anos até o casamento, ainda que não haja certeza de que os limites de idade fossem precisos – seria em torno de quinze anos para as moças e dezessete anos para os rapazes.

Os padres missioneiros mantinham um registro contínuo dos nascimentos, que, infelizmente e por várias razões, se perderam. Incluíam ainda ***viudos*** e ***viudas*** viúvos e viúvas). Os ***muchachos***, que compreendiam os *pueri/puellae* e os *adolescentes*. Novamente, a idade que separava os *pueri/puellae* dos *adolescentes* não é inteiramente certa. As planilhas também incluíam o número total de ***bautismos*** e ***casamientos*** (batismos e casamentos) ocorridos ao longo do ano – ambos celebrados aos sábados e domingos – e de ***defunciones*** (falecimentos), distinguindo entre os de ***párvulos*** (crianças) e adultos. Então, é um material estatístico importante, porque a alternativa em relação a seu uso e análise é não ter nada e conhecer apenas as ruínas de onde as missões foram mantidas. No entanto, sabemos muito mais, porque os jesuítas mantinham "boas contas" de seus paroquianos. Esses dados começam em 1690, mas apresentam muitas lacunas em determinados anos e nas diferentes categorias. A série é praticamente completa a partir de 1728.

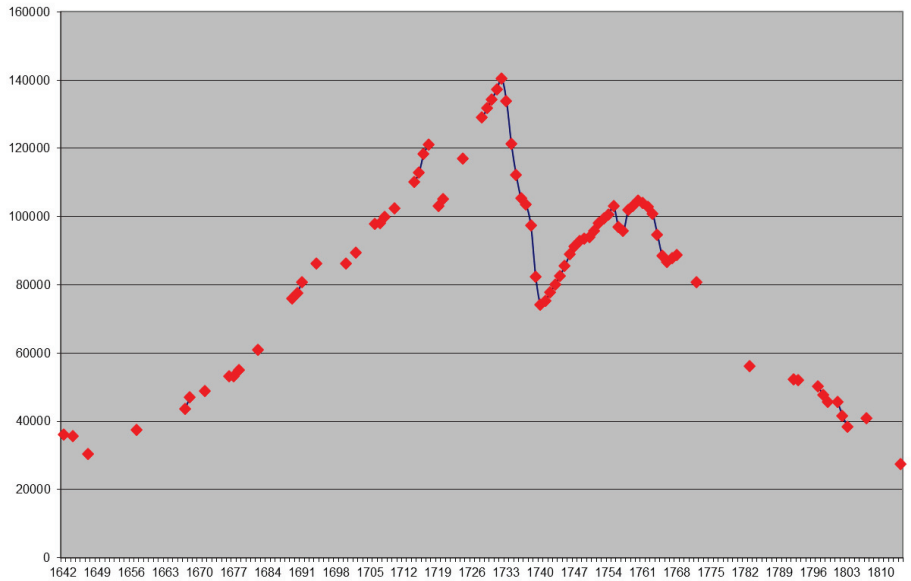
Evolução e características demográficas dos 30 Povos das Missões do Paraguai

O Gráfico 1 apresenta, de forma agregada, a população dos 30 Povos das Missões do Paraguai. A primeira missão é de 1607, e as últimas são dos finais do século XVII. É possível, ainda que haja lacunas nas séries, reconstruir a demografia das missões desde meados do século XVII até a expulsão dos jesuítas da região, nos meados do século XVIII (1767-1768). Desde 1640 até 1732 (um crescimento descontínuo em torno de 1728), a população aumentou de 40 mil para 130 mil habitantes (o máximo absoluto do período); depois, especialmente na década seguinte (1740), houve um colapso catastrófico devido a epidemias e às guerras nas quais os indígenas participaram: na dos *Comuneros* de Assunção contra a coroa, *comuneros* e os colonos, bem como

as lutas para a conquista da cidade de Colônia do Sacramento, no atual Uruguai, que provocaram uma forte queda da população. Em 1740, a população havia diminuído 40% em relação a seu máximo.

Houve em seguida uma recuperação importante até meados dos anos sessenta do século XVIII, e o declínio final, quando os jesuítas foram expulsos, implicou um colapso que foi fatal. Os padres jesuítas foram substituídos por um clero incompetente e algumas vezes com uma administração corrupta, e as missões desfizeram-se com a emigração. Esta é a parte final da história das missões. No início do século XIX, em 1810, a população havia diminuído para menos de 30 mil habitantes (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População 30 Povos das Missões do Paraguai (1642-1810)



Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004, p. 190.

Tabela 1 – Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural dos 30 Povos das Missões do Paraguai, 1690-1767

Período	Número de anos com dados disponíveis no período	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural
Média Aritmética				
1690-1767	50	59.1	56.8	2.3
1690-1732	15	64.1	45.1	19.0
1733-1767	35	56.9	61.4	-4.5
Mediana				
1690-1767	50	61.3	44.2	19.1
1690-1732	15	63.2	41.2	24.6
1733-1767	35	55.4	44.3	10.5

Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004.

Não vou detalhar aqui os "equilibrismos" que tive que fazer para chegar a esses dados (há vários artigos sobre isso, onde tudo está escrito e explicado)[5] da Tabela 1. Primeiro, o período todo de crescimento (até a década de 1730 mais ou menos) e depois o declínio, mas, nos dois subperíodos entre a primeira parte e a última parte dos últimos 35 anos, pode-se observar uma taxa de natalidade muito alta, uma taxa de mortalidade alta também por conta das epidemias e das guerras. E aqui abro um parêntesis – os jesuítas e as missões teriam que contribuir para as guerras do vice-reinado e as guerras de 1733/1734: uma terça parte dos homens estava na Armada, que passou dois ou três anos em lutas com as tropas de colonos.

Vamos agora ver os dados da mediana das observações, que correspondem aos dados que nos dizem sobre os "anos normais" e qual seria o nível e as características demográficas. Os dados indicam uma taxa de natalidade muito elevada, em torno de 60 por mil, e uma mortalidade cerca de vinte pontos mais baixa, com um incremento/crescimento natural de mais de 2%. Esse é o quadro sintético da situação, mas podemos ter uma visão mais detalhada (Gráficos 2 e 3).

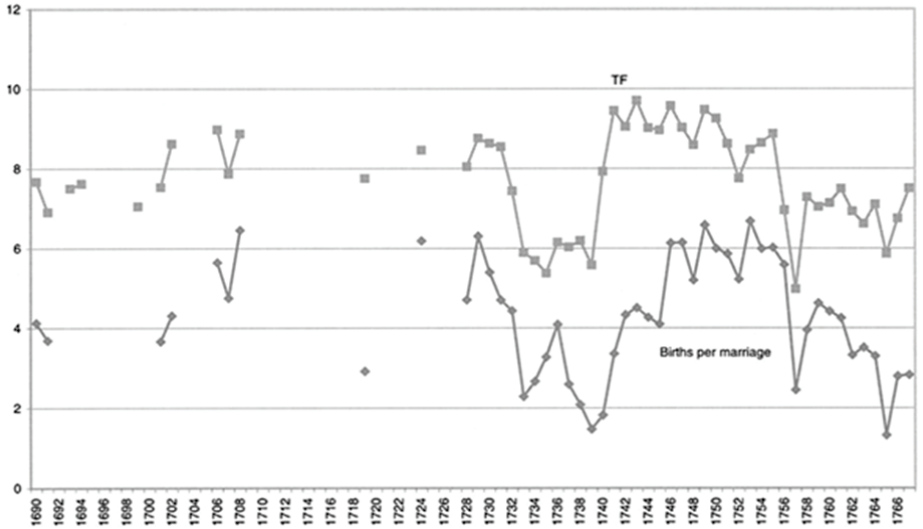
O Gráfico 2 mostra os níveis de fecundidade, a taxa de fecundidade total (TF), que é a curva da série mais alta, a mais baixa que mostra o número

[5] N.T. Ver Livi-Bacci e Maeder, 2004.

de nascimentos por casamento (*birth per marriage*). E é normal que haja uma diferença desse tipo.

Vejamos a mediana. Pode-se ver o nível "normal" (ou médio) da taxa de fecundidade total (TF) em torno de oito filhos por mulher, uma taxa muito alta que pressupõe uma fecundidade muito elevada, não no nível dos canadenses (dos indígenas canadenses ou dos imigrados canadenses no século XVII)[6], mas com um nível muito elevado, embora com flutuações nos anos de desastres, epidemias e conflitos, em que a fecundidade baixou, mas permanecendo sempre em torno de seis.

Gráfico 2 – 30 Povos das Missões do Paraguai: crianças por mulher (Taxa de Fecundidade Total/TFT) e média de crianças por casamento, 1690-1767



Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004, p. 220.

O Gráfico 3 diz respeito à esperança de vida ao nascer, que em média ficaria entre 20 e 25 anos, embora com picos, e isso se liga à taxa de mortalidade (*death rate*). Essa esperança de vida era normal para as populações indígenas, que apresentam um potencial de crescimento, embora com flutuações muito altas, com uma fecundidade realmente elevada. É claro que veremos adiante por que é elevada.

[6] N.T.: Há estudos sobre a região do Quebec (entre eles os de Hubert Charbonneau) que indicam que a média de filhos por mulher poderia chegar a 9. Sobre isso ver o livro organizado por Hubert Charbonneau e colegas, *Naissance d'une population:* les ffrançais établis au Canadá au XVIIe. Siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1987. Há uma resenha da obra publicada na *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* (REBEP), de Altiva Pilatti Balhana (Ver REBEP, v. 5, n. 2, p. 95-98, jul./dez. 1988).

Gráfico 3 – 30 Povos das Missões do Paraguai: Esperança de vida ao nascer (e0) e Taxa de Mortalidade, 1690-1767



Fonte: Livi Bacci; Maeder, 2004, p. 217.

A sublinhar que, apesar de tudo, o potencial de crescimento era muito alto em anos de normalidade e permitia a recuperação depois de uma crise.[7]

Demografia e Sociedade Guarani (Slides de #14 a #16)

O jesuíta José Cardiel (1704-1782) é autor de livro interessantíssimo sobre as missões. Se alguém quer conhecer as missões do Paraguai, o melhor é ler as 120 ou 150 páginas do livro de Cardiel, que era um basco da província de Alva e que foi padre em uma das missões. É sempre bom ler os originais, além dos livros de história sobre as missões. Cardiel faleceu em Faenza (Itália), pois, quando os jesuítas foram expulsos das colônias americanas, muitos deles deslocaram-se para o estado pontifício. Faenza, próxima de Bolonha, foi uma das localidades para onde muitos padres se dirigiram, buscando as casas de jesuítas das cidades do centro-norte da Itália.

Os padres jesuítas "investiam" nas crianças. Quando elas atingiam a idade de sete anos, fazia-se um registro para os alcaides de todas que estavam

[7] N.T.: Observe-se que, em geral, as taxas de natalidade que ultrapassam as taxas de mortalidade (Tabela 1) indicam o crescimento vegetativo ou crescimento natural.

sob a autoridade do padre superior, que era o chefe absoluto da missão... Eles tinham consciência das dificuldades de sua obra de conversão dos índios adultos, o que implicava renunciar à mobilidade e ao nomadismo, obedecer às regras fundamentais da religião, abandonar a promiscuidade[8] e adotar um sistema de vida estável e uma atividade laboral regular. Assim, a conversão religiosa e social se fazia sobretudo a partir das crianças. Desse modo, além de cada missão manter um registro das crianças que completavam sete anos, os padres colocavam-nas com adolescentes para aprender habilidades básicas e praticar ofícios, artesanato e agricultura. As crianças também aprendiam música e a cantar no coral.

A partir dos sete anos de idade, portanto, todos eram inscritos nos registros dos alcaides e, desde esse momento, eram todos agrupados com outros [adolescentes] para atividades religiosas e sociais até a idade do casamento.

Assim, Cardiel, um dos cronistas mais importantes das missões do Paraguai no século XVIII, descreveu o rígido sistema de organização social e educacional das Missões Jesuíticas do Paraguai (reduções). E partir de seus escritos pode-se afirmar que havia um "investimento nas crianças". Ele escreveu:

> Pois, se forem deixados com seus pais, estes últimos possuem capacidades tão limitadas que os filhos crescerão como pequenos animais e permanecerão preguiçosos por toda a vida (Cardiel, 1770).

Como havia poucas esperanças para converter os adultos, os jesuítas faziam esse investimento contínuo nas crianças, que eram capazes de aprender e se adaptavam bem à nova vida.

Dessa forma, o sistema demográfico de alta pressão[9] das missões, caracterizado por uma esperança de vida entre 20 e 25 anos, uma mortalidade elevadíssima, com surtos epidêmicos de varíola, tinha grande impacto naquelas populações.

Epidemias e surtos de varíola, assim como de outras doenças explodiam aproximadamente a cada 15 anos. O problema é que a mortalidade pela varíola depende do número de indivíduos que não foram imunizados.

Em uma população que tem uma história de varíola nas gerações passadas há grupos que têm uma alta mortalidade por conta da epidemia, mas alguns que sobreviviam ficavam imunizados. Havia ainda os grupos daqueles que não tiveram a varíola e, portanto, ficaram sem imunidade. Também tem que se pensar em todos os que nasceram depois da epidemia até o surto seguinte. Assim, lembrando que a natalidade era tão elevada, gerando muitas

[8] N.T.: Sempre tendo em conta a visão católica sobre a vida sexual e reprodutiva.
[9] N.T.: Sistemas de alta pressão se caracterizavam por altas taxas de natalidade e de mortalidade.

crianças que tinham até 15 anos entre os surtos recorrentes (significando pelo menos 50% da população), a somatória disso tinha como resultado uma proporção altíssima de pessoas não imunizadas entre aquelas populações, justificando porque a mortalidade era muito alta em cada surto epidêmico.

Como consequência, a grande maioria da população (entre dois terços e quatro quintos) permanecia "suscetível" ao vírus, pois se considera a população formada por todos aqueles nascidos desde a epidemia anterior (ou seja, 15 anos antes ou perto de 50% da população), assim como todos aqueles que haviam escapado do contágio. Taxas de mortalidade de 20% ou mais eram frequentes nos anos de crise (ou seja, perder uma quinta parte dos efetivos populacionais em apenas um ano). Tais valores não eram muito inferiores àqueles encontrados para populações de "solo virgem", ou seja, aquelas populações que nunca haviam tido contato prévio com o patógeno, não tendo, portanto, defesa imunológica, o que causava perdas devastadoras.

Apesar disso, considerando o perfil demográfico daquela população e as taxas de mortalidade entre 15 e 20% – que representavam choques profundos –, a recuperação era muito rápida graças à elevadíssima reprodução.[10] Dessa forma, os efeitos negativos das altas taxas de mortalidade eram mais do que compensados pelo regime demográfico das populações missioneiras, que se caracterizavam por acesso praticamente universal ao casamento, realizado em idades muito baixas, e estabilidade das famílias. Isso porque os jesuítas controlavam as jovens para que elas estivessem em uma união estável, isto é um casamento já entre 14 e 15 anos, uma idade baixíssima. Haveria, portanto, a estabilidade de um comportamento monogâmico.

Contudo, os Guarani, que vinham da selva, não eram monógamos, havendo, como se pode dizer, muitos "intercâmbios" entre parceiros. Mas os jesuítas exigiam que houvesse monogamia, e isso era mais uma razão para investir nas crianças, pois gerava uma estabilidade das famílias. Além disso, pode-se dizer que houve uma preservação em relação à escravidão das comunidades Guarani das missões, que ficavam livres da imposição do trabalho forçado pelos colonos. Da mesma forma, os indígenas das missões ficavam mais preservados de uma possível migração forçada, que representou um dos fatores do colapso populacional em muitas comunidades. Essas comunidades também estavam mais isoladas do contato e da intromissão dos europeus. Tudo somado, foram esses fatores que determinaram uma recuperação muito forte e que permitiram, durante setenta anos até 1730, um crescimento contínuo da população.

[10] N.T.: Aqui retoma a ideia lançada anteriormente sobre o porquê de a fecundidade ser muito elevada nas populações indígenas das missões paraguaias.

Assim, nem todas as populações da América sofreram uma catástrofe demográfica. Houve catástrofes absolutas, como no Caribe com o desaparecimento de populações inteiras, mas também houve casos de populações que puderam crescer, desde que houvesse condições adequadas para o seu crescimento, o que se reforçava graças à vida isolada e preservada da intromissão europeia, como ocorreu nos 30 povos das Missões.

Em resumo, a população das missões paraguaias vivia em um regime de "alta pressão" demográfica, com uma taxa de fecundidade total média de quase oito nascimentos por mulher. Outros indicadores médios desse regime de alta pressão eram: casamento de acesso universal na puberdade (14 anos em média para as mulheres e 16 anos para os homens); taxa bruta de natalidade de 61,3‰; taxa de nupcialidade de 13,3‰; número médio de nascidos vivos por matrimônio de 4,32; taxa bruta de mortalidade de 44,2‰; esperança de vida ao nascer de 24,5 anos; taxa de crescimento vegetativo de 1,7%; estrutura etária era de uma população jovem (até 15 anos), que correspondia a aproximadamente 50% do total.

As missões da Amazônia na região de Mainas[11]

Podemos continuar agora com a análise de um caso distinto, oposto ao caso precedente das missões do Paraguai. Analisarei aqui a região de Mainas, alta Amazônia.

O trabalho missionário dos jesuítas estendeu-se também à região amazônica, onde se depararam com grandes dificuldades devido à natureza do entorno, à fragilidade dos povos indígenas e à sua grande mobilidade.

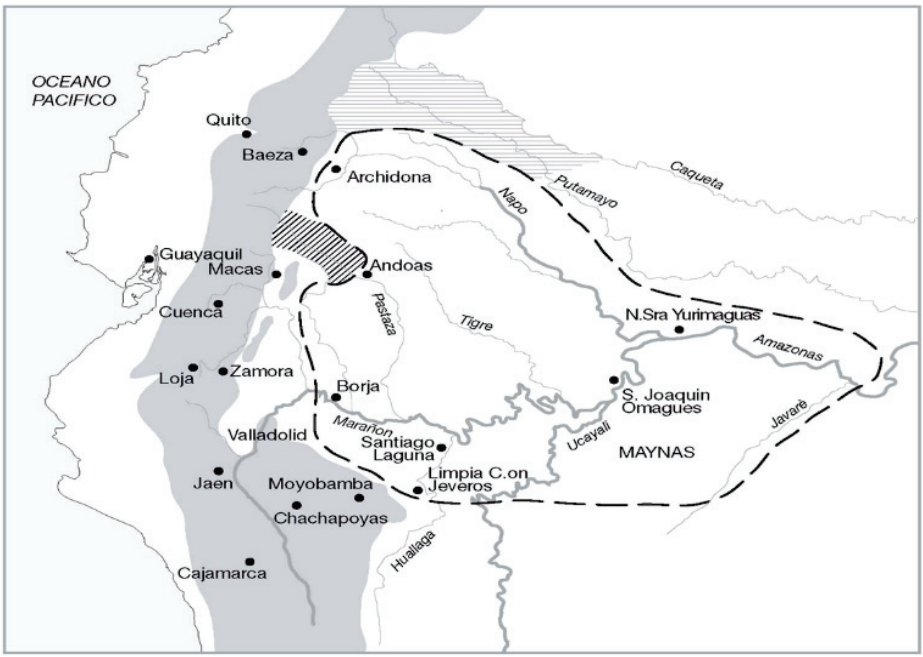
O caso da região de Mainas, uma vasta porção da alta Amazônia, é significativo. Trata-se de uma região de forma aproximadamente triangular (cerca de 1.300 quilômetros de largura), um rio com 13 quilômetros, que se assemelha a uma "autoestrada" fantástica, com outras tantas autoestradas convergentes, formadas pelos vários afluentes, sendo o rio Napo, que é o maior, ao norte, com a base ao longo da vertente oriental dos Andes, os lados ao longo dos rios Putumayo ao norte e Javari ao sul e o vértice no atual ponto de encontro entre Colômbia, Peru e Brasil. Uma superfície tão grande como a da Espanha ou França (Imagem 4).

O primeiro jesuíta que passou pelo território chegou a uma localidade que será chamada de San Francisco de Borja, onde erigirá uma pequena co-

[11] N.T.: Na apresentação realizada pelo autor, temos duas grafias: Maynas ou Mainas. Adotaremos Mainas.

munidade espanhola e uma missão depois do *pongo*. Pongo (que quer dizer "porta") era a última e estreita passagem do rio Amazonas nos Andes, que depois se precipita para as planícies.

Imagem 4 – Província de Mainas, Alto Amazonas



Fonte: Livi-Bacci, 2016, p. 425.

O número de missões até a expulsão dos jesuítas variou entre um mínimo de 22 e um máximo de 41; e como se verá (Tabela 2), são missões com populações formadas por pequenos grupos de umas poucas centenas de almas, tendo um número máximo de 13 mil (1745). Cada missão tinha poucas dezenas ou centenas de famílias. Estavam nos limites mínimos para uma população sustentável e estável. Se uma comunidade está abaixo de 100 ou 200 pessoas, ela se desfaz, acaba.

Tabela 2 – População nas Missões Mainas, 1719-1798

Ano	População	Nº de Missões	Pop. média por Missão
1719	7.966	28	285
1727	5.942	22	270
1740	11.036	32	345
1745	12.915	41	315
1760	12.229	34	360
1767	11.774	22	535
1798	4.455	22	203

Fonte: Livi-Bacci, 2016, p. 430.

A estrutura não diferia muito do que encontramos em quase todas as famílias dos indígenas: matrimônio universal a uma idade muito precoce; uma média de 4-5 membros, relativamente pequena, por núcleo familiar; cerca da metade da população composta por crianças e adolescentes (48%); um bom potencial de crescimento (1,3%). Outros dados indicam que as famílias tinham um número médio de 1,5 filhos e cerca de 45% dos homens e mulheres eram casados.

A evangelização foi escassa e difícil: muitas missões tiveram uma vida curta ou muito curta. Entre 1638 e 1767 fundaram-se 152 missões, mas só umas poucas dezenas estavam operativas em cada ano do período.[12]

Mobilidade e fragilidade das missões amazônicas

No meio século inicial da evangelização, o crescimento da população das missões deveu-se em grande parte aos "descimentos" de indígenas. A análise dos batismos e a entrada de população efetuados em algumas das missões ilustram também a alta rotatividade da população (*high turnover*) aldeada entre os Mainas.

Na missão de *San Francisco de Borja* (1636-86), a população média era em torno de 1.500 pessoas, registrando-se 447 batismos por ano e taxa de rotatividade estimada em 29,8%. Por sua vez na missão de *Limpia Concepción de Jeberos* (1640-86), a população média também girava em torno de 1.500, com

[12] N.T.: Para aprofundar as informações sobre as missões na região amazônica, veja-se Livi Bacci, Massimo *Conquista: La distruzione degli indios americani*. Bologna: Il Mulino, 2005; Livi Bacci, Massimo. *Amazonia: L'impero dell'acqua (1500-1800)*. Bologna: Il Mulino, 2012.

475 batismos por ano e uma taxa de rotatividade estimada em 31,7%. De outra parte, em 16 missões menores somadas com uma população estimada em 5.000, com 2.271 batismos por ano resultava numa taxa de rotatividade estimada em 45,4%.[13]

Há indícios de 152 missões jesuíticas dos Mainas fundadas na região do Alto Maranhão, Pastaza, Napo, Huallaga e Ucayali[14] entre 1638 e 1767, sendo 40 o número máximo registrado pontualmente no período. O contingente populacional dessas missões girava geralmente entre 200 e 300 indivíduos, sendo que apenas em poucos casos a população superava os mil habitantes. Os dados coletados indicam que o pico populacional nas missões foi de 13 mil na década de 1740. A população que se encontrava nas missões representava, demograficamente, entre 10% e 30% do total dos Mainas.

De outra parte, o corpo de missionários na região dos Mainas entre 1738 e 1767 reuniu 161 padres jesuítas, sendo que 62 eram nascidos na América, 45 na Espanha, 30 na Alemanha e 20 na Itália. O efetivo máximo presente no período atingiu 28 jesuítas. Esses homens chegavam com uma idade em torno de 30 anos, permanecendo em média durante 10 anos naquelas missões. Há sublinhar que nove deles foram mortos.

Ainda sobre os jesuítas que vieram para as missões na região, é possível traçar um perfil com base nos critérios de avaliação que os superiores jesuítas preenchiam para cada missionário: 67% *Ingenium* (talento/engenho); 53% *Juditium* (juízo/discernimento); 23% *Prudentia* (prudência); 14% *Experientia* (experiência)[15].

Os dados sobre essas missões indicam ainda que, em média, a missão tinha uma duração de pouco mais de 21 anos (21,4). Considerando o contexto ambiental e sanitário da época, a região vivenciou recorrentes epidemias de

---

[13] N.T.: Essas taxas de rotatividade indicam que, a cada ano, quase metade da população morria ou fugia, substituída por novos gentios capturados ou atraídos para ser batizados e viver na missão.

[14] N.T.: Alto Maranhão (referindo-se ao curso superior do rio *Marañon*, um dos principais formadores do Amazonas). Os topônimos Pastaza, Napo, Huallaga e Ucayali referem-se a grandes rios amazônicos e mantêm a grafia em português. Essa região foi uma das áreas de maior atividade missionária da Companhia de Jesus durante o período colonial, marcada por intensos conflitos territoriais entre as coroas de Espanha e Portugal.

[15] N.T.: Esses termos em latim referem-se às "informações de Soli", que constam nas fichas avaliativas preenchidas pelos superiores jesuítas. Assim, *Ingenium*: refere-se à capacidade intelectual e agilidade mental; *Juditium*: refere-se à capacidade de julgar corretamente as situações; *Prudentia*: refere-se à cautela e habilidade prática de governo. Sobre a *Experientia*, em outros trabalhos Livi Bacci assume que a baixa "experiência" era a prova da instabilidade biológica e institucional da região de Mainas, uma vez que o ambiente em que viviam matava os missionários jesuítas antes que eles pudessem aprender a dominá-lo. Ver os vários trabalhos do autor sobre essa temática.

varíola, que foram registradas nos anos de 1642, 1669, 1680, 1749, 1756, 1762. Em relação aos grupos étnicos que compunham a população das missões, os contatos incluíam 40 "nações" (grupos étnicos) com diferentes matrizes linguísticas, subdivididas ainda em cerca de 150 subgrupos de variantes dialetais. A extensão do território dos Mainas na região do Maranhão-Amazonas chegava a 1.300 km, cobrindo uma superfície de mais de 500 mil quilômetros quadrados, incluindo entre 13 mil e 26 mil quilômetros quadrados de áreas de várzeas (planícies de inundação).

Naquela região, entre 1638 e 1768 foram fundadas 152 missões, muitas delas com duração efêmera, enquanto outras foram mais estáveis. Foram fundadas e atendidas por 151 padres jesuítas, que permaneceram em média 20,2 anos naquelas missões.

Com base nos dados coletados pelo Bispo Alfredo Peña de Montenegro (bispo em Quito) entre 1638 e 1686, que solicitou que os padres missioneiros fizessem uma contagem de todos os batismos registrados desde a fundação da missão. Com base em cálculos bastante "arriscados", é possível estimar que essas populações das missões tinham um *turnover* – uma taxa de renovação das populações (novos entradas e batizados somados) que estava próximo de um terço, entre as maiores e 45% entre as menores ao ano.

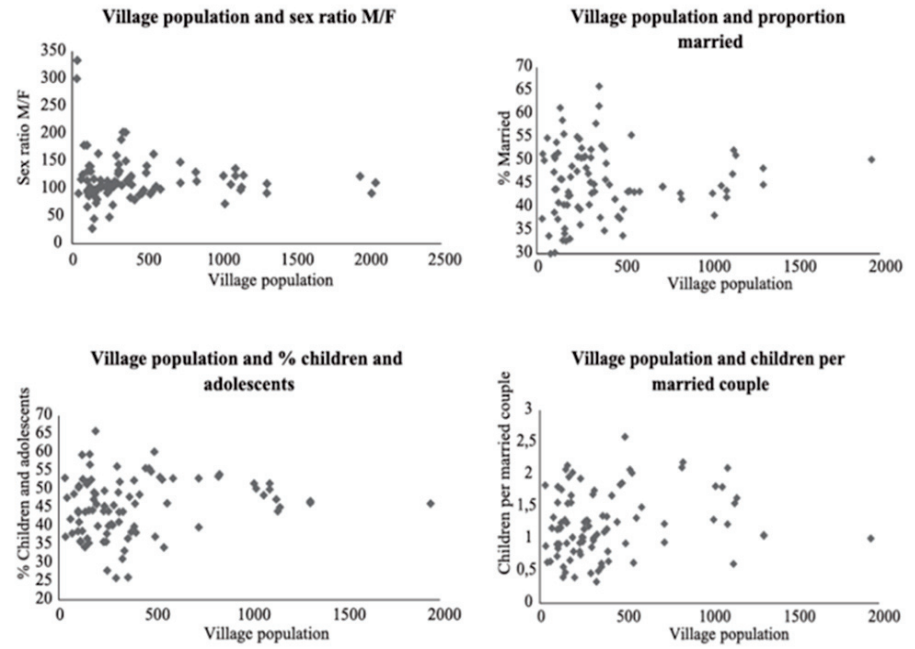
Na região das "missões baixas" de Mainas, as "entradas", isto é, as expedições organizadas pelos padres missioneiros, às vezes acompanhados por soldados, eram realizadas para encontrar novos adeptos. Foram realizadas, naquele período, 38 "entradas" para encontrar "novas almas", e os índios "capturados" eram em torno de 200 a cada ano. Os "descimentos" (ou captura) de novos indígenas da selva eram muito frequentes: no período 1750-61, por exemplo, estima-se que havia duas novas chegadas às missões (por conta das capturas) para cada cinco recém-nascidos.

Portanto, a mobilidade era enorme: o grande rio e seus afluentes constituíam uma autêntica rede de "autoestradas" na qual era muito fácil navegar, inclusive em longas distâncias. Não era raro que os indígenas recém incorporados à missão fugissem em massa, abandonando as missões seja por conflitos internos, disputas com os padres jesuítas, contrariedades de diversa índole. Diante disso, produzir demografia numa situação desse tipo é muito difícil, quase impossível.

Sobre o Gráfico 4 não vou entrar em muitos detalhes. Mas se pode observar a dimensão da missão. Pode-se ver que há uma estabilidade quando há muitos habitantes, mas as missões menores com poucos indígenas tinham uma variação enorme na razão de nascimentos, na proporção entre meninos e meninas, na proporção de casados, na proporção de crianças, etc.

Isso quer dizer que, em muitas missões onde a razão de sexos era muito desequilibrada, não haveria possibilidade de sua manutenção ao longo do tempo.

Gráfico 4 – População das missões e alguns indicadores demográficos Mainas, século XVIII



Fonte: Livi-Bacci, 2016, p. 444.

Em outras palavras, a fragmentação, o pequeno tamanho das missões e a forte endogamia eram fatores de fragilidade, que colocavam em perigo a continuidade e a sobrevivência da comunidade. Por exemplo, um forte desequilíbrio, ainda que fortuito, entre os sexos traria efeitos negativos para a reprodução biológica da população (por exemplo, a falta de possíveis casais da mesma idade). Tudo isso poderia levar ao desaparecimento do grupo.

Tudo somado, pode-se afirmar que fatores como a mobilidade, a fluidez e a fragmentação foram os principais fatores que causaram o declínio da população indígena das missões como um todo.

A debilidade demográfica das missões estava, portanto, relacionada, além da frequência das epidemias, com as expedições de captura e escravidão levadas a cabo pelos espanhóis e sobretudo pelos portugueses que subiam os rios, pois a sua chegada promovia a expulsão ou a fuga das zonas ribeirinhas (vár-

zea), nas quais a sobrevivência, o meio ambiente e os recursos eram mais favoráveis; também estava relacionada ao aumento dos conflitos interétnicos relacionados com a intromissão dos europeus, assim como à frequente "queda" das populações, cujo número ficava abaixo do limite mínimo vital.

Bem, então por que a população indígena do Amazonas teve um declínio? Pode-se pensar no "modelo presa-predador", um modelo matemático proposto por Volterra e Lotka, desenvolvido para analisar várias espécies de peixes...[16]. Aqui o predador é o colono espanhol ou, ainda pior, o colono português (que chegava, subia o rio, enquanto os espanhóis desciam), que organizava expedições e incursões destinadas à captura das populações nativas, os chamados resgates e descimentos, desde a parte habitada próxima do rio em direção ao interior, que ocorriam na Amazônia portuguesa, para recrutar à força indígenas para as missões e para as vilas coloniais, forçando deslocamentos das populações nativas quando os colonos chegavam, das áreas de várzea para o interior, que tinha condições ambientais mais difíceis, com recursos mais escassos e menores oportunidades de sobrevivência, associando-se à fragmentação dos grupos em níveis situados abaixo do mínimo populacional sustentável, necessário para a sua reprodução social e biológica. Nesse contexto, ainda devem ser considerados o aumento dos conflitos interétnicos bem como os surtos de novas doenças virais.

Algumas comparações

Os jesuítas operaram em outras regiões americanas, e dados coletados trazem outros exemplos sobre as atuais regiões da Venezuela (Casanare, Meta, Orinoco) e da Bolívia (Mojos), que suscitam algumas comparações.

Naturalmente, trata-se de populações pequenas, uma fração do total, e geograficamente limitadas. Certamente não são representativas da comunidade de referência, muito mais ampla. Mas permitem avançar considerações e hipóteses mais gerais.

[16] N.T.: O modelo presa-predador (ou modelo de Lotka-Volterra) é um sistema matemático formulado independentemente por Alfred J. Lotka (1925) e Vito Volterra (1926) para descrever a dinâmica interdependente entre duas populações: uma "presa", cujo crescimento tende a ser positivo na ausência de constrangimentos, e um "predador", que depende da presa para sobreviver e se reproduzir. Aqui ele pode ser uma metáfora analítica para interpretar a relação entre as populações indígenas (presas demográficas) e os sistemas coloniais de exploração (predadores demográficos). Em outras palavras, o modelo relaciona-se à dinâmica populacional em que uma população sobrevive à custa de outra.

Os dados reunidos tratam da população das missões de Casanare, Meta e Orinoco, região da Venezuela, em 1752 (Tabela 3), assim como a população de Mojo com base na média de dados para os anos de 1732, 1736 e 1748 (Tabela 4), finalizando com as informações comparadas sobre indicadores demográficos dos 30 Povos das Missões do Paraguai (Brasil e Argentina), Mojos (Bolívia), Mainas (Peru, Equador) – século XVIII (Tabela 5).

Tabela 3 – População e estrutura das missões de Casanare, Meta e Orinoco, 1752[17]

Region	Married	Widowed	Adolescents M	Adolescents F	Children (pueri)	Children (puellae)	Population (baptized)
Population							
Casanare, 6 Missions	2,356	293	890	691	522	544	5,312
Meta, 5 Missions	926	108	270	217	198	189	1,908
Orinoco, 7 Missions	838	227	342	184	134	96	1,821
Total, 18 Missions	**4,120**	**628**	**1,502**	**1,092**	**854**	**829**	**9,041**
Distribution (%)							
Casanare, 6 Missions	44.4	5.5	16.8	13.0	9.8	10.2	100.0
Meta, 5 Missions	48.5	5.7	14.2	11.4	10.4	9.9	100.0
Orinoco, 7 Missions	46.0	12.5	18.8	10.1	7.4	5.3	100.0
Total, 18 Missions	**45.6**	**6.9**	**16.6**	**12.1**	**9.4**	**9.2**	**100.0**

	Children per married couple	Gender ratio, children (%)	Gender ratio, adolescents (%)	Children per 100 adolescents (males)	Children per 100 adolescents (females)	Young (children and adolescents) per 100 population
Casanare, 6 Missions	0.90	96.0	128.8	58.7	78.7	49.8
Meta, 5 Missions	0.84	104.8	124.4	73.3	87.1	45.8
Orinoco, 7 Missions	0.55	139.6	185.9	39.2	52.2	41.5
Total, 18 Missions	**0.82**	**103.0**	**137.5**	**56.9**	**75.9**	**47.3**

Source: ARSI, Novi Regni, 15.1. fg 272-273.
Note: Due to some error in transcription, the total population for the 18 Missions should be 9,025 instead of 9,041.

Fonte: ARSI, Novi Regni, 15.1, p. 272-273.

[17] N.T.: Lembrando que *pueri* e *puellae* indicam, respectivamente, meninos e meninas com menos de sete anos de idade, adolescentes (pessoas a partir dos sete anos até o casamento – quinze para as moças e dezessete para os rapazes).

Tabela 4 – Indicadores demográficos – 30 Povos das Missões do Paraguai (Brasil e Argentina), Mojos (Bolívia), Mainas (Peru e Equador), século XVIII

	30 Povos das Missões	Mojos (Bolívia Oriental)	Mainas (Peru/Equador)
Período	1733-1767	1720-1764	1740-1776
População	78.000-105.000	21.800-36.400	3.500-5200
% de Crianças	37	35,7	32,7
% de Casados	50,4	50	44,9
Crianças por mulheres casadas	1,65	1,44	1,45
Pessoas por família	4,48	4	4,45
Taxa de Natalidade (por mil)	56,9	68,6	NA
Taxa de Mortalidade (por mil)	44,3	47,9	NA

Fonte: Livi-Bacci; Maeder, 2004; Livi-Bacci, 2010.

A Tabela 4 mostra dados interessantes para uma comparação entre as missões de várias regiões; como se vê, a proporção das crianças abaixo de sete anos é semelhante, a proporção dos casais é mais ou menos estável, o número de filhos por mulher casada.

Assim, são dados que apontam para um cenário de dados demográficos que são, de alguma forma, coerentes.

De todo modo, a maior parte do material aqui apresentado pode ser encontrado no livro *The population of Iberian Colonial America. Ten essays*, publicado em 2024, que reúne ensaios escritos ao longo de vários anos sobre a América colonial.

Por fim, quero trazer uma citação que convida os historiadores demógrafos a ler as memórias, as crônicas. Retomo essa citação que vi há poucos dias de Diego de Landa[18], que escreveu em 1563 a *Relación de las cosas de Yucatán*, um livro interessantíssimo, um tratado antropológico, como o Motolinía ou o de Bernardino de Sahagún sobre o México[19]. Landa escreveu:

> Los niños mamaban mucho porque las madres nunca dejaban de dar leche, aunque fuesen de tres o cuatro años, de donde venía a haber entre ellos tanta gente de buenas fuerzas (Landa, 1563).

[18] N.T.: A obra referida foi escrita pelo frade franciscano Diego de Landa (mais tarde Bispo), que pode ser acessada em https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/registro.do?id=61962 e é considerada uma referência fundamental para entender o mundo e a cultura maia.

[19] N.T.: O "tratado" de Bernardino de Sahagún intitula-se formalmente "Historia General de las Cosas de Nueva España" e pode ser acessado em: https://archive.org/details/historiageneral0009saha. Especialmente interessante é o Livro 12 dessa obra, que narra o impacto devastador das doenças europeias sobre a população de Tenochtitlán.

Isto é, as mulheres indígenas davam de mamar às crianças até os 3 ou 4 anos. Trata-se de uma impressão subjetiva? Ou reflete uma realidade? Poderia conectar-se com uma menor fecundidade das indígenas do Yucatan ou com a capacidade de crescimento de uma população?

Ora bem, as crônicas estão cheias de observações antropológicas que um demógrafo curioso/interessado pode reagrupar, analisar, sintetizar, interpretar e utilizar para estudar a demografia das populações indígenas da América, ajudando-nos a entender mais sobre elas.

Fica o convite para que leiamos, então, os textos originais, que são frequentemente "divertidos" e apresentam fontes de informação valiosa: Cieza de León[20], Garcilaso de la Vega[21], Motolinía, Bernardino de Sahagún, Antonio Andreoni (Antonil), Antonio Vieira... Sem esquecer Alexander von Humboldt e sua "Viagem às Regiões Equinociais".

Encerro estas reflexões agradecendo a todo o público por sua paciência e tolerância. Obrigado a Ana Silvia e aos colegas que me convidaram a compartilhar com vocês recordações, ideias e considerações. Obrigado a Dario por sua ajuda concreta com os slides.

Referências

DENEVAN, William M. (ed.). *The Native Population of the Americas in 1492*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976.

DENEVAN, William M. (ed.). *The Native Population of the Americas in 1492*. 2nd ed. rev. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

DOBYNS, Henry F. Estimating Aboriginal American Population: An Appraisal of Techniques with a New Hemispheric Estimate. *Current Anthropology*, Chicago, v. 7, n. 4, p. 395-416, out. 1966.

KROEBER, Alfred L. *Cultural and Natural Areas of Native North America*. Berkeley: University of California Press, 1939. (University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, v. 38).

LIVI BACCI, Massimo. The Depopulation of Upper Amazonia in Colonial Times. *Revista de Indias*, v. LXXVI, n. 267, p. 419-448, 2016. ISSN: 0034-834; Doi:10.3989/revindias.2016.013.

[20] N.T.: Pedro Cieza de León foi um cronista e soldado espanhol que escreveu "Crónica del Perú" entre 1540 e 1550.

[21] N.T.: Inca Garcilaso de la Veja, nascido no Peru (1539-1616), cronista mestiço, filho de um conquistador espanhol e de uma princesa inca, e suas obras principais são: *Comentarios Reales de los Incas* (1609), uma crônica detalhada sobre a civilização incaica, e *Historia General del Perú* (1617, póstuma), que tem como foco principal a conquista e as guerras civis entre os espanhóis.

LIVI-BACCI, Massimo; MAEDER, Ernesto J. The Missions of Paraguay: the demography of an Experiment. *Journal of Interdisciplinary History*, 35.2, p. 185-224, 2004.

LIVI-BACCI, Massimo. *The Population of Iberian Colonial America:* Ten Essays. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. (Série: Cambridge Studies in Population, Economy and Society in Past Time).

LOTKA, Alfred J. *Elements of Physical Biology*. Baltimore: Williams & Wilkins, 1925.

ROSENBLAT, Ángel. *La población indígena y el mestizaje en América*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1954. (v. 1: La población indígena, 1492-1950).

STEWARD, Julian H. The Native Population of South America. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology, 1949. v. 5, p. 655-668. (Bulletin 143).

VOLTERRA, Vito. *Leçons sur la théorie mathématique de la lutte pour la vie*. Paris: Gauthier-Villars, 1931 (derivado do artigo de 1926).

Sobre as autoras e os autores

Alessandra Traldi Simoni, Doutoranda em Demografia (IFCH/UNICAMP). É graduada em Ciências Sociais (Habilitação em Antropologia) e Mestre em Demografia (IFCH/UNICAMP), tem interesse e atua nos seguintes temas: Demografia Antropológica, Demografia de etnias, Produção de informações demográficas sobre povos indígenas, Indicadores socioambientais, Educação escolar indígena e patrimônio cultural indígena.

Ana Silvia Volpi Scott, Professora do Departamento de Demografia e dos Programas de Pós-Graduação em Demografia e em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduada em História, Mestre em História Social, Doutora em História e Civilização e livre-docente em Teoria e Métodos Demográficos. É especialista em estudos de história da família, demografia histórica, história da população, metodologia e emigração/imigração portuguesa para o Brasil. É vice-coordenadora do GT População & História da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP – 2025-2026)

Angelo Torre, Professor Emérito de História Moderna na Università del Piemonte Orientale. É historiador que se destacou na vertente da micro-história, focando na relação entre práticas sociais, ritos religiosos e a construção do espaço. Atua como editor-chefe da prestigiada revista *Quaderni storici* e foi professor visitante em Princeton, Cornell e EHESS (Paris). Sua pesquisa teórica é referência global pelo conceito de "produção da localidade", que analisa como comunidades moldam territórios através de conflitos e negociações políticas. Entre suas obras fundamentais destacam-se *Il consumo di devozioni* (1995) e *Luoghi* (2011), consolidando sua influência no debate sobre história espacial e institucional na Idade Moderna.

Antero Ferreira, Historiador e investigador dedicado ao estudo da história e do patrimônio de Guimarães. Atualmente exerce funções na Casa de Sarmento (Unidade Diferenciada da Universidade do Minho), onde coordena projetos de inventariação e investigação documental. O seu trabalho acadêmico, também em parceria com CITCEM/Universidade do Porto, transita pelas áreas da demografia histórica, história das populações e história da saúde, com estudos relevantes sobre o impacto de epidemias em Portugal. É autor de obras sobre a evolução social e institucional vimaranense. Tem atuação importante no campo da divulgação cultural e na salvaguarda de monumentos, unindo o rigor científico da investigação à preservação da identidade coletiva e do patrimônio edificado regional.

Coen W. van Galen, Professor de História Social e Demográfica no Institute of Historical, Literary and Cultural Studies, Radboud University (The Netherlands). Atualmente, integra o projeto *Historical Database of Suriname and the Caribbean – HDSC* sobre a população do Suriname em parceria com a Anton de Kom University of Suriname. Ele é especializado em escravidão no Suriname, sistemas familiares pré-modernos e não ocidentais, a relação entre fontes demográficas e sociedade e a interação entre sistemas familiares e noções de gênero. Formou-se em História da Antiguidade e defendeu sua tese "Mulheres e cidadania no final da República Romana e início do Império" na Radboud University, The Netherlands.

Daniel Souza Barroso, Professor da Escola de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação e mestrado em História (UFPA) e Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador associado à Cátedra João Lúcio de Azevedo (UFPA/Instituto Camões, I. P.). Tem experiência de pesquisa nas áreas de Demografia Histórica e História Econômica nos seguintes temas: demografia da escravidão, economia da escravidão, população, família e riqueza.

Dario Scott, Pesquisador Colaborador do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). Graduado em Matemática (UNISINOS), mestrado em Computação Aplicada (UNISINOS) e doutor em Demografia (UNICAMP), que recebeu menção honrosa da Capes (2021). Pós-Doutorado em História (USP). Desenvolveu o *software* NACAOB, programa para coleta e padronização das informações provenientes dos registros paroquiais e outras fontes nominativas e de tipo censitário. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Demografia Histórica, nos seguintes temas: metodologia, fontes históricas, demografia histórica, população e banco de dados.

Dariya Ordanovich (Consejo Superior de Investigaciones Científicas/CSIC), Espanha. Pesquisadora, IEGD. Geógrafa, especialista em SIG e cientista de Dados. Bacharelado em Geografia e Ecologia) Universidade Estatal de Moscou Lomonosov; Mestrado em Geoinformação e Observação da Terra/Universidade de Lund, Universidade de Southampton, Doutoranda em Geografia, Universidade Complutense de Madrid. Principais interesses de pesquisa incluem os aspectos globais das mudanças climáticas e seus efeitos na saúde humana, as diferenças espaciais na resposta da mortalidade às ondas de calor. Trabalha com conjuntos de dados de natureza diversa e análises em métodos geoestatísticos e técnicas de aprendizado de máquina.

Diego Ramiro Fariñas, Professor de Investigação e Diretor do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) de Espanha. Foi presidente da Associação Ibérica de Demografia Histórica e da Sociedade Europeia de Demografia Histórica. Presidiu o Panel in Historical

Demography (IUSSP) e foi membro do comitê diretivo da Social Science History Association dos Estados Unidos e é membro do conselho editorial dos periódicos *Demography* e *Spatial Demography*. Desde 2021, integra a equipe de coordenação e, desde 2024, é coordenador do programa CSIC PTI+ Saúde Global. Desde 2023, é membro eleito do Conselho Consultivo Científico do Max Planck Institute for Demographic Research. Desde 2025, preside o Comitê Técnico de Análise de Estatísticas Demográficas do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE). Suas principais linhas de pesquisa e publicações estão relacionadas ao estudo da mortalidade, saúde, análise demográfica, demografia espacial e ao desenvolvimento de estudos longitudinais e ciência de dados.

Felipe Giovanni Campos de Souza, Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFF). Licenciado em História (UFF), foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no projeto "Tráfico Interno de Escravos em Salvador, século XIX" (2022-2024). Foi bolsista no projeto de monitoria História do Brasil no longo século XIX (2021-2022). Atualmente desenvolve pesquisa sobre o comércio nacional de pessoas escravizadas no Império do Brasil com foco na cidade de Salvador, capital da província da Bahia, entre os anos 1850-1885.

Filipe Salgado, Mestre em Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação (Escola de Engenharia da Universidade do Minho). É investigador na Universidade do Porto (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória/CITCEM) e Programador Informático na Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património e Investigador na Asociación de Demografía Histórica. Atua na área de História; Estudos literários; Arqueologia; Demografia.

Flávio Gomes, Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciado em História (UERJ) e Bacharel em Ciências Sociais (UFRJ). Mestre e Doutor em História Social (UNICAMP). Atua como professor permanente nos programas de pós-graduação em História Comparada (PPGHC), História Social (PPGHIS) e Ensino de História (PPGEH) no Instituto de História da UFRJ. Desenvolve pesquisas em história comparada, cultura material, demografia, escravidão, cartografia e pós-emancipação nas Américas, especialmente Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa e Cuba. Coordena atualmente o Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ.

Francisco Viciana Fernández, Investigador do Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía (IECA), Espanha, e professor colaborador na Universidad de Sevilla, onde integra grupo de investigação sobre Análise Epidemiológica das Desigualdades em Saúde. Atua na produção de estatísticas oficiais e investigação científica; sua área de especialização abrange estudos sobre mortalidade, fecundidade e o impacto de crises econômicas no comportamento demográfico do sul da Europa.

É autor de numerosas publicações abordando temas como a educação materna e mortalidade na Espanha. A sua contribuição para a demografia espanhola inclui a coordenação de projetos sobre a evolução das populações e a análise de desigualdades sociais no acesso à saúde.

Jan Kok, Professor de Demografia Histórica, Economia e Demografia Econômica e Social na Radboud University (The Netherlands) e diretor do Grupo Radboud de Demografia Histórica e História da Família. É também coeditor-chefe de "The History of the Family" (A História da Família). Estudou História Social na Free University in Amsterdam. Explora o potencial de pesquisa das administrações populacionais coloniais holandesas, como os registros mantidos sobre a população do Ceilão (Sri Lanka). Liderou o projeto de pesquisa *Giants of the Modern World. A New History of Heights and Health in The Netherlands, 1811-1940*, além do projeto *Historical Database of Suriname and the Caribbean – HDSC*. Institute of Historical, Literary and Cultural Studies, Radboud University

Jonis Freire, Professor da Graduação e da Pós-graduação no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em História (UFOP), Mestre em História (UNESP/Franca), Doutor em História (UNICAMP) e Pós-Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) na Universidade Salgado de Oliveira. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil (Colônia e Império), atuando principalmente nos seguintes temas: Sociedades Escravistas (XVIII e XIX) e Demografia e Economia da escravidão.

Lelio Luiz de Oliveira, Professor Doutor do Departamento de Economia da FEARP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (USP). Graduado e Licenciado em História (UNESP), Mestre em História (UNESP) e doutor em História Econômica n (USP). Experiência na área de História Econômica e Demografia Histórica. Investigador do INCT: Trabalho, instituições e mercado.

Maísa Faleiros da Cunha, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó'' (NEPO/UNICAMP). Graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Demografia, todos pela UNICAMP. Pós-doutorado (FEA-USP). É professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/UNICAMP). Foi coordenadora e coordenadora associada do NEPO/UNICAMP. Tem experiência na área de Demografia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: demografia da escravidão e família escrava, regimes demográficos e história das populações.

Marina Costa Oliveira, Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Unesp/Marília), Mestre em História Social (Unesp/Franca). Graduada em Arquivologia (UEL) e em História (Unesp/Franca). Atua nas áreas de História e Arquivologia, com ênfase em História do

Brasil, Memória e Gestão Documental, atuando nos temas de implantação e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), gestão de documentos e elaboração de instrumentos, avaliação documental, preservação e valorização da memória institucional. Tem experiência com ensino e pesquisa em história demográfica, regional e econômica, articulando saberes históricos e arquivísticos.

Massimo Livi Bacci, Professor Emérito de Demografia (Università degli Studi di Firenze) e membro da Accademia dei Lincei. Sua pesquisa concentra-se na história demográfica da Europa e das populações americanas no período colonial, bem como na demografia contemporânea, com particular atenção às relações entre dinâmica populacional, economia e sociedade. Lecionou em vários países (Europa, Estados Unidos, México, Brasil) e em diversos países europeus. Secretário-Geral e Presidente da União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP) e atualmente é presidente honorário da associação. Entre seus livros publicados na última década, com edições em vários idiomas, destacam-se *Storia minima della popolazione del mondo*; *Il pianeta stretto Amazzonia*. *L'impero dell'acqua*; *In cammino. Breve storia delle migrazioni*; *Conquista. La distruzione degli Indios Americani*.

Oswaldo Truzzi, Professor Titular da UFSCar (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), mestrado em Administração de (FGV/SP), Especialização em Gestão Pública na HEC (École des Hautes Études Commerciales, França e Graduação em Engenharia de Produção, USP). Pesquisador do CNPq e membro da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais (CHS I) da FAPESP. Atua principalmente nos seguintes temas: Sociologia das Migrações, História Social da Imigração e Sociologia das Organizações.

Paulo Cesar Gonçalves, Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (UNESP/Assis). É pesquisador do CNPq (Nível C). Possui graduação em Ciências Biológicas (USP) e graduação em História (USP). Mestre e Doutor em História Econômica (USP). Livre-docente em História (UNESP/Assis). Pós-doutorado – Cátedra Jaime Cortesão (USP/CITCEM/Univ. do Porto). Pesquisador do CITCEM/Universidade do Porto e da Cátedra Jaime Cortesão/USP. Foi editor-chefe (2018-2020) da História (São Paulo). Atua nos seguintes temas: emigração/imigração, mundos do trabalho, tráfico de trabalhadores sob contrato, trabalho forçado, colonização e organização do espaço produtivo. Atualmente é chefe do Departamento de História da UNESP, Campus de Assis.

Simona Cerutti, Historiadora e diretora de pesquisa da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EEHSS/Paris). Formada em História e especialista no método da micro-história. Sua pesquisa concentra-se nas classificações sociais, categorias jurídicas e nas linguagens dos direitos das sociedades modernas. Vários de seus estudos também tratam de problemas de métodos, microanálise do social e ques-

tões sobre métodos comparativos. É autora de inúmeros livros, que são referência nas áreas em que atua. Entre suas últimas publicações destacam-se *Justice sommaire: Pratiques et idéaux de justice dans une société d'Ancien Régime* e *La Cité des choses: Une nouvelle histoire de la citoyenneté*, este último coordenado com Thomas Glesener e Isabelle Grangaud.

Tathiane Mayumi Anazawa, Bióloga (UEPG), Mestre em Sensoriamento Remoto (INPE), Doutora em Demografia (UNICAMP). Professora Doutora do Departamento de Demografia (IFCH/UNICAMP) e pesquisasdora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/UNICAMP). Possui pós-doutorado pelo INPE (bolsista FAPESP) com estágio pós-doutoral no Centro de Estudios Demográficos (CED/Universidad Autónoma de Barcelona). Tem experiência na área de indicadores, geoprocessamento e abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas e atua nos seguintes temas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade, indicadores territoriais, população e ambiente.

Thiago Fernando Bonatti, Sociólogo, Mestre e Doutor em Demografia (UNICAMP), com estágio no Centro de Estudios Demográficos (CED/Univeridad Autónoma de Barcelona). Pós-doutorando (UFSCar) no Projeto Temático Dinâmicas de incorporação, mobilidade social e dominação no Oeste paulista, 1850-1950. É coordenador do GT População & História (Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP). Tem como áreas de interesse a imigração histórica para o estado de São Paulo, imigração japonesa, demografia histórica, análise espacial e distribuição espacial da população.

O volume que os leitores têm em mãos foi organizado tendo como eixo principal a proposição de uma reflexão sobre os impactos que as novas tecnologias digitais podem trazer ao campo de estudos da Demografia Histórica, da História Social e da História das Populações. Os estudiosos que atuam nestas áreas e que estão atentos às transformações e desafios que essas mudanças trazem, encontrarão subsídios para analisar os diálogos e ganhos possíveis a partir do uso dessas ferramentas, considerando as fontes, os métodos, os objetos e as abordagens que estão no horizonte de interesse dos historiadores demógrafos, assim como entre aqueles que atuam no campo da história social.

Os avanços recentes no campo das Humanidades Digitais vêm seduzindo e desafiando os pesquisadores a explorarem um amplo espectro de temas, com acesso a volumosa agregação de dados quantitativos, que podem ser cruzados com fontes de caráter variado, se prestando também a abordagens qualitativas e as que exploram as possibilidades dos seguimentos nominativos e a reconstrução de trajetórias individuais e familiares.

Os autores e autoras que contribuíram com capítulos
são referência nas várias temáticas tratadas:

Alessandra Traldi Simoni
Ana Silvia Volpi Scott
Angelo Torre
Antero Ferreira
Coen W. van Galen
Daniel Souza Barroso
Dario Scott
Dariya Ordanovich
Diego Ramiro Fariñas
Felipe Giovanni Campos de Souza
Filipe Salgado
Flávio Gomes
Francisco Viciana Fernández
Jan Kok
Jonis Freire
Lelio Luiz de Oliveira
Maísa Faleiros Cunha
Marina Costa Oliveira
Massimo Livi Bacci
Oswaldo Truzzi
Paulo Cesar Gonçalves
Simona Cerutti
Tathiane Mayumi Anazawa
Thiago Fernando Bonatti

FAPESP CNPq CAPES abep GT POPULAÇÃO & HISTÓRIA - ABEP

OKOS EDITORA

ISBN 978-65-5974-347-6